

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ÂNGELO BELLETTI

**EXPORTAÇÕES DE SOJA DO RIO GRANDE DO SUL PARA A CHINA:
ESTRUTURAS, INSTITUIÇÕES E MERCADOS (Cc. 1970 – 2020)**

Porto Alegre

2022

ÂNGELO BELLETTI

**EXPORTAÇÕES DE SOJA DO RIO GRANDE DO SUL PARA A CHINA:
ESTRUTURAS, INSTITUIÇÕES E MERCADOS (CC. 1970 – 2020)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Prof. Orientador: Dr. Sérgio Schneider

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Belletti, Ângelo
Exportações de soja do Rio Grande do Sul para a
China: estruturas, instituições e mercados (cc. 1970 -
2020) / Ângelo Belletti. -- 2022.
254 f.
Orientador: Sérgio Schneider.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Mercado. 2. Instituições. 3. Regimes
alimentares. 4. Rio Grande do Sul. 5. China. I.
Schneider, Sérgio, orient. II. Título.

ÂNGELO BELLETTI

**EXPORTAÇÕES DE SOJA DO RIO GRANDE DO SUL PARA A CHINA:
ESTRUTURAS, INSTITUIÇÕES E MERCADOS (CC. 1970 – 2020)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sergio Schneider – Orientador

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Fabiano Escher

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFFRJ

Prof. Dr. Paulo André Niederle -

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Valdemar João Wesz Junior

Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA

*El trabajo es cosa buena
Es lo mejor de la vida
Pero la vida es perdida
Trabajando en campo ajeno
Unos trabaja de trueno
Y es para otro la llovida*

(Coplas del payador perseguido – Atuhualpa Yupanqui)

AGRADECIMENTOS

Há quatro anos escrevi minha monografia de graduação, na qual comecei apontando como achava engraçado escrever agradecimentos considerando que a maior parte das pessoas a quem se agradece não chegariam a lê-los. Continuo com a reflexão, vejamos até onde vamos.

Agradeço inicialmente ao Estado brasileiro que, mesmo vilipendiado, segue sendo a principal razão de existência desta escrita, visto que forneceu os meios materiais diretos para elaboração da pesquisa. Foi por meio da Universidade Federal, pública e gratuita, que pude realizar minha formação. Bem como pela bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) que recebi durante o mestrado. Que a vida política coletiva retorne à normalidade democrática em breve, e que todos possam ter acesso ao melhor aprendizado, sempre.

Agradeço também a Geraldo, Rose e Heleno, bases da minha existência – assim como apontado na última vez que escrevi essa seção. Base que conta com o retorno de Roberta a uma posição de destaque, visto seu lamentável rebaixamento no registro anterior. Obrigado ao quarteto pela paciência na minha presença mal-humorada.

Agradeço, obviamente, à orientação do Prof. Dr. Sérgio Schneider. A quem desde a graduação me inspira muito e, por meio do seu conhecimento, desloquei meus planos iniciais de pesquisa para encarar uma ideia muito mais interessante e instigante. Obrigado, professor! Cargo ao qual também agradeço aos professores e professoras do PGDR como um todo. O período pandêmico dificultou o contato humano e, logo, a base da prática pedagógica. Porém constantes e notáveis foram os empenhos do corpo docente em contribuir para a formação e construção coletiva – no que, humildemente, entendo que foram muito bem-sucedidos.

Por fim, agradeço aos amigos, amigas, colegas, alunos, alunas e pessoas aleatórias em geral com quem eu tenha passado por esse período e tenham suportado um estresse aqui ou acolá.

Gracias a la vida, que me ha dado tanto.

RESUMO

O estudo analisa a conformação do mercado de soja entre Rio Grande do Sul e China na temporalidade aproximada entre 1970 e 2020. Faz-se uso das perspectivas do Institucionalismo Histórico e da abordagem dos Regimes Alimentares. A teoria institucionalista possibilita a observação dos mercados enquanto frutos da sociabilidade humana e, atrelados a trajetória do contexto histórico no qual são desenvolvidos. Já os Regimes Alimentares traçam o quadro geral das relações internacionais e dos processos macroeconômicos. O diálogo entre as esferas cognitivas e normativas é traçado na concepção de *embeddedness* em nível local e estrutural. Portanto, as disputas entre distintos níveis de influência operam correlatamente e dialeticamente na conformação dos espaços de existência dos atores e, logo, sobre os mercados. Com o referido quadro, o mercado da soja foi eleito como objeto visto sua influência na conformação de ambos os territórios em análise. E, portanto, alta disponibilidade de informações para construção do quadro institucional de conformação do mercado de modelo convencional, de fluxo de mercadorias padronizadas e atrelado à economia mundo. O recorte geográfico adotada parte da trajetória histórica da região sul-rio-grandense ser atrelada ao modelo agroexportador e, especificamente, à soja; e, no caso chinês, pela preponderância do país asiático enquanto consumidor do grão - especialmente no século XXI. A seleção temporal é fruto do início das alterações sociais profundas em ambos os contextos, na década de 1970, e dos registros contemporâneos no limiar das mudanças consequentes da pandemia de COVID-19, em 2020. A metodologia adotada conta com uma composição qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas com representantes de cooperativas graneleiras, na análise das atas legislativas da Assembleia do Rio Grande do Sul, e na leitura de paisagem da região Norte do Estado; e com uma parte quantitativa sobre dados levantados por diversas instituições atreladas ao setor de comércio internacional, produção agropecuária e estrutura demográfica de ambas as localidades. Ambos os eixos são abordados em diálogo com uma reconstituição histórica dos quadros em análise. A pesquisa identificou a profunda correlação entre elementos sociais e o mercado sojícola entre Rio Grande do Sul e China, descartando qualquer possibilidade de espontaneísmo ou naturalidade na emergência das práticas comerciais abordadas. O papel da ação estatal e da influência dos conglomerados internacionais mostrou-se marcante na conformação do quadro analisado, elementos que viabilizam explorações sobre outros caminhos de desenvolvimento possíveis para ambas as regiões.

Palavras-chave: soja. Mercado. Instituições. Regimes alimentares. Rio Grande do Sul. China.

ABSTRACT

The current study analyses the development of the soy market among Rio Grande do Sul – province in the Brazilian south – and China, during the time cut of 1970s to 2020s. As theoretical bases, Historical Institutionalism is set aside with Food Regime perspective. The institutional theory enables the observation of markets as results of the human sociability and, so, deeply connected to the historical context in which human actions happen. The Food Regime traces the general board of international relations and macroeconomic processes in which actors operate – being they conglomerates, corporations, states, or individuals. The dialogue between a cognitive and a normative sphere is traced using the conception of embeddedness in both local and structural levels. Therefore, the disputes of distinct level of influence operates in correlative and dialectic ways in the composition of the spaces in which actors operate and, furthermore, the markets. With this framework, the soy market was elected as the main object due to its deep relation with the social and territorial formation of both analyzed territories. Implying in a high availability of sources capable of endorsing the path through which institutions developed among a conventional market. The spatial cut selection is related to the fact that the Brazilian south history is related to the agriculture production, initially mostly to self-sustain, and later to an agro exporter model. And the China frame is related to the importance of the country on the construction of international demand over oilseed, especially during the decades of the XXIst century. The time cut selected considering the emergence of modernization projects on both regions during the 1970s, and the contemporary barer of structural changes related to the COVID-19 crisis, considering 2020. The methodology adopted takes an approach based on both quantitative and qualitative strategies. In the qualitative side, semi structured interviews were made with spokesman of oilseed cooperatives in Rio Grande do Sul; a speech analysis was realized over political discourses in the local parliament; and a landscape reading in the Rio Grande do Sul's North region. By its side, the quantitative approach utilizes data generated by different organizations related to the Brazilian and Chinese production, as well as commercial information. The research found deep correlations between social elements and the development of soy market between Rio Grande do Sul and China, disposing any possibility of spontaneity or naturalist in the emergence of the analyzed commercial practices. The paper of the state and the private corporations has been strongly important in the construction of the analyzed board, elements that possibility exploration over another commercial connections between both regions.

Keywords: soy. Markets. Institutionalism. food regimes. China. Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Síntese da perspectiva teórica adotada e sua correlação.....	27
Figura 2 - Organograma das dimensões de embeddedness	52
Figura 3 - Participação dos setores na composição do PIB chinês, 1978 – 2020.....	74
Figura 4 - Organograma dos elementos históricos e institucionais na retomada da trajetória agrária chinesa	82
Figura 5 - Organograma dos elementos históricos e institucionais na retomada da trajetória agrária brasileira	107
Figura 6 - Ilustração do Estado do Rio Grande do Sul com fronteiras municipais e indicativo de altitude	109
Figura 7 - Distribuição da produção de soja por município no Rio Grande do Sul, 1975	122
Figura 8 - Distribuição da produção de soja por município no Rio Grande do Sul, 1985	124
Figura 9 - Série histórica área e produção de soja, Rio Grande do Sul, 1976 – 2021	128
Figura 10 - Distribuição da produção de soja por município no Rio Grande do Sul, 1995 ...	129
Figura 11 - Desembarques no complexo portuário de Rio Grande, 1979 – 1988 / 1993 – 2020	130
Figura 12 - Desembarques no complexo de Porto Alegre, 1979 – 1988 / 1993 – 2020.....	131
Figura 13 - Modais de transporte no Rio Grande do Sul, 2020.....	137
Figura 14 - Tonelagem total de mercadorias circuladas nos portos do RS, 1975 – 2020.....	138
Figura 15 - Entrada do município de Tupanciretã, Rio Grande do Sul, 2022	148
Figura 16 - Distribuição da produção de soja por município no Rio Grande do Sul, 2005 ...	149
Figura 17 - Distribuição da produção de soja por município no Rio Grande do Sul, 2010 ...	150
Figura 18 - Distribuição da produção de soja por município no Rio Grande do Sul, 2015 ...	150
Figura 19 - Plantio de soja em pequeno lote no Área no Noroeste do RS, 2022	156
Figura 20 - Plantio de soja com mensuração padrão entre plantas e irrigação por eixo pivotante no Noroeste do RS, 2022	156
Figura 21 - Plantio de soja com reduzido espaçamento entre plantas, Noroeste do RS, 2022	157
Figura 22 - Relação entre produtores de soja no Rio Grande do Sul e mercados agrícolas...	157
Figura 23 - Mapa político por província chinesa, 2022.....	160
Figura 24 - Produção pecuária em China por categoria, 1950 – 2020	165
Figura 25 - Distribuição da produção de suínos por província na China, 1980	166
Figura 26 - Distribuição da produção de suínos por província na China, 2000	171

Figura 27 - Distribuição da produção de suínos por província na China, 2010	172
Figura 28 - Disponibilidade de proteína animal por pessoa, média trienal, 2000 – 2019	173
Figura 29 - Valor total anual de culturas selecionadas Brasil – China, 1986 – 2018	181
Figura 30 - Valores importados por China de países selecionados, 2000 – 2020.....	182
Figura 31 - Países de destino dos embarques no Porto de Rio Grande, 1979 – 1987	184
Figura 32 - Embarques, por categoria de produto, para exportação via Porto de Rio Grande, 1979 – 2000	185
Figura 33 - Quantidade de soja exportada pelo Rio Grande do Sul por destino, 2004 – 2018	186
Figura 34 - Embarques, por categoria de produto, para exportação via Porto de Rio Grande, 2000 – 2020	188
Figura 35 - Quantidade média e respectiva de soja exportada por empresas entre Rio Grande do Sul e China, 2004 – 2018.....	192
Figura 36 - Quantidades de soja importadas por diferentes empresas entre China e Rio Grande do Sul, 2004 – 2018.....	194
Figura 37 - Área destinada para plantio de culturas selecionadas, China, 1950 – 2020	199
Figura 38 - Síntese dos atores envolvidos no mercado contemporâneo de soja entre Rio Grande do Sul e China, bem como instituições basilares para operação no segmento	208

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese sobre os regimes alimentares	47
Quadro 2 - Tipologia de grupos no meio rural chinês	67
Quadro 3 - Cultivares aprovadas no Rio Grande do Sul para o cultivo de soja por empresa de registro e quantidade, 2018.....	143
Quadro 4 - Tipos de produtores de soja no Rio Grande do Sul.....	155
Quadro 5 - IDE Chinês em território brasileiro, 2010 – 2019.....	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Rendimento médio por hectare para culturas específicas, Brasil, 1940 – 1990	96
Tabela 2 - Composição de lavoura temporária, Rio Grande do Sul (1939, 1950, 1955).....	115
Tabela 3 - Distribuição fundiária, Rio Grande do Sul, 1970 – 2017	125
Tabela 4 - Área agrícola por tipo de utilização, Rio Grande do Sul, 1970 – 2017.....	127
Tabela 5 - Unidades de processamento de grãos, Rio Grande do Sul, 2002 – 2020	132
Tabela 6 - Unidades de refino e envase de grãos, Rio Grande do Sul, 2002 – 2020.....	133
Tabela 7 - Relação entre tamanho de terra para cultivo de soja e tipo de semente utilizada, Rio Grande do Sul, 2017	152
Tabela 8 - Quantidade de produtores de soja por condição de produção e relação de posse da terra, Rio Grande do Sul, 2017	153
Tabela 9 - Suínos abatidos por empresa (milhões de unidades), 2016 – 2020	169
Tabela 10 - Quantidades de produtos selecionados importadas por China e sua variação, 2000 – 2018	176
Tabela 11 - Valor das exportações do Rio Grande do Sul por categoria total e fragmentações relacionadas à soja, 2000 – 2020	187
Tabela 12 - Dez principais empresas exportadoras de soja (ton.) para China, valores agregados entre 2004 – 2018	191
Tabela 13 - Dez principais empresas importadoras de soja (ton.) em China, valores agregados entre 2004 – 2018	192

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCD	Refere-se ao conjunto dos grupos ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus
ABIOVE	Associação Brasileira de Óleos Vegetais
AEB	Anuário Estatístico Brasileiro
AL/RS	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
ANTAQ	Associação Nacional de Transportes Aquaviários
BM	Banco Mundial
DEM	Partido Democratas
ECD	Empresas Cabeça de Dragão
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas
EVA	Empresas de Vilas e Aldeias
FHC	Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IED	Investimento Estrangeiro Direto
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCCh	Partido Comunista Chinês
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMA	Produção Municipal Agrária
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional da Apoio ao Médio Produtor Rural
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SRF	Sistema de Responsabilidade Familiar
ZEE	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ESTRUTURAS, INSTITUIÇÕES E MERCADOS: APRESENTAÇÃO DAS LENTES UTILIZADAS	25
2.1	NEOINSTITUCIONALISMO: EMERGÊNCIA DA PERSPECTIVA E DIFERENTES FORMAS DE EXPRESSÃO	27
2.2	REGIMES ALIMENTARES E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	36
2.3	MERCADOS SOB A ÓTICA DAS INSTITUIÇÕES E ADENDOS ESTRUTURAI.....	48
3	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	56
3.1	CHINA: AS FORMAS DE PROPRIEDADE, REFORMAS E INSERÇÃO INTERNACIONAL	57
3.1.1	A reformulação nacional pós-Revolução de 1949.....	57
3.1.2	Reformulação sobre a reformulação: As reformas de Deng Xiao Ping.....	62
3.1.3	À ascensão internacional e a ascensão internacional	75
3.1.4	Síntese possível de alguns elementos do quadro institucional chinês frente a trajetória histórica	81
3.2	BRASIL: A TRAJETÓRIA COLONIAL, A QUESTÃO AGRÁRIA E O MODELO AGROEXPORTADOR	82
3.2.1	A emergência da relação com a terra no território brasileiro.....	83
3.2.2	O Golpe Militar, a Revolução Verde e a emergência agroexportadora.....	89
3.2.3	Consequências da modernização e o agronegócio enquanto figura dominante.....	97
3.2.4	Síntese possível de alguns elementos do quadro institucional brasileiro frente a trajetória histórica	106
4	A TRAJETÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL E A EXPANSÃO DA SOJA	108
4.1	RIO GRANDE DO SUL: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS AO QUADRO NACIONAL.....	109
4.2	A SOJA NO RIO GRANDE DO SUL E NO BRASIL.....	116
4.2.1	Entre 1950 e 1970: A entrada da cultura da soja no RS.....	118
4.2.2	Entre 1970 e 1990: A crise internacional e as respostas regionais	120
4.2.3	Entre 1995 e 2020: a solidificação da soja na agricultura estadual.....	127
4.2.4	Caracterização geral da produção de soja no Rio Grande do Sul.....	149

5	CHINA, SOJA E RIO GRANDE DO SUL	159
5.1	A NECESSIDADE DE GRÃOS	161
5.1.1	Pessoas que se alimentam de porcos	164
5.1.2	Porcos que se alimentam de grãos	174
5.1.3	O complexo grãos-carne, o Brasil e a China	178
5.2	FLUXOS ENTRE RIO GRANDE DO SUL E CHINA	184
5.2.1	Financeirização e os conglomerados internacionais	189
5.2.2	Dependência externa e as possibilidades de escolha produtiva	198
5.2.3	Confiança entre eles: Outros valores que permeiam o mercado da soja ...	203
5.3	A CIRCULAÇÃO CONTEMPORÂNEA DE SOJA ENTRE RIO GRANDE DO SUL E CHINA	207
6	CONCLUSÃO	212
	REFERÊNCIAS	218
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA.....	236
	APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A COOPERATIVA 1.....	237
	APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A COOPERATIVA 2.....	240
	APÊNDICE D - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A COOPERATIVA 3.....	245
	APÊNDICE E - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A COOPERATIVA 4.....	248
	APÊNDICE F - DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE SOJA POR MUNICÍPIO NO RIO GRANDE DO SUL, 2020	254

1 INTRODUÇÃO

Um item específico tem sua propriedade transferida de um personagem para outro, o qual, por sua vez, fornece algo em troca pelo que recebe. Situações assim nada contam de extraordinário dentro da lógica da existência humana (e não humana¹). No Brasil dos anos 2000, crianças trocavam *tazos* vindos nos *salgadinhos*; na Inglaterra vitoriana, pessoas compravam chapéus de alta-costura; e, no século XV, um navegador chinês comprou uma girafa no Grande Zimbábue e a levou de presente ao imperador Jong Le.

Apesar dos três casos supracitados evidenciarem a transferência da posse de algo entre pessoas, não são todos a mesma coisa. Enquanto a girafa foi comercializada em um evento esporádico único – ao menos de acordo com o que indicam as fontes históricas² - *tazos* e chapéus conformaram uma constância de acontecimentos. E é na transferência de algo, acrescido da frequência dessa ação que vive parte da definição do conceito de “mercado”. Ou seja, mercado como a troca constante de elementos, seja lá quais forem (ASPERS, 2007).

Habita aqui, porém, uma armadilha. No caso dos *tazos* vindos nos *salgadinhos*, por exemplo, não eram todos iguais. A empresa distribuidora, sagazmente – e para o desespero das famílias –, definia um índice de repetição maior de alguns cartões do que de outros, gerando nesses a especificidade de serem “raros” dentro daquele universo. Assim, as trocas de *tazos* não ocorriam sob parâmetros quaisquer, eram definidas de acordo com a raridade e dificuldade de serem encontrados esses ou aqueles itens. Ainda, alguma criança poderia já dispôr de todos os colecionáveis sob sua posse, estando muito mais disposta a negociar seus *tazos* excedentes do que outras; enquanto outro poderia ter apenas um, agindo em uma posição arriscada nas negociações, visto que teria muito (no caso, tudo) a perder. Já nos chapéus vitorianos, os mesmos tampouco eram homogêneos entre si. Cores, adornos, formatos e a própria localidade na qual haviam sido adquiridos acrescentavam ou suprimiam prestígio ao produto. E, por consequência, à pessoa que o dispusesse sobre sua cabeça.

Assim, além de serem trocas da propriedade de objetos que ocorrem com alguma frequência, mercados também são submersos em valores, legislações e práticas culturais específicas (AZEVEDO, 2016). E, derradeiramente, assim como os *tazos* perderam seu

¹ Diversos estudos apontam para a frequência de trocas entre corvos e chimpanzés, por exemplo. Mais informações em: “*Researchers Shed Light On Trading Behavior In Animals*” bit.ly/3BJT6Ww (acesso em 13/10/2021) e “*Crows understand analogies*” bit.ly/3BER3Tl (acesso em 13/10/2021).

² As relações comerciais entre Grande Zimbábue e Império Chinês foram frequentes, entretanto o caso específico da girafa não apresenta repetições. Mais informações em: “Quando juncos chineses competiam com naus portuguesas” bit.ly/3F6n8FH (acesso em 30/09/2021), e em Rivair, J. M. História da África. Editora Contexto, São Paulo, 2014.

sentido com o crescimento das crianças e a entrada de outros produtos, e como os chapéus foram superados por outros vestuários, todos os mercados são demarcados por uma temporalidade – ou seja, não são perenes (BLOCK; EVANS, 2005).

É entre *tazos*, chapéus e girafas que a presente pesquisa se volta para a cadeia de soja, e observa como o mercado do grão se formou entre Rio Grande do Sul e China, no período de 1970 a 2020. Para enquadramento do tópico, três justificativas são necessários: sobre mercados, sobre o recorte e sobre a temporalidade.

O primeiro ponto vincula-se com a crescente produção científica destinada a romper com perspectivas idealizadas sobre fluxos econômicos e disposta a aprofundar a interpretação sobre “o mercado” enquanto fruto da sociabilidade humana. Produções alinhadas a reflexão sobre variedades de capitalismo e formas econômicas (NOLKE *et al*, 2020; SCHEDELIK *et al*, 2019; WRIGHT, 2019; JABBOUR, 2010; SCHNEIDER, 2009; POLANYI, 1944) buscaram agregar camadas ao debate da Economia Política e as perspectivas de desenvolvimento ao considerarem a amplitude de elementos compondo relações socioeconômicas. Portanto, a análise de mercado na presente pesquisa visa agregar ao apontado debate, observando uma cadeia tradicional transnacional de *commodities* a fim de conceber os fatores sociais que nela operam (ESCHER, 2016; WESZ JUNIOR, 2014).

O segundo traçado é em relação a geografia adotada, China e Rio Grande do Sul foram eleitos por motivos complementares. O país asiático tornou-se ao longo do século XXI o principal importador global de oleoginosas, centralizando parte majoritária do mercado em seu território. Desde a entrada chinesa na Organização Mundial do Comércio, em 2002, uma série de mudanças estruturais ocorreram no país, com crescimento de sua importância internacional enquanto poder comercial, político e cultural. Portanto, China surge como foco pela sua primazia econômica, pelo potencial geopolítico que a região demonstra nas duas primeiras décadas do século XXI, e pela trajetória interna de desenvolvimento adotada pela região (ZHANG; ZENG, 2022; ESCHER, 2016; SCHNEIDER, 2011; JABBOUR, 2010).

Já em relação ao Rio Grande do Sul, o percorrido da soja no Brasil é profundamente interligado com a região, sendo no norte do estado os locais pioneiros de experimentação do cultivo da oleaginosa (GONÇALVES, 1984). Dessa forma, apesar de não ser o principal estado produtor no país, a produção sojícola sul-rio-grandense apresenta-se em um denso emaranhado de conexões históricas. O processo de formação da região possibilita distinguir formas de diferentes grupos se relacionarem com o grão, bem como canais de comercialização, engrossando os espaços de análise. Fator conjunto ao crescimento da produção na região que, segundo valores da Companhia Nacional de Abastecimento

(CONAB), passou de valores totais de quatro mil toneladas, em 1980/1981; para sete mil em 2000/2001; atingindo 20 mil toneladas em 2020/2021. Indicando, portanto, a importância do cultivo na conformação socioeconômica da região. Cabe notar, também, que o crescimento produtivo em ambas as regiões – China e Rio Grande do Sul – avolumou a quantidade de análises científicas sobre a temática, possibilitando maiores eixos de comparação sobre os fatores em questão (AGUIAR, 2021; ESCHER; WILKINSON, 2019; VANDER VENNET; SCHNEIDER; DESSEIN, 2016; HAIRONG; YIYUAN; BUN, 2016; BENETTI, 2004). Denota-se, entretanto, as escalas díspares adotadas, visto que se trata de um espaço nacional integral no caso chinês, e de um recorte do território brasileiro na situação sul-rio-grandense. Apesar da disparidade, ambos os quadros não são postos em comparação direta, mas considerando-os dentro das especificidades de fornecedor e produtor no complexo de grãos analisados.

Por fim, escolheu-se os anos de 1970 como início por marcar a época de expansão de políticas públicas destinadas a ampliação da produção agrária empresarial, com fortalecimento de linhas de crédito e estímulo público para mecanização e quimificação do processo de produção agrícola (DELGADO, 2013; SILVA, 1996). Portanto, é na referida década que se assume na estrutura brasileira o projeto nacional de beneficiar grandes propriedades enquanto motores da produção agrícola. Fator que será frequente na exploração sobre o mercado sojícola. Simultaneamente, é na mesma década que reformas estruturais têm sua implementação iniciada na China. Após anos de conformação de um modelo socialista de maior centralização, as mudanças promovidas por Deng Xiao Ping ampliaram a relação entre o mercado interno e externo chinês, incidindo em uma modernização das práticas de vida e consumo do país. Logo, é na margem da apontada década que processos sociais distintos delimitam um período na história do país (CHEN; JEFFERSON; ZHANG, 2011; JABBOUR, 2010). O limite final adotado, 2020, é marcado pelo período de reorganização das estruturas globais. Em virtude da pandemia de Corona Virus (COVID – 19)³, do conflito entre Rússia e Ucrânia, e de governanças fascistas em diferentes países do globo, novas práticas econômicas de maior protecionismo tem ocorrido, tensionando a tendência predominante nos fluxos comerciais até então⁴. Salienta-se, porém, que elementos precedentes ou decorrentes do período são trazidos ao debate quando necessários.

³ Conforme apresentado pela Organização Mundial de Saúde: covid19.who.int (acesso em 16/06/2022).

⁴ No momento de escrita da pesquisa, são frequentes os debates sobre o “fim da globalização” e de releituras sobre as práticas econômicas de *outsourcing* vigentes no lado ocidental desde a década de 1980. Tanto a pandemia de COVID-19, o conflito entre Rússia e Ucrânia e os efeitos da China na economia capitalista tensionam as relações internacionais. Ver mais em: “Uma guerra mundial e a crise da globalização”, de

Em diálogo com o tema, cabe salientar, que a presente pesquisa de dissertação foi feita no período de 2020 e 2022, sendo marcada pela vigência de restrições sanitárias que afetaram o andamento de algumas etapas, conforme será trazido a seguir.

Sob a referida justificativa, o problema central da pesquisa define-se por “*Qual o papel que Estado e sociedade civil desempenharam na conformação do mercado convencional de soja entre Rio Grande do Sul e China?*”; e, para tal exploração, toma-se o objetivo central de “*Analisar a conformação do complexo sojicultor, em esfera produtiva e circulatória, entre Rio Grande do Sul (Brasil) e China, considerando a trajetória histórica de ambos as regiões, e sua relação com elementos institucionais que elaboram o mercado observado*” Elemento trabalhado em diálogo com os objetivos específicos, que são:

- a) elaborar um referencial teórico adequado ao problema de pesquisa, conjugando instituições formais (contratos, políticas públicas, infraestrutura), instituições informais (confiança, cultura, hábitos), estrutura (Regime Alimentar) e atores num mesmo arcabouço analítico;
- b) contextualizar historicamente a questão agrária nas trajetórias de desenvolvimento de China e Brasil, bem como elementos correlatos ao processo – comércio, relações exteriores, políticas públicas;
- c) caracterizar as especificidades da trajetória agrária e das práticas agrícolas que permitiram a expansão do cultivo e da comercialização de soja no Rio Grande do Sul diante do contexto brasileiro mais amplo;
- d) analisar a emergência e consolidação do Rio Grande do Sul como importante centro exportador de soja brasileira para a China, considerando motivações endógenas e exógenas aos territórios trabalhados;
- e) identificar o complexo sojicultor entre Rio Grande do Sul e China em suas diferentes partes (produtores, intermediários, exportadores, importadores).

Para resolução e aprofundamento dos tópicos, a presente dissertação opera sobre dois pilares teóricos. Um primeiro, alinhado a uma perspectiva global e regulativa, reflete sobre a formação das estruturas macroeconômicas que definem as posições dos países na estrutura comercial internacional, especificamente aqui tratando-se das abordagens de Regimes Alimentares. Por consequência dessa elaboração, a atuação das nações torna-se afetada e demarcada pelo seu posicionamento frente aos demais (BERSTEIN, 2016; MCMICHAEL,

Savagone (2022), disponível em: ihu.unisinos.br/categorias/618505-uma-guerra-mundial-e-a-crise-da-globalizacao-artigo-de-giuseppe-savagone (acesso em 22/08/2022). Interessante notar, porém, que o fato não é exclusivamente contemporâneo, tendo sido salientado por outras produções anteriormente

2016; 2014, 2009; SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016; FRIEDMANN, 2005, 1999). Um segundo pilar bebe na dimensão cultural e cognitiva, reconhecendo que, apesar das composições globais regulativas, as práticas cotidianas são desempenhadas por atores em arcabouços demarcados por fatores formais – leis, regimentos, contratos – e informais – costumes, cultura, confiança – que balizam suas práticas, utilizando a perspectiva do Institucionalismo Histórico e do Institucionalismo Sociológico (BECKERT, 2017; 2007a; HODGSON, 2006; 1994; THÉRET, 2003; HALL; TAYLOR, 2003). É em relação à perspectiva institucionalista, também, que a interpretação sobre mercados é construída. Considerando-os enquanto composição de diferentes instituições sociais em diálogo numa esfera de circulação econômica com reincidência (AZEVEDO, 2016; HODGSON, 1994). Parte-se, portanto, do pressuposto de mercados enquanto elementos sociais, não naturais, e em relação dialética com seus respectivos contextos.

Os caminhos teóricos adotados apresentam pontos conflitantes entre si, visto a contraposição entre esferas regulativas e cognitivas, entretanto, busca-se exatamente a elaboração do diálogo entre ambos os elementos. Essa direção parte do pressuposto de que as formas econômicas contemporâneas apresentam complexidade de composição e, portanto, precisam ser observadas em diferentes ângulos (WRIGHT, 2019; STREECK, 2012; BUROWAY, 2010; 2003). Para composição do diálogo entre as esferas, adota-se especialmente a perspectiva de *embeddedness* em dimensão estrutural e local (CASSOL; SCHNEIDER, 2022; CASSOL, 2018; DIMAGGIO; LOUCH, 1998).

Para elaboração da análise, usa-se metodologia que dialoga com os elementos quantitativos e qualitativos, interatuando processos analíticos, teóricos e estatísticos para compôr o quadro do tema em perspectiva macro e meso.

Do ponto de vista quantitativo, foram utilizadas oito bases de dados, cada qual contribuindo com informações específicas. As origens dos dados, a objetivação dos mesmos e a forma de processamento são as seguintes:

- a) Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ): autarquia brasileira responsável pelo controle e administração dos fluxos comerciais em portos no país. Apresenta registro dos tráfegos comerciais de 1979 a 2022⁵. Os dados da instituição foram utilizados para traçar os países de destino e origem dos fluxos de exportação e importação através dos portos do Rio Grande do Sul. Também por meio destes se

⁵ A forma de acesso aos dados varia de acordo com a periodicidade: entre 1979 e 1988, os mesmos precisam ser requisitados a instituição; de 1989 à 1992, não há registros; de 1992 à 2010 estão disponíveis na plataforma base da autarquia; e, de 2010 ao presente, disponíveis na plataforma de visualização de dados da mesma: dadosabertos.antaq.gov.br (acesso em 02/10/2021).

obteve uma caracterização das mercadorias em transporte. Processados com uso do programa LibreOffice Calc 7.0.3.1⁶.

- b) *National Bureau of Statistics of China* (NBSC). Agência estatal chinesa responsável por levantamentos censitários no país. A disponibilidade da plataforma abarca bases demográficas, econômicas e de caráter agrônômico. Os dados apresentam diferentes temporalidades de acordo com a categoria, sendo a maior parte disponível posterior à 1980. Foram selecionados e analisados dados relativos a distribuição da produção e importação no país. Para processamento, foram utilizados os programas LibreOffice Calc 7.0.3.1. e QGIS 3.10.12⁷.
- c) Produção Agrícola Municipal/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PAM/IBGE). Levantamento sobre a produção agrícola nos municípios do país. Foram utilizados dados para construção do perfil produtivo no Estado do Rio Grande do Sul durante o recorte histórico utilizado. Para processamento via LibreOffice Calc 7.0.3.1. e QGIS 3.10.12..
- d) Estatísticas de Comércio Exterior/Ministério da Economia. Dados relativos a saídas e entradas de exportação e importação no país, disponíveis em diferentes recortes geográficos. Os dados estão disponíveis em um formato de 1989 a 1996, e de outro entre 1996 à 2022. Sendo assim, foram utilizados em blocos separados, visto que trabalham com metodologias distintas de levantamento. Utilizou-se, principalmente, valores para caracterização dos destinos das exportações do Rio Grande do Sul, bem como segmentações específicas do mercado de soja. Pela alta quantidade de entradas, os dados foram processados através de RStudio⁸ e QGIS 3.10.12..
- e) *Trase Earth*⁹. Plataforma idealizada e mantida pelas organizações *Stockholm Environment Institute* e *Global Canopy* que sistematiza dados de tráfego de commodities entre diferentes localidades globais. Também apresenta caracterizações sobre empresas e canais comerciais delas. Os registros da plataforma foram utilizados, especialmente, para construção dos quadros gerais das empresas envolvidas na circulação da cadeia sojícola.

⁶ Programa de código aberto gerenciador de planilhas e dados estatísticos.

⁷ Programa de código aberto gerador de análises geográficas, possibilitando a construção de mapas e imagens ilustrativas a processos geográficos.

⁸ Plataforma para manejo de dados via linguagem R.

⁹ Disponível em trase.earth (acesso em 16/11/2022).

- f) Outros dados. Registros da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), da *Food and Agriculture Organization* (FAO), da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (ABIOVE), e do Conselho Empresarial Brasil – China (CEBC) e outras plataformas secundárias também foram utilizadas em caracterizações específicas, não sendo foco específico da metodologia, mas contribuindo na construção de argumentos.

Do ponto de vista qualitativo, por sua vez, a pesquisa utilizou de três práticas. Uma primeira de leitura de paisagem, uma segunda de análise de discursos legislativos e uma terceira de entrevistas semiestruturadas.

- a) leitura de paisagem: realizada no mês de janeiro de 2022 e baseada em percorrer dos territórios dos municípios de Cruz Alta, Tupanciretã, Cachoeira do Sul, Santa Maria e São Lourenço do Sul, todos localizados no Estado do Rio Grande do Sul. Os municípios foram eleitos para a observação por características que dialogam com a produção de soja na região. Os três primeiros apresentam, respectivamente, a maior quantidade total de soja produzida nas mesorregiões do Noroeste Rio Grandense, Centro Ocidental Rio Grandense e Centro Oriental Rio Grandense, bem como posições elevadas no Estado como um todo. Já Santa Maria e São Lourenço do Sul, apesar de apresentarem perfis econômicos gerais bastante distintos, tem na soja um elemento extra na formação do seu meio rural. Enquanto em Santa Maria há outras atividades agrícolas e não agrícolas, em São Lourenço o plantio de soja em pequenas propriedades e marcadores topográficos no município trazem tópicos distintos para análise. A leitura de paisagem baseou-se na perspectiva de Verdum (2012), na qual foca-se na identificação de elementos materiais e imateriais que permeiam o espaço analisado, observando condicionantes presentes e sua relação com o ambiente no decorrer do tempo;
- b) análise de discursos proferidos por parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Operacionalizada sobre as transcrições administradas pelo próprio órgão e que registram falas proferidas nas diferentes sessões. O material foi utilizado para constatação da frequência com que temas apareceram no debate público e sua forma de reverberação. O período disponível na plataforma digital da Assembleia corresponde às 50^a, 51^a, 52^a, 53^a, 54^a, 55^a legislaturas, equivalente ao ano de 2000 em diante, considerando mandados de quatro anos. A 55^a legislatura encontra-se em sua metade no ano de 2022, sendo adotado o mês de fevereiro do referido ano como limitador;

c) entrevistas semiestruturadas: realizadas com cooperativas relacionadas ao mercado de grãos no Estado. Esses atores foram os escolhidos em virtude do papel posicionalmente central ocupado no fluxo de soja na região, estando em constante diálogo com produtores e cerealistas internacionais. Em virtude das restrições que a pandemia de Corona Vírus impôs, o acesso aos informantes foi dificultado, resultando em quatro entrevistas alcançadas frente um contingente de 53 contatadas. As cooperativas foram levantadas por meio da listagem oficial OCERGS – SesCOOP/RS, e trianguladas com plataformas de rastreamento de cadastro jurídico para identificação de sua real relação com o mercado em análise. As perguntas operaram baseadas em um roteiro semirígido, valorizando o percorrer da interação como possível canal de conexão entre entrevistador e entrevistado (DALLE; BONIOLO; SAUTU; ELBERT, 2005). Processo que foi dividido em blocos, iniciando por perguntas relativas à trajetória da cooperativa, passando para forma de acesso ao mercado no Estado, competição entre diferentes atores, canais de escoamento e expectativas para a produção de soja. O contato com os informantes não visava a identificação das cooperativas, visto que o objetivo era a identificação das formas de atuação. Por essa razão, as empresas e os entrevistados são mantidos em anonimato, tendo seus nomes suplantados nas transcrições disponíveis no Apêndice B.

Agregados e entrepostos os elementos apresentados, a pesquisa concluiu o caráter social, não natural e politicamente estimulado de composição do mercado de soja entre Rio Grande do Sul e China. Cerne alcançado por meio de cinco eixos.

O primeiro trata-se do modelo agroexportador e a dirimição dos custos produtivos com o coletivo. Compreensão especialmente fruto da existência de fatores considerados como externalidades ao ciclo de produção que são divididos pela sojicultura com o restante da sociedade. Processos exemplificados pelos custos de manutenção da malha viária na região e pela degradação ambiental – ou seja, efeitos correlatos em esferas diretas e indiretas. Matéria ainda mais tensionada quando considerada a não contribuição tributária do setor, visto a isenção que exportações de *commodities* recebem em virtude da Lei Kandir, instituída em 1996.

O ponto seguinte trata da construção de uma identidade atrelada ao modelo agroexportador, que por vias discursivas e econômicas estabelece um hábito padrão de produção de soja. Por meio dessa identificação, sojicultores criam uma série de simbolismos coletivos que fortalece suas práticas por meio de eventos simbólicos, construções discursivas

e operação em estruturas políticas oficiais – fator evidenciado nos discursos da Assembleia Legislativa. A referida constatação salienta a correlação da prática econômica e do ambiente social de inserção.

Já o terceiro, destaca a atuação de conglomerados internacionais no fomento da composição do complexo grãos-carne na economia global. É por meio da agência direta do capital privado internacional que determinadas práticas de consumo foram desenvolvidas ao longo do século XX, resultando em canais de comércio contemporâneo vinculados a soja. Na circulação específica entre Rio Grande do Sul e China, por exemplo, um dos conglomerados identificados foi responsável por um terço da tonelage total circulada. Diferentemente de outras regiões do Brasil, cabe salientar o grande número de atores locais, em proporção diminuta, no fluxo de soja entre ambas as regiões.

Fator endossado pelo quarto ponto, que traz a importância do projeto chinês na consolidação do referido mercado. Em coadunação ao movimento dos conglomerados, ainda que em direção distinta, o projeto de desenvolvimento da China solidificou uma classe urbana proletária com alto potencial de consumo. Por meio do acesso econômico e de fomento específico – propaganda, por exemplo – alteraram-se os hábitos de alimentação com direcionamento a uma maior ingestão de proteína animal. Como consequência, maior a necessidade de grãos para alimentação pecuária. Portanto, traçando um quadro no qual a produção de soja sul-rio-grandense encontra um mercado internacional ávido em decorrência de políticas implementadas em território chinês.

E, derradeiramente, o quinto ponto enuncia a correlação entre o mercado analisado e as dinâmicas sociais atreladas. Constata-se a existência, em coadunação com o referencial teórico adotado, de duas camadas de embebedimento social na circulação da soja: em esfera estrutural e local. No primeiro nível, o padrão dólar, os modelos de acumulação e as disputas de poder econômico. No segundo, os laços de confiança entre operantes da cadeia, a construção de identidades e os valores desempenhados nas localidades. Fatores que endossam o processo dialético entre dinâmicas de mercado – mesmo em caracterizações convencionais – e a sociabilidade humana.

O conjunto de conclusões, todavia, teve sua profundidade limitada em virtude da pandemia. As restrições sanitárias limitaram a circulação em diferentes regiões e impediram, por exemplo, a construção de pesquisa de campo no próprio território chinês. Outro elemento de empecilho foi a inconstância de determinados dados secundários, visto que o longo período abarcado contou com diferentes metodologias por parte das organizações coletoras, frequentemente criando quadros lacunares.

Com essas considerações, o traçado até as conclusões trazidas foi composto por etapas fragmentadas na dissertação em capítulos próprios. Especificamente, para além da presente introdução, outras cinco divisões para: base teórica; contextualização histórica; relações de produção de soja no Rio Grande do Sul; a emergência do canal comercial de soja com o território chinês; e conclusões. Dispostos conforme apresentado a seguir.

No Capítulo 2 aborda-se a base teórica utilizada na pesquisa. Foca-se inicialmente na emergência das teorias materialistas interpretativas sobre estruturas mundiais e o sistema econômico capitalista para ensejar qual o ambiente de debate no qual se inserem os autores dos Regimes Alimentares. A referida perspectiva, por sua vez, é apresentada dentro dos seus diferentes períodos e como contribui à pesquisa. Segue-se na exposição com a retomada da formação da teoria institucionalista e suas interpretações ao longo do tempo. Fator ao qual agrega-se a perspectiva adotada como base no trabalho, alinhada ao Institucionalismo Histórico em diálogo com proposições sociológicas.

No Capítulo 3, aprofunda-se o contexto do problema de pesquisa. Para tal, a trajetória agrária do Brasil é remontada, bem como a da China. Faz-se uso de produções historiográficas e econômicas sobre ambas as regiões. Objetiva-se no capítulo a construção do quadro cognitivo geral de operação dos processos a serem analisados. Para o Brasil, retoma-se a relação desigual de posse de terra, bem como os tensionamentos entre diferentes formas de inserção agrária que se originaram ao longo do século XX. Finaliza-se a retomada histórica com a emergência do modelo agroexportador e sua caracterização enquanto agronegócio na transição para o século XXI. Já no contexto chinês, traça-se elementos posteriores à Revolução de 1949, com a reorganização da estrutura estatal e das políticas de direcionamento do país. Segue-se com especial foco sobre as medidas implementadas por Deng Xiao Ping a partir da década de 1980. Encerra-se com a internacionalização do país e em sua emergência enquanto potência na economia e política global.

Se no Capítulo anterior foi observado o quadro amplo brasileiro e chinês, o Capítulo 4 foca especificamente na trajetória agrária do Rio Grande do Sul e a expansão da cultura de soja na região. Inicia pela retomada de aspectos históricos formativos em diálogo ao quadro nacional, e parte-se para a caracterização produtiva da região. Essa retomada é base para destaque das alterações provenientes da expansão da soja no estado. Os dados quantitativos e qualitativos levantados na pesquisa são fundamentais na elaboração dos argumentos.

No Capítulo 5, por sua vez, retoma-se a trajetória importadora de soja por parte da China, observando o outro elo do mercado. Para tal, aborda-se a alteração do foco da segurança alimentar dentro do país asiático, e as consequências para inserção internacional em

decorrência dessas medidas. Segue-se com a consideração dos elementos que compõem os fluxos internacionais de soja, para então enquadrar a relação específica entre o país asiático e a região sulbrasileira. Ao final, é elaborado uma síntese sobre a forma de atuação do mercado na contemporaneidade, considerando atores e instituições em conjugação. Opera em complementaridade ao capítulo anterior, principalmente na análise das fontes trabalhadas.

O Capítulo 6 objetiva a construção de amarras entre os processos abordados e os debates sobre possibilidades de desenvolvimento social e econômico dos diferentes países. Conduzindo as considerações derradeiras sobre o tema e esboçando possíveis explorações futuras que dialogariam com os elementos trabalhados na dissertação.

2 ESTRUTURAS, INSTITUIÇÕES E MERCADOS: APRESENTAÇÃO DAS LENTES UTILIZADAS

Pensemos momentaneamente na morfologia da soja. De forma simplificada, o grão é coberto pelo tegumento – esfera exterior que recobre a semente; pelo cotilédone, que fornece a energia necessária para emergência da planta; e pela radícula que ascende de dentro do grão como disparador do crescimento. De forma semelhante, a presente dissertação se organiza. Nessa suposição, o presente capítulo carrega o primeiro dos elementos, sendo a fronteira sob a qual o substancial será analisado. É através do tegumento que a composição da semente tem contato com o ambiente exterior, e é por meio das teorias adotadas na pesquisa que os objetos em observação se relacionam com outros fatores levantados. Com tal objetivo, aborda-se aqui, especificamente, o estruturalismo dos Regimes Alimentares e o Institucionalismo.

A escolha teórica partiu do problema de pesquisa: "*identificar os diferentes elementos envolvidos na formação do mercado de soja entre Rio Grande do Sul e China*", o qual foi dividido em três dimensões. Uma primeira, relacionada aos “*diferentes elementos*”, entendidos enquanto países, agricultores, formas de transporte, políticas públicas, organizações, atores privados e semelhantes envolvidos no processo analisado. Uma segunda, vinculada à ideia de “*mercado de soja*”, remetendo à esfera econômica das práticas analisadas, na qual itens são intercambiados entre atores de acordo com suas respectivas circunstâncias. E, derradeiramente, a dimensão “*entre Rio Grande do Sul e China*” relacionada às localidades em diálogo, trazendo a trajetória de cada país, inserções internacionais e disputas atreladas. A fim de dar vazão à intersecção entre essas dimensões, optou-se pela conjugação de dois eixos de abordagem teórica.

O primeiro alinha-se à perspectiva Institucionalista, percebendo os conjuntos sociais enquanto compostos por dinâmicas formais (leis, regimentos, contratos) e informais (confiança, hábitos, cultura) que permeiam a cognição dos atores envolvidos e configuram as relações nos espaços dos processos observados – instituições. Dentro do arcabouço institucionalista, toma-se como base as produções vinculadas a uma visão entendida como institucionalismo histórico, apesar de serem estabelecidos constantes diálogos com o institucionalismo sociológico (BECKERT, 2017; 2007a; HODGSON, 2006; 1994; THÉRET, 2003; HALL; TAYLOR, 2003).

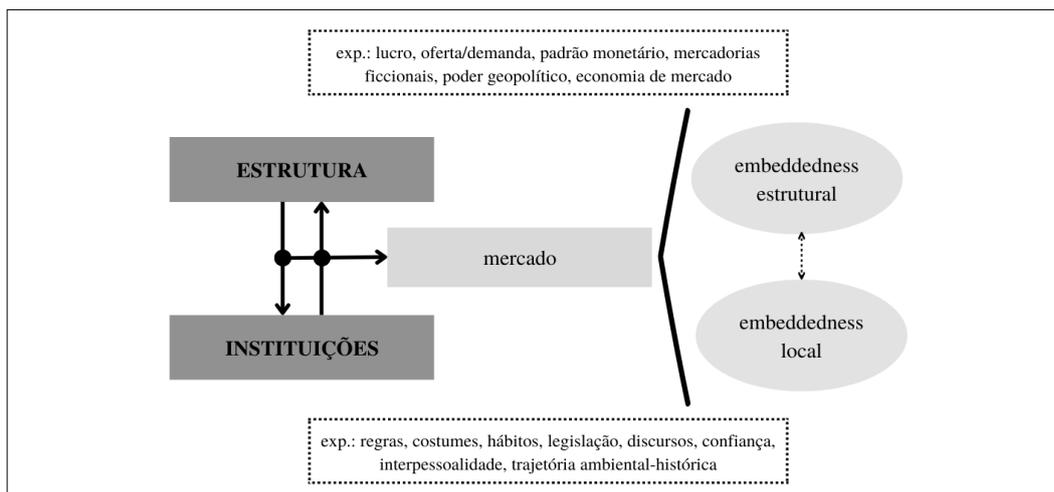
É por meio do institucionalismo que é feita a observação dos mercados, também. Considerando-os enquanto composição de diferentes instituições sociais em diálogo numa esfera de circulação econômica com reincidência (AZEVEDO, 2016; HODGSON, 1994).

Parte-se, portanto, do pressuposto de mercados enquanto elementos sociais, não naturais, e em relação dialética com seus respectivos contextos.

O segundo eixo trata da construção da estrutura internacional que permeia o quadro analisado. Pela perspectiva dos Regimes Alimentares (MCMICHAEL, 2016, 2014, 2009; FRIEDMANN, 2005, 1999, 1993), compreende-se que concepções das Relações Internacionais e da Economia Política trazem elementos essenciais para o debate sobre fluxos comerciais. A perspectiva específica selecionada analisa como, historicamente, centros de poder socioeconômico conformaram práticas agroalimentares específicas, afetando a construção de políticas públicas e dinâmicas mercadológicas no sistema econômico global.

Propõe-se aqui um diálogo entre esferas regulativas – representadas pelos Regimes Alimentares e seu materialismo histórico-dialético – e culturais cognitivas – na figura do institucionalismo. Apesar de existirem conflitos entre ambas as interpretações adotadas, parte-se da leitura de que o regime econômico capitalista contemporâneo deve ser analisado em camadas. Para tal, dimensões estruturais, regulativas, culturais e cognitivas são consideradas em seu caráter de complementaridade entre instituições e estrutura (WRIGHT, 2019; STREECK, 2012; BUROWAY, 2010, 2003). Opta-se, portanto, pela conjugação de ambas visando a identificação e o tensionamento dos pontos em comum. Fazendo uso do estruturalismo – no recorte voltado ao agrícola possibilitado pela abordagem dos Regimes – para conceber as disputas verticalizadas de poder em âmbito internacional e de caracterização econômica; e a perspectiva institucionalista considerando suas contribuições vinculadas às dinâmicas culturais, cognitivas e legislativas sobre as esferas em questão. Tomando ambos os eixos em perspectiva de complementaridade e dialética. O quadro geral a ser trabalhado é apresentado na Figura 01 e será esmiuçado ao longo do Capítulo.

Figura 1 - Síntese da perspectiva teórica adotada e sua correlação



Fonte: Adaptado de Cassol e Schneider (2022), Burawoy (2003), DiMaggio e Louch (1998) e Beckert (1996).

O capítulo é subdividido em três seções. Inicia-se pela apresentação do institucionalismo, trazendo a trajetória formativa da teoria, as diferentes abordagens e a filiação da presente dissertação; parte-se para uma retomada sobre a perspectiva estruturalista marxiana, alcançando os Regimes Alimentares enquanto ótica central; e, ao fim, alinham-se as contribuições para a apresentação da leitura sobre mercados tomada como base.

2.1 NEOINSTITUCIONALISMO: EMERGÊNCIA DA PERSPECTIVA E DIFERENTES FORMAS DE EXPRESSÃO

Em publicação de 2003, Bruno Théret nomeou seu artigo como “As instituições entre as estruturas e as ações”. Por mais amplo que um título possa ser, o do referido artigo carrega em si uma síntese da perspectiva institucionalista. Aponta como a teoria enfoca sua análise sociológica sobre elementos que não são exclusivamente fruto da estrutura de poder verticalizada, sem serem, tampouco, oriundos de vontades e motivações individuais dos atores. Ou seja, privilegia o foco na intersecção entre ambas as esferas que englobam o processo social.

Considerar regras, normas e acordos enquanto instituições sociais, e conceber que dialogam com a sociabilidade humana não é um fenômeno contemporâneo nem exclusivo da teoria institucionalista. Em “A ideologia alemã”, de 1845, Friedrich Engels e Karl Max apontaram para como as classes dominantes geravam modos de agir e pensar. Em “O Suicídio”, de 1897, Émile Durkheim analisou a correlação entre dinâmicas de inserção social e taxas de autocídio. Já em “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, de 1905, Max Weber defendeu como o Ocidente Europeu teria atingido um grau de primazia produtiva

capitalista possibilitado pela dinâmica cultural da região. O que os três clássicos sociológicos apresentaram foram formas de considerar elementos sociais (ideias, inserção social e cultura) como elementos do coletivo que afetavam a dinâmica dos indivíduos.

É a partir dessas colaborações, especialmente as de Weber e Durkheim, que interpretações institucionalistas emergiram ao longo do século XX (MARTINS; GUERRA, 2013; OLIVEIRA, 2010). Sua principal condução se deu sob a perspectiva econômica de Thorstein Veblen, notadamente pela assimilação da existência de propriedade privada, livre concorrência, e industrialização enquanto fenômenos, sobretudo, frutos da sociabilidade humana (SILVA, 2012; VEBLEN, 1969). Decorre que ao longo da primeira metade do século XX, formou-se um amálgama de considerações sobre instituições e sua conexão com valores, normas e atitudes. Progressivamente, instituições deixaram de ser elementos apenas considerados nas análises, para tornarem-se centro das investigações, dando abertura para uma perspectiva propriamente institucionalista.

As primeiras elaborações institucionalistas pautavam-se na relação do indivíduo com seu entorno, centrando no ator a formação das instituições (HALL; TAYLOR, 2003). As análises individualistas entendiam as relações sociais como exclusivamente resultado das interações e práticas dos diferentes indivíduos (DIMAGGIO; POWELL, 1999).

A partir da década de 1980, a perspectiva institucionalista ganhou escala e escopo em outras áreas para além da economia e passou a ser interpretada tanto por lentes orientadas aos indivíduos como ao coletivo (HALL; TAYLOR, 2003). Esse processo ocorreu pela entrada da Ciência Política no debate sobre instituições, rompendo com a perspectiva dominante majoritariamente pautada no racionalismo econômico (HODGSON, 2006).

Com a proliferação de interpretações, no último quarto do século XX emergiu uma nova fase desse caminho teórico, denominada de neoinstitucionalismo. É essencial salientar, entretanto, que a designação de um termo é muito mais relacionada a uma leitura *a posteriori* do que a um rompimento brusco na produção científica sobre o tema.

O neoinstitucionalismo é, então, a interpretação teórica que parte do pressuposto comum de instituições enquanto elementos centrais das análises sociológicas. Considerando instituições como práticas organizadas com duração histórica dentro da sociedade em observação, sendo relativamente estáveis frente a variação dos indivíduos (MARCH; OLSEN, 2008).

Apesar do disparador comum, o passar das décadas e dos focos de estudo resultaram em diferentes interpretações. Conforme aponta Théret (2003), os ramos da Ciência Política e Economia originaram vertentes próprias de interpretações institucionais, dando maior foco na

produção acadêmica de acordo com seus objetos de estudo. Para fins de objetivação da temática da presente pesquisa, serão expostos a seguir apenas as vertentes vinculadas a Ciência Política, com adendos breves sobre suas relações com interpretações da economia. Cabe salientar que no ramo econômico foram bastante múltiplas as trajetórias adotadas pelos autores em diferentes escolas de pensamento.

No caso da Ciência Política, as análises do neoinstitucionalismo caracterizaram três interpretações centrais: o Institucionalismo da Escolha Racional; o Institucionalismo Sociológico; e o Institucionalismo Histórico (THERÉT, 2003; HALL; TAYLOR, 2003).

A partir das contribuições de Veblen (1967), o Institucionalismo da Escolha Racional emergiu como crítica à perspectiva economicista da Escolha Racional neoclássica (HALL; TAYLOR, 2003). Defendia, portanto, que os indivíduos não agiam exclusivamente motivados pelo interesse de maximização das vantagens pessoais, mas em diálogo com os limites cognitivos, informacionais e capacitacionais seus e dos respectivos entornos. Ou seja, em relação às instituições (DIMAGGIO; POWEL, 1999).

Os atores operariam com base nas instituições permeadas nas relações desenvolvidas. Por via delas, teriam uma expectativa sobre as ações de terceiros, facilitando a tomada de decisões e a previsibilidade das respostas potenciais. As instituições seriam fruto de posições vantajosas negociadas entre os atores que se perpetuariam ao solidificarem caminhos possíveis de maximização dos retornos (HALL; TAYLOR, 2003). Douglass North (1991), alinhado a essa perspectiva, afirma:

Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights). Throughout history, institutions have been devised by human beings to create order and reduce uncertainty in exchange. Together with the standard constraints of economics they define the choice set and therefore determine transaction and production costs and hence the profitability and feasibility of engaging in economic activity. They evolve incrementally, connecting the past with the present and the future; history in consequence is largely a story of institutional evolution in which the historical performance of economies can only be understood as a part of sequential story. Institutions provide the incentive structure of an economy; as that structure evolves, it shapes the direction of economic change towards growth, stagnation, or decline (NORTH, 1991, p. 97)¹.

¹ “Instituições são restrições concebidas por seres humanos que estrutural as interações políticas, econômicas e sociais. Consistem tanto em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta), como em regras formais (constituição, leis, direitos de propriedade). Ao longo da história, instituições foram concebidas pelos seres humanos a fim de criar ordem e reduzir as incertezas em trocas. Juntamente às restrições padrões da economia, definem o leque de escolhas e até mesmo determinam custos de transação e produção, determinando lucratividade e viabilidade de engajamento em atividades econômicas. Elas evoluem incrementalmente, conectando passado, presente e futuro. História, por sua vez, é a narrativa de evoluções institucionais na qual a performance econômica só pode ser entendida dentro do contexto mais amplo.

Evidenciando a interpretação de que, mesmo instituições de diferentes tipos – formais ou informais –, seriam oriundas da negociação econômica ao longo da história. Surgindo e desaparecendo de acordo com sua capacidade de garantir posição de maior vantagem aos envolvidos na vivência do período. Esse processo, por sua vez, originaria a organização social produtiva e daria motricidade ao fluxo histórico.

Em síntese, o Institucionalismo da Escolha Racional aponta um enfoque no qual as instituições apresentam um caráter estratégico de apoiar os atores na mensuração de quais ações desempenharão (THERÉT, 2003). Atos cotidianos, sejam sociais, políticos ou econômicos, seriam tomados sempre sob uma perspectiva calculista (HALL; TAYLOR, 2003). Conforme afirma North (1991), seria a composição institucional de uma sociedade que estruturaria o caminho para crescimento, estagnação ou declínio econômico. De acordo com Therét (2003), o equivalente economicista dessa perspectiva ocorre nas elaborações teóricas da Nova Economia Institucional.

Por sua vez, o Institucionalismo Sociológico emergiu do diálogo entre Ciência Política e Sociologia. O elemento cultural é tomado como ponto essencial para observação da relação entre instituições e atores. A ação individual seria condicionada pelas normas e convenções do espaço em questão, sendo os ambientes culturais os disparadores de diferenças e similitudes entre instituições. A cultura é interpretada como a forma de pensar e agir dos indivíduos, incidindo no rompimento com a lógica da perspectiva calculista dos atores, visto que a própria cognição desses seria originada no ambiente em questão (HALL; TAYLOR, 2003).

Nada nisso tudo sugere que os indivíduos não sejam dotados de intenções, ou sejam irracionais. O que os teóricos do institucionalismo sociológico sublinham é que aquilo que um indivíduo tende a considerar como uma ‘ação racional’ é ele próprio um objeto socialmente constituído, e eles conceituam os objetivos que um autor se impõe numa perspectiva muito mais ampla que a de outros teóricos. Se os teóricos da escola da escolha racional postulam um universo de indivíduos ou de organizações empenhados em maximizar seu bem-estar material, os sociólogos, por seu lado, descrevem um universo de indivíduos ou de organizações em busca de definir ou de exprimir suas identidades conforme modos socialmente apropriados. (HALL; TAYLOR, 2003, p. 211)

Apesar dessa diferenciação, o Institucionalismo Sociológico, assim como no da Escolha Racional, interpreta a origem das instituições como fruto da coordenação entre os diferentes atores (THERÉT, 2003). Essas se originariam no respaldo e endosso social, adquirindo legitimidade e permeabilidade. As dinâmicas de poder também são consideradas,

Instituições proveem a estrutura de incentivo da economia; de acordo com a evolução da estrutura, molda-se a direção da economia em direção a crescimento, estagnação ou declínio” (NORTH, 1991, p. 97, tradução nossa).

mas ocupam caráter periférico frente ao debate centralizado na difusão de modelos institucionais pela coordenação e legitimação (HALL; TAYLOR, 2003). No ramo da economia, é a Economia das Convenções que aborda grande parte de temas correlatos. Considerando a racionalidade dos agentes, porém tendo centralidade nas regras organizacionais e normas que compõem o ambiente dos atores (THÉRET, 2003).

Já na perspectiva do Institucionalismo Histórico, cálculo e cultura aparecem como complementares. Os indivíduos operam com base nos seus interesses, os quais são submetidos ao ambiente vivenciado. Esses ambientes, por sua vez, não são dados, mas construídos dialeticamente dentre relações de poder (THÉRET, 2003). Contrariamente à perspectiva sociológica e da Escolha Racional, aqui as instituições apresentam um caráter vinculado ao conflito e à disputa de poder, distanciando-se da coordenação interpretada pelas leituras predecessoras. E, portanto, atrela-se a perspectiva de *path dependence*, na qual a trajetória de uma região, ou grupo, é basal para compreensão da estruturação e organização institucional. Dessa forma, os processos políticos e econômicos assumem um papel preponderante frente as ideias e a cultura ampla, postos em segundo plano. (HALL; TAYLOR, 2003). Na economia, a reciprocidade do Institucionalismo Histórico se dá na Teoria da Regulação, principalmente pelo debate vinculado a formação de contextos de acumulação de capital e viabilidade para as diferentes realidades nacionais, reforçando o caráter do conflito (THÉRET, 2003).

Como apresentado, as três vertentes do institucionalismo diferem-se na observação do espaço de atuação dos indivíduos e na concepção da formação das instituições. Apesar das dissimilaridades, o levantamento das correntes interpretativas faz-se essencial visto que produções contemporâneas tendem ao diálogo e ao aprofundamento dos pontos de convergência (HODGSON, 2006; THÉRET, 2003). É em direção correlata que a presente pesquisa utiliza elementos vinculados ao Institucionalismo Histórico, e constante diálogo com a vertente sociológica. Perspectivas que serão apresentadas na atual seção, e na destinada a relação entre mercados e instituições.

Para construção do enfoque específico adotado no trabalho, dá-se especial destaque para as contribuições de Hodgson (2007^a, 2007^b, 2006; 1999), para quem as instituições são o sistema estabelecido e prevalecente de regras e hábitos que organizam as interações cotidianas.

[...] Linguagem, dinheiro, [propriedade privada, família, igreja, estado, leis, mercados de insumos, produtos e trabalho, burocracias], sistemas de pesos e medidas, modos à mesa, firmas, [cooperativas e associações, sindicatos e partidos

políticos] são todas instituições. Em parte, a durabilidade das instituições advém do fato de que elas podem proveitosamente criar expectativas estáveis sobre o comportamento dos outros. Geralmente as instituições possibilitam o ordenamento de pensamentos, expectativas e ações, impondo forma e consistência sobre as atividades humanas. Elas dependem de pensamentos e atividades dos indivíduos, mas não são redutíveis a eles (HODGSON, 2005, p.2 apud ESCHER, 2016, p. 53 com informações agregadas por Escher).

Esses elementos operam delimitando as ações humanas, seja constringendo ou habilitando determinadas possibilidades. É por meio das expectativas sobre as possíveis ações de si e dos outros que os seres humanos entendem e percebem seu entorno. Quando afirma que instituições operam como limitantes, Hodgson (2006) aponta na direção de que o limite opera como margem que significa o ambiente no qual os indivíduos circulam. A margem sintetiza não exclusivamente a restrição das operações, mas o contorno que define a tendência geral das ações, servindo de referência para as práticas dos indivíduos.

Nesta estruturação, tanto regras formais como hábitos reproduzidos socialmente operam em conjunto (HODGSON, 2008). Conforme aponta Hodgson (2006), as regras partem de um nível hierárquico, marcado pela disputa de poder e pelo conflito. Enquanto hábitos são a reprodução cotidiana dos atores sobre a estrutura que habitam. São internalizações nas práticas diárias, inclusive das regras impostas verticalmente, fundamentando e reificando as instituições. Assim, apesar da possibilidade de atos contrastantes com as regras gerais, o coletivo tende a operar dentro de um arquétipo semelhante, constringendo alterações e reforçando a estrutura institucional.

[...] any single individual is born into a preexisting institutional world which confronts him or her with its rules and norms. The institutions that we face reside in the dispositions of other individuals but also depend on the structured interactions between them, often also involving material artifacts or instruments. History provides the resources and constraints, in each case both material and cognitive, in which we think, act, and create. (HODGSON, 2006, p. 7)²

Nota-se, assim, que os indivíduos podem alterar as regras do conjunto no qual nascem e vivem, contudo, a tendência dominante é a de coordenação sob a estrutura existente. Estrutura essa que não é exclusivamente relativa ao indivíduo e à sua existência, mas fruto da conformação histórica do tempo e espaço no qual se insere (ESCHER, 2016). A própria leitura de um ator sobre seu entorno depende da forma pela qual acessa informações

² Em tradução nossa: “[...] todo indivíduo nasce em um mundo institucional pré existente o qual confronta a si com suas regras e normas. As instituições que encaramos residem nas disposições de outros indivíduos, e também das interações estruturadas entre esses, frequentemente envolvendo artefatos e instrumentos materiais. A história provê as fontes e limitações, tanto físicos como cognitivos, sobre o qual nós pensamos, agimos e criamos” (HODGSON, 2006, p. 7).

disponíveis – as quais também são delimitadas pelas instituições do período (HODGSON, 1988). Fatos que não incidem necessariamente na inexistência de intencionalidade humana. Porém, a qual existe limitada pela pré-configuração e reflexão construída socialmente no ambiente de inserção dos atores em questão (JOAS, 1996).

Nesse ponto cabem dois elementos essenciais para compreensão das instituições. O primeiro é de que a maioria das estruturas sociais são instituições, mas não todas. Elementos como idade ou doenças geram implicações, condicionando a existência dos seres por fatores biológicos. A partir desta condição, novas instituições sociais podem surgir, agregando camadas de significação sobre a base disparadora vinculada ao quesito biológico (HODGSON, 2006). Por exemplo, indivíduos idosos caracterizam uma determinada estrutura social ao imputarem condição demográfica específica, mas será por meio de instituições que o espaço de atuação estipulado para tal grupo será determinado, agregando novas demãos ao processo originalmente biológico. O segundo elemento é o de que as instituições não precisam de materialidade para existirem, mas de simbolismo para se perpetuarem (HODGSON, 2006). A constituição de um país é um indicativo dessa relação, visto que essa não precisa ser recitada diariamente para que exista, bastando que suas determinações sejam percebidas pelos seus cidadãos e cidadãs mesmo que de formas sutis. A recíproca, entretanto, também ocorre. Se uma legislação não for notada e não tiver amparo social, esmaece e se torna apenas parte da burocracia local (HODGSON, 2006).

A possibilidade de as instituições condicionarem os atores mesmo sem materialidade reafirma como operam enquanto delimitadores da própria cognição humana. Esse elemento é sobrepujante ao considerar-se as ações econômicas dos indivíduos, visto que, inseridos em um contexto produtivo específico, operarão majoritariamente sobre a cognição promovida nesse ao interpretarem elementos como valor, investimento e produtos (BECKERT, 2017; 2007a).

É em relação à perspectiva econômica, também, que a contribuição de Beckert (2017) aponta para a construção da economia de mercado enquanto pautada na fundamentação de subjetividades que endossam a lógica de funcionamento capitalista. Somente dentro de um arcabouço cognitivo específico que certas práticas de produção, circulação e consumo encontrariam respaldo e reprodução ao longo do tempo – iniciando como regras, tornando-se hábitos. Fatores salientados por Polanyi (1944) ao mostrar a conformação do sistema econômico vigente enquanto fruto de mudanças institucionais. Para o autor, ademais das tecnologias produtivas industriais – não pouco essenciais –, foi a construção do imaginário liberal no século XIX e XX que possibilitou a ascensão da economia de mercado a partir de então. Emergência que pautou essencialmente o arcabouço legal que legitimou a propriedade

privada das terras e, por consequência, a mercantilização da ideia de trabalho humano (BECKERT, 2007b).

Frente esta composição, cabe o questionamento sobre como são formadas as instituições que orientam a sociabilidade humana. Para tal, considera-se que atores históricos, apesar de submetidos a um mesmo arcabouço de dinâmicas, dispõe de distintas posições dentro das hierarquias sociais e, por consequência, capacidades díspares de influência no conjunto (FLIGSTEIN; MCADAM, 2011; BECKERT, 2010b; FLIGSTEIN, 2007).

Por meio de maior poder social, atores podem operar de forma a forçar, reformar ou endossar algumas práticas, potencialmente resultado em institucionalizações (BECKERT, 2010a; THERÉT, 2003). As mudanças, ou manutenções, sociais são, portanto, fruto da relação entre grupos que dispõe de capacidades heterogêneas de influência no coletivo. Ou seja, a dialética do conflito entre os diferentes enquanto eixo central da formação institucional (VIÉGAS, 2009; THERÉT, 2003).

A catalisação do conflito ocorre tanto por processos formais – como a construção de legislaturas –, ou informais – como o constrangimento coletivo sobre práticas específicas (HODGSON, 2006). Considera-se, portanto, que a institucionalização ocorre sempre em perspectiva relacional ao seu ambiente histórico, aos atores envolvidos e às instituições preexistentes. Seja como rompimento drástico com o anterior, ou adaptação de práticas a novas proposições (BECKERT, 2010a; FLIGSTEIN, 2007; STREECK; THÉLEN, 2005). Processo ao qual Hodgson (2008) denomina de economia evolucionista, ao identificar que as alterações institucionais são fruto da constante adaptação das práticas sociais (e econômicas, por decorrência) para melhor aproveitamento das condições disponíveis nos ambientes, dialogando com as dimensões de poder e conflito.

Tanto em contextos revolucionários como em reformistas, DiMaggio e Powell (2005) apontam para uma tendência de isomorfismo das instituições. O isomorfismo indicaria que, apesar da possibilidade de alterações e rompimentos representados pela formação de uma instituição, a tendência geral seria de uma redução da variabilidade de instituições dentro do contexto social geral – processos ocorrentes em empresas, estruturas civis ou na governança estatal³. Assim, a relacionalidade das práticas entre os diferentes resultaria em operacionalizações condicionadas aos respectivos contextos ambientais e históricos, porém em reprodução de linhas gerais preexistentes no coletivo amplo. Em contribuição

³ Nesse ponto, é essencial que se sublinhe que o isomorfismo não é entendido enquanto única dinâmica de influência sobre as instituições, mas enquanto preponderante nas relações a serem analisadas (Niederle, 2021; Beckert, 2010b).

convergente, Beckert (2010b) aponta para quatro mecanismos promotores de isomorfismo institucional: poder; idealização; mimese; e competição.

A dinâmica de poder dos agentes envolvidos nas relações – retomando a preponderância do conflito – é o primeiro. Instituições específicas se originariam ao longo da coerção de agentes sobre outros. As relações internacionais ao longo da história apresentaram vasta exemplificação desse ponto, em especial em momentos de colonização, imperialismo ou pressões militares e econômicas (WOOD, 2015; HARVEY, 2005; MICHELENA, 1977; COHEN, 1973; POLANYI, 1944).

O segundo mecanismo é por meio da atração e da profusão de instituições enquanto eficientes e modernas. O papel desempenhado por órgãos multilaterais e pela produção acadêmica intelectual é um elemento central nessa promoção (BERSTEIN, 2005; WALLERSTEIN, 1992). Há aqui um profundo diálogo com a dinâmica do poder, visto que frequentemente são discursos atrelados entre coerções diretas e de caráter híbrido (KORYBKO, 2018; CHANG, 2002). Entretanto, como aponta Thelen (2012; 2005), a reprodução de instituições por influência externa pode ter resultados mesclados entre o exógeno e o endógeno.

O terceiro mecanismo é a mimese, utilizada por atores em condições desestruturadas a fim de encontrar soluções temporárias explorando práticas utilizadas em outras realidades. A reprodução, em diferentes países, da constituição estadunidense pós independência (BECKERT, 2010a), evidencia esse caráter reprodutivo que busca alternativas pela mimetização. Novamente, retomando Thelen (2012; 2005), seria frequente a emergência de instituições compostas entre externas e internas.

Por fim, há o mecanismo pautado na competição. Apesar de em diálogo com a lógica de atração, Beckert (2010b) salienta a possibilidade de rompimentos institucionais nessa prática por meio da busca pela diferenciação. Retomando a proposição da economia evolutiva, a competição resultaria na busca por modelos mais eficazes para as práticas desempenhadas, o que também poderia incidir na superação das dinâmicas preexistentes (HODGSON, 2008).

A formação institucional ocorre, então, condicionada por aparatos de poder e reproduz-se culturalmente a ponto de tornar-se um hábito – conforme trazido previamente em Hodgson (2006). Resultando em uma dialética entre a vivência dos indivíduos no período de sua existência e a estrutura social preexistente. A qual, por sua vez, é fruto das disputas de poder predecessoras e de seus enraizamentos sociais. Em diálogo com a contribuição de Polanyi apresentada anteriormente, indivíduos nascidos dois séculos após a emergência da

lógica da propriedade privada ainda lidariam com as consequências deste fato visto a institucionalização na operação cotidiana, especialmente pelas dinâmicas de poder social e econômico que acarretou. Elemento o qual, por sua vez, foi repetido e aplicado em diferentes realidades culturais.

Considerando que indivíduos operam em relação às instituições existentes e preexistentes, as quais são fruto direto dos contextos históricos em questão, compondo uma relação dialética entre conformação estrutural e institucional, faz-se essencial a compreensão do percurso histórico dos elementos foco da dissertação. Para tal, considerando a observação sobre o mercado de soja, utiliza-se a abordagem dos Regimes Alimentares para aprofundamento sobre o trajeto histórico amplo que incidu sobre elementos agroalimentares a serem trabalhados no restante da pesquisa.

2.2 REGIMES ALIMENTARES E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As leituras sobre Regimes Alimentares operam sobre duas perspectivas interpretativas distintas (MCMICHAEL, 2016): um primeiro grupo os concebe enquanto linha de abordagem metodológica, utilizando-a como guia para perceber os processos sociais; um segundo grupo foca na reconstrução histórica promovida pelos Regimes Alimentares, endossando sua visão materialista histórica dialética mas focando especialmente nas trajetórias econômicas relacionadas aos fluxos agrícolas internacionais trazidos pela temática. É na segunda direção que a dissertação utiliza com mais afinco os Regimes Alimentares. Reconhecendo a importância da abordagem pautada no materialismo histórico dialético, mas utilizando especialmente sua reconstrução histórica para o estabelecimento do diálogo com a perspectiva institucionalista.

Para retomada do papel dos Regimes, o subtópico inicia com a contextualização da abordagem e das contribuições marxianas para o debate sobre as relações de produção, economia internacional e circulação agroalimentar. Em seguida, apresenta-se a abordagem dos Regimes Alimentares sobre a relação entre produção agroalimentar, regimes de acumulação e poder na esfera internacional. Então, é tensionada a possibilidade de diálogo entre as esferas cognitivas culturais e normativas, trazendo os mercados ao debate e ensejando o subtópico seguinte.

Na transição do século XIX para o XX, o debate marxiano focalizou na temática das dinâmicas de produção e a posição dos países na estrutura internacional (FARIA, 1999). Em um período de emergência massiva do imperialismo europeu, os trabalhos sobre expansão do

capitalismo e a relações internacionais de poder tiveram alta latência. As proposições de Nikolai Bukharin (1976), Karl Kautsky (1914) e Rosa Luxemburgo (1976), por exemplo, apesar de divergentes em suas conclusões, ilustravam um quadro comum de emergência de uma composição internacional de nações com diferentes poderes, intercaladas em níveis de hierarquia em uma divisão internacional do trabalho. Concluía um sistema capitalista que emergira a partir da Europa e expandira-se de forma heterogênea ao longo do globo. Processo iniciado no colonialismo que encontrou, em diálogo com as proposições liberais, terreno fértil na exploração imperialista. Configurou-se, assim, uma composição na qual a Europa em industrialização encontrava em países americanos, africanos e asiáticos fonte constante de matéria-prima e mercados em potencial. Independente da interpretação, como visível no levantamento das produções, originaram-se ciclos de acumulação de capital centralizados em poder e destino de mercadorias para certos países, com os demais em posição de dependência e periferização no contexto econômico dominante. Seria conformado, então, um sistema econômico global de regiões dispendo de distintos níveis de acesso à economia global, com economias centrais industriais e entornos periféricos agrícolas.

Pelo arquétipo de níveis de poder na esfera internacional fundamentaram-se outras abordagens posteriores, com destaque para a construção do Sistema Mundo (FIORI, 2014; WALLERSTEIN, 2004; BRAUDEL, 1987; WALLERSTEIN, 1979). Autores como Braudel e Wallerstein agregaram ao debate clássico sobre imperialismo diferentes níveis de análise, rompendo com a essencialidade econômica e somando dimensões culturais e políticas ao debate (GRAZZIOTIN, 2019; SECCO, 2018). Mantinham-se as esferas internacionais de poder político e econômico, e aprofundavam-se as camadas para perceber correlações entre sistema capitalista, economia de mercado e os efeitos sobre a vida material dos indivíduos (BRAUDEL, 1987). Apesar da consideração sobre reverberações sociais e culturais, a perspectiva do Sistema Mundo manteve-se signatária de uma abordagem centrada na estrutura e nos efeitos verticalizados da mesma, abrindo pouco reverberação ao debate sobre o espaço de ação dos atores envolvidos.

É em um movimento de constrição do foco – ao observar especificamente o agrícola – , e ampliação dos elementos em consideração que a abordagem dos Regimes Alimentares surge enquanto perspectiva estruturalista, porém considerando as possibilidades de construção de significados, bem como a movimentações dos atores dentro do arcabouço internacional⁴.

⁴ Diferentes autores desenvolveram maiores ou menores inclinações sobre considerações para além das estruturas. Harriet Friedmann, por exemplo, traz nas suas produções contemporâneas um conjunto de interpretações mais próximas aos atores e as conformações desses, enquanto Philip McMichael mantém um

A perspectiva dos Regimes Alimentares pauta-se pelo estudo da correlação entre níveis de poder político econômico na esfera internacional e a produção agrícola global (MCMICHAEL, 2016; FRIEDMANN, 1978). Para tal análise, parte-se de três problemáticas disparadoras: onde, como e por quem é produzida qual produto agroalimentar na esfera internacional? Onde, como e por quem são consumidos? E quais os efeitos socioecológicos das relações de consumo e produção nessas composições? (BERSTEIN, 2016) Percorrendo esse traçado, em artigo seminal de 1989, Philip McMichael e Harriet Friedmann identificaram dois grandes períodos históricos nos quais atores em posição de poder na estrutura econômica⁵ (Estados, conglomerados privados, e coalizão de ambos) operaram a favor da implementação de práticas (desenvolvidas por empresários, investidores, setores produtivos) e organizações (agências multilaterais, bancos, burocracias estatais, organizações não governamentais) que construíssem quadros benéficos aos seus processos de acumulação de capital e centralização econômica (SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016). Formas institucionais de produção, circulação e consumo foram assim moldadas sob estímulo desses atores que dispunham de maior poder na estrutura analisada (OTERO; 2012; FRIEDMANN, 2005; MCMICHAEL, 2005).

O Primeiro Regime Alimentar centrou-se no Reino Unido entre 1870 e 1930. Em expansão industrial, o Estado inglês fomentou a formação de produções agrícolas que abasteciam a necessidade dupla de matéria-prima para as indústrias surgentes, e de alimentos baratos visando reduzir o custo da mão de obra. Em relação com as práticas imperialistas, as mercadorias centrais eram trigo e carne, provenientes especialmente de Argentina, Canadá, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia – parte vinculada a *Commonwealth* (BERSTEIN, 2016). A divisão internacional do trabalho emergiu tendo na Inglaterra a construção do

foco maior na estrutura internacional (BERSTEIN, 2016; MCMICHAEL, 2009; FRIEDMANN, 2005). Também por essas divergências que os Regimes Alimentares são alvos de diversos questionamentos na sua validade enquanto perspectiva independente, sendo frequentemente assimilada ao Sistema Mundo ou como uma releitura da Teoria da Regulação (MCMICHAEL, 2016; BERSTEIN, 2016; ARAGHI, 2003; FARIA, 1999). Esses pontos foram considerados, entretanto a contribuição de caracterização histórica presente nas contribuições dos Regimes Alimentares foi tomada como primordial para o recorte de análise específico.

⁵ Construção bastante perceptível na passagem do trabalho: “We organize our argument around the concept of the food regime, which links international relations of food production and consumption to forms of accumulation broadly distinguishing periods of capitalist transformation since 1870 (Aglieta 1979). It allows us to characterize late nineteenth century capitalism as an extensive form constructing capitalist production relations through the quantitative growth of wage labour; and mid twentieth century capitalism as an intensive form reconstructing consumption relations as part of the process of capital accumulation – with ‘particular consequences for agricultural production. [...] As a component of global political economic dynamics, each food regime embodied two opposing movements – in the first, culmination of the colonial organization of precapitalist regions and the rise of the nation state system; in the second, competition of the state system through decolonization and its simultaneous wakening through the transnational restructuring of agricultural sectors by agro food capitals.” (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989, p. 95)

*workshop of the world*⁶, enquanto os demais países foram pautados por uma caracterização agrícola (MCMICHAEL, 2016; FRIEDMANN, 2005).

Essa dinâmica trouxe consequências para a conformação produtiva da economia mundo capitalista em três dimensões. A primeira foi a emergência de economias nacionais enquanto especializadas em produções exportáveis, ainda em diálogo com a própria perspectiva colonial de *plantation* (MCMICHAEL, 2016). Uma segunda apontou para a conformação de países periféricos do momento – especialmente asiáticos e africanos – como fornecedores de têxteis, perfumarias, drogas e especiarias para o continente europeu: tanto a fim de matérias-primas como de produtos diferenciados. No caso inglês, esses fluxos comerciais, em diálogo com o poder imperial, possibilitaram que o Reino Unido se tornasse ponto logístico intermediário de diversos mercados em relação a esses produtos específicos (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989). E uma terceira, de emergência política, dentro do contexto europeu, de práticas voltadas para proteção do mercado nacional e fomento da posição dos países no sistema econômico centralizado nos ingleses. Nessa perspectiva de fortalecimento nacional, a agricultura ganhou importância externa, nos fluxos comerciais, e interna, ao responder a projetos nacionais dos países envolvidos (BERSTEIN, 2016; FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989). Sobre esta dupla, emergiu um debate mais aprofundado sobre funções das agriculturas nas economias nacionais, especialmente pautadas por:

- a) perspectivas ricardianas de vantagens comparativas como ideia da construção da organização social internacional, principalmente regidos pela busca do preço mais baixo enquanto dinâmica central;
- b) agricultura enquanto relacional às indústrias – fornecer insumos, matéria prima e infraestrutura;
- c) a expansão do setor comercial e a relação com indústria e agricultura, por meio de economias nacionais operando de forma coorganizada no mercado internacional – especialmente no caso europeu (BERNSTEIN, 2016).

A transição do século XIX para o XX foi marcada pela ascensão de outros países na disputa por posições econômicas privilegiadas no contexto internacional – especialmente centrado em economias europeias que buscavam posições vantajosas de negociação. Em relação à produção, emergiu na agricultura um ideário de produzir para comercializar, principalmente na relação entre atores localizados nos países periféricos e centrais. Processos

⁶ Expressão proferida por Benjamin Disraeli, então Primeiro-Ministro britânico, em 1838 em Assembleia na *House of Commons* (LENIN, 1974).

até então exclusivos da racionalidade industrial urbana foram aplicados ao meio agrícola – especialmente em terminologias como retornos potenciais, investimentos, custo de oportunidade, e afins. Como efeito, produções comerciais encontraram forte reverberação na busca da maximização da eficiência produtiva visando o retorno marginal de lucro (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989). É neste arcabouço que, de acordo com Friedmann (2005), emergiu a transformação cultural central do Primeiro Regime Alimentar: propriedades agrícolas, mesmo que familiares, integralmente voltadas a comercialização.

Apesar da centralidade de análise dos eventos agrários, diferentes eventos ocorreram ao longo do Primeiro Regime Alimentar e, progressivamente, fomentaram a transição da centralidade econômica. Basta notar, por exemplo, as disputas interimperialistas europeias, a Primeira Guerra Mundial, a emergência dos fascismos e a Segunda Guerra Mundial (GRAZZIOTIN, 2019; POLANYI, 1944).

Cenário das duas guerras mundiais, o contexto produtivo europeu apresentava altíssima vulnerabilidade na manutenção do seu poder, abrindo espaço para emergência de uma nova hegemonia centrada na economia estadunidense. O Segundo Regime ocorre quando, entre 1940 e 1970, os Estados Unidos emergiu como centro do Regime Alimentar. Nesse momento, a complexidade das camadas envolvidas na construção de um centro de poder se intensificou (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989). O agrícola tornou-se cada vez mais central como canal de acumulação de capital e garantia de estabilidade cambial. Assim, exportar produtos de maior valor agregado e importar matérias primas tornava-se forma de estabilizar o câmbio internacional, especialmente após a instituição do padrão dólar-ouro em *Bretton Woods*, em 1944 (MCMICHAEL, 2016; POLANYI, 1944). Apesar de, no caso dos Estados Unidos, não ocorrer um abandono da importância do comércio agrícola, mas um acondicionamento do setor dentro da esfera maior de atuação econômica do país.

As trajetórias dos países nesse período são distintas segundo as posições relativas ocupadas na ordem internacional, especialmente dentre aqueles que compunham o centro – “primeiro mundo” ou o norte global – e a periferia – “terceiro mundo” ou o sul global (BERSTEIN, 2016).

No norte global, uma série de políticas protecionistas, de controle de preços e garantias de produção foram implementadas. No caso dos Estados Unidos, essas práticas visavam a manutenção de uma garantia interna de matérias primas, e a possibilidade de utilizar o excedente como “apoio humanitário” aos países em reconstrução no pós-guerra e em processo de independência – tanto pelo Plano Marshall como pela *Public Law 480*, de 1953 (BERSTEIN, 2016). Os apoios humanitários – *food aid* – são tensionados por Friedmann

(2005), que os interpreta como a representação da expansão dos hábitos de consumo e produção estadunidenses para os outros países. De acordo com a autora, pela entrada de produtos subsidiados, ocorreria um processo de *dumping* nos mercados locais, desestabilizando as produções próprias e condicionando a estrutura à dependência de produtos importadas.

Outro movimento atrelado ao Norte global foi a construção de complexos agroindustriais⁷ com centralização do capital e distribuição dos locais de produção – *global sourcing*⁸. Especialmente pautado pela:

- a) expansão dos canais de produção, circulação e consumo de dietas centradas na proteína animal e no complexo grãos-carne (ESCHER, 2016);
- b) pela profusão de alimentos ultraprocessados e com longo tempo de durabilidade (NIEDERLE; WESZ JR, 2018);
- c) expansão da utilização de culturas base para produção de açúcar e óleo vegetal – especialmente cana-de-açúcar, soja e milho (BERSTEIN, 2016).

A proteína animal foi introduzida, por meio de promoção política comercial, enquanto um alimento essencial e convencionalizado para as populações ocidentais, sendo a soja o motor principal para tal produção – de forma semelhante com o milho para os alimentos processados. No caso dos Estados Unidos, o consumo de carne de frango, estável em 2,5 quilogramas/pessoa entre 1910 e 1940, atingiu 30,1 quilogramas/pessoa em 1985 (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989).

As produções de animais em larga escala, frequentemente em confinamento, estimularam a massificação das indústrias de ração animal, gerando um mercado contínuo para soja e milho. No caso europeu de baixa disponibilidade de território para produção semelhante, a adesão ao mercado de soja estadunidense foi um elemento marcante do pós-guerra – tutelado pelo Plano Marshall (FRIEDMANN, 2005). Progressivamente, os EUA abdicaram de algumas defesas tarifárias sobre o trigo para garantir mercados para exportação de soja. Se o binômio petróleo e indústria automobilística era o motor do setor industrial, soja e proteína animal tornava-se o equivalente ao agroalimentar. E, em decorrência, companhias de processamento, embalagem e transporte de carnes, ovos e leite cresceram vertiginosamente nesse período, bem como abatedores de animais (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989).

⁷ É exatamente desse período a emergência do conceito de *agribusiness* na publicação de John Davis e Ray Goldberg, “*The concept of agribusiness*”, em 1957. A acepção original do termo apontava na direção de um sistema de produção atrelado aos diferentes setores sociais. Posteriormente o conceito ganharia camadas de posições políticas e sociais, especialmente no caso brasileiro (POMPEIA, 2021).

⁸ Disparador do que futuramente embasará a lógica de *Global Value Chains* (GEREFFI; LEE, 2012; GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1994)

No sul global, por sua vez, ocorre o reflexo decorrente dos *food aid* supracitados. Em virtude da entrada subsidiada de grãos estadunidenses – especialmente trigo e soja – dentro das realidades nacionais, diversas possibilidades de inserção econômica internacional viram-se condicionadas sob essa relação. Produzir grãos para comercialização tornava-se inviável pela concorrência norte americana, ao mesmo tempo que a produção interna também era afetada pelo baixo preço das importações. Somava-se a essa problemática o fato de que, apesar dos atores terem liberdade dentro das realidades nacionais para desenvolverem suas práticas, a emergência do padrão dólar impunha a necessidade de alguma forma de escoamento internacional como canal de obtenção de divisas para reinvestimentos (FRIEDMANN, 2005). Em conduta complementar, intensificavam-se os discursos atrelando desenvolvimento ao processo etapista no qual a produção de grãos seria uma necessidade para um crescimento posterior (BERSTEIN, 2016). Bem como a propagação de hábitos de consumo idealizados:

Na área do consumo, o programa de ajuda alimentar introduziu dietas ao estilo norte americano para outras culturas gastronômicas – exemplos notórios são o da Nigéria, onde as importações de trigo levaram a economia doméstica à armadilha de substituir a provisão local de alimentos; Egito, onde as políticas estatais de importação de trigo também permitiram a consolidação de uma indústria de cereais forrageiros para suprir consumidores abastados de proteína animal; e Coreia do Sul, onde as contrapartidas de financiamentos do PL 480 incluíam a realização de aulas de como fazer sanduíche para donas de casa. O *U.S. Feed Grains Council* canalizou as contrapartidas de financiamentos, por meio de mais de quatrocentos agronegócios, para o desenvolvimento de indústrias locais de criação de gado e aves domésticas, e um relatório anual da PL 480 observou que tais instalações 'vão expandir substancialmente o mercado de cereais forrageiros e outros ingredientes similares'. Dessa forma, a provisão de alimentos tornou-se mais dependente do suprimento do mercado mundial. (MCMICHAEL, 2016, p. 56)

O Segundo Regime Alimentar carregou consigo, assim, um processo econômico profundamente vinculado a discursos de idealização de práticas de consumo e produção específicas. As quais, por sua vez, estimulavam mercados potenciais para o centro de acumulação econômico.

Nesta direção, países periféricos que optassem por desenvolver produções próprias dos grãos em disputa, também poderiam contar com pacotes tecnológicos patenteados, produzidos e comercializados pela própria indústria estadunidense (FRIEDMANN, 2005). A intensificação da quimificação e mecanização agrícola deram vazão a diversas indústrias estadunidenses de maquinário pesado e equipamento militar em desuso após as duas guerras. A denominada Revolução Verde surgiu do conjunto triplo de escoamento industrial, promoção de práticas agrícolas específicas e manutenção do conhecimento produtivo centralizado no território dos Estados Unidos (BERSTEIN, 2016).

Esses processos geraram quatro consequências centrais:

- a) países empobrecidos frequentemente ficaram endividados entre importações caras e exportações básicas (disparidade de preços);
- b) aumento da presença de corporações na coordenação e produção agrícola;
- c) disputa por liberalização entre Estados e conglomerados, ainda que com uma maior força para o controle de subsídios desempenhado pelos Estados;
- d) bloqueio comercial entre EUA e URSS que gerava uma manipulação e segregação ideal⁹ no sistema econômico internacional capitalista (FRIEDMANN, 2005).

Compunha-se um sistema no qual os Estados Unidos – e, progressivamente, o mercado europeu recuperado do pós-guerra – exportava produtos para os mercados periféricos, os quais com o tempo se tornavam dependentes da utilização dessas *commodities*. Essa dependência estava tanto atrelada à necessidade de obtenção de câmbio internacional, aos hábitos de consumo, como ao próprio monopólio tecnológico nortista e seus métodos específicos de produção. Progressivamente, os países periféricos se tornaram dependentes da tecnologia e lógica produtiva centralizada na economia estadunidense (FRIEDMANN, 2005).

Com a década de 1970, entretanto, novos eventos ocorreram e exigiram uma redefinição das mecânicas de produção e circulação. A crise do petróleo aumentou o custo dos fluxos internacionais. Ao mesmo tempo, a busca por produções alternativas – como o biodiesel – trouxe possibilidades outras de utilização dos grãos, reforçando o aumento dos preços das *commodities*. O endividamento dos países em relação aos pacotes tecnológicos atingiu níveis de difícil superação, simultâneo ao fato de que outros atores emergiram com força no mercado internacional de grãos – caso do Brasil, Argentina, e da própria União Soviética¹⁰ por exemplo (BERSTEIN, 2016). É nesse espaço que um debate sobre a conformação de um Terceiro Regime Alimentar se abriu, centrado no poder de grandes corporações¹¹.

⁹ Visto que a alta produção soviética – especialmente de grãos – importava uma alta competição aos produtores estadunidenses.

¹⁰ Os Regimes Alimentares sofrem crítica de ser excessivamente centrado no eixo atlântico ao analisar os fluxos comerciais (ARAGHI, 2003). De fato é notável esse processo ao desconsiderar dos levantamentos históricos os fluxos que a União Soviética, China e outros países asiáticos desenvolveram durante todo o século XX. Tomase, na presente pesquisa, como essenciais as críticas levantadas a perspectiva. Entretanto, para o foco específico da dissertação não ocorre interferência direta na interpretação, visto que o Brasil localiza-se historicamente dentro do bloco interpretado pela teoria. Com isso não se desconsidera que aprofundamentos maiores, especialmente sobre a inserção internacional chinesa, exigem um arcabouço maior de perspectivas descentralizadas do eixo atlântico.

¹¹ Na publicação disparadora da abordagem, de 1989, Friedmann e McMichael conjuntamente definem os dois regimes supracitados. E, a partir de então, abriu-se um leque de interpretações sobre o tema. Aqui tomar-se-á a perspectiva de McMichael (2016) sobre um Terceiro Regime Alimentar alinhado ao poder das corporações e pela ascensão do neoliberalismo.

A emergência de um terceiro regime passa pelo questionamento do que define um regime. McMichael (2016) retoma a ideia de que os Regimes Alimentares são o recorte que caracteriza formas de acúmulo de capital por meio de fluxos agrícolas e do suporte do Estado. Elementos identificáveis na construção da divisão internacional do trabalho, pelo capitalismo inglês; e na subsequente formação de mercados agrícolas e promoção política para práticas de cultivo específicas, no caso dos EUA. Como localizar, então, a emergência de um Regime Corporativo centrado no capital privado? Para tal debate, o autor retoma a ideia de regime enquanto exercício da hegemonia sobre os demais – países, no caso do debate internacionalista. Hegemonia essa que, dialogando com Gramsci, é exercida por um Estado dominante frente outros pelo controle da moeda e centralização dos fluxos comerciais internacionais (BURAWOY, 2003). McMichael aponta para a tendência de dois elementos que levariam a centralização comercial sob a mão das grandes corporações, pondo sobre essas o exercício da hegemonia no molde referido. O primeiro estaria na emergência do padrão dólar flexível, desvinculando da necessidade de garantias em ouro e, logo, abrindo mão da relação direta com estoques de ouro nacionais. O segundo processo seria o código de implementações da Organização Mundial do Comércio que, em diálogo com o fomento constante do neoliberalismo por outros órgãos, possibilitaria que grandes conglomerados atuassem internacionalmente sem a necessidade de uma dependência constante do poder estatal de origem – já que tarifas, legislações e fomentos poderiam ser pensados via organismos multilaterais (MCMICHAEL, 2016; OTERO, 2012; MCMICHAEL, 2005).

O Regime Corporativo emergiu, sob esses pressupostos, na década de 1980 como o projeto de globalização neoliberal no qual rompeu-se com a lógica dos Estados regendo a estrutura de funcionamento da economia de mercado, e partiu-se para uma prática na qual as corporações organizam a economia de mercado e regem os Estados, com principal destaque para a financeirização (BERSTEIN, 2016; OTERO, 2012). A qual, conforme aponta Epstein, define-se pela “[...] *increasing importance of financial markets, financial motives, financial institutions, and financial elites in the operation of the economy and its governing institutions, both at the national and international levels*” (EPSTEIN, 2005, p. 3)¹². Entretanto, é essencial o apontamento de que elementos financeiros não são exclusividades contemporânea, estando presentes desde o século XVI. É a conformação do financeiro enquanto predominante na

¹²Em tradução nossa do autor: “importância crescente dos mercados financeiros, motivações financeiras, instituições financeiras e elites financeiras na operacionalização da economia e de suas instituições governantes, tanto em nível nacional como internacional” (EPSTEIN, 2005, p. 3).

acumulação capitalista que caracteriza a financeirização e, logo, uma dinâmica específica dentro da dinâmica econômica preponderante (GONÇALVES, 1984).

Essa distinção entre processos financeiros e financeirização é visível na análise do caso das commodities. A criação de créditos agrícolas e firmação de preços futuros em contratos de compra e venda apresenta registros desde o século XVIII, especialmente na realidade anglo-saxã (FAIRBAIRN, 2016). Contudo, ao longo do século XX, uma série de práticas relacionadas a especulação sobre preços futuros emergiu, principalmente nos Estados Unidos. Em 1922, por exemplo, a aprovação legislativa do *Grain Future Act* definiu como crime a especulação sobre preço de commodities dentro dos Estados Unidos (CLAPP, 2014).

No decorrer do referido século, porém, diversas legislações flexibilizaram o controle sobre circulação de motivos financeiros sobre as *commodities*, fenômeno ainda mais acentuado com a liberalização dos mercados de crédito nos anos de 1980 e 1990 (CLAPP, 2014). Nos anos 2000, as aprovações do *Commodity Futures Modernization Act* e do *Commodity Index Fund*, nos Estados Unidos, geraram a categoria financeira de derivativos agrícolas, possibilitando a compra e venda de contratos relacionados ao preço de *commodities* mesmo que sem concretização material final da transação (ISAKSON, 2014). Ou seja, criando um distanciamento entre o produto físico e a flutuação do valor atribuído a ele. Após a aprovação da medida no cenário estadunidense, a reverberação e reprodução da prática em diferentes realidades nacionais foi massiva (ISAKSON, 2014).

Ambos elementos relacionam-se com o argumento de McMichael (2005) de que, preponderantemente no Terceiro Regime Alimentar, alimentos tornam-se primeiro fonte de valor de troca para, somente então, terem valor de uso. Como consequência, ocorre a desvinculação entre preço dos alimentos e as dinâmicas de oferta e demanda. Assim, frequentes são os indícios de volatilidade de preço no mercado internacional de alimentos ocasionado pela flutuação e especulação sobre os diferentes elementos de definição de valor de troca sobre os agroalimentos (FAIRBAIRN, 2016; SCHUTTER, 2010). Dinâmica que afeta tanto a lógica de matérias primas baratas (WOORE, 2010), predominante no Primeiro e Segundo Regime, como a própria alimentação e manutenção das populações que enfrentam dificuldade de acesso ao básico para sua reprodução social (MCMICHAEL, 2016).

Atrelado à financeirização, intensifica-se a construção de um ideário privatista sobre a natureza, especialmente por meio da biotecnologia e dos organismos geneticamente modificados (OGMs). Conforme Oliveira e Hecht (2016), o período produtivo contemporâneo é caracterizado pela emergência de uma *neonature*, pautada por uma natureza longe do padrão biológico original e profundamente afetada pela ação antrópica. Esses elementos ficam

latentes na definição da Organização Mundial do Comércio ao endossar a possibilidade de patentes intelectuais sobre organismos vivos – especialmente plantas (MCMICHAEL, 2016; LEFF, 2016).

Agregam-se a essa dinâmica práticas de *land grabbing* que permitem que atores internacionais – organizações, empresas privadas e países – adquiram controle sobre propriedades em outras localidades. Processos que ocorrem tanto de forma direta, via compra de propriedades de terra (FURTADO; ALVES, 2020; EDELMAN, 2013), como de forma indireta – como o caso do *meat grabbing*¹³ analisado por Schneider (2014).

A especulação financeira, acrescida da privatização massiva dos meios de produção agrícola e ao controle indireto sobre terras, dialoga com a caracterização de acumulação por espoliação, proposta por Harvey (2001) enquanto mecânica contemporânea predominante de acumulação de capital. Nesse conceito, a circulação predominante de capital na contemporaneidade seria composta por uma camada de acumulação produtiva direta – controle da circulação comercial, investimentos *brown field* e *green field*, controle acionário – e por uma camada de acumulação via especulação financeira – fluxo das ações envolvidas no setor produtivo, aquisições e venda de empresas (ALMEIDA FILHO; PAULANI, 2011; ARAGHI, 2009; HARVEY, 2001).

O Quadro 01 apresenta síntese sobre os três regimes debatidos, considerando que o histórico é cumulativo e dialético, portanto, a contemporaneidade é também signatária dos processos anteriores. É sobre esse quadro que os elementos analisados na presente dissertação operam¹⁴. Por meio das diferentes formas de poder – militares, econômicos, políticos, sociais, diplomáticos e afins –, os centros dos Regimes Alimentares seriam espaços detentores de maior potencial de influência sobre dinâmicas sociais relacionados à formação institucional no conjunto dos países. Retomando a perspectiva de instituições relativas aos contextos sócio-históricos, emergindo e alterando-se de acordo com os conflitos fruto da circulação de poderes nesses ambientes (BECKERT, 2007b; BLOCK; EVANS, 2005).

Nessa direção, o último século e meio constituiu um arcabouço histórico no qual instituições foram fermentadas e, a partir de tal, passaram a caracterizar a estrutura social contemporânea.

¹³Os anglicismos foram mantidos visando preservar a integridade dos conceitos, visto que há pouco consenso teórico em torno das traduções. Sugere-se a interpretação como: *neonature* – *neonatureza*; *land grabbing* – *apropriação de terras*; *meat grabbing* – *apropriação de terras via complexo de proteína animal*.

¹⁴Cabe o adendo que no período de elaboração da escrita são constantes os questionamentos sobre um possível fim do período de globalização, com expansão dos nacionalismos e reorganização das cadeias globais de valor. Entretanto, pela simultaneidade de eventos, esses fatores foram desconsiderados.

Quadro 1 - Síntese sobre os regimes alimentares

	1º Regime Alimentar [1870 – 1914]	2º Regime Alimentar [1945 – 1973]	3º Regime Alimentar [1980 – ?]
Elementos centrais na esfera internacional	Formação do sistema estatal europeia; <i>Commonwealth</i> ; Imperialismo sobre Ásia e África.	Assentamento da lógica estatal; descolonização dos países asiáticos e africanos; Guerra Fria; União Soviética.	Lógica extraestatal com expansão das políticas neoliberais.
Formas dominantes de capital	Capitalismo industrial europeu, especialmente inglês. Padrão ouro, baseado no capital inglês.	Expansão do poder transnacional de empresas do agronegócio, especialmente dos EUA.	Grandes conglomerados agroindustriais; Financeirização.
Divisão internacional do trabalho/comércio	Hegemonia britânica no mercado internacional – controle do padrão de câmbio. Estados da <i>commonwealth</i> exportando trigo para Europa; Crise na produção de grãos dentro do continente europeu; Exportações dos países invadidos para a Europa.	Hegemonia estadunidense. Expansão dos complexos soja/carne/milho na economia dos EUA; Emergência de alimentos ultraprocessados; Localização da produção das matérias primas no sul global; Replicação do modelo estadunidense na Europa – Plano Marshall; Políticas de <i>food aid</i> – EUA; Redução da diversidade de produtos comercializados com a expansão de commodities – açúcares e óleos vegetais.	Centralização nas corporações; Difusão das produções entre os países; Novas fronteiras agrícolas; <i>Land grabbing</i> .
Formas de regulação e legislação	Retórica e promoção do livre mercado.	Mercantilismo com regulação sobre a agricultura no norte global; Exportação agrícola como modelo de desenvolvimento no Sul global, especialmente com fomento dos EUA.	Mercado centralizado nas corporações, com fomento do livre mercado no sul e políticas protecionistas no norte; Ideologia da agricultura "moderna"; Carnificação das dietas.
Mudanças tecnológicas/ambientais centrais	Expansão das fronteiras agrícolas e das práticas extrativistas.	Mecanização e quimificação – "Revolução Verde"; Crescimento da lógica industrial sobre a agricultura; Ampliação dos efeitos ambientais.	Relação entre produção energética e agrícola; Mecanização e quimificação intensificadas; Biotecnologia, direitos de propriedade genética, <i>royalties</i> e privatização da natureza – <i>neonatures</i> .
Forças sociais e tensões	Classe trabalhadora europeia; camponeses	Emergência de movimentos sociais ambientais; localização dos sistemas de produção; debates sobre políticas alimentares.	La Via Campesina; Crise ambiental; desarticulação da estrutura de <i>cheap food</i> ; soberania alimentar; instabilidade dos mercados alimentares.

Fonte: adaptado de Berstein (2016); McMichael (2016); Schneider; Schubert; Escher (2016).

Ilustrando a relação entre processos institucionais e dinâmicas macroeconômicas internacionais, a análise de Ha-Joon Chang (2003), sobre projetos de desenvolvimento industrial em diferentes países, apontou para como a Europa do século XX promoveu uma série de medidas políticas para seu crescimento econômico. Todavia, os exatos países inicialmente promotores das práticas condenaram-nas quando processos semelhantes foram utilizadas por nações periféricas – em virtude das diferentes posições estratégicas globais dos atores envolvidos. Situações semelhantes foram destacadas para o meio rural, especialmente

na relação entre organismos internacionais e discursos sobre desenvolvimento. Michael Watts (1990) e Michael Goldman (2004) apontam para projetos de mudanças institucional conduzidos pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre nações do continente africano exclusivamente pautados no objetivo de desenvolver instituições voltadas para circulação de capital, ignorando caracterizações locais.

Para estabelecer a comunicação entre economia política e institucionalismo, retoma-se Polanyi (1944), para quem a emergência do sistema capitalista foi pautado pela ascensão de novas práticas institucionais em uma dinâmica que cresceu na Europa e expandiu-se para outros países, especialmente pela ação dos Estados europeus. Correlatamente ocorreriam dinâmicas estruturais em diálogo com as institucionais, em um movimento duplo de retroalimentação e retificação. Portanto, a lógica econômica constituinte da economia de mercado perpassa por camadas institucionais emergentes que se arraigaram socialmente ao ponto de conformar estruturas.

Essa composição dita a forma central de circulação de produtos na sociabilidade contemporânea. Para compreensão, então, de como opera o mercado de soja, cabe o aprofundamento sobre os canais pelos quais o conceito de mercado pode ser observado, a fim de traçar possibilidades de vínculo com os processos históricos a serem abordados nos capítulos seguintes. Para tal, traz-se, no tópico seguinte, novamente o institucionalismo ao debate, a fim de trabalhar com mercados enquanto instituições sociais, porém estabelecendo esse raciocínio através das lentes dos Regimes Alimentares.

2.3 MERCADOS SOB A ÓTICA DAS INSTITUIÇÕES E ADENDOS ESTRUTURAIS

Conforme apresentado até aqui, a pesquisa utiliza a perspectiva institucionalista enquanto eixo de interpretação sobre a estrutura social dos conjuntos humanos analisados. Instituições essas que, por sua vez, existem moldando e moldam-se em relação às esferas de poder envolvidas – como, no caso analisado, os centros de acumulação de capital na ótica dos Regimes Alimentares. Existe nessa composição, porém, a falta de uma aproximação com o foco específico da pesquisa: os mercados.

Apesar da terminologia “mercado” ser comum em diversas produções acadêmicas e não acadêmicas, o termo foi abordado ao longo do século XX de forma factual e vinculado à interpretação positivista sobre dinâmicas econômicas (HODGSON, 1994). É no decorrer da

década de 1990¹⁵ que a emergência de um ramo de estudos pautado na sociologia trouxe a proliferação de debates sobre o tema, ampliando interpretações e adicionando pluralidades ao debate – de mercado para mercados (FLIGSTEIN; DAUTER, 2012).

A partir de então, emergiram três ângulos de observação sobre mercados (FOUCADE-GOURINCHAS, 2007). A primeira perspectiva, alinhada à teoria das redes, destina suas observações para as relações entre atores e a construção de acordos e significações na construção de comercializações. Uma segunda, a perspectiva da performatividade, dialoga com a interpretação de indivíduos calculistas que operam livremente mas que assentam práticas comuns para facilitação das relações comerciais, especialmente visando superar possíveis falhas. E a terceira, institucionalista, que interpreta mercados por meio do conjunto de regras, poderes, hábitos e cognições envolvidas neles. É essencial notar que a tendência das produções é de diálogo e reprodução de conceitos comuns dentro das análises, especialmente nos alinhamentos entre teoria das redes e institucionalismo (FLIGSTEIN; DAUTER, 2012).

Para a perspectiva institucionalista, adotada na presente pesquisa, entende-se mercados enquanto a troca constante de elementos, sejam quais forem (ASPERS, 2007). Práticas que são submersas em valores, legislações e cultura (AZEVEDO, 2016), e que são fenômenos históricos, condicionados pela dimensão geográfica e temporal analisada (BLOCK; EVANS, 2005).

A análise trazida por Karl Polanyi (2000) sobre a emergência da economia de mercado é bastante ilustrativa dessa relação. O autor aponta como a mercantilização de trabalho, terra e dinheiro (*mercadorias fictícias*) foram elementos sociais essenciais para embasamento da economia de mercado. Visto que apenas pela construção objetiva e subjetiva da precificação da vida humana (trabalho), do ambiente natural (terra), e da própria forma do valor (dinheiro) é que a referida dinâmica econômica encontraria formas de manutenção e ampliação. Elementos que não foram naturais e espontâneos dentro da sociabilidade humana, mas fruto de disputas e construções por grupos alinhados as vantagens possibilitadas pelos fatores levantados¹⁶. A mercantilização da terra exigiu decretos que estimulassem a privatização desta

¹⁵Segundo Fligstein e Dauter (2012), especificamente da publicação do artigo de Mark Granovetter, “*Economic action and social structure: The problem of embeddedness*”, em 1985.

¹⁶Conforme aponta Polanyi: “O ponto crucial é o seguinte: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria. Eles também têm que ser organizados em mercados e, de fato, esses mercados formam uma parte absolutamente vital do sistema econômico. Todavia, trabalho, a terra e o dinheiro obviamente não são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para a venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. [...] Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda, mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo

– seja no exemplo clássico dos cercamentos ingleses, ou na Lei de Terras, no Brasil, em 1850 –, e a posterior construção de estruturas administrativas para verificação, valorização e punição sobre esses fluxos. De forma semelhante, a existência de um mercado de trabalho autorregulado somente existe pela manutenção de pessoas em condição de despossuídas de trabalho e em condição de pobreza, incidindo na própria construção de uma lógica social que seja conivente com o pauperismo. Assim como a mercantilização do dinheiro depende da existência de bancos, de banqueiros e de legislações que regulem esses fluxos. Com isso, não significa que a emergência da sociedade de mercado ocorreu de forma premeditada e que todas as elaborações sociais apontaram em tal direção, mas que progressivamente o quadro foi tensionado visando favorecer práticas específicas, levando a um resultado final conforme apresentado (ESCHER, 2016; FRASER, 2015; ESCHER; SCHNEIDER, 2011; BECKERT, 2007b).

Traçada a compreensão de que mercados são um conjunto de instituições sociais operando de forma específica na intermediação da circulação frequente de bens entre diferentes atores, cabe o aprofundamento da relação entre essa dinâmica, as estruturas e as possibilidades de inserção dos indivíduos.

Para tal, toma-se o conceito polanyiano de *embeddedness*¹⁷ sob o ideário de que o mercado é submerso nas práticas sociais cotidianas, sendo afetado e afetando-as (BECKERT, 2007a). Adota-se, todavia, a perspectiva de Beckert (2007a; 2007b; 1996) para quem a noção de *embeddedness* não pode ser tomada como centro das investigações, mas como elemento consequente das análises dos mercados tomados por objeto. O caráter de complementaridade ou dirimição destes em relação às demais práticas sociais surgiria enquanto fator identificado ao longo dos levantamentos desempenhados, tendo a centralidade na observação do mercado. Nessa direção, a pesquisa adota posição em diálogo com a propositiva de DiMaggio e Louch (1998) ao interpretarem duas camadas de embebedimento: *embeddedness* estrutural e *embeddedness* local.

dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia" (2000, p. 93-95)

¹⁷O conceito apresenta uma trajetória ampla entre diferentes produções acadêmicas, de forma que se torna majoritariamente conhecido na obra de Granovetter (1985). Entretanto, ambos os atores divergem na conceitualização. Conforme aponta Beckert (2007a), enquanto a contribuição original visava observar o mercado capitalista enquanto organismo em relação com a sociedade ampla – estando o primeiro embebido nas dinâmicas do segundo –, a abordagem de Granovetter utiliza a perspectiva das redes para interpretar os fluxos econômicos enquanto vinculados diretamente às práticas dos indivíduos nas suas ações. Ou seja, na visão de Polanyi há um elemento – mercado – que está em complementaridade com outro elemento – estrutura social; no segundo caso, há a rede de atores que se configura dando origem a todas as dinâmicas – sejam ou não vinculadas a mercados. Em relação à sua tradução, também é variado. Por vezes é utilizado como sinônimo para imerso, entretanto essa nomenclatura pode referir a outras terminologias. Para fins de simplificação, será utilizado na versão anglófona e esporadicamente como embebedimento.

A seção estrutural é fruto da relação entre o mercado em análise e a sociedade ampla, considerando sua significação e instituições que operam em diálogo (CASSOL; SCHNEIDER, 2022). No caso de um mercado convencional de *commodities*. São as relações internacionais entre os países envolvidos, a precificação do produto, as políticas de cada nacionalidade, a forma de acesso à terra, os canais de comercialização, as legislaturas sobre a temática e afins.

A dinâmica estrutural dialoga com a perspectiva dos Regimes Alimentares e do Institucionalismo Histórico trazidas anteriormente, especialmente ao considerar a essencialidade da trajetória formativa dos espaços nos quais as relações comerciais dos mercados são desenvolvidas. Estas definem as relações sociais de propriedade, a divisão do trabalho, as formas de consumo e a relação entre trabalhadores, não trabalhadores e meios de produção (BERSTEIN; OYA, 2012). Conforme aponta Hodgson (1994), compreender mercados enquanto instituições vinculadas aos processos estruturais viabiliza quatro noções centrais: de que:

- a) não existem mercados naturais, apenas dinâmicas históricas específicas;
- b) não há lógica no raciocínio de “mercado livre”, visto que sempre há instituições em operação na construção das diretrizes desses;
- c) indivíduos calculistas e em constante busca da satisfação pessoal existem somente enquanto categoria idealizada, visto que a prática cotidiana bebe em uma amplitude de elementos;
- d) mercados são moldados e moldam os agentes, em uma relação dual contínua.

Os quatro elementos dialogam profundamente com a consideração da trajetória histórica e estrutural do ambiente de inserção dos mercados, entretanto, a relação entre indivíduos e mercados abre espaço para outra camada de debate¹⁸. É na possibilidade de tensionar os sujeitos e seus espaços de atuação que residem os elementos considerados no *embeddedness* local. Esta camada de percepção foca em compreender que os atores apresentam possibilidade de ação frente a estrutura com a qual dialogam e, portanto, dinâmicas próprias locais influenciam na conformação das práticas de um mercado (CASSOL; SCHNEIDER, 2022). Elementos como confiança, hábitos e rotinas emergem

¹⁸É essencial salientar que diferentes autores estão sendo utilizados no mesmo debate, apesar de terem posições específicas distintas entre si. Hodgson e Beckert, por exemplo, apesar de estarem sob o leque do institucionalismo, apresentam interpretações significativas sobre as relações entre mercado e sociabilidade. Enquanto o primeiro parte de uma visão mais estruturalista, ressaltando as trajetórias locais e a *path dependence*, o segundo dialoga com uma perspectiva mais alinhado à Nova Sociologia Econômica, à teoria das redes e a observação dos atores (WILKINSON, 2020; FLIGSTEIN, 2012). Entretanto, considera-se que a perspectiva de trabalhar com uma camada dupla de *embeddedness* possibilita que diferentes contribuições sejam utilizadas nas diferentes seções de análise.

como uma forma dos indivíduos lidarem com as inseguranças e incertezas cotidianas nas relações comerciais ao seu entorno (DIMAGGIO; LOUCH, 1998; BECKERT, 1996). Práticas que, adaptadas a esfera específica, também são marcadas por dimensões de poder – econômico, social e político (FLIGSTEIN, 2007; BECKERT, 1996)

É essencial ter em conta que a cognição humana é correlata tanto da emergência das esferas estruturais amplas, como motor das dinâmicas localizadas. Conforme aponta Beckert (2017), a cognição é construída dentro do ambiente vigente no desenvolvimento dos indivíduos e, assim sendo, a sociabilidade humana é majoritariamente pautada na economia de mercado. Como efeito, as próprias construções de futuro e presente são continuamente trabalhadas sobre a perspectiva de investimento, crédito, capacidade de consumo e possibilidades de inovação. Com isso, retoma-se a compreensão de que há intencionalidade humana nas práticas cotidianas, mas limitada pela cognição gestada no ambiente histórico institucional em questão (JOAS, 1996). A Figura 02 apresenta organograma com a estrutura proposta de observação dos mercados.

Figura 2 - Organograma das dimensões de embeddedness



Fonte: Adaptada de Cassol (2018), em diálogo com Beckert (2017; 2007) e DiMaggio; Louch (1998).

Traçado o quadro geral, cabem dois aprofundamentos específicos na abordagem sobre mercados. O primeiro, vinculado à tipologia dos mercados agrícolas, e o segundo, às cadeias de valor.

A tipologia de mercados parte da concepção de que nem todos os agricultores desenvolvem a mesma forma de relação com a economia de mercado; e, mesmo que o façam, podem contar com diferentes práticas correlatas (SCHNEIDER, 2016). Assim, a inserção econômica de uma determinada unidade produtiva apresenta heterogeneidade em relação a suas pares, apesar de ainda submetidas ao mesmo contexto geral (LONG; PLOEG, 2015). Compreender as possibilidades de inserção dos produtores abre espaço para tensionamentos na estrutura, retomando o debate sobre formação institucional e mobilizações contra a dinâmica dominante (PLOEG; YE; SCHNEIDER, 2022). Na direção de compreender os mercados disponíveis para agricultores familiares, Schneider (2016) identifica quatro modelos centrais.

O primeiro modelo seriam os mercados de proximidade, caracterizados pelo acesso direto dos consumidores ao local de produção. As relações pessoais permeiam integralmente as práticas comerciais, sendo basilares para tal. A localidade da produção e a relação de confiança são elementos centrais. A monetarização não é um fator essencial, e a própria lógica de oferta e demanda pode ser relativa.

O segundo seriam os mercados locais e/ou territoriais. Por vezes com forte diálogo com as dinâmicas de proximidade, mas com maior presença de elementos como lucratividade, oferta, demanda e monetarização. Ainda que as relações interpessoais continuem como fatores importantes, os agentes produzem esperando um ganho. Pode existir a presença de intermediários e concentradores da comercialização dentro dessa composição, fator que evidencia uma coexistência entre as dinâmicas de confiabilidade e proximidade pessoal com a busca pela lucratividade comercial.

Os mercados institucionais surgem enquanto terceiro modelo. Esses são majoritariamente oriundos de políticas públicas e operam sobre lógicas específicas determinadas pela demanda – normalmente estatal. Nesse sentido, podem servir como forma de regulação pelo poder público em relação a economia de mercado – no controle de preços, por exemplo. É comum que opere por meio do princípio da impessoalidade, valorizando o distanciamento via editais, por exemplo.

Por fim, e foco da pesquisa, o quarto modo são os mercados convencionais. Nesses, os agentes de maior envergadura operam na compra e venda de produtos, principalmente pela padronização – *commoditização*. A esfera de atuação pode ser tanto nacional como internacional, desde que haja circulação para as mercadorias. Opera-se exclusivamente sobre o princípio da lucratividade, o que incide numa impessoalidade das dinâmicas econômicas, visto que o foco está no lucro marginal. A localização dos mercados pode variar desde um

locus físico, ao modelo financeiro de transações sem local específico e, por vezes, sem materialização da própria mercadoria. Os contratos surgem como importantes intermediadores dessas relações, ao definirem etapas da dinâmica transacional.

Cabe salientar que o mercado convencional de *commodities* sofreu alterações ao longo do tempo em relação aos discursos, legislações e formas de fomento econômico. Conforme apontam Reardon e Timmer (2002), essa forma comercial iniciou enquanto projeto de geração de capital acumulável via exportação, ainda na década de 1950. Entre 1970 e 1980, trocou-se a significação principal de produção de matérias primas para estímulo dos desenvolvimentos industriais internos. Na década de 80, o discurso manteve-se semelhante, mas com ampliação do foco sobre liberalização dos mercados e promoção de padrões internacionais de precificação. Dinâmica mantida a partir da década de 90, porém com a fragmentação de alguns mercados e a emergência de nichos. Essencial notar que esse processo é vinculado a interpretação predominante e de organismos internacionais sobre a temática, sendo bastante múltipla a vigência da mesma nas realidades nacionais (SCHUTER, 2010; MOORE, 2010).

É especificamente no final do século XX que ocorre a emergência de processos de maior integração internacional das economias, com a profusão de cadeias globais de valor (GEREFFI; LUO, 2015; GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005; GEREFFI; KORZENIEWICZ, M.; KORZENIEWICZ, R., 1994). Estas caracterizam-se pela disseminação das atividades de um setor em diferentes empresas, frequentemente ocupando territórios distintos de acordo com vantagens locais específicas (DUNNING, 1988). A gestão sobre as cadeias varia dentre os diferentes formatos que elas podem assumir. De forma geral atrelam-se à duas tendências base de organização. No caso de produtos de alto valor agregado e especialização tecnológica, a propensão é de mercados pautados pelas decisões dos produtores. Dinâmica fruto da especificidade dos produtos circulados. Por sua vez, em caso de mercadorias de menor valor agregado, produção e codificação simples – como no caso das *commodities* – é frequente que a operacionalização seja centrada nas decisões dos compradores (GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005). No caso da soja, por exemplo, é o lado comprador que influencia critérios de qualidade, pontos de escoamento de mercadorias e a precificação do produto.

Retomando, portanto, a analogia morfológica do grão de soja utilizada no início do Capítulo, o cotilédone a ser observado no próximo capítulo para embasar a conformação do mercado entre Rio Grande do Sul e China o será através do tegumento marcado pelas perspectivas institucionalistas e estruturalistas apresentadas. As quais, por sua vez, alinham-se ao analisar a economia de mercado contemporânea na sua formação dialética entre hábitos

dos indivíduos e reiteração por mecanismos de poder na conformação dos canais de comércio de *commodities*.

Portanto, parte-se da consideração de instituições enquanto camadas formais (legislações, políticas, constituição) e informais (cultura, hábito, tabus), que definem o ambiente no qual os indivíduos operam, limitando e habilitando suas possibilidades de ação. Instituições que, por sua vez, originam-se do caráter conflitivo das disputas de poder – e, no caso de análise, especialmente vinculadas a elementos econômicos e diplomáticos. Processos ilustrados por meio da abordagem dos Regimes Alimentares ao caracterizarem as formas de poder sobre os fluxos agroalimentares globais ao longo do último século, com central destaque para o período contemporâneo marcado pelo poder concentrado sob grandes corporações.

Nesse ambiente, mercados surgem enquanto amálgamas específicos de instituições formais e informais nos espaços que tomam corpo. Logo, mercados enquanto elementos exclusivamente frutos da sociabilidade humana. Relação a qual se dá tanto em esfera estrutural como em esfera local, considerando a existência de um embebedimento simultâneo das práticas – parte afetada pelas relações internacionais, parte afetada pela confiança entre os atores, por exemplo. Práticas comerciais que se organizam de diferentes formas. No caso específico da soja, dispostos sob a lógica de maior distanciamento entre atores, com valorização de contratos e massificação de intermediários ao longo da cadeia. Cadeia composta por diferentes elos que, de acordo com o tipo de operacionalização realizada, ocupam distintas formas de inserção e relação entre si. As características atreladas a esse discurso, contudo, alteraram-se ao longo do século XX, sendo promovidas por diferentes oradores e com diferentes significações.

Cabe, no próximo capítulo, localizar o contexto específico de desenvolvimento dos tópicos apresentados.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Retomando a analogia da semente proposta no início do capítulo anterior, se a perspectiva teórica adotada – institucionalismo e regimes alimentares –, é responsável por traçar a camada pela qual os elementos são analisados, para que no próximo capítulo a radícula possa emergir, faz-se essencial que o ambiente de emergência dessa seja trazido para o debate. Portanto, o presente capítulo, assim como os cotilédones, traça a sustância que apoia a emergência do broto de soja, construindo o ambiente na qual os fenômenos trabalhados sobre a cultura sojícola circularão.

O presente capítulo aborda a conformação dos dois contextos históricos em questão na pesquisa: a trajetória do território brasileiro, em predominante diálogo com as dinâmicas capitalistas do mundo ocidental; e a trajetória do território chinês, especialmente na relação com a propriedade da terra e o controle do capital. Conforme explicitado, o recorte temporal adotado data entre as décadas de 1970 e 2020. Toma-se o referido período por conter a consolidação do modelo agroexportador brasileiro, bem como a emergência do ideário atrelado ao agronegócio – no caso brasileiro; e, em relação ao território chinês, por abarcar as mudanças decorrentes das reformas implementadas por Deng Xiao Ping e a ascensão do país asiático a potência internacional. Todavia, na presente parte da dissertação são trazidos diversos vínculos anteriores a este período visando a construção dos elementos históricos que encadearam efeitos sociais e a construção de ambas as sociedades – remetendo ao aspecto da essencialidade da *path dependence*.

Salienta-se que a análise de eventos em territórios da extensão dos analisados e em um período de 50 anos necessariamente incide em algumas generalizações e simplificações. Entretanto, para fins de enxugamento dos elementos no cenário, o recorte utilizado toma a trajetória política e econômica dos espaços como foco, com especial destaque aos processos no meio rural.

Sob esses pontos, o capítulo divide-se em uma primeira seção sobre a República Popular da China, especialmente após a Revolução de 1949, abordando as diferentes dimensões entre política, sociedade e economia. E uma segunda que remonta a formação da relação de terras no Brasil, percorrendo a problemática da questão agrária no território e as políticas voltadas para modernização da produção. Ao final das seções um e dois, esboçamos um organograma geral dos processos institucionais identificados, retomando o tópico teórico e traçando elementos para a continuação do debate.

3.1 CHINA: AS FORMAS DE PROPRIEDADE, REFORMAS E INSERÇÃO INTERNACIONAL

*“USDA informa venda de mais de 500 mil toneladas de soja para a China”*¹; *“China quer milho brasileiro imediatamente, diz ministro”*²; *“O que esperar das relações Brasil-China após a eleição presidencial”*³; *“Soja: Movimento de alta em Chicago nesta 4ª e foco segue sobre o clima nos EUA e demanda na China”*⁴. Essas são algumas manchetes encontradas em um buscador virtual para os termos “Agricultura+China” em 24 de agosto de 2022. Apesar do recorte da busca ser realizada em português, observa-se que há uma notável conotação vinculada ao mercado internacional. Nessa direção, pode-se concluir que a vinculação chinesa com a agricultura, desde a perspectiva das notícias brasileiras, é a de um país com forte atuação no mercado agrícola internacional, estabelecendo tanto influência sobre o caso brasileiro, como de outros atores – como nos Estados Unidos. Para além do comercial, canais de escoamento, políticas internacionais e constituição de instituições que regram estes fluxos são elementos correlatos do processo. Cabe, portanto, o questionamento sobre a trajetória do território asiático ao ponto de tornar-se um ator predominante no cenário internacional, com especial foco sobre os tensionamentos políticos e econômicos.

3.1.1 A reformulação nacional pós-Revolução de 1949

Quando observada a trajetória agrária brasileira, a continuidade a partir da exploração colonial portuguesa, iniciada em 1500, foi tônica determinante, especialmente por meio da composição da grande propriedade de terras. Se a manutenção é um elemento basal para a realidade do Brasil rural, o rompimento é a chave para observação da dinâmica agrária chinesa. Tal processo elucida-se no apontamento de que tanto na Rebelião de Dazexiang, em 209 a.C., como na Revolução Comunista de 1949, foram os camponeses o eixo central das mobilizações sociais. Sob tal quadro atribulado, as mudanças iniciadas em 1949 serão tomadas como balizadoras das instituições a serem observadas, especialmente pela reestruturação promovida no período.

¹ Disponível em noticiasagricolas.com.br/noticias/soja/325665-usda-informa-venda-de-mais-de-500-mil-t-de-soja-para-a-china-nesta-4.html (acesso em 24.08.2022).

² Disponível em canalrural.com.br/noticias/agricultura/milho/china-quer-milho-brasileiro-imediatamente-diz-ministro-da-agricultura/ (acesso em 24.08.2022).

³ Disponível em dialogochino.net/pt-br/comercio-e-investimento-pt-br/57418o-que-esperar-das-relacoes-brasil-china-apos-a-eleicao-presidencial/ (acesso em 24.08.2022).

⁴ Disponível em noticiasagricolas.com.br/noticias/soja/325622-soja-movimento-de-alta-continua-em-chicago-nesta-4-e-foco-segue-sobre-clima-nos-eua-e-demanda-da-china.html (acesso em 24.08.2022).

É essencial notar, entretanto, que as alterações sociais pós-Revolução de 1949 não emergiram espontaneamente, mas em diálogo com uma trajetória de mobilizações rurais proliferadas especialmente após a proclamação da República da China, em 1911. Toma-se, por exemplo, as proposições da Liga Revolucionária Chinesa, de Sun Yat-Sen; os movimentos de reestruturação das posses de terra da Longa Marcha do próprio Mao Tse Tung; e o Movimento de Reconstrução Rural, conduzido por Liang Sou Ming⁵ (DUEÑAS, 2015; VAN XUYET, 2004; CHESNEAUX, 1978). As próprias mudanças implementadas após a Revolução dialogam com atividades do Partido Comunista em anos interiores. As diretrizes gerais de Reforma Agrária foram postas em debate ainda em 1947, quando a movimentação ao norte do território chinês, controlada por Mao Tse Tung, propôs que se empenhasse uma reforma agrária abolicionista do sistema de exploração baseado na posse da terra, que fosse eliminada a propriedade latifundiária e de órgãos religiosos, e que se extinguisse débitos de proprietários rural (WONG, 1983).

Em 1 de Outubro de 1949 iniciou, oficialmente, a República Popular da China, e em 30 de Junho de 1950 foi implementada a primeira Lei de Reforma Agrária. Salienta-se a urgência dessa dinâmica pela composição nacional chinesa ser majoritariamente rural, contando com aproximadamente 500 milhões de pessoas em 1950. Acrescia-se a este fato o elemento do campesinato enquanto eixo central da Revolução e que deveria ser atendido pelo Partido Comunista como forma de contemplar sua participação (WONG, 1983).

O processo consistiu em interpretar o meio rural enquanto composto por grupos de senhores de terra, camponeses ricos, camponeses médios, camponeses pobres e trabalhadores rurais sem-terra (MUKHERJEE, 1972). Apesar de 700 milhões de *mu*⁶ terem sido redistribuídos – especialmente de latifúndios para os sem-terra – as riquezas dos grandes proprietários mantiveram-se intactas, bem como a propriedade dos camponeses médios. As medidas também foram lacunares em centralização, fragmentando-se aos poderes locais⁷ e as

⁵ Interessante salientar que a perspectiva de Ming foi simultânea à Longa Marcha de Mao, entretanto bebia na perspectiva de que o processo revolucionário centrado no Estado geraria uma nova classe dominante pautada na burocracia estatal. Como contraposição, o movimento previa a criação de comunidades rurais autônomas autogestionadas. Com o desenrolar da Segunda Guerra Sino-Japonesa e da Segunda Guerra Mundial, as 48 comunidades cooperativadas do movimento acabaram perdendo força econômica e sendo cessadas em 1937 (SLYKE, 1959).

⁶ Unidade de medida territorial utilizada no contexto chinês. Equivale à, aproximadamente 1/15 de hectare. Para uma leitura contextualizada sobre o tema, ver Ploeg, 2018, p. 151.

⁷ Conforme fica evidente no Artigo 11 da Lei de Reforma Agrária da República Popular da China, de 1950: “Art. 11 – A unidade para distribuição da terra será o *hsiang* ou a vila administrativa correspondente ao *hsiang*, e dentro dessa unidade a terra será distribuída de maneira uniforme, de acordo com a população. O método adotado será o de ajustamento das propriedades, levando em conta a extensão, a qualidade e a conveniência da localização. [...] As associações camponesas do município, porém, poderão fazer certos ajustes necessários

especificidades sociais e morfológicas desses. Neste compasso, formaram-se tribunais locais, comitês de reforma agrária e milícias populares que implementavam o processo de redistribuição dentro dos parâmetros interpretados regionalmente (WONG, 1983).

Em 1952, a produtividade do meio rural chinês retomara, em ascensão, o nível de 1937 – anterior ao início da Guerra Sino-japonesa e da Guerra Civil –, e com 43% das terras cultiváveis no país tendo mudado de mãos (WONG, 1983). Contudo, a forma de implementação das reformas não previa uma reestruturação produtiva, política ou social, incidindo na falta de elementos básicos cotidianos aos camponeses, como animais e ferramentas. Como medida paliativa a essa problemática, iniciou-se em 1953 um conjunto de políticas voltadas ao fomento de cooperativas rurais (MUKHERJEE, 1972). É de suma importância notar que é também em 1953 que ocorre a promulgação do Primeiro Plano Quinquenal, os quais são diretrizes políticas que direcionam a governança do território chinês ao longo dos cinco anos subsequentes (JABBOUR, 2010).

A etapa inicial teve forte inspiração soviética, com fomento a urbanização e manutenção da lacuna de investimentos nas estruturas agrárias. Consistiu na elaboração de cooperativas rurais as quais deveriam conceder ao governo local suas produções, para que assim fossem redistribuídas e reinvestidas no fomento de uma economia que visava a industrialização e urbanização (DUEÑAS, 2015). Com a falta de resultados práticos, em 1958 a administração de Mao Tse Tung implementou um aprofundamento na política, massificando a quantidade de cooperativas no território chinês de forma compulsória. Este processo, denominado de “Grande Salto Adiante”, visou a extinção da propriedade privada e centralização na propriedade comunitária em âmbito local. Nessas, os camponeses da unidade administrativa deveriam operar conjuntamente na produção definida pelo poder local. A qual, por sua vez, seria destinada para estimular a formação de um Estado industrial (MUKERJHEE, 1973).

A relação entre poder nacional e poder local partia do pressuposto de autossuficiência regional, na qual as regiões deveriam responsabilizar-se pela garantia da infraestrutura do espaço de sua administração, bem como dos indivíduos aí existentes (JABBOUR, 2010). O controle sobre indivíduos nas províncias recebeu especial destaque por meio da política de *hukou* que definiu as possibilidades de trabalho e habitação entre espaços urbanos e rurais dentro de diferentes condições, vinculando a garantia de serviços públicos e sociais ao local de nascimento (ESCHER, 2016). Destaca-se que a imensidão territorial chinesa, com

entre os vários *hsiang* ou vilas administrativas correspondentes ao *hsiang*.”. Na íntegra disponível em marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/30/lei.htm (visualização em 07/09/2022)

amplitude de quadros ecológicos – de regiões desérticas a florestas pluviais – e formas de relação histórica – pela distribuição de grupos étnicos – gerava um quadro uniforme na composição nacional. Elucida-se este ponto pela observação da costa Leste que, especialmente por meio das consequências econômicas das Guerras do Ópio, se tornou principal polo econômico exportador, essencialmente vinculado aos portos de Hong Kong, Xangai e Tianjin; enquanto que a província de Xinjiang, no Oeste, vivia sob reflexos do Deserto de Gobi e de disputas étnicas – especialmente vinculadas a formação histórica da região atrelada a povos cazaques e uigures. Portanto, as políticas conduzidas pelos poderes regionais operavam sobre estruturas distintas (JABBOUR, 2010).

A produção agrícola foi definida enquanto majoritariamente centrada em grãos, que eram adquiridos pelo poder estatal e repassados, na forma de matéria prima de baixo custo, para os centros urbanos – tanto para produção como para alimentação (BISPO; MARTINS, CECHIN, 2021). Para tal, aderiram-se pacotes tecnológicos da Revolução Verde, visto a forte entrada da prática em países asiáticos vizinhos à China (LUU; COATES, 2012). As cooperativas, após fornecerem as metas de grãos esperadas para a região, podiam reutilizar as terras para outras produções. Para regiões com afinidade biológica ou social para tal fator, os níveis estimados foram rapidamente alcançados, facilitando a manutenção alimentar da localidade. Entretanto, regiões que não detinham primazia na produção de grãos tiveram de, muitas vezes, substituir áreas de outros cultivos para alcançar as metas esperadas, gerando desabastecimento alimentar⁸ (NAUGHTON, 2013). Adicionava-se a essa problemática o estímulo a produções metalúrgicas, que contou com deslocamento de trabalhadores rurais para minas e indústrias surgentes, gerando desequilíbrio nas estruturas produtivas rurais (BISPO; MARTINS, CECHIN, 2021; MENG; QIAN; YARED, 2015).

Conforme aponta Ashton *et al* (1984), em 1961 iniciou em uma ascensão da produção total de grãos no território chinês – passando de 143 milhões de toneladas para 214 milhões, em 1966 –, bem como as taxas de importação e exportação desses, ainda que estagnados os índices de produtividade. Entretanto, visto a instabilidade social provocada pelas medidas do Grande Salto, o sistema de cooperativização foi flexibilizado ao longo dos anos (WONG, 1983; MUKHERJEE, 1972). É neste contexto, também, que os modelos anticapitalistas

⁸ O período entre 1958 e 1960 recebe, por parte da produção ocidental, a nomeação de período da Grande Fome. Segundo dados do National Bureau of Statistics of China (NBS), o principal período de crescimento da mortalidade se dá entre os anos de 1959 e 1960, fruto das políticas implementadas e de uma série de eventos climáticos adversos. Como o referido evento acontece durante a Guerra Fria, a disputa de narrativas sobre a temática é imensa, gerando diversas deturpações sobre a temática e, portanto, sendo ignorada em profundidade na presente pesquisa. Ver mais em Jabbour, 2016.

chineses e soviéticos se distanciaram, abrindo maior espaço para a criação de um ideário socialista interno à China (JABBOUR, 2010).

Em 1962, formas de propriedade extintas foram reinstauradas, compondo um regime tripartite de relação com a terra: propriedades particular para unidades familiares campesinas; propriedades de produção comunal (abarcando cerca de sessenta famílias); e propriedades públicas (destinadas a organizações administrativas e semelhantes) (MUKHERJEE, 1972). Em entrevista para Ploeg (2018), campesinos que vivenciaram as transições de políticas apontaram como a década de 1950 representou um período atribulado de suas vivências, visto que, por terem de entregar as produções a administração local, muitos deixavam de trabalhar, reduzindo o empenho coletivo na produção total e, logo, reduzindo a produtividade. Com a redução da produtividade, dispunha-se de menos alimentos na região e iniciava-se um ciclo de fome. Quando a propriedade particular foi reinstaurada, na década de 1960, os campesinos encontraram motivação pessoal para engajarem-se no processo produtivo, entendendo que, quanto maior sua produção, maiores retornos teriam, bem como maior suporte estatal (PLOEG, 2018)⁹. O que o relato evidencia são as camadas sociais envoltas nas dinâmicas de disputas e construções das relações de propriedade da terra.

O decorrer da década de 1960 assentou as bases restituídas pós Grande Salto. Conforme elucida Jabbour (2010), a perspectiva administrativa de Mao Tse Tung visou um desenvolvimento em perspectiva regionalizante, na qual cada província deveria encontrar canais de urbanização e industrialização próprios. As propriedades rurais foram mantidas dentro da perspectiva particular, e aquelas comunitárias foram, progressivamente e informalmente, divididas entre os membros das comunidades (BISPO; MARTINS, CECHIN, 2021). Do ponto de vista da produtividade agrária, a produção de grãos atingiu 240 milhões de toneladas em 1970, e 285 milhões em 1975. Em relação à indústria, o crescimento médio entre 1952 e 1978 foi de 11%, e a agricultura passou de 58% na composição do Produto Interno Bruto (PIB) em 1952 para 33% em 1978 (JABBOUR, 2010).

⁹ O relato na versão original é “At that time we cultivated 300 mu but production only reached some 20,000 jin. One part of this was re-used as seed, another part was for public purposes and the final part was for ourselves. But it was not enough [...] And we knew it could be better. After the first land reform [1952] our parents produced far more on the same land and in 1962, during the emergency, we noted again that far more could be produced here. But in the commune system [from 1956 onwards] total production declined. There was no motivation among farmers to work hard, we got depressed, we could not feed our families anymore, life lost its meaning. Seeing poor yields made us feel useless and guilty. When we started working as peasants again, we were able to realize high yields. We even gave the state far more than our quota. That was because we wanted to give a good impression to the state in order to get support [...] Having the right to make decisions was very important for us. Individual motivation is a driving force, when you have your own land you care better for the pants [...]. All this is evident. When doing farm work the purpose is to get good results.” (Ploeg, 2018, p. 155)

Duas problemáticas emergiram ao longo transição entre as décadas de 60 e 70, no entanto. A primeira relacionou-se ao modo de produção rural. As técnicas produtivas eram predominantemente tradicionais utilizadas pelos camponeses chineses há séculos – salvo exceções das regiões que receberam pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Produções em pequena escala, com forte circularidade dos nutrientes, baixa seleção de raças e cultivares e mercantilização subordinada às necessidades familiares (SCHNEIDER, M., 2011). Essas técnicas, apesar de manterem a subsistência e reprodução das unidades agrárias, impediam o objetivo central administrativo de expansão da economia chinesa (JABBOUR, 2010). A segunda, por sua vez, ocorreu principalmente vinculada aos centros urbanos e universitários enquanto um movimento que visou combater revisionistas das dinâmicas implementadas pela administração de Mao Tse Tung. A Revolução Cultural perseguiu opositores, socialistas de vertentes opositoras e capitalistas dentro do território chinês (DUEÑAS, 2015). Ambos fatores tensionaram a estrutura administrativa, conduzindo a implementação, por parte da administração nacional, de novas dinâmicas socioeconômicas.

3.1.2 Reformulação sobre a reformulação: As reformas de Deng Xiao Ping

Compreender as alterações estruturais na China em 1978, sob condução de Deng Xiao Ping, passa necessariamente por compreender o contexto do socialismo no período. No referido ano, a experiência soviética – com mais de meio século de existência – apresentava sinais de estagnação econômica. E, de forma semelhante, a dinâmica chinesa de descentralização e socialização das práticas produtivas indicava dificuldades em fomentar um mercado interno estável a ponto de garantir circularidade para a economia nacional (JABBOUR, 2010).

Nota-se, também, o caráter crítico adotado pelo Partido Comunista Chinês frente ao modelo soviético, com a progressiva adoção de um modelo de socialismo com características chinesas (JABBOUR, 2010). Neste distanciamento, salienta-se a própria aproximação chinesa com os Estados Unidos ao longo da década de 1960 (KISSINGER, 2011).

As reformas propostas por Deng Xiao Ping partiram, assim, do pressuposto de dinamizar a economia interna, ao mesmo tempo que utilizava a condição econômica internacional em favor do crescimento econômico chinês. Para tal, concluía-se que o processo socialista deveria ser encarado enquanto uma revolução permanente. E, portanto, de que as readaptações deveriam ser contínuas visando a construção da coletivização em um futuro distante (DUEÑAS, 2015).

Nesse conjunto, foi iniciada a concepção do ideário do socialismo de mercado, para o qual a base econômica privada e mercantil seria estimulada e endossada pelo poder estatal, bem como controlada e delimitada por este. Ou seja, a lei do valor operaria segundo a lógica do capital, porém condicionada pelo poder do Estado chinês sob tutela do Partido Comunista (ARRIGHI, 2008). Caráter possibilitado pela construção de um sistema de créditos, financiamentos e concessões que estava sob controle total do Estado (JABBOUR, 2010).

O processo de modernização de 1978 foi pautado em quatro temáticos: Indústria, Forças Armadas, Ciência, e Tecnologia e Agricultura. Os quais, conforme aponta Escher (2016), foram desenvolvidos por via de sete mudanças institucionais:

- a) reestruturação agrária. Substituiu-se o sistema das comunas rurais para implementação do sistema de responsabilidade familiar (SRF). As comunas apresentavam fragmentação dentre as diferentes localidades do país (BISPO; MARTINS: CECHIN, 2021), e foram suplantadas pela concessão de posses de terra para famílias camponesas – a propriedade continuou estatal, com o uso cedido aos entes privados. Foi mantida uma cota mínima de exigência governamental de gêneros específicos, com o restante sendo de livre produção e comercialização pela unidade familiar agrícola. Como reflexo, o aumento dos investimentos dos agricultores nas suas produções foi massivo, intensificando os índices de produtividade;
- b) industrialização rural. Com fomento de empresas geridas pelos poderes locais – Empresas de Vilas e Aldeias (EVA). Objetivou-se especialmente a profusão de iniciativas empresariais no território, descentralizando as indústrias e estimulando a geração e circulação de capital (CHEN; JEFFERSON, ZHANG, 2011). Cabe salientar, entretanto, que as figuras condutoras dos processos de industrialização rural detinham forte conexão com o Partido Comunista, gerando uma composição correlata na governança entre poder público e privado (ZHANG; ZENG, 2021);
- c) criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEES). Política especialmente relacionada à globalização do mercado internacional, com a formação de regiões com regras administrativas diferenciadas para entrada de investimentos estrangeiros (tanto *brownfield* como *greenfield*¹⁰) e circulação de comércio exterior (CARVALHO; VIEIRA, 2013). Essas implementações relacionaram-se principalmente com a construção de grandes setores de processamento e exportação (JABBOUR, 2010).

¹⁰*Brownfield* indica investimentos em empresas já existentes, por via de aquisição, fusão ou fomento; *greenfield*, por sua vez, indica a elaboração de projetos desde sua fundação. Ver mais em Botelho, 2015.

- d) reforma de Empresas Estatais. Processo iniciado pela emergência das empresas em vilas e aldeias e, especialmente após 1991, aprofundado pela privatização de empresas estatais maiores. Objetivou retirar do custo das finanças públicas a administração de empresas não lucrativas e transformá-las em potenciais geradoras de capital entrante. A década de 90 apresentou especial opulência das privatizações, com uma maior retomada do poder do Estado nos anos 2000, especialmente em setores estratégicos para manutenção estatal ou implementação de políticas públicas (CHEN; JEFFERSON, ZHANG, 2011);
- e) flexibilização do regime de moradias – *hukou*. Ampliando as possibilidades de fluxos entre moradores e trabalhadores de áreas rurais em espaços urbanos. No período de implementação das reformas, o meio rural apresentava piores qualidades de vida frente ao urbano. A restrição dos fluxos, todavia, baseava-se na necessidade de delimitar a massa de trabalhadores disponíveis para cada setor, compondo um quadro nacional de complementaridade do ponto de vista administrativo e de garantia de matérias primas (ISLAM, 2016; YANG, 2009). O esmaecimento da rigidez desta temática ainda é um tema em elaboração, especialmente pelo enfraquecimento da dualidade citada, a qual se tornou contemporaneamente mais relacionada à posição do setor ocupado na cadeia produtiva do que da região de habitação do trabalhador (ZHANG; ZENG, 2022; ZHANG; HU, 2021; ZHANG, 2015);
- f) sistema de preços em duas vias. Para manutenção de estoques nacionais para controle de abastecimento e segurança nacional, e em diálogo com o Sistema de Responsabilidade Familiar, a implementação de uma precificação em duas vias pautou-se em um preço nacional para venda obrigatória ao poder estatal, o qual, quando suprido, abria espaço para uma precificação internacional pela oferta e demanda. A precificação nacional conectava-se com diferentes diretrizes de manutenção e fomento a certas produções nacionais, bem como subsídios aos produtores para que mantivessem taxas de lucratividade (ZHANG; ZENG, 2021; ISLAM, 2016). Especialmente ao longo da década de 1990 as quantidades precificadas pelo Estado perderam espaço, com maior liberalização dos preços agrícolas e maior foco nas políticas de fomento (BISPO; MARTINS; CECHIN, 2021). Conforme será explorado a seguir, e especialmente para o caso da soja, essas políticas foram essenciais para que o Estado chinês alcançasse possibilidades de estimular ou retrain determinados cultivos (SCHNEIDER, 2011);

g) descentralização dos processos institucionais. Dinâmica majoritariamente consequente da diversificação econômica nas regiões do território, abrindo espaço (e necessidade) de autonomia relativa para os poderes locais. Repercutiu fortemente na construção de desigualdades entre as províncias do território, majoritariamente pelo fomento do poder central nacional para regiões de maior inserção internacional industrial e exportadora – especialmente para as Zonas Econômicas Especiais (JABBOUR, 2010). Construiu-se um quadro geral de uma região oeste voltada ao rural frente um leste chinês industrial, dinâmica que vem progressivamente sendo alterada, especialmente por novas políticas de fomento econômico na totalidade do território (SCHNEIDER, 2011).

Apesar de complementares, as referidas alterações institucionais organizaram-se em diferentes composições ao longo do período, que pode ser compreendido em três quadros gerais (ESCHER, 2016).

O primeiro período, entre 1979 e 1986¹¹, ampliou o acesso da população chinesa à melhor condição de vida e existência, principalmente os habitantes das regiões agrícolas – estima-se que, no referido período, 350 milhões de pessoas superaram a linha da pobreza (JABBOUR, 2010). Para tal, teve destaque a implementação de políticas de lotes privados para as unidades agrícolas, bem como o estímulo de empreendedorismo nas especificidades das diferentes regiões (ZHANG; DONALDSON, 2008). Ocorreu uma descentralização da economia das grandes empresas estatais, com aumento das cessões para empresas menores, e construção de acordos entre empresas grandes e médias (CHEN; JEFFERSON; ZHANG, 2011). Como ilustração, aponta-se que, entre 1980 e 1988, a renda média da população na província de Xinjiang cresceu em 115,87%, sendo o caso de maior aumento. Entretanto, no outro extremo, a percentagem de incremento no mesmo período foi de 39%, na província do Tibet (JABBOUR, 2010).

Entre 1987 e 2002, o segundo período se desenvolveu sob o pretexto apontado por Deng Xiao Ping de que “alguns ficarão ricos primeiros”, indicando o direcionamento a ser tomado (ESCHER, 2016). A exportação e a indústria pesada iniciaram o período com principal destaque, especialmente no leste do país. Processo somado à privatização e reorganização da maior parte das empresas estatais, com a manutenção de setores estratégicos focais nas mãos do Estado (CHEN; JEFFERSON; ZHANG, 2011). Entretanto, tal foco

¹¹As divisões temporais são interpretativas, porém cabe salientar que a presença de Planos Quinquenais contribui para a construção da análise histórica chinesa, visto que aponta as diretrizes oficiais adotadas pelo Partido Comunista na condução do país. Nesse sentido, o primeiro período equivale ao 6º Plano Quinquenal; o segundo ao 7º e 8º; e o terceiro ao 9º e subsequentes.

tensiona as relações sociais no território chinês, abrindo espaço para questionamentos à administração do Partido Comunista Chinês, fato concretizado no incidente da Praça de Tiananmen, em 1989 (JABBOUR, 2010). O fomento à diversificação das fontes de capital para o meio rural foi essencial para a estabilização dos grupos sociais no país, tanto por via da emergência das Empresas de Vilas e Aldeias (EVA) como pela maior conexão com o mercado internacional (BISPO; MARTINS; CECHIN, 2021).

Se o segundo período ocorreu compreendendo a desigualdade como um elemento a ser tolerado; o terceiro, iniciado em 2003, partiu do pressuposto de que deveria ser superado. Para tal, foram retomadas as políticas de redução das desigualdades territoriais entre urbano e rural e entre leste e oeste (ESCHER, 2016). A dinâmica base da economia manteve-se na indústria pesada e na exportação, porém com o aprofundamento das medidas voltadas a ampliar a formação e circulação de capital no meio rural (ZHANG; DONALDSON, 2008). Ampliou-se neste momento as práticas de integração verticalizada com produtores agrícolas, tanto de origem nacional como internacional (HAIRONG; YIYUAN, 2015; HUANG, 2011). Fator que será essencial para a compreensão do movimento da soja e, portanto, que retomado no Capítulo 5.

O referido período ainda é vigente. Entretanto, salienta-se que o momento pandêmico, bem como diretrizes políticas emergentes, indicam tendências distintas de atuação do Estado chinês, especialmente frente ao capital privado. Regulações de canais de acumulação e restrições a determinadas explorações econômicas tem sido crescente na temporalidade recente. Fator que coaduna-se com a movimentações de atores internacionais que podem incidir em novos contextos político econômicos globais¹².

Frente ao conjunto de implementações elencadas, o meio rural recebeu especial destaque ao ser alvo de medidas voltadas para capitalização (ZHANG; ZENG, 2021). Capitalização entendida aqui enquanto a disponibilidade de dinheiro para circulação, aprimoramento e expansão do processo produtivo (MARX, 2011). Conforme apontam Hairong e Yiyuan (2015), esse ocorreu por meio de três direções de acumulação: capitalização desde baixo; capitalização desde cima; e capitalização desde ambos¹³. A multiplicação de

¹²Ainda que de forma anedótica, destaca-se os exemplos da abolição de escolas privadas de preparação curricular [bloomberg.com/news/articles/2021-07-24/china-bans-school-curriculum-tutoring-firms-from-going-public](https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-07-24/china-bans-school-curriculum-tutoring-firms-from-going-public) (acesso em 13/09/2022); a emergência de canais financeiros entre China e Rússia [businessinsider.com/china-russia-alternative-swift-payment-cips-sps-yuan-ruble-dollar-2022-4](https://www.businessinsider.com/china-russia-alternative-swift-payment-cips-sps-yuan-ruble-dollar-2022-4) (acesso em 13/09/2022); e as consequências da política de Covid adotada pela administração chinesa [business-standard.com/article/companies/china-s-zero-covid-move-could-hit-india-s-white-goods-post-festive-season-122091100699_1.html](https://www.business-standard.com/article/companies/china-s-zero-covid-move-could-hit-india-s-white-goods-post-festive-season-122091100699_1.html) (acesso em 13/09/2022).

¹³A conceitualização utilizada pelos autores refere-se ao debate sobre questão agrária promovido por Lenin (1988) ao diferenciar as formas de gestão da terra nos Estados Unidos e na Prússia. Enquanto no primeiro caso

canais de acumulação, especialmente após anos 2000, pauta-se no ideário de equalizar a renda dentro das províncias chinesas, estimulando diferentes canais de crescimento econômico¹⁴ de acordo com as possibilidades locais (JABBOUR, 2010). A tipologia de grupos sociais resultantes do processo de acumulação é apresentada de forma sintetizada no Quadro 02, e esmiuçada a seguir.

Quadro 2 - Tipologia de grupos no meio rural chinês

Categories	Mercado de trabalho	Mercado de terras	Mercado de produtos	Mercado de insumos	Síntese de operação
I. Empresas capitalistas	Trabalhadores anuais contratados.	Arrendatários de terras de vilarejos.	Todos os produtos objetivam a comercialização	Todos os insumos de produção são adquiridos externamente.	Arrendam terras e contratam trabalhadores para operações agrícolas; e/ou operam enquanto centralizadoras por meio de integração vertical.
II. Agricultores comerciais	Mão de obra local, com possibilidade de contratação de trabalhadores sazonais.	Utilizam terras próprias e/ou são arrendatários de outras posses.	Todos os produtos objetivam a comercialização	Todos os insumos de produção são adquiridos externamente.	Unidades produtivas de alta dependência comercial, constantemente vinculadas a empresas, mas não diretamente contratadas.
III. Agricultores contratados/integrados	Fluxo sazonal de trabalhadores, hora contratam, hora vendem a força de trabalho.	Utilizam terras próprias e/ou são arrendatários de outras posses.	Produzem para comercialização, com possibilidade de área para manutenção interna.	Compram a maior parte dos insumos produtivos, frequentemente atrelados a verticalização.	Unidades agrícolas atreladas ao processo de verticalização no meio rural chinês. Detém terras próprias e negociam os termos de produção frente garantia de comercialização futura com empresa contratante.
IV. Semi proletários rurais assalariados	Vendem força de trabalho anualmente.	Podem ser arrendatários, ou manterem as terras para produção paralela.	Quando há produto, é para consumo interno da unidade	Compram poucos insumos externos.	Detém terras, mas trabalham para empresas ou nas terras comunitárias acordadas, ou na propriedade da contratante. Podem manter produção própria – seja para comércio paralelo ou manutenção.
V. Trabalhadores sem terra assalariados	Vendem força de trabalho anualmente.	Não possuem terras.	Não possuem terras.	Não possuem terras.	Trabalham no meio rural enquanto contratados, tudo que produzem pertence à empresa contratante.
VI. Camponeses	Não contratam ou vendem.	Utilizam terra própria ou do vilarejo.	Produção para consumo interno, baixa comercialização	Compram poucos insumos externos.	Operam visando a manutenção da unidade produtiva e reprodução socioeconômica da família/vilarejo.

Fonte: informações adaptadas a partir de Zhang; Zeng, 2021; Zhang, 2015; Zhang; Donaldson, 2008.

haveria uma relação com uma acumulação mercantil desde classes burguesas, no segundo haveria uma relação com as classes anteriormente dominantes no espaço. Nesse sentido, cunhou-se a terminologia de *capitalism from below* e *capitalism from above*.

¹⁴Aqui vale a retomada de que, para o modelo do “Socialismo de Mercado”, o processo de acumulação de capital opera enquanto uma etapa da construção da sociedade e não seria evidência de um sistema capitalista visto quem detém o controle majoritário sobre esse capital – o Estado regido pelo Partido Comunista Chinês, no caso em análise.

A capitalização desde baixo vinculou-se predominantemente com o sistema de responsabilidade familiar da década de 1980. Por vias de especialização como aprimoramento produtivo, diferentes localidades alcançaram processos de acúmulo de capital dentro das respectivas províncias. Dinâmicas possibilitadas pela mudança na forma de inserção dos produtores, e pelo amparo estatal no fornecimento de crédito para adesão de pacotes tecnológicos, bem como garantia de preços e canais de escoamento (HAIRONG; YIYUAN, 2015).

A emergência de setores especializados no meio rural chinês não se deu de forma monolítica, mas em diálogo com trajetória de construção de classes e fragmentações dentro dos espaços em questão. A tipologia construída por Zhang e Donaldson (2008), ilustra as cinco formas de inserção dos agricultores nas cadeias produtivas agroindustriais resultantes da conjugação entre percurso dos espaços e acumulação local de capital.

- a) agricultores comerciais: Categoria agrícola voltada para comercialização. Não focam em produção interna de nenhum insumo, sendo materialmente relacionadas ao mercado. Apesar dessa conexão, utilizam mão de obra familiar ou temporária, fragilizando sua posição frente aos produtores empresariais. Desvantagem aprofundada pela menor disponibilidade de capital circulante, e infraestrutura – armazenamento, transporte, beneficiamento. Contam com relação profunda com os conglomerados internacionais agroalimentares que operam no contexto rural chinês, especialmente ao se tornarem fornecedores dos produtos exigidos pelas empresas – estimulando a especialização. Zhang (2015) agrega, também, o papel intermediário de classe desempenhado por este grupo, hora em atuação próxima aos grandes produtores, hora aos agricultores locais, o que os coloca em posição de constante instabilidade;
- b) agricultores contratados: Unidades agrícolas pautadas na integração vertical entre empresas e agricultores. Nestes contratos, tipicamente a companhia oferece à unidade agrícola a tecnologia, os serviços e, em partes, o crédito necessário. Apesar da garantia de comercialização, os agricultores se tornam dependentes da verticalização, frequentemente caracterizado pelo monopólio de compradores, tornando os produtores em tomadores de preço. Consequente também é a progressiva especialização das regiões enquanto alinhadas a determinados processos produtivos, limitando as possibilidades de inserção das unidades agrícolas (ZHANG; ZENG, 2022; HUANG, 2011);

- c) agricultores semiproletários com características chinesas: Prática relacionada à jurisprudência chinesa sobre posse e propriedade de terras. Como as terras não são privatizadas, mas cedidas aos agricultores pela administração local enquanto posses, o modelo específico de produção se caracteriza pelo acordo entre gestão regional e empresa privada que opera como centralizadora das operações agrícolas. De forma prática, o grupo empresarial arrenda a terra comunitária, dispondo dos trabalhadores locais enquanto mão de obra agrícola nas produções. Estes trabalhadores continuam sendo agricultores, porém subordinados ao controle das relações trabalhistas com a empresa arrendante – tornando-se, inclusive, assalariados. Prática bastante comum em áreas que não alcançaram formas próprias de inserção enquanto produtores básicos de mercadorias ou subsistência (ZHANG, 2015);
- d) agricultores semiproletários: A posse da terra é totalmente da empresa, que aloca trabalhadores nas funções necessárias. Estes, por sua vez, podem até deter terras, mas não são sua principal forma de reprodução social. O que não significa, entretanto, que não desempenhem uma jornada dupla de trabalho entre ambos os elementos (ZHANG, 2015). Frequentemente são agricultores que não encontraram estabilidade na produção independente, tendo na semiproletarização uma forma de manutenção social. Assimila-se ao conceito de pluriatividade comum a outras localidades, especialmente por poder integrar, também, migrações pendulares em trabalhos urbanos (SCHNEIDER, 2003);
- e) trabalhadores rurais. Moradores de regiões rurais que não dispõem de espaços agrícolas produtivos na construção da sua reprodutibilidade social. Emerge enquanto fruto das desigualdades oriundas das dinâmicas agrárias mercantilizadas ao longo das décadas, frequentemente atrelada a trabalhadores que detinham posses mas que abdicaram diante da necessidade de manterem-se economicamente (ZHANG; OYA; YE, 2015). Os contratos de trabalho variam em relação ao assalariamento e formas de operacionalização. Destaca-se a camada étnica atrelada. É frequente que proletários sem terras sejam migrantes internos – entre *hukou* –, enquanto os que possuem terras tendam a ser locais (ZHANG, 2015).

Pela formação distinta, os cinco grupos operam socialmente por canais diferentes, bem como vinculam-se às demais mecânicas de acumulação em modos de expressão e intensidades heterogêneos. Parte das composições rurais opera em diálogo direto dentro dos processos agrários – servindo de trabalhadores ou em regime de pluriatividade com outros

setores. Parte, entretanto, atua enquanto competidora direta de acumulação endossados por capital externo ao meio rural – com as cooperativas e as empresas privadas, explicitadas a seguir (ZHANG; DONALDSON, 2008).

Ao processo da capitalização desde baixo fruto das atividades agrícolas, soma-se à capitalização simultânea entre o rural e o fomento externo – estado e empresas privadas – na construção de cooperativas. As cooperativas agrárias¹⁵ operam no território chinês enquanto categoria específica desde regulação aprovada em 2007 (HAIRONG; YIYUAN, 2015). Nestas, as compras são combinadas entre diferentes produtores a fim de reduzir custos logísticos e ampliar possibilidades de negociação. Em sentido semelhante, canais de processamento se tornam mais facilmente acessíveis por meio da cooperação – especialmente pela escala nas atividades de negociação. Apesar de disporem de menor estímulo estatal em comparação às demais formas de acumulação, as cooperativas representam – idealmente – a possibilidade de fortalecer produtores individuais nas negociações cotidianas por meio da integração horizontal (HUANG, 2011).

Entretanto, apesar do disparador original, a atuação contemporânea das cooperativas integra-se majoritariamente com processos econômicos conduzidos por conglomerados internacionais. Conforme apontam Hairong e Yiyuan:

[...] cooperatives in China today often seek business relationships with dragon-head enterprises and serve as an instrument for linking small households with capitalist enterprises, leading to small producers' further marginalization and vulnerability. Rather than empowering small farmers, cooperatives in the context of rural differentiation are uneven playing fields. Encouraged by government policy support of cooperatives, big households often take their own initiatives to create cooperatives and maintain their domination in the distribution of surplus created mostly by wage labour and the family labour of small households. (HAIRONG; YIYUAN, 2015, p. 379)¹⁶

¹⁵Essencial notar que a terminologia de cooperativas aqui emerge de forma distinta do empregado ao longo das décadas de 1960 no contexto do Grande Salto. Enquanto o elemento inicial relacionou-se a produção coletivizada baseada na posse do vilarejo, o contemporâneo visa a cooperação entre entes privados em suas posses individuais (HAIRONG; YIYUAN, 2015).

¹⁶Em tradução nossa: "[...] cooperativas na China hoje frequentemente buscam relações comerciais com as empresas cabeças de dragão, e servem como um instrumento para vincular pequenas unidades produtivas com empresas capitalistas, conduzindo os pequenos produtores a uma progressiva marginalização e vulnerabilidade. Cooperativas no contexto rural se tornaram campos desiguais de disputa, em vez de promoverem o empoderamento de pequenos produtores. E, encorajados por políticas de fomento a cooperativas, grandes produtores frequentemente tomam iniciativa de intitular-se cooperativas apesar de manterem seu domínio sobre os processos de distribuição de lucros fruto do trabalho assalariado e do trabalho familiar nas pequenas propriedades." (HAIRONG; YIYUAN, 2015, p. 379)

A ampliação da atuação de empresas capitalistas por meio das cooperativas se dá, principalmente, pela possibilidade dessas acessarem canais especiais de políticas creditícias e inserções comerciais (ZHANG, 2015; YAN; CHEN, 2013).

Paralelo a esse, destaca-se a utilização de cooperativas pelo poder estatal como forma de organizar e gerir a produção ao longo do território chinês. Essa forma de intervenção ocorre especialmente por meio da criação de cooperativas geridas por quadros partidários locais, visando trazer credibilidade e engajamento nas comunidades (ZHANG; ZENG, 2021). Essas movimentações, além de buscarem formas de geração de capital, visam propiciar ao poder estatal modos de conduzir políticas locais específicas, ponto especialmente tensionado na última década frente o objetivo da equalização da renda entre meio urbano e rural (YEH et al, 2013; YAN, 2009). Neste sentido, o controle de fluxos migratórios, distribuição alimentar e políticas de bem-estar social encontram nas cooperativas uma possibilidade de diálogo direto com a realidade econômica dos atores rurais (ISLAM, 2016).

Processos que diferem-se da capitalização desde cima, caracterizada majoritariamente pela entrada de empresas privadas no meio rural chinês, especialmente após a abertura do mercado nacional, na década de 1990, ao capital estrangeiro (ESCHER, 2016). Essa dinâmica materializa-se nas empresas cabeças de dragão¹⁷ (ECD), terminologia adotada pelo 9º Plano Quinquenal (1996 – 2000) do Partido Comunista Chinês), no qual previu-se que algumas empresas privadas seriam alçadas a categoria supracitada para conduzirem centralização produtiva no meio rural, visando a aceleração da modernização de técnicas agrárias (HAIRONG; YIYUAN; BUN, 2016).

O enquadramento enquanto cabeças de dragão passa por conceitualização burocrática e permite acesso a canais específicos de fomento fiscal, políticas creditícias e regimes de inserção fundiária (ZHANG; DONALDSON, 2008). Para fins de ilustração, entre 2000 e 2005, período de especial expansão do modal, o número de ECD passou de 27.276 mil empresas para 61.268 empresas, das quais 580 empreendimentos foram definidos enquanto centrais para a capitalização do meio rural, recebendo aporte de 11,9 bilhões de yuans (HAIRONG; YIYUAN, 2015). A centralização a ser promovida por essas empresas pauta-se na integração verticalizada, entendida como:

Vertical integration refers to two parallel processes: first, scaling up production of a crop in a region, because without a large enough volume harvested, further processing and marketing of the crop will not be economically viable; and, second, integrating cultivation with processing and marketing. The central government

¹⁷Tradução direta do termo anglófono de *dragonhead enterprises*, em *pinyin* escrito como *longtou qiye*.

believes that vertical integration helps to bring farmers into markets and to bring modern technologies into farming. (ZHANG; DONALDSON, 2008, p. 29)¹⁸

Neste sentido, estimular a verticalização significaria fomentar a centralização de controle sobre o processo produtivo – na empresa integradora –, e facilitar formas comerciais unicamente viáveis, do ponto de vista econômico, em produções com escala.

Destaca-se que o modelo de integração vertical não é exclusividade do caso chinês, sendo frequentemente adotado em diferentes países do globo, especialmente em realidades rurais de menores possibilidades de inserção autônoma dos produtores (SWINNEN, 2016; BRIONES, 2015; BARRET *et al.*, 2012; MIYATA; MINOT; HU, 2009; MINTEN; RANDRIANARISON; SWINNEN, 2009). O que difere o caso chinês é a utilização de um artifício do capital privado enquanto componente do projeto nacional de acumulação de capital no meio rural (ZHANG; ZENG, 2022).

Essa inserção verticalizada opera em quatro canais centrais de relação com o meio agrário (HAIRONG; YIYUAN, 2015): (a) por meio de concessões estatais, principalmente em regiões na qual os moradores são transferidos para áreas urbanas, utilizando principalmente trabalhadores rurais despossuídos; (b) via aluguel das terras e contratualização dos agricultores locais como trabalhadores, os quais abrem mão da sua posse temporária e se tornam operários da produção da empresa centralizadora; (c) por concessões de produtores que locam a terra em troca de dividendos, em formato de arrendamento que utiliza como mão de obra ou trabalhadores despossuídos ou agricultores em regime de pluriatividade; (d) por contratualização com cooperativa que intermeia a produção com os seus cooperativados.

Percebe-se na forma de inserção das empresas privadas uma interconexão entre as três esferas de acumulação de capital, visto a reincidência das classes de agricultores no meio rural chinês e das cooperativas no modelo de inserção das empresas cabeça de dragão. Essas dinâmicas serão especialmente retomadas quando analisados os fluxos específicos de soja, no Capítulo 5.

Essa conexão gerou efeitos reflexivos entre as práticas. Conforme aponta Hairong e Yiyuan (2015), a entrada das empresas privadas de grande porte estimularam o mercado local de terras, aumentando o preço relativo e gerando barreiras de entrada para produtores médios locais. Ao mesmo tempo que impôs um custo de oportunidade aos pequenos produtores,

¹⁸Em tradução nossa: “Integração vertical refere-se a dois processos paralelos: primeiro, escalonar a produção de uma cultura em uma região, porque sem um volume suficientemente grande de produção, processamento e comercialização posteriores não se tornam economicamente viável; e, segundo integrar os processos de cultivo com os de processamento e comercialização. O governo central acredita que a integração vertical ajuda a inserir os agricultores nos mercados e a trazer tecnologias modernas para dentro da agricultura.” (ZHANG; DONALDSON, 2008, p. 29)

frequentemente estimulando-os ao abandono da produção visto a possibilidade de ganho com arrendamento¹⁹. Adicionam-se, ainda, as consequências ambientais, culturais e trabalhistas fruto do processo de verticalização. Conforme aponta Huang (2011), os efeitos benéficos sobre o aumento do produto interno bruto oriundo do meio rural são evidentes, porém também o são as consequências de abandono de modos de produção tradicionais, poluição pela intensificação produtiva e êxodo rural – a caráter de ilustração, entre 1990 e 2010 cerca de 88 milhões de camponeses se tornaram despossuídos de terra (YEH *et al*, 2013). Pontos também salientados por Hairong *et al* (2016) ao traçar as consequências do modelo para dependência externa de produtos agrícolas – como no caso da soja –, visto que a produção voltada para a lucratividade colocaria o país em constante necessidade de negociação com produtores de outras nacionalidades, diminuindo a segurança alimentar nacional.

Quando pensadas as consequências gerais do período de reforma para o contexto rural chinês, o ponto basal é uma massificação da comercialização (pré e pós unidade agrícola). Entre 2000 e 2010, por exemplo, a percentagem de produtos agrícolas envolvidos diretamente em comercialização passou de 50% para 85% (HAIRONG; YIYUAN, 2015). Compasso de crescimento também apresentado pela renda geral da população chinesa, apesar de desigual dentro do território (ZHANG, 2015). Entre 2000 e 2010, o decil mais baixo vivenciou a triplicação da sua renda média anual, frente a quintuplicação no decil mais alto – dados apresentados na Tabela 01. E, apesar dos enfoques políticos específicos na década recente, a renda média rural apresenta constância em manter-se aproximadamente um terço do equivalente urbano (HAIRONG; YIYUAN, 2015).

Ano	Renda per capita disponível por unidade domiciliar (yuan)	Renda per capita disponível por unidade domiciliar urbana (yuan)	Renda per capita disponível por unidade domiciliar rural (yuan)
1978	171,2	343,4	133,6
1985	478,6	739,1	397,6
1990	903,9	1510,2	686,3
1995	2363,3	4283	1577,7
2000	3721,3	6255,7	2282,1
2005	6384,7	10382,3	3370,2
2010	12519,5	18779,1	6272,4
2015	21966,2	31194,8	11421,7
2020	32188,8	43833,8	17131,5

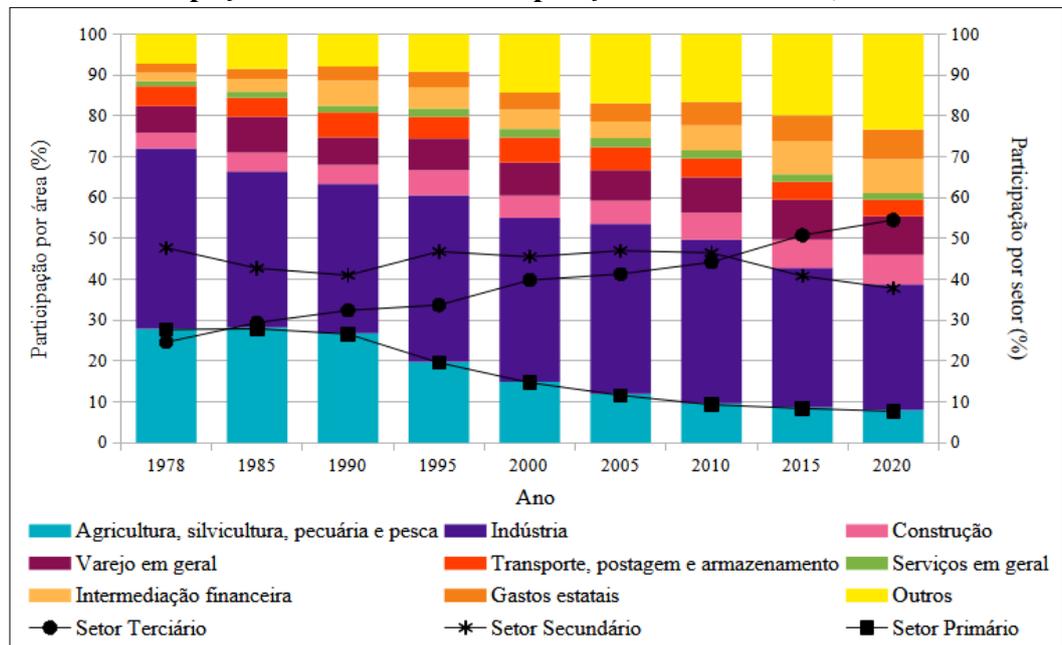
¹⁹Os autores apresentam uma anedota na qual um agricultor dispunha de 110 mu para produção de arroz. Em média, alcançava 45 mil yuans anuais. Frente oferta da empresa Ace, o agricultor alugou suas terras e com o dinheiro comprou tratores, com os quais presta serviços na sua antiga posse. Com esse processo, o mesmo passou a ter uma renda anual média de 89 mil yuans (HAIRONG; YIYUAN, 2015, p. 378). Ou seja, apresentando um processo de alteração no ritmo agrário e de emergência de novas formas de relação de produção e trabalho fruto da entrada de empresas privadas de grande porte.

Ano	Renda per capita disponível por unidade domiciliar (yuan)	Renda per capita disponível por unidade domiciliar urbana (yuan)	Renda per capita disponível por unidade domiciliar rural (yuan)
Variação (1978 – 2000)	20,74	17,22	16,08
Variação (2000 – 2020)	7,65	7,01	6,51
Variação (1978 – 2020)	187,02	126,65	127,23

Fonte: dados adaptados a partir do China Statistical Yearbook, 2021.

De forma correlata, a importância do setor agrícola apresenta um decréscimo ao longo dos anos, em especial contrapartida ao crescimento do setor de serviços – conforme apontado na Figura 03. É também em virtude dessa dinâmica que as medidas supracitadas de capitalização do meio rural continuam enquanto base de políticas no contexto chinês (ZHANG; ZENG, 2022).

Figura 3 - Participação dos setores na composição do PIB chinês, 1978 – 2020



Fonte: dados adaptados a partir de China Statistical Yearbook, 2021.

Os valores apresentados indicam o caminho adotado pela política macroeconômica do território chinês após 1978. É por meio da industrialização e estímulo à modernização capitalista das produções que o socialismo de mercado chinês encarrou a construção da economia nacional ao longo do meio século passado (JABBOUR, 2010). Ferramentas essas, entretanto, que apenas foram eficazes por meio da negociação constante com o sistema econômico internacional, em uma relação complexo de estabelecimento de uma economia com mercado como forma de barrar a transformação do país em uma economia de mercado (BRAUDEL, 1987).

3.1.3 À ascensão internacional e a ascensão internacional

As políticas implementadas para o desenvolvimento rural chinês complementaram-se na expansão da economia nacional no mercado capitalista internacional. Conforme trazido anteriormente, é na transição da década de 1980 que as dinâmicas de fragmentação das cadeias produtivas entraram em ápice de operação, especialmente pela descentralização do poder nos Estados Unidos e pela expansão dos conglomerados privados (MCMICHAEL, 2016; GEREFFI, 2011). Nessa condição internacional, a realidade chinesa surgiu enquanto um mercado com altíssima disponibilidade de mão de obra – e menor custo de produção –, e alto potencial de consumo – com renda média da população ascendente. Assim, as reformas implementadas pela administração do Partido Comunista Chinês trataram de reconhecer a situação internacional e utilizar elementos em disputa como catalisadores da economia nacional, dialogando esferas internas e externas (DUEÑAS, 2015; JABBOUR, 2010).

A conexão entre mercado chinês e práticas internacionais ascendeu desde as implementações de Deng Xiao Ping, especialmente pela abertura da economia nacional à entrada de empresas estrangeiras (JABBOUR, 2010). Entretanto, é sob a administração de Jiang Zemin (1992 – 2003) que a interconexão com a economia de mercado ganhou escala (BISPO; MARTINS, CECHIN, 2021).

Em 1999, a política de *Zhou Chuqu*²⁰ estimulou a expansão de atividades econômicas de empresas chinesas (tanto estatais como mistas) ao longo do globo (ARMONY; STRAUSS, 2012). Fomento direcionado a empresas escolhidas politicamente para assumirem a posição de destaque e condução da economia em setores estratégicos (CHANGHONG; ZHENG, 2015). Essas recebiam financiamentos, subsídios, taxas diferenciadas, isenções e operações facilitadas, além de estarem majoritariamente inseridas em Zonas Econômicas Especiais (MENDONÇA; LOPES FILHO, OLIVEIRA 2021).

Ao estímulo de empresas em setores específicos, somaram-se investimentos diretos em outros países visando a construção de mercados consumidores em potencial (JABBOUR, 2010). Ou seja, fomentar a economia de países alhures enquanto forma de desenvolvimento de canais próprios de comercialização. A relação com os demais países pautou-se no diálogo com as especificidades locais de cada ponto de conexão, que podem ser entendidos em três eixos geoeconômicos (ESCHER, 2016):

²⁰Em tradução nossa significa “sair fora”, entretanto diversos autores a utilizam pelo termo anglófono de *Going Global*, trazendo o sentido de “globalizar-se”.

- a) eixo sino-americano: Por meio de relação direta com os Estados Unidos, majoritariamente pautado em investimentos diretos e terceirização produtiva das cadeias estadunidenses para dentro do território chinês – *outsourcing*. Por meio desse processo, o capital chinês criou dinâmicas produtivas próprias, reduzindo a distância tecnológica em relação aos polos industriais clássicos (JABBOUR, 2010).
- b) eixo sino-asiático: Principalmente com a expansão industrial e tecnológica, que tem possibilitado o crescimento chinês em direção aos outros países do continente – reencenando a situação inicialmente fruto do eixo sino americano, agora com a China no papel de expensor. O capital chinês investe tanto de forma direta em outras economias asiáticas, como por meio de comércio constante com países do entorno – principalmente na importação de matérias primas e exportação de itens processados (MÓDOLO; HIRATUKA, 2017);
- c) eixo sino-Sul Global: Por meio de canais de garantia ao capital chinês de mercados vinculados à si, como forma de segurança comercial. Pauta-se em outros países em desenvolvimento, especialmente de África, América Latina e Oriente Médio que servem de mercados em potencial e de produtores de matérias primas (petróleo, soja, carvão, agroindustriais e afins). O fluxo de investimento direto nestes casos tem crescido, apesar de não ser a estratégia predominante (MÓDOLO; HIRATUKA, 2017; ARMONY; STRAUSS, 2012).

Eixos que foram desenvolvidos em perspectiva de cooperação e busca por crescimento mútuo, conforme apontam Armony e Strauss (2012):

A first step is to pay attention to the ways in which China itself makes sense of the wide variety of relations that it has established with the rest of the developing world. China formally engages with other areas of the world on the basis of a very consistent set of principles that were first formed nearly 60 years ago. However, [...] these bedrock principles have been intertwined with a set of notions about development that frame China's international outreach to regions such as Africa and Latin America: a common experience of underdevelopment, poverty and suffering at the hands of exploitative powers, and a newer "globalized" emphasis on "win-win" results as a shorthand for complementary, comparative advantage and division of labour. These rhetoric are widely applied in both Latin America and Africa. But newer notions of "common development" for Latin America are beginning not only to acknowledge a recognition of the region as more than simply a source of natural resources, but also to act on a common set of developmental challenges with China and, more importantly, accept that both sides are equally capable of engaging in mutually beneficial, complementary and genuinely horizontal co-operation. While this notion of "mutual benefit" is frequently trumpeted for China's relations with (for example) Africa, it fits better the reality of Latin America where diversification and other options represent viable possibilities for actual rather than merely notional

complementarity as part of horizontal co-operation. (ARMONY; STRAUSS, 2010, p. 5 - 6)²¹

Apesar de sob o mesmo pretexto, a utilização de dinâmicas distintas para as localidades globais, reendossa a perspectiva da economia de projeto chinesa ao conceber potencialidades específicas dos países e explorá-las em diálogo com o mercado internacional (JABBOUR, 2010). Utilizando da economia de mercado para fomentar o socialismo com mercado em um processo que foi desenvolvido em três períodos-chave (ESCHER, 2016): entre 2000 e 2008, caracterizando um crescimento do mercado chinês como importador de *commodities* agrícolas para fomentar indústrias internas; entre 2008 e 2012, marcado pela expansão chinesa como fomentadora de projetos *greenfield* em diferentes continentes – com especial destaque para África e Ásia; por fim, entre 2012 e o presente, ocorre um redirecionamento dessas ações comerciais para projetos *brownfield* e de asseguramento dos investimentos realizados.

A dinâmica de internacionalização chinesa em relação ao rural iniciou por um elemento geográfico específico: a baixa disponibilidade de terras cultiváveis no país. Apesar da larga extensão do território, grande parte do mesmo é constituído pelo Deserto de Gobi, limitando a área suscetível à exploração agrícola. Problemática tensionada quando pensado que o cultivo de grãos depende de escala para tornar-se lucrativo e, não sendo possível, valoriza outras produções agroalimentares – especialmente hortifrutis (BISPO, 2021).

Sob esse pretexto, por décadas a administração do Partido Comunista implementou incentivos fiscais a fim de manter a segurança de grãos no país. Em 2001, entretanto, o pleito chinês pela entrada na Organização Mundial do Comércio teve como contrapartida um conjunto de exigências por liberalização do mercado nacional. Dentre essas, a de grãos

²¹ Destaca-se o fato da citação ser de 2010, na década seguinte ampliou-se a participação chinesa especialmente nos contextos de África e Ásia (tanto em países próximos ao contexto chinês como no Oriente Médio), especialmente pelo fomento da Nova Rota da Seda (MENDONÇA *et al*, 2021; TSUI *et al* 2017). Em tradução nossa: “Um primeiro passo é ter atenção especial sobre as formas com as quais China significa a variedade de relações que estabelece com os demais países em desenvolvimento. China formalmente se engaja com as demais nações tendo como base um conjunto assentado de princípios em operação ao longo dos últimos 60 anos. Entretanto, [...] esses princípios fundamentais são intercalados com um conjunto de noções sobre desenvolvimento que enquadram a abordagem internacional chinesa para regiões como África e América Latina: uma experiência comum de subdesenvolvimento, pobreza e sofrimento nas mãos de poderes exploradores e uma nova lógica ”globalizante” focada em resultados “ganha-ganha” como caminho para a complementaridade, vantagens comparativas e divisão do trabalho. Essa retórica é amplamente aplicada em América Latina e África. Todavia, novas formas de “desenvolvimento comum” para América Latina começam a emergir ao conceber a região não apenas como uma fonte de recursos naturais, mas em compreender que as possibilidades de cooperação horizontal. na região visando a superação de desafios de desenvolvimento. Apesar da ideia de ‘benefícios mútuos’ ser frequentemente anunciada no contexto chinês em suas relações (por exemplo) com África, é com a América Latina que a diversificação e outras formas de conexão representam possibilidades para além de uma complementaridade e visando uma cooperação horizontal” (ARMONY; STRAUSS, 2010, p. 5 – 6).

(BISPO; MARTINS, CECHIN, 2021). Iniciou-se, então, um processo ascendente da atuação chinesa no mercado internacional enquanto importadora de grãos visando manter sua segurança alimentar nacional e possibilitar a expansão do consumo (ESCHER; WILKINSON, 2019). Ocorre neste ponto uma contrapartida: o projeto administrativo chinês abdica da soberania sobre alguns produtos alimentares (soja, principalmente) para garantir a segurança alimentar geral e a soberania sobre outros (frutos do mar, arroz, trigo, frutas, legumes) (ESCHER, 2016).

Destaca-se, em diálogo com o apresentado anteriormente, a emergência de um novo paradigma para a agricultura do país que seria integrada, coordenada, especializada, padronizada e internacionalizada (ZHANG; DONALDSON, 2008). O resultado dessa política foi a expansão das integrações verticais, tanto na forma de empresas privadas – como as ECD –, como formas estatais verticalizadas (HUANG, 2011). Sob o argumento de facilitar o acesso tecnológico e de infraestrutura ao homogeneizar os produtores e produção (SCHNEIDER, 2011).

É em relação a este aspecto que a expansão chinesa no mercado global agrícola tomou forma, em especial relação com o complexo de grãos e proteína animal²². Ademais das aquisições por comércio direto, somaram-se os investimentos diretos em setores de produção e processamento de grãos – soja, canola e milho – em diferentes localidades do globo, com destaque para o caso brasileiro (FURTADO; ALVES, 2020). Investimentos diretos que simbolizam formas de atuação nacional sobre os diferentes segmentos das cadeias de valor, moldando os canais de comercialização dos produtos envolvidos e caracterizando a circulação de capital (GEREFFI; LEE, 2012).

Enquanto resultado do contexto apresentado, a balança comercial contemporânea chinesa apresenta superavit frente maior parte dos países desenvolvidos, e deficit frente países em desenvolvimento (principalmente pela importação massiva de matéria prima). Como efeito, ocorre o fluxo de entrada de dólares correntes dentro do território chinês, dando poder financeiro ao estado. Além disso, dos cerca de \$4 trilhões de dólares em reserva que a China possui, cerca de 50% é pautado em títulos do Tesouro americano (ESCHER, 2016). Em relação aos diferentes mercados de inserção, em 2020 o país foi responsável por um terço das exportações globais de maquinários e eletrônicos, ocupando a primazia mundial. Bem como por 20% das exportações de artefatos relacionados a operações nucleares. Em relação às importações, o país, em 2020, foi o maior importador de circuitos eletrônicos com

²²Esse processo pode ser interpretado sob o conceito de *meatification* (WEISS, 2016), e será aprofundado no Capítulo 5.

aproximadamente metade da circulação global (sendo 24,3% relativos à Hong Kong e 21,6% ao continente); em petróleo cru também obteve primazia, com 23,5%; fator repetido no mercado de soja com aproximadamente 60% desse mercado²³. Os dados apresentados indicam uma concentração de exportações baseadas em produtos de maior valor agregado, frente importação de matérias-primas.

As especificidades da inserção internacional chinesa explicitam-se na comparação com as perspectivas teóricas clássicas desenvolvidas a partir da observação da internacionalização econômica de Estados Unidos e Europa. A expansão produtiva de China diferencia-se por compor um conjunto de novas multinacionais – tanto as empresas públicas como privadas – caracterizadas por três eixos centrais. O primeiro, a internacionalização bastante rápida em comparação à velocidade dos processos desempenhados anteriormente, principalmente por utilizarem alavancagens já existentes na estrutura internacional (FURTADO; ALVES, 2020). O segundo, a internacionalização entendida como uma ação de expansão em direção a diversos países, e não uma estratégia fragmentada por mercados (MÓDOLO; HIRATUKA, 2017). E terceiro, pela utilização das condições periféricas na economia global enquanto um fator importante na construção de acordos e captação das inovações desenvolvidas nos centros tecnológicos (MARINHO, 2013; DOSI, 1988). Essas novas internacionalizações não são um fenômeno exclusivo chinês, sendo um tema de estudos frequentes principalmente durante a emergência dos BRICS no início do século XXI (ESCHER, 2020; MÓDOLO, 2011).

Apesar das distinções da prática chinesa em relação à estadunidense e europeia, por exemplo, análises clássicas para estes contribuem para a reflexão das motivações da internacionalização das economias. O Paradigma de Dunning, elaborado ao longo da década de 1980, é um destes casos (MARINHO, 2013; DUNNING, 1988; 1977). Para esse, três fundamentos seriam centrais na internacionalização de uma empresa. O primeiro seria a noção de domínio (*ownership*), relacionado à possibilidade do país que se internacionaliza encontrar, no país receptor, condições específicas de capacidade tecnológica, potencial humano ou ativos de marca possíveis. O segundo fundamento refere-se à localização (*location*) deste novo mercado e seus recursos naturais frente ao entorno e outras localidades. Por fim, a internalização (*internalization*) ocorre quando hajam vantagens para a empresa que se

²³Dados para 2020 disponíveis em oec.world/en/profile/country/chn (acesso em 03/10/2022). Para importação, agregados sobre HS2 (*Harmonized System*) a ID 85 (*Electrical machinery and equipment and parts thereof; sound recorders and reproducers; television image and sound recorders and reproducers, parts and accessories of such articles*) e ID 84 (*Nuclear reactors, boilers, machinery and mechanical appliances; parts thereof*). Para importação, agregados sobre HS4 sobre a ID 2709 (*Crude Petroleum*); ID 1201 (*Soybean*); e ID 8542 (*Integrated Circuits*).

internacionaliza em absorver, para dentro de suas estruturas, as dinâmicas desenvolvidas neste país receptor – facilidades de crédito, licenças específicas e afins. Por mais que o quadro político presente tensione ambas as motivações, no Capítulo 5 serão retomadas essas perspectivas e exemplificadas na aplicação das relações entre Rio Grande do Sul e China. Salienta-se, entretanto, como as dinâmicas de domínio, localização e internalização das práticas econômicas nacionais por atores externos endossam tanto a fundamentação do Terceiro Regime Alimentar como os processos institucionais trabalhados na presente dissertação.

Dinâmicas que tendem ao aprofundamento por meio da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI)²⁴, iniciada pela administração de Xi Jinping (2013 – presente), em 2013, e demarcada pelos projetos “Nova Rota da Seda” e pela “Rota da Seda Marítima do Século XXI”. Esses fomentam infraestrutura logística e financeira em diferentes países visando o crescimento da influência do Estado chinês (TSUI *et al*, 2017). O estímulo aos transportes objetiva garantir que a economia chinesa não atingirá um ponto de acúmulo de produção, estagnando seu possível crescimento em um momento futuro de saturação do mercado interno. Assim, ao desenvolver rotas facilitadas entre países asiáticos, europeus e africanos, garante a possibilidade de escoamentos futuros (MENDONÇA; LOPES FILHO, OLIVEIRA 2021). O aporte financeiro, por sua vez, visa construir um poder contábil global paralelo ao predomínio do padrão dólar. Em especial diálogo com o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB), diferentes canais internos de comercialização emergem no contexto asiático, fator contemporaneamente ainda mais tensionado frente ao conflito entre Rússia e Ucrânia²⁵. Ao romper com a exclusividade do dólar, criam-se alternativas ao capital chinês e dos diferentes países de operacionalizarem canais comerciais por meios alheios ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, por exemplo, gerando outros caminhos de autonomia nacional (TSUI *et al*, 2021).

Retomando a abordagem dos Regimes Alimentares, a emergência chinesa enquanto economia de alta influência na esfera internacional tensiona as esferas de poder entre centro e periferia até então estabelecidas. No crescimento do predomínio das corporações privadas nas disputas internacionais, essas devem dialogar diretamente, também, com o socialismo de mercado estabelecido pela administração do Partido Comunista da China. Na síntese dessas disputas emergem novos arquétipos institucionais os quais, por sua vez, moldarão as formas

²⁴No termo anglófono *One Belt, One Road Initiative*.

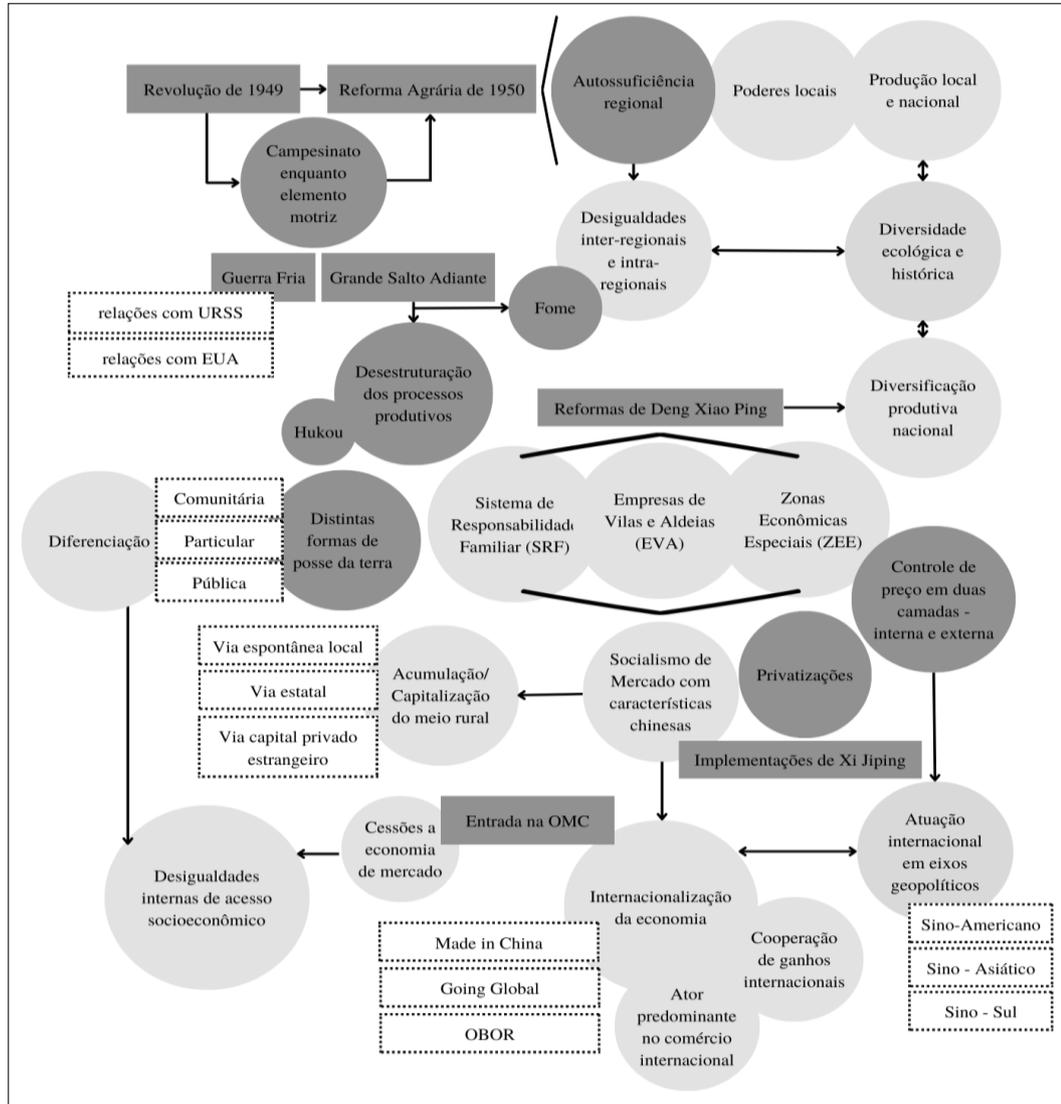
²⁵Elemento simbolizado pela emergência do sistema CIPS em substituição ao SWIS, em 2022. Ver mais em Eichengreen (2022), *Sanctions, SWIFT, and China's Cross-Border Interbank Payments System*, disponível em ccsis.org/analysis/sanctions-swift-and-chinas-cross-border-interbank-payments-system (acesso em 03/10/2022).

de inserção dos diferentes atores nos fluxos comerciais em questão. E é sobre este contexto que as relações entre Rio Grande do Sul, os canais de escoamento de soja e o contexto chinês podem ser analisados.

3.1.4 Síntese possível de alguns elementos do quadro institucional chinês frente a trajetória histórica

O recorte proposto para a trajetória histórica chinês inicia na tomada revolucionária do controle do Estado. A partir de então, diferentes medidas foram implementadas visando a elaboração de condições mínimas de vida para a população simultâneo ao crescimento econômico do país. Processos como o do Grande Salto Adiante trouxeram disparidades dentro o território – já marcado por diferenças ambientais e históricas –, que afetaram especialmente a população rural. Como forma de realinhar a estrutura produtiva nacional, e tendo consciência de que certos grupos alcançariam estabilidade econômica em um ritmo mais lento dentro do projeto nacional, as Reformas de Deng Xiao Ping deram especial tônica na construção do modelo do Socialismo de Mercado, afastando a dinâmica chinesa do modelo icônico soviético até então dominante conceitualmente. Com a retomada de práticas privadas sobre alguns meios de produção, mas manutenção do poder nas mãos do Estado, a economia chinesa apresentou um crescimento massivo na transição do século XX e XXI. Período no qual, também, ascendeu a categoria de ator internacional central para os fluxos comerciais, baseando o processo que incidirá centralmente na conformação das relações a serem observadas para o mercado de soja. A Figura 04 ilustra eventos históricos e conformações institucionais do percurso apresentado no capítulo.

Figura 4 - Organograma dos elementos históricos e institucionais na retomada da trajetória agrária chinesa



Fonte: elaboração própria a partir de Zhang; Zeng (2021); Bispo *et al* (2021); Chen (2021); Islam (2016); Escher (2016); Huang (2011); Zhang; Donaldson (2008).

3.2 BRASIL: A TRAJETÓRIA COLONIAL, A QUESTÃO AGRÁRIA E O MODELO AGROEXPORTADOR

Em exercício semelhante ao realizado para o quadro brasileiro, a busca por “Agricultura+Brasil” nos traz as seguintes manchetes: “*O mundo precisa do Brasil para ter alimentos, afirma ministro*”²⁶; “*Polinizadores essenciais para a agricultura estão em declínio*”

²⁶Disponível em opresenterural.com.br/o-mundo-precisa-do-brasil-para-ter-alimentos-afirma-ministro-da-agricultura/ (acesso em 24/08/2022).

*no Brasil*²⁷; “*Ministério da Agricultura lança incentivos a startups*”²⁸; “*Brasil pode se tornar a Arábia Saudita dos alimentos*”²⁹. Apesar de anedóticas, esboçam indicadores de um território de alto potencial de produtividade agrícola, com inserção econômica pautada nesse elemento, com busca pelo uso de maiores tecnologias e com consequências ambientais das práticas desenvolvidas. Conforme será exposto a seguir, essas premissas são verdadeiras. Entretanto, não existem enquanto elementos soltos, mas atrelados a uma composição desenvolvida em séculos de dinâmicas sociais.

3.2.1 A emergência da relação com a terra no território brasileiro

A compreensão de um território enquanto nação perpassa diferentes interpretações (ANDERSON, 2008). No caso de países historicamente periféricos no sistema internacional, outras mais problemáticas se agregam – visto que frequentemente foram dicotomicamente parte local de existência, parte local de dominação (AMADEO; ROJAS, 2011). Como consequência para o levantamento histórico ocorre que a construção de uma localidade, especialmente nos casos da ausência de grandes insurgências, dá-se sobre um traçado marcado pelo longo tempo histórico (BRAUDEL, 1987). Ou seja, dinâmicas que respondem a séculos de relação com um poder central e suas respectivas formas de dominação.

No caso brasileiro, para que seja possível alcançar conceitualmente as formas de relação socioeconômica contemporânea, faz-se essencial a reconstrução de algumas estruturas sociais desenvolvidas ao longo de séculos entre o território do Brasil e as demais formas de poder. Retomando a perspectiva de Hodgson (2006), para quem a compreensão das instituições passa pela identificação do percorrido do ambiente em questão. Para tal, a presente subseção aborda a formação das formas de posse e propriedade sobre a terra no Brasil, e políticas específicas implementadas sobre o meio rural até a primeira metade do século XX.

Sob o domínio português, o uso da terra era possível por duas principais formas: por ocupação do território e conseqüente utilização, sem registro legal; ou por concessão de

²⁷Disponível em ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/polinizadores-essenciais-para-agricultura-estao-em-declinio-no-brasil/ (acesso em 24/08/2022).

²⁸Disponível em: cnnbrasil.com.br/business/conexao-agro-ministerio-da-agricultura-lanca-incentivo-a-startups/ (acesso em 24/08/2022).

²⁹Disponível em canalrural.com.br/noticias/agricultura/brasil-pode-se-tornar-a-arabia-saudita-dos-alimentos-afirma-presidente-do-banco-dos-brics/ (acesso em 24/08/2022)

Cartas de Sesmaria³⁰ por parte da Coroa portuguesa, as quais indicavam lotes de terra cedidos a grupos que se comprometessem a produzir, registrar e medir a respectiva espacialidade recebida (MOTTA, 1998). Apesar da exigência, era incomum a realização da mensuração dos territórios recebidos. A explicação estava no fato de que com a propriedade sem tamanho registrado nos cartórios locais, os respectivos recebedores das sesmarias poderiam continuamente expandir as fronteiras de suas utilizações. Caso, em algum momento, fosse necessário o registro, poderiam reivindicar espaços maiores do que os originalmente recebidos (SCHOMMER, 2018).

O referido quadro é alterado com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, na qual a propriedade privada foi instituída no território brasileiro e exigiu-se que possuidores fizessem os registros cartoriais. As terras não atreladas à posse privada passariam para controle do Estado, limitadas à aquisição por meio de compra. Como uma das formas de acesso à terra era a posse direta, sem necessidade de registro legal, diversos agricultores não dispunham de meios de comprovar suas propriedades. Situação favorável aos grupos próximos às elites administrativas, visto que ou dispunham das Cartas de Sesmarias, ou de acessos intermediados pelo poder para ultrapassar exigências administrativas (MOTTA, 1998; SILVA, 1982). Nessa direção, conforma-se a propriedade privada de terras no território brasileiro sob um espectro de exclusão dos grupos distantes das camadas de poder oficial³¹ (ALMEYRA *et al*, 2015).

A Lei de Terras evidencia a relação entre formação estrutural e definições institucionais. Conforme trazido por Polanyi (1944), foi somente pela privatização e mercantilização da terra que o sistema econômico capitalista encontrou trabalhadores despossuídos de meios básicos de subsistência, tornando-os disponíveis para relações assalariadas. A relação entre formação institucional e dinâmicas de poder local também são evidenciadas pelos debates abolicionistas do período da promulgação. No contexto de 1850, iniciavam-se tensionamentos internacionais sobre a escravatura – que ainda tardaria cinco décadas –, e a Lei de Terras servia como garantia à elite branca de soberania sobre os meios de produção, gerando barreiras legais de isolamento econômico da população negra em caso de fim do regime escravocrata (RIBEIRO, 2020).

³⁰Para o caso do Rio Grande do Sul, somava-se a essa prática os “despachos do governador”, que eram cessões de terra para grupos em condições específicas, como para os povos açorianos que instalaram-se na região (OSÓRIO, 2007).

³¹Cabe salientar que os e as agricultoras de menor porte desenvolveram uma série de formas de resistência ao longo das disputas pela propriedade das terras que detinham a posse. Para o caso específico do Rio Grande do Sul, checar Schommer (2018) e Liepitz (2016).

Quando iniciada a Primeira República do Brasil, em 1889, dois dos três eixos do rural brasileiro colonial e imperial foram mantidos. A grande propriedade fundiária não foi alterada, especialmente por serem os respectivos proprietários rurais parte da dinâmica de derrubada do Império (MIRALHA, 2008). A monocultura para exportação foi outra continuidade, centrada na exportação da cana-de-açúcar e do café (ROGERS, 2016). Por sua vez, a escravização humana foi um elemento que, do ponto de vista oficial³², permaneceu no passado imperial e colonial (RIBEIRO, 2020).

As elites regionais mantiveram seus poderes, tensionando a estrutura rural do país que eclodiria em diversos eventos ao longo do território nacional, como nos levantes de Canudos e do Contestado (MONTENEGRO, 2004). O uso de repressão direta e indireta foi uma constante na relação entre poder estatal e os movimentos sociais emergentes. Seja por meio da violência ou pela construção de uma perspectiva social dualista entre meio urbano “civilizado” e rural “bárbaro” – distanciando conexões entre a população urbana e a população rural com o objetivo de evitar comoções populares entre grupos (CAMARGO, 1981).

Em observação às políticas públicas, a atuação do Estado durante a Primeira República manteve-se predominantemente voltado para garantir produção para exportação, especialmente em relação à garantia de preços para a cafeicultura (SILVA, 1986). Crédito rural, diversificação agrícola, preços mínimos e assistência técnica não foram processos desenvolvidos no período (MIELITZ NETTO, 2011).

O período da Era Vargas, entre 1930 e 1945, foi marcado pela constância de agitações sociais. A sociedade brasileira vivia uma mudança chave na sua estrutura demográfica com a emergência de uma população operária urbana de forma inédita. No contexto internacional, avolumavam-se consequências da crise do capitalismo de 1929, alterando os fluxos de exportação e importação – principalmente pela desestruturação econômica de Estados Unidos e Europa. Como consequência, retraiu-se o mercado de café, principal condutor das exportações brasileiras (FREDERICO, 2017; SILVA, 1986).

O enfraquecimento das elites agrárias, consequente da retração do mercado cafeicultor, possibilitou que Vargas ampliasse sua centralização político-administrativa. Além disso, a crise de exportação agrícola evidenciou a necessidade de diversificação da economia,

³²Essencial notar que a abolição da escravatura é proclamada em 13 de maio de 1888, processo que se restringe à promulgação do decreto, sem nenhuma compensação financeira à população negra historicamente explorada dentro do território brasileiro. Como reflexo, mantiveram-se as dificuldades de acesso a formas de reprodução da vida econômica (RIBEIRO, 2020), bem como a manutenção de práticas de escravidão em diversas localidades. Sobre escravidão contemporânea no território brasileiro, ver mais em: “Dados sobre trabalho escravo no Brasil”, de Repórter Brasil, disponível em reporterbrasil.org.br/dados/trabalhoescravo/.

estimulando as primeiras medidas industrializantes (FERREIRA, 2003). Este fomento ocorreu principalmente por meio da desvalorização da moeda nacional – dificultando importações constantes, e forçando um processo de industrialização –, da regulação do preço do café (sem variação positiva artificial, mas com válvulas de controle sobre seu mínimo), e do fomento à diversificação de investimentos para o capital acumulado na agricultura de larga escala (SOUZA, 2008).

Com essas alterações, a economia brasileira alterou sua concepção centralizada na exportação agrícola, para uma emergente que utilizava da agricultura como um fator intermediário de um complexo produtivo nacional conduzido pela indústria (SILVA; DEL GROSSI, 2000).

Salvo as pequenas ‘linhas’ de integração pré existentes entre algumas regiões do país, este era muito mais uma ‘soma’ de regiões econômicas distantes. Vale dizer: para prosseguir como desenvolvimento do capitalismo brasileiro havia, necessariamente, que integrar o mercado nacional e, para tanto, jamais poderia o Estado permitir a supremacia de interesses especificamente regionais sobre os nacionais. Desnecessário dizer que o interesse nacional predominante seria o de desenvolver a indústria, prioritariamente aos demais setores. Agora, não mais interessaria tratar de problemas regionais, já que o Estado faria com que vários deles fossem rapidamente ‘convertidos’ em problemas nacionais. Café, siderurgia, sal, pinho, mate, açúcar e álcool e outros seriam contemplados com instrumentos de política econômica federal centralizada e, em muitos casos, criar-se-iam instituições federais específicas para seu atendimento. (CANO, 2002, p. 106 apud KAGEYAMA, 2008, p. 96)

Na forma de políticas públicas, essa alteração conceitual evidenciou-se com o surgimento de estímulos para o mercado interno. Foi criado o primeiro sistema de crédito agrícola especializado – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil; além da primeira garantia de preços mínimos com a Comissão de Financiamento da Produção (CFP); bem como o Sistema Nacional de Abastecimento. Apesar de deficitárias e monopolizadas pelos grandes proprietários, essas políticas ensejaram uma série de novas medidas até então inéditas na estrutura pública brasileira (MIELITZ NETTO, 2011).

As políticas varguistas foram mantidas no início da Segunda República, que desenvolve-se marcada pela intensificação dos debates sobre necessidade de industrialização e reforma agrária (SILVA; DEL GROSSI, 2000). Tópicos que ocorriam em diálogo com a esfera internacional afetada pelos novos elementos que emergiam no século XX: expansão e retração do imperialismo, disputas entre blocos econômicos e programas de fomento econômico capitalista (MICHELENA, 1977).

No pós Segunda Guerra, a acentuação dos tensionamentos da Guerra Fria promoveu, no bloco capitalista, um fomento a programas desenvolvimentistas que visavam evitar revoluções comunistas nos países periféricos – especialmente por meio do capital

estadunidense. Uma série de projetos³³ surgiram enquanto proposta de modernização das relações capitalistas dentro dos diferentes territórios nacionais (SACHS, 2001; MICHELENA, 1977). A produção de Rostow (1974), “Etapas do Desenvolvimento Econômico – Um manifesto não comunista”, é ilustrativa desses discursos ao elencar cinco estágios que nações deveriam percorrer objetivando uma econômica capitalista moderna – com enfoque etapista e linear. As propostas desconsideravam especificidades sócio-históricas dos ambientes em análise, pregando um modelo único que – de acordo com seus defensores e propositores – seria eficiente em nações que o empregassem. Percebe-se nessas construções uma leitura sobre processos econômicos enquanto aparte e independentes dos demais enraizamentos sociais. Apesar de distante da realidade prática, a concepção de etapas para alcançar um idealizado capitalismo industrial moderno repercutiu dentro de diversas realidades nacionais. No caso brasileiro, por exemplo, a figura de Delfim Netto, ministro de diversas pastas dos governos militares, representa a lógica das referidas implementações³⁴ (DELFIM NETTO, 2009).

Na referida perspectiva etapista, a agricultura detinha duas funções primordiais para o desenvolvimento capitalista industrial:

- a) fornecimento de matéria-prima para o meio urbano; e
- b) concessão de mão de obra para as indústrias surgentes (COLISTETE, 2001; SOLOW, 1994).

A matéria-prima serviria enquanto base para a indústria, e para garantia de alimentação para os trabalhadores. Quanto menor fosse o custo de alimentação para o meio urbano, menor o custo de vida e, logo, menor o salário necessário a ser pago para esses pelos industriais – aumentando a taxa de lucro e possibilitando o reinvestimento. Já sobre a mão de obra, por contar com a maior proporcionalidade de população do território³⁵, o meio rural funcionaria

³³Desenvolvimento aqui relacionado à concepção de “crescimento econômico”, visto que esta também era a definição mais popular do período (IVO, 2014).

³⁴Os argumentos etapistas do autor ficam evidentes na citação: “É preciso entender que não existe luta entre Estado e mercado. O mercado é um mecanismo descoberto e aperfeiçoado ao longo da história, que funciona quando o Estado garante a propriedade privada. Esta, por sua vez, assegura ao empreendedor a apropriação do produto de sua atividade. Se uma pessoa tem o incentivo para produzir, a propriedade privada garante que os resultados do esforço realizado e do risco assumido sejam dela. Se ela possui incentivos para inventar, deve fazê-lo, posto que os resultados da invenção serão seus. É esse acordo que permite que opere o espírito animal do empresariado, que fundamentado na intuição e capacidade de suportar riscos, de realizar o investimento. O desenvolvimento econômico ocorre quando uma sociedade consegue incitar, naqueles que possuem o espírito empresarial, o ânimo de assumir riscos e investir. O Estado, ao garantir a apropriação privada dos resultados, favorece o despertar dessa capacidade.” (p. 8, 2009)

³⁵No caso brasileiro, por exemplo, a população urbana só ultrapassa a proporção da população rural na década de 70. Enquanto em 1960, 44,67% dos brasileiros habitava o meio urbano, este número passa para 55,92% em 1970. Dados disponíveis em: seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=pop122 (acesso em 29/10/2018).

como um estoque de trabalhadores, liberando-os para as indústrias, retendo quando necessário ou absorvendo o excedente de mão de obra em uma ocasional retração industrial (CAMARGO, 1981). Também caberia ao meio rural a proposição de acumular capital primitivo para os investimentos industriais necessários (OLIVEIRA, 1981).

Os impasses entre as formas de vida no meio rural e os projetos nacionais de crescimento econômico receberam a alcunha, nas suas diferentes realidades, de questão agrária (BERSTEIN, 2006). A terminologia referia-se ao momento histórico no qual ou o fornecimento de matéria-prima ou a concessão de mão de obra estariam descompassados. A quantidade de matéria-prima produzida poderia ser insuficiente, aumentando o custo de produção e o custo de vida do proletariado urbano, ou este meio rural poderia liberar trabalhadores em quantidade insuficiente, ou em demasia, entre outras expressões. A questão agrária dava-se pelo debate sobre o descompasso da estrutura agrária prática em comparação com o modelo teórico ideal³⁶, bem como soluções para tal (BERSTEIN, 2006; RANGEL, 2011).

Especificamente para o Brasil, o debate intelectual sobre o tema teve especial destaque entre 1930 e 1964, com a ascensão de análises sobre a necessidade de industrialização do país como forma de atingir crescimento econômico. De acordo com Camargo (1981), três elementos apareciam enquanto disparidades centrais da estrutura agrária brasileira:

- a) os índices de produtividade agrícola insuficientes, sendo lacunares tanto no fornecimento de matéria-prima para a indústria, como de alimentação para os trabalhadores urbanos;
- b) alta concentração fundiária tanto em perspectiva quantitativa como qualitativa. pelos pequenos agricultores não disporem de estabilidade econômica, limitava-se a possibilidade desses enquanto consumidores em potencial de indústrias surgentes;
- c) alta quantidade de habitantes rurais despossuídos de terras. Os quais trabalhavam em propriedades rurais alheias – como arrendatários, meeiros, posseiros, contratados – ou, em sua grande maioria, passavam pelo êxodo rural. A elevada quantidade de trabalhadores que chegava às cidades ainda incipientes em cargos de trabalho formava um contingente não qualificado de mão de obra que habitaria as periferias do meio urbano. Também reduziria a remuneração média da região pelo

³⁶Modelo ideal esse que foi distinto ao longo dos diferentes debates sobre o papel do meio rural no processo econômico nacional. Dentro do marxismo o debate apresenta longo lastro, por exemplo, especialmente no debate sobre a transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial. No caso europeu, por exemplo, Karl Marx ao analisar o caso do capitalismo inglês, e os próprios autores marxistas que o sucederam como Karl Kautsky, com o caso alemão, e Vladimir Ulianov (Lenin), com o caso russo, relacionaram a importância da agricultura nesta composição (STÉDILE, 2012).

excedente de interessados nas poucas vagas de trabalho, dificultando a estruturação de um mercado urbano consumidor sólido.

Estes três pontos balizaram as dinâmicas socioeconômicas no meio rural brasileiro durante a segunda metade do século XX. No caso da Segunda República, iniciada após o período de Getúlio Vargas, diferentes políticas em torno do tema foram articuladas. Porém, este período contou com a ascensão da participação política dos movimentos sociais rurais. Sejam originados de forma espontânea entre posseiros, colonos, foreiros, arrendatários e mesmo pequenos agricultores, ou de forma estimulada como as primeiras Ligas Camponesas promovidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma série de movimentos sociais uniu-se, ao longo das décadas de 50 e 60, em defesa de uma reestruturação e democratização do acesso à terra. Como resultado prático, a própria Constituição de 1946 trouxe, pioneiramente no país, a possibilidade de expropriação de terras com respectiva compensação monetária para medidas de reforma agrária (MEDEIROS, 2015).

Em 1961, os movimentos sociais celebraram a eleição de João Goulart, conectado às pautas sociais, do qual esperava-se uma solução progressista para a questão agrária. Expectativas reforçadas pelas Reformas de Base propostas pelo governo em 1963, especialmente ao tocar no elemento da Reforma Agrária (GUIMARÃES, 2011). Contudo, o Golpe Militar de 1964 iniciou um regime ditatorial repressivo e antidemocrático. Enterrando a possibilidade de reformas sociais progressistas (LUNA; KLEIN, 2014) e instaurando políticas agrárias voltadas para o benefício da grande propriedade e da produção para o mercado externo (DELGADO, 2013).

3.2.2 O Golpe Militar, a Revolução Verde e a emergência agroexportadora

Durante o período de vigência do Regime Militar, dos três elementos relativos ao debate sobre questão agrária, as políticas públicas direcionaram-se exclusivamente para o aumento da produtividade. Com isso, fatores relativos à concentração fundiária e às formas de inserção econômica de produtores de menor escala foram postos em segundo plano. Somou-se a essa perspectiva o fato das mobilizações contrárias ao promovido pelo Estado serem massivamente reprimidas. E, sob controle majoritário das elites agrárias tradicionais, o Estado fomentou a implementação do processo de modernização agrícola baseado na Revolução Verde (DELGADO, 2013).

O Golpe Militar de 1964 conjugou os interesses de grupos conservadores dominantes na sociedade brasileira³⁷. Foram grandes proprietários de terras, industriais nacionais e internacionais interessados na manutenção e intensificação de privilégios econômicos, além de grupos religiosos em defesa de práticas de moral conservadora, que encontraram no Exército um elemento capaz de encabeçar e conduzir um regime ditatorial (MIELITZ NETTO, 2011). Empossado o regime militar, fazia-se essencial que as pautas dos grupos apoiadores fossem contempladas. Em relação ao capital industrial, marcadamente fomentado pelo capital estrangeiro (DREIFUSS, 1981), nota-se que:

Para se promover a industrialização, havia a necessidade de geração de divisas, as quais deveriam ser obtidas via exportação de produtos agrícolas. Também era necessária uma classe de trabalhadores urbanos que deveriam constituir o operariado para a indústria a ser expandida e a construção civil decorrente da maior urbanização. Para viabilizar economicamente tais iniciativas, era fundamental que matérias-primas e alimentos fornecidos pela agricultura para a indústria e para o meio urbano fossem baratos. Por fim, deveria a agricultura ser compradora dos produtos da indústria de bens de capital e insumos que se instalara. (MIELITZ NETTO, 2011, p. 229)

Retornava-se, assim, ao aspecto da questão agrária enquanto elemento tensionador para o desenvolvimento industrial do país. Entretanto, adotando o fortalecimento das grandes propriedades como eixo de operacionalização. Conforme apontado anteriormente, a concentração fundiária foi uma constante na trajetória histórica brasileira (TAMBARA, 1983). Dados apresentados por Dreifuss (1981) para 1960, por exemplo, indicam que o decil de proprietários de maior escala detinha propriedade sobre 79,9% das terras agricultáveis do país, apontando uma contraparte na qual os demais 90% dispunham de 20,1%.

O fomento a produção em larga escala deu-se no estímulo de culturas específicas visando a ampliação das conexões da agricultura com a economia de mercado centralizada nos Estados Unidos (MCMICHAEL, 2016). Processo desenvolvido em alterações nas instâncias pré e pós-produção por meio da adoção de pacotes tecnológicos promovidos pela Revolução Verde (DELGADO, 2013).

A Revolução Verde foi um conjunto de tecnologias e discursos direcionados para as práticas agrícolas no pós-Segunda Guerra Mundial. Retomando a perspectiva dos Regimes Alimentares, dois eixos centrais para a soberania dos Estados Unidos no mercado agrícola internacional foram essenciais na concepção e profusão dessas inovações (MCMICHAEL,

³⁷Para uma abordagem aprofundada sobre a Ditadura Civil Militar no Brasil, recomenda-se a leitura dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade, publicados integralmente em: cnv.memoriasreveladas.gov.br. Acesso em: 26 ago. 2022.

2008). O primeiro foi a necessidade de diversas empresas químicas e mecânicas encontrarem novos mercados após o cessar da produção bélica em larga escala pós-guerras – buscando, logo, novas oportunidades de lucro (ANDRADES; GAMINI, 2011). A modernização produtiva do meio agrícola surgia para estas empresas – e para diversas outras em geral – como um mercado no qual oportunidades de exploração comercial poderiam ser geradas – desde sementes, passando por plantio, agroquímicos, colheita, beneficiamento e transporte (BRUM, 1988). O segundo deu-se na composição das forças econômicas mundiais no contexto surgente da Guerra Fria. A contraposição entre socialistas e capitalistas enquanto esferas reais de poder tensionou as dinâmicas de dominação em diferentes países. Para uma série de países afetados por séculos de exploração colonial e imperialista (principalmente em África, Ásia e América Latina), a miséria predominante e a desigualdade massiva dentro das estruturas sociais simbolizavam a ineficácia do modelo capitalista enquanto predominância econômica para o conjunto da população local, aproximando diversos grupos dos ideais socialistas na busca por melhoria nas condições de vida (MICHELENA, 1977). Neste contexto, o combate à fome tornou-se uma necessidade central para que bloco capitalista mantivesse seus espaços de dominação (FRIEDMANN, 1999; 1993).

A Revolução Verde caracterizou-se, então, pela difusão de agroquímicos (herbicidas, fungicidas e fertilizantes químicos em geral), de maquinário pesado e de culturas agrícolas selecionadas, criando lugares produtivos pasteurizados sob o pretexto de aumento massivo da produção agrícola (HARDT; NEGRI, 2001). Interessante sublinhar que o foco dos questionamentos e aprimoramentos se manteve especialmente sobre a esfera produtiva, sem tensionar as camadas de acesso e distribuição. Essa prática, inicialmente testada no México e nas Filipinas, surgiu como uma possibilidade para as necessidades agrícolas brasileiras após a década de 50 (ANDRADES; GAMINI, 2011).

O caso brasileiro é bastante ilustrativo de como a Revolução Verde significava uma grande chance de crescimento de mercado para o capital estrangeiro. Ao longo das décadas de 50 e 60, após pesquisas indicarem características ideais para produção de trigo no país, uma das principais empresas conectadas à Revolução Verde, a *Fundação Rockefeller*³⁸, fundou

³⁸É interessante uma caracterização sobre as empresas que atuaram (e atuam) na Revolução Verde, usando o caso específico da Fundação Rockefeller como exemplo. Em 1988, Argemiro Brum destaca o seguinte sobre as conexões: “[...] sabemos que atua em múltiplas frentes diversificadas com grandes empresas de sua propriedade: no setor financeiro, possui um dos maiores bancos privados do mundo – o Chase Manhattan Bank – que é atualmente um dos maiores credores do Brasil; no setor industrial, além de outras, possui empresas que fabricam máquinas e equipamentos agrícolas, bem como fertilizantes, defensivos e pesticidas; na área do petróleo, detém controle de duas das sete maiores petrolíferas do mundo; na área comercial, é sócio da Cargill, uma das maiores comercializadoras de grãos do mundo, o mais poderoso dos cinco grupos que controlam a comercialização de cereais em escala mundial, e que também se dedica à fabricação de rações, além de

diretamente a *Cargill* (comercialização de cereais e rações), a *Agroceres* (pesquisas genéticas com milho), e a *EMA Empreendimentos Agrícolas* (equipamentos agrícolas) (MENONCIN, 2016). Além de influenciar a estruturação da Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, em Minas Gerais, o primeiro organismo público voltado para fomento de culturas específicas da Revolução Verde. Nos mesmos moldes, também se criou a ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, no Rio Grande do Sul. E a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), em 1956, está de âmbito nacional (BRUM, 1988). Os programas econômicos de empresas transnacionais foram progressivamente sendo assumidos como soluções pelo Estado brasileiro (DELGADO, 2013; SIVA, 1982).

O alicerce das políticas agrícolas implementadas pelo Governo Militar estava no Estatuto da Terra, de 1964, no qual definiu-se, além da inclusão dos trabalhadores agrícolas nos direitos trabalhistas³⁹, a primeira tipologia das propriedades rurais brasileiras. A qual caracterizava três grupos:

- a) minifúndios – propriedades inferiores a um módulo fiscal⁴⁰, consideradas produtivamente ineficiente;
- b) latifúndio – propriedades entre um e 600 módulos fiscais, tidas como tamanho adequado, mas de modelo produtivo ineficiente; e
- c) empresas rurais – entre um e 600 módulos fiscais e com especificidades técnicas.

A tipologia serviu para, progressivamente, fomentar políticas públicas que transformassem os latifúndios em empresas rurais, visto que eram interpretadas enquanto modelos ideais de relação com a economia de mercado (MIELITZ NETTO, 2011). Cabe o apontamento de que os minifúndios eram considerados insuficientes para a reprodução social da unidade familiar em questão e, portanto, tenderiam à extinção (ALMEYRA *et al*, 2015).

controlar monopolisticamente a pesca, a fabricação e comercialização no Peru. Também atua em outros ramos.” (p. 49) enquanto isto, o site oficial da empresa a define apenas como uma “promotora do bem-estar social através do mundo” (tradução nossa da frase original em inglês) (Disponível em rockefellerfoundation.org/ acesso em 10/10/2022)

³⁹Os quais já eram garantidos aos trabalhadores urbanos desde 1943 (CAPELATO, 2003). Vale destacar, ainda, que por mais que esta medida esboce a ampliação de um direito a estes trabalhadores, na prática foi realizada por três motivações políticas benéficas à classe dominante: reduzir a pobreza rural extrema por meio de um padrão salarial, evitando revoltas rurais massivas; organizar as massas de trabalhadores rurais por meio de um sistema uniformizado de contratação, facilitando a arrecadação de mão de obra na expansão das fronteiras agrícolas; e, por fim, a instituição de sindicatos diretamente atrelados ao papel do Estado, pondo as Ligas Camponesas na ilegalidade (BRITO, 2015).

⁴⁰Mensuração para propriedades rurais com valor em hectares variável para cada região – buscando a melhor caracterização das propriedades de acordo com seu contexto. Para os valores atuais, vide: incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf (acesso em 05/10/2022)

Conforme apontam Delgado (2013) e Brum (1988), o referido processo de modernização pautou-se em quatro eixos: mecanização agrícola, via de financiamentos direcionados à aquisição de maquinários – principalmente tratores –; sistema de créditos agrícolas especializado; seleção de sementes; e política de preços mínimos.

Em 1965, o Estado articulou o Sistema Nacional de Crédito Rural, direcionado a fornecer o capital necessário para desenvolver o plantio de culturas selecionadas no país. O zoneamento desses cultivos foi determinado por distintos órgãos públicos⁴¹ direcionados tanto à pesquisa como a promoção dos cultivares, como o Instituto do Alcool e do Açúcar (IAA), a Comissão de Compra do Trigo Nacional (CTRIN-DTRIG) e a Comissão Executiva do Plano de Lavouras de Cacau (CEPLAC) (DELGADO, 2013; COLLE, 1998).

Para apoio técnico dessas implementações, instituiu-se a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas), em 1971, que estabeleceu conexão direta com os órgãos internacionais de pesquisa e desenvolvimento agrário no meio rural. Somou-se a essa o apoio logístico da EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – vinculada ao Ministério da Agricultura, bem como das práticas estaduais por meio da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRUM, 1988).

Os créditos, todavia, existiam segregados para plantios tipificados em espécie e cultivar. Logo, o agricultor que desejasse um empréstimo estaria subordinado às exigências do financiamento (BRUM, 1988). Fato que acarretou em três consequências: a exclusão dos pequenos agricultores das grandes linhas de crédito, visto que esses não teriam o capital inicial em estrutura que satisfizesse as exigências do financiador; a perda de autonomia dos agricultores em geral, frente a necessidade de submissão às requisições externas; e a progressiva redução da diversidade agrícola ocasionada pela constante seleção de culturas pelo viés produtivista (HECTH; OLIVEIRA, 2016; WESZ JUNIOR, 2014; SANTILLI, 2005).

A motivação por culturas específicas não dialogou, majoritariamente, com o abastecimento do mercado interno, mas com a garantia de produtos para exportação – compondo a agricultura enquanto canal de acumulação de capital para industrialização (TAMBARA, 1983). Retoma-se aqui o Segundo Regime Alimentar e a relação desse com a profusão de práticas agrícolas específicas que interessavam aos agentes centrais da economia de mercado (FRIEDMANN, 1998). A lógica exportadora permeou as bases de diversos programas econômicos do período ditatorial, dentre os quais destaca-se o Programa de Ação

⁴¹Órgãos estes que, em grande escala, tinham sido criados durante a Era Vargas, mas que retornavam sua importância no projeto militar (DELGADO, 2013).

Econômica do Governo (PAEG), de Castelo Branco; o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), de Costa e Silva; e o Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (MEGAG), de Emílio Garrastazú Médici; bem com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) dos anos de derrocada do regime militar (TAMBARA, 1983). Por mais que tenha sido estabelecida a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para asseguramento do abastecimento interno nacional, a qual foi débil frente ao contexto geral (BRUM, 1988).

Os casos de milho, trigo e soja são bastante marcantes desse processo. Conforme registros do Anuário Estatístico Brasileiro, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as cultivares de milho foram plantadas em aproximadamente 4,07 milhões de hectares em 1935, passando para 13,16 milhões em 1990. O trigo, no mesmo período, passou de 135 mil hectares para 3,46 milhões em 1990. Na produção sojícola, o crescimento é ainda mais massivo pois o grão apresenta os primeiros registros de área de produção em 1955, com 73 mil hectares, passando para 12,20 milhões em 1990⁴².

Salienta-se que a promoção de culturas voltadas para o mercado externo levou a uma homogeneização das práticas agrícolas, especialmente pela inserção de pacotes tecnológicos. A mecanização exigia a seleção de cultivares adaptadas a possibilidade de manejo com a máquina, de forma semelhante com a quimificação⁴³. Além disso, a emergência da noção de *commodities* agrícolas prezava pela padronização dos produtos no mercado internacional. Como consequência, ocorreu um enxugamento da agrobiodiversidade ao longo da segunda metade do século XX (SANTILI, 2009).

Sobre o fomento de cultivos específicos, retoma-se o fato de que o Estatuto da Terra idealizava o modelo produtivo da empresa agrícola como condutor da relação entre o país e a economia de mercado. Portanto, as linhas de crédito agrícola beneficiavam aquelas práticas que fossem gerar maior inserção nas estruturas de mercado capitalista tradicional (DELGADO, 2013). É no período correspondente que ocorre a entrada de uma vasta quantidade de capital internacional dentro do contexto social brasileiro, resultando em uma maior disponibilidade de financiamentos estrangeiros. Conforme aponta Delgado,

Há, necessariamente, uma seleção na clientela que demanda crédito, com a emergência de clientes preferenciais representados por empresários rurais ligados a atividades econômicas integradas com a indústria, comércio exterior, serviços, etc.

⁴²O Anuário Estatístico Brasileiro foi instaurado em 1908, tendo sua atual mensuração em 2021. Ao longo desse período, diferentes metodologias foram aplicadas, sendo essa a justificativa do recorte tomado na descrição. Os dados podem ser acessados na íntegra em: biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes (acesso em 17/08/2022)

⁴³O uso de fertilizantes químicos, no caso brasileiro, passa de 8.4 quilogramas de fertilizante por hectare, em 1961, para 40 quilogramas, em 1974 (ROGERS, 2016).

Esses, constituindo-se num grupo restrito de operadores, contando com massas de lucros apreciáveis a negociar com os bancos, podem eventualmente gozar dos benefícios financeiros da reciprocidade, obtendo taxas diferenciadas de juros, prazos e condições outras que não são acessíveis ao pequeno produtor. (DELGADO, 2013, p. 30)

Ou seja, o fomento da propriedade agrícola fortemente integrada ao mercado era lucrativo tanto para o grande proprietário de terras como para o capitalismo financeiro cada vez mais conectado à produção.

A emergência do papel do capital estrangeiro na economia brasileira dialoga com a internacionalização dos conglomerados centrados no capital estadunidense e europeu. Conforme aponta McMichael (2016), é no último quartil do século XX que diversas empresas estabelecem bases de produção em diferentes países periféricos ao sistema produtivo global, utilizando das vantagens comparativas locais como forma de redução dos custos de produção e ampliação da lucratividade relativa. Essas empresas integrariam, de forma direta (controle das empresas) ou indireta (controle das ações), um conjunto de setores produtivos sob sua tutela. Como resultado, controlariam a produção da matéria-prima, o transporte, o beneficiamento e a própria comercialização dos produtos e, sendo multinacionais, os processos de agregação de valor se distribuiriam ao longo da cadeia de forma a beneficiar este agente externo – como o caso exemplificado da Fundação Rockefeller (PLEOG, 2018).

Em relação aos resultados econômicos alcançados pelas medidas implementadas, o fornecimento de matéria-prima para a indústria foi alcançado, ainda que seletivo a algumas culturas (BRUM, 1988). Conforme apresentado na Tabela 02, constatou-se um aumento dos índices de produtividade relativa da maior parte das culturas principalmente após a década de 1980, em especial daquelas com caráter exportador.

Em relação ao aumento do abastecimento alimentar para as populações urbanas não ocorreram variações consideráveis, visto de que a maior parte da alimentação dos meios urbanos continuou sendo fruto da agricultura familiar, escanteada pelas políticas públicas dos governos militares (MIELITZ NETTO, 2011).

⁴⁴Por mais que os dados relativos a produtividade por ano possam ser questionáveis, visto que o ano específico pode ter sofrido de uma seca ou uma pluviosidade descomunal, os dados foram avaliados para o ano específico, o sucessor e o antecessor para identificar anomalias e, somente então, adotados. Também vale destacar que a década de 50 apresenta uma queda quase geral nos índices de produtividade, possivelmente efeito do esgotamento dos solos na transição entre regimes de exploração tradicionais (tipicamente descuidados com a manutenção do solo) e o novo regime tecnocrata (ACCURSO, 2005a; BRUM, 1988; TAMBARA, 1985).

Tabela 1 - Rendimento médio por hectare para culturas específicas, Brasil, 1940 – 1990

Cultura	1940	1950	1960	1970	1980	1990
Abacaxi (frutos/ha)	9.197	6.683	7.200	8.779	14.977	22.185
Arroz (kg/ha)	1.514	1.638	1.617	1.517	1.565	1.880
Batata (kg/ha)	6.530	4.787	5.598	7.394	10.710	14.066
Café (kg/ha)	398	402	943	626	872	1.007
Cana de Açúcar (t/ha)	39	39	42	46	57	61
Feijão (kg/ha)	784	690	676	635	423	477
Fumo (kg/ha)	983	761	757	995	1.279	1.632
Milho (kg/ha)	1.249	1.287	1.298	1.442	1.729	1.873
Trigo (kg/ha)	506	816	625	973	865	1.154
Soja (kg/ha)	–	–	1.280	1.144	1.727	1.670

Fonte: adaptado pelo autor a partir dos Anuários Estatísticos Brasileiros, IBGE, vários anos.

Nota: Não há registro para a cultura de soja nas décadas de 1940 e 1950.

Na temática do acúmulo de capital e a formação de um mercado interno em potencial, um problema comum afetou ambas. Com a entrada de capital estrangeiro no país, grande parte dos rendimentos fragmentou-se nos conglomerados agroindustriais, frequentemente reduzindo a potencialidade de agregação de valor dentro do território nacional. Nessa direção, tanto um potencial indústria local, como o acúmulo de capital enfraqueceram-se e, quando ocorreram, o fizeram de forma concentrada (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS, 2009).

Por fim, o processo de mecanização das produções impôs uma tendência dominante de práticas voltadas para grande produção exportadora, dependente de maquinários e químicos comercializados. Com isso, ampliou-se a quantidade de agricultores de menor porte que não alcançavam o mínimo para sua reprodução econômica, levando-os ao êxodo rural. Como consequência, o crescimento da concentração de terras. Resulta-se, assim, em uma maior quantidade de agricultores e agricultoras em condição de sem-terra, bem como de trabalhadores rurais (DELGADO, 2013). Conforme aponta Silva (1982):

Os fertilizantes e defensivos, na medida em que aumentam a produtividade da terra, aumentam as exigências de mão de obra não qualificada por ocasião das colheitas. A mecanização, na medida em que atinge (por questões tecnológicas) principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão de obra. Desse modo, a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão de obra não qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o consequente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais. (SILVA, 1982, p. 30)

A sazonalidade veio acompanhada da ausência de direitos trabalhistas, visto que o trabalhador não estabelecia vínculos empregatícios com a propriedade onde laborava (CORADINI, 2016). Vale a ressalva de que cargos especializados surgiram neste período de

modernização, como veterinários, engenheiros agrícolas, zoólogos e técnicos agrícolas (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS, 2009).

Logo, o período da ditadura brasileira foi marcado por um autoritarismo plutocrático, no qual o reforço do monopólio da terra, a produção de monoculturas para exportação e a financeirização do meio rural foram as linhas diretrizes (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS, 2009). Este processo econômico, somado à fortíssima entrada de maquinários e químicos, caracterizou a modernização conservadora – modernizou as formas de produção, conservou as formas de dominação (SILVA, 1982).

Em 1984, ocorreu a derrocada da Ditadura Civil Militar. Apesar do fato político, a relação do Estado brasileiro com o meio rural manteve um compasso semelhante nas décadas posteriores, consolidando e ampliando o modelo agroexportador.

3.2.3 Consequências da modernização e o agronegócio enquanto figura dominante

Foi sob a emergência de movimentos sociais, de uma crise econômica e da expansão do modelo agroexportador que a transição brasileira do século XX para o XXI se desenrolou. Ao longo da década de 1980, tornaram-se frequentes movimentos sociais no território brasileiro tanto no meio urbano como rural. Especialmente camponeses e pequenos agricultores que, frente a impossibilidade de manterem a reprodução social de suas vidas no compasso da modernização capitalista, organizaram-se em busca da contemplação de seus direitos mínimos (GUZMÁN; MOLINA, 2013). Em 1983, formou-se a Central Única dos Trabalhadores que, apesar de vinculada ao operariado urbano, contava com um Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais. Em 1984, o Movimento de Trabalhadores Sem-Terra organizou-se oficialmente, bem como o Movimento dos Atingidos por Barragens, em 1991. Essa emergência trouxe pequenos agricultores e trabalhadores em geral para dentro do debate sobre meio rural, local no qual haviam sido ignorados ao longo da história brasileira (PEREIRA; ALENTEJANO, 2015).

Dentre as pautas dos grupos⁴⁵, destacava-se a necessidade de revisão do modelo agrário do país, que levava massas de trabalhadores ao êxodo rural por inviabilidade de inserção desses na produção agrícola. Retomava-se, assim, a pauta da reforma agrária e do

⁴⁵Conforme ficará evidente ao longo do texto, a retomada histórica aqui propõe-se a perceber o movimento de expansão da economia de mercado e das práticas de construção do setor agroexportador. Portanto, diversos contramovimentos e organizações sociais foram excluídos da narrativa. A contínua organização do Movimento Sem-Terra, as diferentes cooperativas, e atores e atrizes centrais na busca de vida digna no campo brasileiro foram, assim, deslocados da narrativa presente, sem que desconsidere sua importância histórica (PEREIRA; ALENTEJANO, 2015; GUZMÁN; MOLINA, 2013).

reconhecimento dos agricultores familiares enquanto um grupo com necessidade de um olhar particular por parte do Estado dentro do conjunto rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Agregava-se à pauta o fator da crise econômica ao longo das décadas de 1980 e 1990, especialmente enquanto consequência do endividamento externo ao longo dos anos ditatoriais (PEREIRA; ALENTEJANO, 2015). Como resposta, o Estado brasileiro agiu em duas frentes.

Por um lado, e especialmente em diálogo com as reivindicações sociais, em 1985 foi promulgado o Plano Nacional da Reforma Agrária (I PNRA)⁴⁶, definindo que terras consideradas improdutivas seriam encaminhadas para redistribuição – que contaria com compensação financeira por parte do Estado para os proprietários (GRISA; SCHNEIDER, 2015). A Constituição instaurada em 1988, no processo de redemocratização do país, aprofundou este debate especialmente em diálogo com o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Em 1995, criou-se o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) focado em compreender a categoria de agricultores familiares enquanto um grupo específico e, portanto, com necessidade de políticas creditícias, de capacitação e infraestrutura (DELGADO; LEITE, 2015). Essas medidas objetivavam, majoritariamente, construir canais de abastecimento alimentar interno, garantindo estabilidade alimentícia mínima frente as problemáticas da economia mundo no período, bem como promover a ampliação da infraestrutura citadina em diferentes localidades, diminuindo os fluxos de trabalhadores para grandes polos urbanos (DELGADO; LEITE, 2015; PEREIRA; ALENTEJANO, 2015).

Por outro lado, a exportação de produtos agroalimentares manteve-se enquanto garantia de entrada de moeda estrangeira no território brasileiro. Especialmente na década de 1990, as constantes pressões de organizações financeiras internacionais – como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a emergente Organização Mundial do Comércio – advogavam por medidas de abertura de mercado por parte das administrações públicas (SILVA; DEL GROSSI, 2000). Conforme levanta Batista (1992), a Rodada Uruguai – realizada entre 1986 e 1994 – dispôs de parte considerável dos debates direcionados a agendas impositivas para as economias tidas como em desenvolvimento. Nessas, visava-se principalmente a abertura dos mercados, por via da abdicação de proteções tarifárias sobre possíveis indústrias nascentes. De forma complementar, recomendava-se aos países periféricos a especialização em categorias chave de acordo com vantagens comparativas⁴⁷.

⁴⁶Importante notar que as medidas de reforma agrária foram alteradas diversas vezes após o I PNRA, não sendo exploradas no texto a seguir. Ver mais sobre em Medeiros (2002) e Pereira (2012).

⁴⁷É interessante constatar que Batista (1982, p. 112) escreve durante a realização das negociações. Como conclusão temporária, o autor apontou: “A orientação que os países desenvolvidos pretendem impor à Rodada Uruguai privilegia, em última análise, o intercâmbio de mercadorias sob a forma de produtos acabados. Se

O quadro agrário da redemocratização é, então, uma composição bifurcada. Houve políticas direcionadas para o reconhecimento de uma categoria historicamente ignorada, os pequenos agricultores – principalmente na figura dos agricultores familiares. E, também, o fomento à manutenção e expansão do modelo agroexportador iniciado pela modernização conservadora. Cabe salientar que tal bifurcação não se tratou de uma polarização entre dois extremos, mas de caminhos de desenvolvimento rural aplicados simultaneamente para grupos em condições desiguais, porém com intercruzamentos (SCHNEIDER, 2010).

Frente ao contexto internacional neoliberal traçado sobre os acordos supracitados, a economia mundial vivenciou um momento de crescente liquidez, especialmente por via da expansão dos conglomerados internacionais. Essas empresas buscavam, nos diferentes países cada vez mais integrados à economia de mercado, abastecimento de matéria prima a baixo custo para suas produções de maior valor agregado, bem como mercados em potencial (BENETTI, 2003). Dinâmicas alinhadas ao Terceiro Regime Alimentar, no qual os conglomerados agroalimentares emergem massivamente, deslocando-se de uma localização geográfica específica – até então, nos Estados Unidos – para fragmentarem seus canais de operacionalização, apesar de mantida a força no capital estadunidense (MCMICHAEL, 2016).

Especialmente como sintoma dos acordos de padronização e patente gerados pela Organização Mundial do Comércio, o mercado de *commodities* alcançou alta importância na esfera internacional pela circulação de matérias primas entre economias periféricas e centrais para os processamentos. No contexto brasileiro, a alta disponibilidade de terras, acrescido ao mercado em potencial, foram atrativos à forte entrada de empresas transnacionais nos diferentes segmentos da produção – e, especialmente, na agroalimentar (BENETTI, 2004).

Apesar de predominante, o modelo agroexportador pautado nas grandes propriedades enfrentou crítica e oposição de movimentos sociais, especialmente pela ineficiência do latifúndio, que se tornava uma forma massiva de exploração do meio ambiente acrescido à baixa agregação de valor aos produtos. Em contraposição a este processo, os grandes proprietários de terra articularam-se em torno de um discurso comum, o qual visou criar uma

predominar, como parece provável, ensejará marginalização crescente dos países em desenvolvimento. Estes terão certamente muito mais dificuldades, pelas novas regras de comércio, de participar das formas mais modernas de intercâmbio intrasetorial, praticadas entre os países desenvolvidos de economia de mercado, em todas as etapas do processo produtivo. Isso seria verdadeiro mesmo em relação aos NICs, países de industrialização recente, visto que não possuem ainda base tecnológica própria. A prevalecer essa orientação, a economia do mundo se baseará numa nova divisão de trabalho, de forte sabor colonialista. De um lado, países com possibilidades de plena industrialização; de outro, países com perspectivas, no máximo, de manter seus atuais níveis de industrialização e bem assim países condenados a permanecer como fornecedores de matérias primas ou produtos agrícolas.”

identidade para o meio rural brasileiro enquanto essencial para a manutenção alimentar do mundo e da economia do país (POMPEIA, 2021).

La categoría 'productor rural' surgió en ese periodo como instrumento de combate político y formación de identidad social, con el objetivo de sustituir la imagen de 'latifundista' – marca negativa predominante en los conflictos de la década de 1960 – por otra, positiva, asociada a la idea genérica de 'producción'. Con esa dislocación semántica, se borraba la referencia al monopolio privado de la tierra y se negaba la concentración de la propiedad como un problema político y estructural, relacionado con la matriz del poder vigente e la sociedad. Al camuflar la desigualdad entre los propietarios, la categoría forjaba una falsa horizontalidad entre todos los 'productores'. De este modo, las entidades patronales pasaron a vehicular el discurso de la competencia técnica y de la eficiente productiva presionando al gobierno federal para tener políticas agrícolas adecuadas. Estaban planteadas las bases ideológicas de lo que después sería llamado el 'agronegocio'. (PEREIRA; ALENTEJANO, 2015, p. 79)

A emergência dessa identidade foi fator chave na construção de diversas organizações de classe defensoras dos interesses socioeconômicos dos grupos agrários detentores das maiores parcelas de terra e capital. Como consequência direta, teve-se a alta participação política desses em esfera nacional e regional (POMPEIA, 2021). No caso da soja, em específico, a participação política da temática do agronegócio será abordada no Capítulo 4 quando da análise das atas das Assembleias Legislativas no Rio Grande do Sul. Cabe salientar, porém, que a operacionalização dos grupos alinhados ao setor agroexportador é basal na construção de instituições dentro da realidade do estado, revisitando o ponto das intersecções entre dinâmicas estruturais e locais de poder (DIMAGGIO; POWELL, 1999).

No desenrolar da década de 1990, a administração pública brasileira – especialmente na figura do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) – implementou diversos pilares econômicos propostos pelo Consenso de Washington, aprofundando as reformas liberalizantes. O Plano Real alcançou estabilidade inflacionária para a moeda brasileira, entretanto o fez utilizando o padrão dólar como instrumento de fixação monetária. Simultâneo a este processo, privatizações sobre empresas e serviços públicos, abertura comercial para capital estrangeiro e desregulamentação sobre o crédito privado se tornaram marcas do período (PEREIRA; ALENTEJANO, 2015). A transnacionalização da economia brasileira apresentou efeitos sobre a quantidade de exportações agrícolas. Se em 1990 haviam sido 2,4 milhões de dólares exportados pelo setor agroalimentar; este valor passou para cinco milhões em 1994; sendo 6,8 milhões em 1996 (DELGADO, 2013). Entretanto, importante salientar que, com a ausência de medidas de regulação de preços, a taxa de lucro não cresceu na mesma proporção, sendo frequentes os casos de abandono da atividade agrícola pela

impossibilidade de arcar com insumos produtivos frente os valores recebidos em queda (PEREIRA; ALENTEJANO, 2015).

No início do século XXI, em resposta à retração do crédito privado internacional no mercado em virtude da desestabilização econômica em países asiáticos⁴⁸ a administração de FHC voltou fomentar o modelo agroexportador como motriz da economia brasileira. Dessa vez, entretanto, adotando-se uma nova identidade: agronegócio (PEREIRA; ALENTEJANO, 2015).

O conceito de agronegócio (*agribusiness*) emergiu na obra de Davis e Goldberg (1955), ao analisarem a cadeia agrícola e, sob perspectiva liberal, apontarem para compartilhamentos entre os debates sobre *business* e *agriculture*. Conexão que se dava pela crescente relação entre as produções agrícolas e os demais setores da economia – marcadamente indústria e serviços. Conforme aponta Davis:

Por definição, *agribusiness* significa a soma de todas as operações da fazenda, mais a manufatura e a distribuição de todos os insumos de produção agrícola providos pelos negócios, mais total das operações realizadas em conexão com a manipulação, a estocagem, o processamento e a distribuição de commodities agrícolas. Em suma, *agribusiness* refere-se à soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras (DAVIS, 1955, p. 5)

Ademais das relações mercantis diretas, os princípios adotados na administração financeira industrial também seriam uma constante para o meio rural – como previsão de lucratividade, custo de oportunidade, financeirização e afins. Nessa direção, o ciclo produtivo de agroalimentos estaria cada vez mais próximo dos demais setores da economia, tanto de forma conceitual como prática. Processo caracterizado especialmente (i) nos insumos e maquinários agrícolas, enquanto elementos anteriores à etapa de produção ou à prestação de serviços; (ii) na produção agropecuária dentro da unidade agrícola; e (iii) no setor de processamento e distribuição, considerando agroindústrias e seus setores apêndices de logística, fiscalização e comercialização (POMPEIA, 2021).

Apesar do caráter determinista desenvolvimentista adotado no conceito original, o qual interpretava o *agribusiness* como etapa sequencial de uma agricultura clássica, a definição dos autores voltava-se ao debate da administração financeira e de gestão do setor (POMPEIA, 2021). Entretanto, ao longo da década de 1970, associado à Revolução Verde, o termo foi adotado, adaptado e promovido por diferentes corporações internacionais como base para imposição de readaptações nas cadeias produtivas agroindustriais (SILVA, 1982). A

⁴⁸Crise dos Tigres Asiáticos decorrente do descompasso sobre ativos imobiliários no mercado do sudeste asiático que eclodiu em 1997, ver mais em Thurow (1998).

expansão da lógica de *agribusiness* tornava-se, então, sinônimo de um modelo liberal promovido como modernização adequada à forma de gerência da produção agroalimentar e voltado para inserção no mercado internacional (POMPEIA, 2021). Carregando, portanto, o fomento a emergências institucionais específicas.

Quando FHC promoveu o agronegócio, então, referia-se não apenas à integração entre produção, processamento e escoamento, mas ao projeto promovido e organizado por conglomerados agrícolas, os quais compreendiam na terminologia de agronegócio⁴⁹ uma forma de gestão tanto do capital privado como da organização pública – afinal, estes empreendimentos deveriam contar com facilidades fiscais, fomentos de crédito e afins (ROGERS, 2016; PEREIRA; ALENTEJANO, 2015).

Essa promoção consistiu em quatro eixos de operação:

- a) investimentos em infraestrutura de entrada e saída de produtos para o exterior, principalmente rodovias e portos;
- b) reforço do alinhamento dos órgãos públicos de pesquisa para promoção das diretrizes dos conglomerados privados – reafirmando os pacotes tecnológicos externos inseridos desde a modernização conservadora;
- c) redução do controle estatal sobre as posses e propriedades rurais, fomentando a expansão das fronteiras agrícolas;
- d) desvalorização do real frente ao dólar, ampliando a rentabilidade dos setores agroexportadores (DELGADO, 2013).

Somaram-se a essas medidas uma retração do papel do Estado na condução dos processos de reforma agrária, com o início da entrega de títulos privados para terras concedidas e terceirização dos órgãos de apoio aos produtores (PEREIRA; ALENTEJANO, 2015). Cabe salientar que a promoção de políticas a Agricultura Familiar também contou com caráter discursivo semelhante atrelado, especialmente na construção do conceito como forma de superação da terminologia política atrelada ao debate sobre campesinato na década de 1990 (GUZMAN; MOLINA, 2013).

Ponto complementar à dinâmica nacional de ampliação dos conglomerados agroalimentares foi a ascensão internacional da integração entre diferentes países e setores produtivos sintetizado no conceito de globalização. De acordo com Wilkinson (2009), o

⁴⁹O termo específico passou por diversas traduções na sua entrada no contexto brasileiro, sendo interpretado como complexo agroindustrial (no singular); *agrobusiness*; *agribusiness*; atividade agroindustrial; dentre outras terminologias. Ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, as diferentes traduções, de forma geral, observavam os mesmos elementos. A partir desse período, entretanto, divergências de escrita alinham-se a diferentes perspectivas conceituais (POMPEIA, 2021; ESCHER; WILKINSON, 2019; KAGEYAMA, 2008).

referido movimento, quando observado os fluxos agroalimentares, representou a centralização de conglomerados internacionais enquanto regentes de processos produtivos, utilizando especificidades de diferentes países como facilitações de capital para suas produções. O menor custo de produção de insumos em uma localidade, o custo da terra em outra, e da mão de obra em um terceiro local foram agregados, sob a tutela do capital privado internacional, dentro de um mesmo ciclo produtivo (ESCHER, 2016). Essas relações de produção compuseram cadeias produtivas, no sentido de que

A [Global Value Chain]⁵⁰ consists of sets of inter-organizational networks clustered around one commodity or product, linking households, enterprises, and states to one another within the world economy. These networks are situationally specific, socially constructed and locally integrated, underscoring the social embeddedness⁵¹ of economic organization.

[...] Specific processes or segments within a commodity chain can be represented as boxes or nodes, linked together in networks. Each successive node within a commodity chain involves the acquisition and/or organization of inputs (e.g. raw materials or semifinished products), labor power (and its provisioning), transportation, distribution (via markets or transfers), and consumption. The analysis of a commodity chain shows how production, distribution, and consumption are shaped by the social relations (including organizations) that characterize the sequential stages of input acquisition, manufacturing, distribution, marketing and consumption. (GEREFFI; KORZENIEWICZ; KORZENIEWICZ, 1994, p. 2)⁵²

Considerando que os diferentes segmentos ao longo da cadeia não operam ou existem em caráter de neutralidade, mas na disputa de poder e influência tanto em sentido vertical como horizontal, especialmente no caso dos conglomerados internacionais.

Nessa direção, a expansão do agronegócio no contexto brasileiro, inicialmente sob a gestão de FHC, dialogou com a solidificação internacional da expansão de cadeias de valor na

⁵⁰Global Value Chain (Cadeia de Valor Global) é o conceito proposto por Gereffi para definição das formas de conexão entre diferentes setores na produção globalizada. Cabe o adendo de que, na citação, o autor utilizou a terminologia de Global Commodity Chain, em diálogo com as produções de Hopkins e Wallerstein (1985). Com o aprofundamento das análises, entretanto, a terminologia acabou sendo substituída pela referida inicialmente. Para fins de simplificação da argumentação, adotou-se a atualização do conceito na reprodução do trecho (GEREFFI, LUO, 2015; JACKSON; WARD; RUSSELL, 2006).

⁵¹Retomando a ideia de *embeddedness* local e estrutural, apresentada no Capítulo 2, cabe salientar que o referido deslocamento afeta a dinâmica local da imersão das práticas econômicas, porém aprofunda a relação nas dinâmicas internacionais (CASSOL; SCHNEIDER, 2022).

⁵²“Uma Cadeia Global de Valor (CGV) consiste no conjunto de redes interorganizacionais organizadas em torno de uma *commodity* ou produto, vinculando unidades produtivas, empresas, e estados uns aos outros ao longo da economia global. Essas redes são situacionalmente específicas, socialmente construídas e localmente integradas, dialogando com a imersão social das organizações comerciais. [...] Processos ou segmentos específicos dentro de uma cadeia de produtos podem ser representados por nós ou pontos, conectados em uma rede ampla. Cada ponto representa a aquisição ou processamento dos elementos em questão (por exemplo, matéria prima ou produtos semiacabados), força de trabalho (e suas provisões), transporte, distribuição (mercados e logística), e consumo. A análise de uma cadeia de produtos aponta como produção, distribuição e consumo são moldados por relações sociais (inclusive as organizações) que caracterizam os estágios subsequentes de aquisição, manufatura, distribuição, comércio e consumo” (GEREFFI; KORZENIEWICZ; KORZENIEWICZ, 1994, p. 2, tradução nossa).

qual diferentes países forneciam insumos de acordo com a necessidade do fluxo de capital. Dinâmica especialmente centrada nas figuras de corporações oligopolizadas e redes varejistas (PLOEG; 2018; MCMICHAEL, 2016; ESCHER, 2016; WILKINSON, 2009).

Na primeira década do século XXI alcança a Presidência da República a figura de Luis Inácio Lula da Silva, cujo partido (Partido dos Trabalhadores) detinha uma origem umbilicalmente atrelada aos movimentos sociais da década de 1980. Apesar das expectativas iniciais de mudanças sociais, especialmente no aprofundamento da reforma agrária e na reestruturação do Estado, a busca pela construção da governabilidade manteve o agronegócio como motor central do meio agrícola (GRISA; SCHNEIDER, 2015; PAULANI, 2011).

Apesar da não ruptura com a estrutura dominante, é essencial salientar que diferentes políticas voltadas ao fomento de outras formas de inserção rural foram implementadas, especialmente como combate à insegurança alimentar e à miséria (MALUF, 2021; BONFIM, 2004). Uma medida exemplar para este ponto foi a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), chefiado por José Graziano da Silva. Bem como os programas Fome Zero e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que, acompanhado do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), evidenciaram a possibilidade de mercados institucionais como alternativas econômicas para o meio rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Para além de medidas voltadas à alimentação, cabe ressaltar o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e a criação da categoria de Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) para a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) que visaram gerar mercados alternativos para as produções agrícolas – apesar de terem alcançado menor projeção e eficiência (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Em sentido amplo ao meio rural, destaca-se o aprimoramento da infraestrutura rodoviária e de portos ao longo do território nacional; a ampliação dos seguros agrícolas e programas de crédito rural – com ampliação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) e a criação do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (PRONAMP). Bem como o aumento da verba destinada a extensão e pesquisa rural dos órgãos públicos, com destaque para o caso da EMBRAPA (PEREIRA; ALENTEJANO, 2015; ACCURSO, 2005a).

Quando observada a relação entre administração pública e o modelo agroexportador, entretanto, dois elementos marcam a tônica da manutenção das práticas desenvolvidas por governos anteriores.

O primeiro foi o enraizamento da Lei Complementar 87 – Lei Kandir. Essa definição definia (e define, visto sua continuidade) a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos primários, beneficiando e fomentando a exportação de matérias primas não beneficiadas. A promulgação, em 1996, visou estimular o comércio externo como forma de garantir a entrada de moeda estrangeira na economia do país, dinâmica do contexto do fim dos anos 1990 (LE MOS; GUIMARÃES; MAIA, 2017). Essa nova estrutura tributária substituiu a anterior que previa 13% de ICMS sobre grãos não beneficiados, 11% sobre farelos e 8,5% sobre óleos processados (FERNANDES FILHO; BELIK, 2010). Apesar de ser fruto da gestão de FHC, a manutenção durante os anos de governo encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores a tornaram um fator fundamental da estrutura agrária brasileira exportadora.

O segundo elemento foi o esvaziamento da pauta de reforma agrária enquanto potencial reforma estrutural. Progressivamente, a construção do discurso político sobre o tema por parte da administração governamental abandonou o teor programático para adquirir caráter de medida periférica de compensação social (PEREIRA; ALENTEJANO, 2015). Conforme apontam Carvalho e Vieira (2013), o abandono de metas anuais de assentamentos a serem gerados, o fim das atualizações de padrões produtivos mínimos para definição de propriedades eficientes foram elementos centrais para o aterramento da política.

A retração das críticas à existência da grande propriedade, bem como a manutenção de canais de privilégio creditício foram terrenos fértil para a contínua expansão do modelo agroexportador em um contexto internacional de expansão do consumo de *commodities*, especialmente com ascensão internacional de China e Índia (ESCHER, 2016; CARVALHO; VIEIRA, 2013).

Desempenha-se neste período, também, uma contínua entrada de conglomerados transnacionais especialmente vinculados aos setores de biotecnologia – categoricamente representados na aprovação do plantio de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) no território brasileiro. Essas empresas, majoritariamente vinculadas ao setor de grãos, desempenharam fator fundamental na entrada de sementes, agrotóxicos e maquinários para o Brasil (CRAVIOTTI, 2018; OLIVEIRA; HECHT, 2016).

Sob essa estrutura, o decorrer da década de 2010 é marcado pela ascensão do agronegócio enquanto força política e econômica predominante no contexto brasileiro. Como consequência, associações diversas atreladas ao setor ampliaram sua organização e participação nas câmaras estaduais e federais (POMPEIA, 2021; MATTEI, 2014), resultando

na construção de benefícios próprios frente as demais práticas econômicas – acarretando, por exemplo, em desindustrialização da economia nacional (FIORI, 2014; SONAGLIO, 2013).

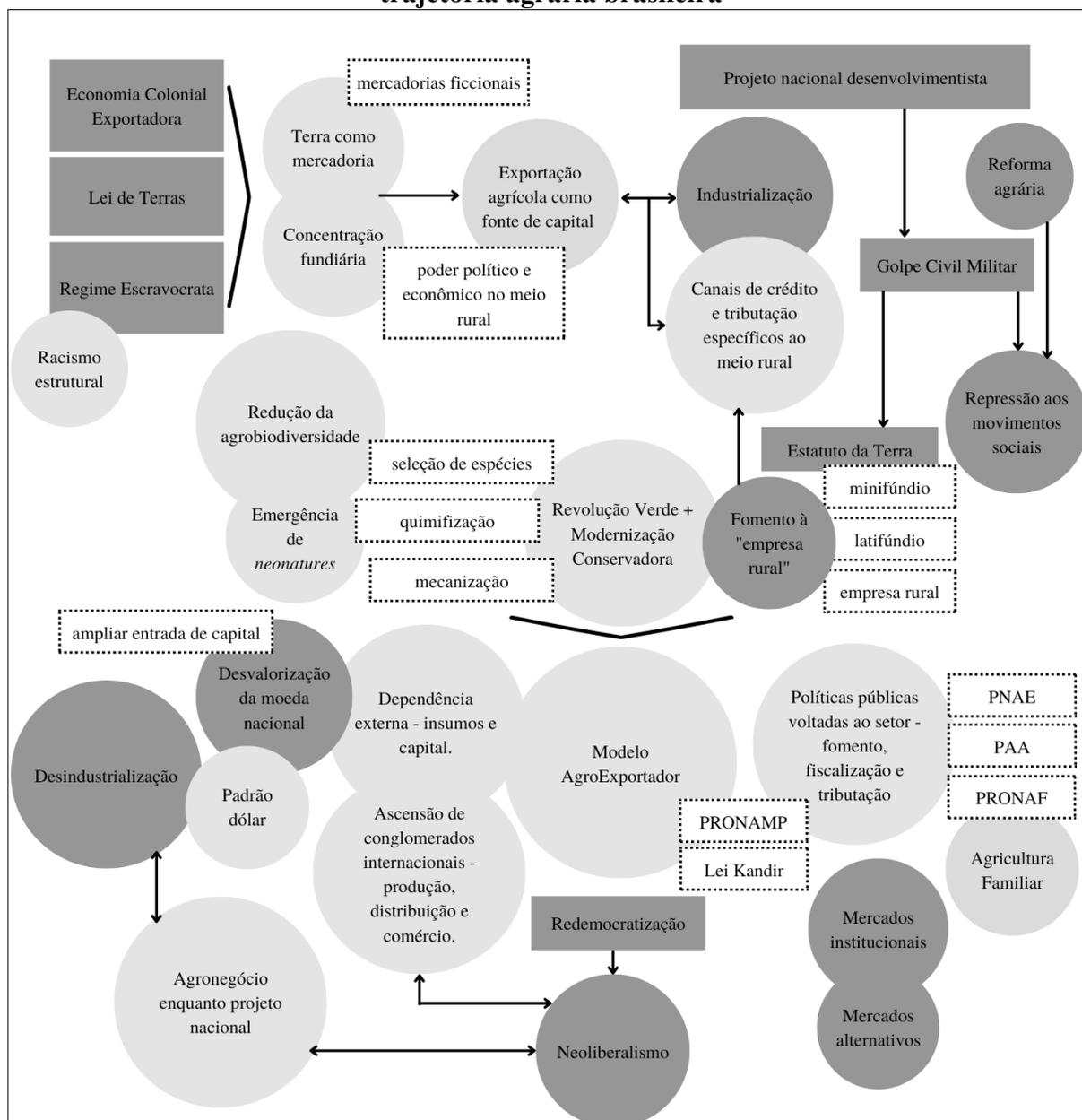
Em 2014, iniciado o segundo mandato da sucessora de Lula, Dilma Rousseff, também pelo Partido dos Trabalhadores, foi marcado pela constância da instabilidade político econômica no país. Fatores que resultaram no golpe camuflado de impeachment desempenhado em 2016 (SOUZA, 2016). O período entre 2016 e 2020 é de ainda difícil definição estrutural, visto a forte movimentação de conglomerados econômicos e entidades representativas do setor do agronegócio, principalmente por via dos governos de Michel Temer (2016 – 2018) e Jair Messias Bolsonaro (2018 – 2022) (POMPEIA, 2021).

É sob a tutela e constante diálogo com o contexto geral brasileiro que o caso específico do Rio Grande do Sul operou historicamente. O esmiuçamento das dinâmicas no estado será apresentado no Capítulo 4.

3.2.4 Síntese possível de alguns elementos do quadro institucional brasileiro frente a trajetória histórica

A trajetória brasileira evidencia as consequências sociais – e, logo, institucionais – de um espaço marcado por séculos de exploração colonial. Cravejamentos que se mantiveram no período independente e autônomo do país, como na desigualdade de acesso à terra, seja por fatores racistas ou pela conformação histórica da forma de propriedade privada. Ao longo do século XX, medidas de reorganização produtiva nacional foram buscadas, entretanto tendo constantemente no aproveitamento da possibilidade da produção agrária em larga escala um dos eixos para a economia do país. No entorno de década de 1970, a grande propriedade agregou-se ao estímulo aos pacotes tecnológicos trazidos pela Revolução Verde, agregando solidificação ao modelo agroexportador nacional que seria ampliado nas décadas seguintes. A Figura 05 ilustra eventos históricos e conformações institucionais do percorrido apresentado no capítulo.

Figura 5 - Organograma dos elementos históricos e institucionais na retomada da trajetória agrária brasileira



Fonte: elaboração própria a partir de Pompeia (2021); Escher (2016); Delgado (2013); Mielitz Netto (2011); Colistete (2001); Brum (1988); Camargo (1981).

4 A TRAJETÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL E A EXPANSÃO DA SOJA

Chegamos ao terceiro elemento da nossa alogia morfológica. Se o tegumento definiu a camada através da qual os conteúdos seriam analisados – as apontadas perspectivas institucionalistas e dos Regimes Alimentares E a substância de emergência da planta elaborou o traçado de Brasil e China, cabe ao presente capítulo – e ao seguinte – a emergência do material em si. Assim como no grão de soja, o presente capítulo observa o crescimento do mercado do grão como emergência radicular das práticas econômicas entre Rio Grande do Sul e China.

O capítulo presente trata da trajetória agrária no Rio Grande do Sul e da expansão do cultivo de soja no Estado. Apesar da inviabilidade de uma fragmentação absoluta entre produção e circulação quando observadas *commodities*, objetiva-se a análise do processo produtivo na região, suas correlações institucionais, e a relação com a estrutura macroeconômica sobre a conformação das dinâmicas agrárias localizadas no Estado.

Inicia-se pela retomada histórica da região, com identificação de proximidades e distanciamentos com o quadro nacional, apresentado no Capítulo 3. O recorte temporal adotado nesta seção corresponde ao período anterior do foco central da dissertação – abarcando fenômenos até a década de 1970. Toma-se, para tal, produções historiográficas e economicistas sobre elementos em torno do rural sulriograndense (DA ROS, 2006; ACCURSO, 2005a; BRUM, 1988; TAMBARA, 1983; FRAQUELLI, 1979; MAESTRI, 1979).

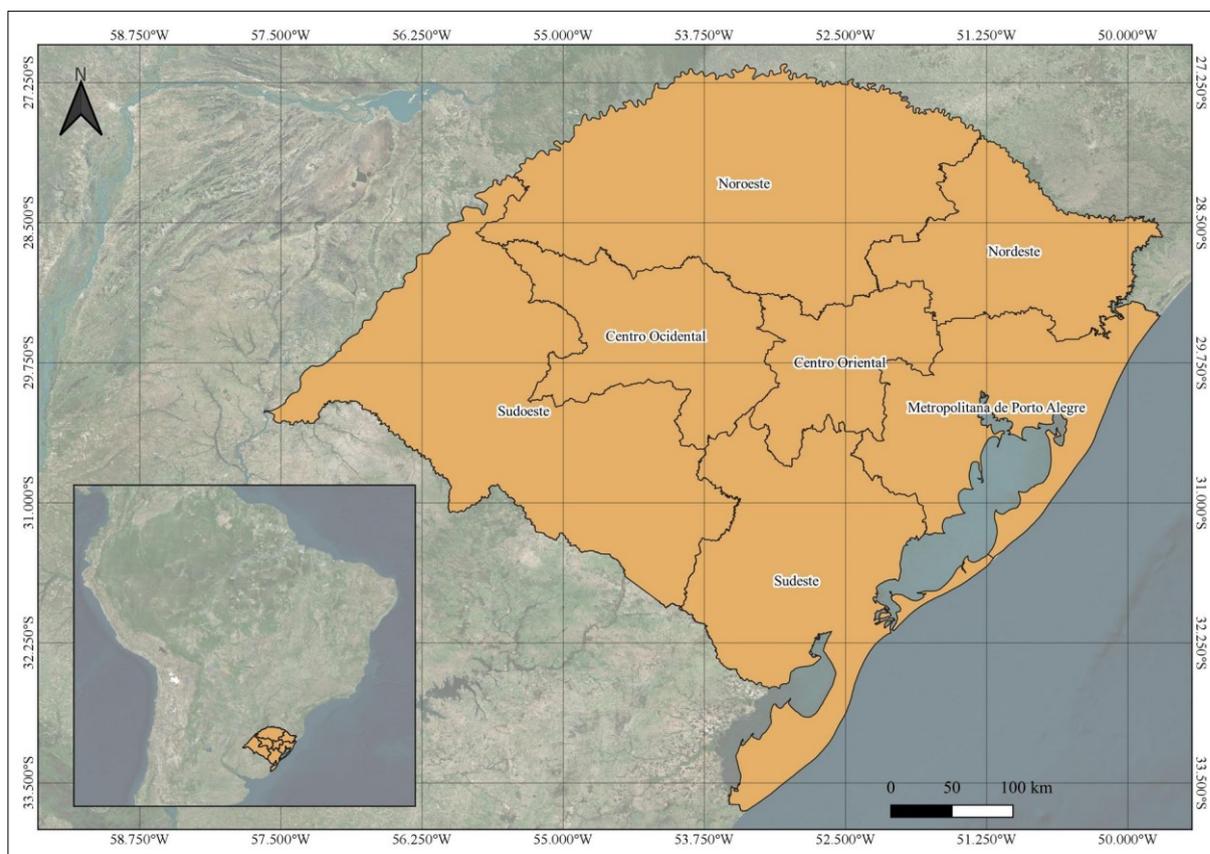
Segue, na seção seguinte, com a análise da expansão sojícola no estado, reconstituindo elementos históricos e trabalhando com fontes primárias e secundárias¹ ao longo de quatro blocos. Um primeiro destinado ao período entre 1950 e 1970, de difusão da soja, porém sem sua massificação. Seguido pela marcação entre 1970 e 1995, com a expansão da modernização agrícola e as consequências de ampliação do cultivo de grãos no Estado. E um terceiro bloco para o crescimento e priorização da soja enquanto canal central do meio rural sulriograndense – entre 1995 e 2020. O último período separado análise as reverberações da soja com outras formas sociais, observando a infraestrutura, a identidade do agronegócio e os organismos geneticamente modificados, com o objetivo de aprofundar as percepções sobre regimes e instituições E, por fim, uma análise geral das categorias envolvidas no processo

¹ Elementos explorados de forma aprofundada na Introdução, tanto em sua caracterização como do método específico de análise adotado em cada caso.

analisado – em diálogo com a tipologia de sojicultores proposta por Vander Vennet, Schneider e Dessen (2016)

Para fins de localização, aponta-se a Figura 06 como base para as diferentes regiões do Estado que serão abordadas ao longo do texto.

Figura 6 - Ilustração do Estado do Rio Grande do Sul com fronteiras municipais e indicativo de altitude



Fonte: elaboração própria a partir dos dados cartográficos disponíveis em Topodata - INPE.

Diversos elementos apresentados no presente capítulo retornarão no Capítulo 5 com maior reverberação por meio da conexão com o mercado chinês e o complexo grãos-carne.

4.1 RIO GRANDE DO SUL: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS AO QUADRO NACIONAL

A trajetória histórica de cada localidade fornece características ao desenvolver das instituições operantes (HODGSON, 2006). Com este ponto em observação, no capítulo anterior foram apresentados os processos agrícolas em relação a esfera nacional. Em cadência semelhante, faz-se essencial a observação do percorrido no recorte do Rio Grande do Sul.

A região recebeu os primeiros aportes oficiais da Coroa Portuguesa somente em 1680 – quase dois séculos após a invasão do território americano –, especialmente pela necessidade de exercer controle sobre as fronteiras coloniais (DA ROS, 2006). Ao longo do século XVII, entretanto, a demografia da região manteve-se majoritariamente atrelada aos povos tradicionais – Jês e Guarani no Norte do Estado, e Charruas no Sul. Nas décadas finais do século XVIII, tiveram início migrações de povos exógenos à região e, em diálogo com características ambientais, deram origem a duas culturas agrárias distintas: uma no Sul, de bioma pampeano e menor disponibilidade de nutrientes no solo, marcada pela prática da pecuária; e outra no Norte, de terrenos acidentados, bioma de Mata Atlântica, e de ocupação por propriedades em menor escala (CESAR, 1979).

As explorações pecuaristas desempenharam especial relação com a estrutura escravocrata brasileira no período. A expansão da cafeicultura em São Paulo e Minas Gerais no século XVIII, pautada na massiva utilização de pessoas escravizadas, encontrou no charque um alimento de baixo custo, alto valor energético e longa preservação. Nesse quadro, a economia sul riograndense e a indústria de charque se desenvolveram no período em relação constante com o Sudeste do país (SANTOS, 2017). Como endosso ao mercado e busca pela ampliação da lucratividade, as charqueadas fomentaram a formação de centros urbanos, ferrovias e portos – com destaque para os casos de Rio Grande e Pelotas (DA ROS, 2006). Além da vinda de mão de obra escravizada para utilização nas produções: fator que era uma vantagem competitiva para esta produção, visto que representava um custo menor de produção frente aos casos de Uruguai e Argentina (THIESEN; MOLET; KUNIOCHI, 2013). Assim, o rendimento pecuário com exportação de carnes, charque, couros, lãs e sebo tornou-se a principal motriz da economia riograndense (TAMBARA, 1983; MAESTRI, 1979).

No século XIX, o Governo Imperial implementou políticas de fomento à migração europeia em todo território nacional. Estas visavam o aumento das áreas assentadas no país, visto a continuidade das problemáticas fronteiriças, bem como uma perspectiva racista sobre a construção de um mercado de trabalhadores livres. Para o caso do Rio Grande do Sul, migraram grupos principalmente italianos, alemães e poloneses². Estes alocaram-se majoritariamente na região da Mata, intensificando a ocupação que contava com pequenas propriedades familiares de descendentes de africanos, indígenas e portugueses (KÜHN, 2004).

² A terminologia do período é bastante imprecisa ao considerar etnias e nacionalidades. Havia registros da localidade de origem dos migrantes, mas frequentemente atreladas ao porto de embarque e não ao local de nascimento – elemento também problemático pela recente unificação dos estados da Alemanha e Itália. Assim, a terminologia de “alemães” e “italianos” tornou-se, por fim, nomenclatura genérica para os grupos migrantes (SCHNEIDER, 2017; DE BONI; COSTA, 1979).

Conforme aponta Da Ros (2006), o estímulo ao processo de colonização beneficiava as elites rurais ao fomentar um mercado de terras privatizadas. Apesar da Lei de Terras, de 1850, romper com a posse e impôr a propriedade, o uso direto de terras ainda era uma constância – especialmente por grupos pauperizados. Ao ampliar o contingente demográfico, expandia-se a concepção privatizada das propriedades e, por consequência, o mercado de terras.

O processo de colonização, ao ocupar diferentes regiões (principalmente no norte do Estado, e em algumas regiões no Sul), criou uma série de comunidades étnicas. Isoladas do restante da população por fatores geográficos e culturais, desenvolveram localmente suas formas de subsistência, dando origem a oficinas e pequenas indústrias de ferramentais e utensílios cotidianos (SCHNEIDER, 2017; SALAMONI; WASKJEVICZ, 2013). Os novos pequenos conjuntos habitacionais compuseram massas de agricultores que, ao voltarem-se para a policultura como forma de garantia alimentar, acabaram diversificando as possibilidades estaduais de comercialização com o restante do país³. Produtos como fumo, erva mate, feijão e farinha de mandioca ganharam espaço nas comercializações do Rio Grande do Sul com o Brasil, reduzindo o monopólio da pecuária, apesar de ainda predominante (TAMBARA, 1983). Nota-se que as culturas apontadas já eram uma constante na região – vide o caso da erva-mate e da mandioca de tradicional consumo por grupos indígenas –, é a sua caracterização enquanto elemento comercial que se diferencia no contexto citado.

Todavia, as exportações agrícolas realizadas pelo Rio Grande do Sul para os demais estados eram marcadamente de baixo valor de troca, limitando a possibilidade de acumulação de capital industrializante. Dinâmica que ocasionou distanciamento tecnológico entre o oriundo do Rio Grande do Sul e o produzido em São Paulo, colocando o produto gaúcho artesanal em um nível inferior ao paulista progressivamente industrial⁴ (TAMBARA, 1983). O fruto da deficiência produtiva comparativa foi a gradual especialização do estado naquilo que não dispunha de concorrência: a produção agrícola. Incidindo em um ciclo no qual o capital gerado na agricultura era majoritariamente reinvestido na própria produção rural (ACCURSO, 2005b; FRAQUELLI, 1979).

A transição entre os séculos XIX e XX marcou a emergência de centros urbanos enquanto polos de desenvolvimento econômico – casos de Porto Alegre, Ijuí, Caxias e

³ Uma inserção predominantemente pautada na produção simples de mercadorias, com parte para subsistência e parte para comercialização externa (NIEDERLE, 2009; FRIEDMANN, 1978).

⁴ Dados de Singer (1977) são bastante ilustrativos desse processo ao constatar que, em 1902, o Rio Grande do Sul era responsável por 14,9% do PIB industrial brasileiro, frente 16,5% de São Paulo. Em 1958, a percentagem passou para 8,1%, em 53,2% para o caso paulista.

Pelotas. Como consequência, a circulação de capital anteriormente dispersa entre diferentes localidades e comerciantes tendeu a uma maior centralização, especialmente na figura do comerciante urbano de maior porte. O comerciante urbano existia nas realidades das pequenas ocupações citadinas, porém constantemente operando em relação a elementos como confiança, compadrio e relação interpessoal. Práticas distintas da emergência voltada a circulação de capital e geração de lucro constante (DA ROS, 2006; TAMBARA, 1983).

Com a difusão dos frigoríficos no início do século XX, a indústria de charque esmaeceu (DA ROS, 2006). No mesmo período, a tributação sobre produtos agrários passou das mãos do governo estadual para o federal, reduzindo a autonomia regional (TAMBARA, 1983). Quadro que caracterizou uma estagnação na economia do Estado. O arroz, entretanto, surgiu como saída enquanto cultura de alta produtividade e lucratividade⁵. O início da Primeira Guerra e a consequente desestabilização alimentar europeia facilitaram o crescimento da produção gaúcha que progressivamente passou a investir em avanços tecnológicos para dinamizar o ciclo produtivo e aumentar seu espaço no mercado orizícola (FRAQUELLI, 1979). A cultura do arroz já era realizada em pequenas propriedades, especialmente vinculadas ao processo de colonização, o marco nesse período está na sua expansão e difusão em larga escala (DA ROS, 2006). A ascensão da rizicultura enquanto foco das grandes propriedades esboçou a emergência de três dinâmicas de exploração agrícola essenciais e que seriam aprofundadas pela modernização produtiva na segunda metade do século XX.

A primeira foi o progressivo investimento no aperfeiçoamento da produção visando aumento da produtividade. Especialmente pela aquisição de novas ferramentas que ampliavam o plantio. Tratando-se do início do século XX, as tecnologias dependiam de força mecânica humana ou animal, porém a aquisição externa de produtos para fomentar a produção evidencia uma transição na perspectiva de relação com o processo produtivo (FRAQUELLI, 1979). Elementos como o custo de oportunidade passaram a fazer, mesmo que de forma indireta, parte do cálculo das decisões produtivas. Assim, ao projetar a utilização de uma propriedade agrícola, o possuidor das terras passava a considerar possibilidades de retorno potencial de cada forma de produção, mantendo ou descartando práticas de acordo com a lucratividade projetada (SILVA NETO, 2016).

⁵ É essencial notar que os processos a serem trabalhados têm especial vinculação com grandes propriedades rurais no território do Rio Grande do Sul – por vezes denominadas de elites agrárias tradicionais. Portanto, diversas práticas de inserção agrícola na região não serão abordadas. Este fato se justifica pelo entendimento de que as instituições são formadas nas disputas de poder e, logo, a observação dos ciclos de maior influência político-econômica na região trazem elementos marcantes para a compreensão da dinâmica histórica em questão.

O segundo fator, relacionado ao anterior, estava na ampliação da vulnerabilidade e dependência externa da unidade agrícola fruto da especialização produtiva. Conforme aponta Brum (1988), é no primeiro quartil do século XX que diversas elites tradicionais do meio rural encontraram dificuldades para sua transformação em produtoras capitalistas modernas ao não superarem os riscos do processo de especialização. Por sua vez, elites urbanas já dispunham de maior domínio sobre as dinâmicas de administração financeira que os novos processos exigiam. A ascensão da rizicultura gaúcha marcou a entrada de diversos comerciantes e empresários urbanos na produção agrícola, visto que se mostrava uma diversificação de renda lucrativa. A conexão entre capital urbano e rural resultou na formação de polos de beneficiamento industrial em centros urbanos do Rio Grande do Sul, uma vez que emergia a possibilidade de lucro ao longo das etapas da produção – rompendo com o restrito ao plantio e venda e expandindo a transporte, beneficiamento e exportação. Cidades como Ijuí, Pelotas e Porto Alegre são ilustrativas desse processo ao receberem diversas instalações de aparatos de logística e processamento de grãos (FRAQUELLI, 1979).

O terceiro e último fator de capitalização do meio rural por meio da rizicultura foi o aumento do preço da terra. Com a expansão do capital urbano sobre a produção agrícola, a especulação sobre o valor fundiário aumentou. A terra deixava de ser predominantemente considerada um meio de vida para transformar-se em um meio de produção – ou em um produto. Transição evidenciada pelo alastramento da lógica de arrendamento para produções de arroz visto que o objetivo se tornava o lucro final, e não a detenção da propriedade (FRAQUELLI, 1979).

Apesar das inovações de caráter conceitual, a década de 1930 foi marcada pela crise do capitalismo global e, por consequência, pela desestabilização econômica dos principais centros urbanos brasileiros. Ao contexto internacional somava-se a inexistência de estrutura de vida mínima nos centros urbanos e a emergência de uma classe de trabalhadores progressivamente organizada. Como resposta, o Estado brasileiro implementou políticas de controle de preços agroalimentares, dentre os quais, o rizícola. Frente a estabilização do preço do arroz, diversos rizicultores investiram em aperfeiçoamentos produtivos na tentativa de manterem a ascensão da lucratividade. Entretanto, o baixo retorno de capital tornou-os incapazes de arcarem com os custos, proliferando os casos de endividamento. A crise do arroz marcou o fim do primeiro ciclo de alteração produtiva do meio agrário gaúcho, que seria reacendido pela própria modernização conservadora (DELGADO, 2013; FRAQUELLI, 1979).

Simultâneo ao processo rizícola, as propriedades no norte do Estado também enfrentavam alterações estruturais. No início do referido século, a produtividade dos campos utilizados apresentou esgotamento, visto a baixa circularidade dos métodos produtivos adotados (DA ROS, 2006). Acrescia-se a constante fragmentação das propriedades por meio da transferência por herança, reduzindo geracionalmente a área produtiva disponível (BRUM, 1988). Como consequência, um binômio marcado pelo êxodo rural e pela substituição das culturas de subsistência por culturas destinadas ao mercado. Culturas como batata-inglesa, feijão-preto, milho e mandioca, predominantes no sistema produtivo de subsistência, mantiveram seu cultivo, porém frequentemente realinhado a expectativas comerciais. O milho, por exemplo, se tornou base para a produção de suínos, transformados em carne e banha. Da mesma forma que a produção de mandioca servia para alimentação animal e produção agrícola em terras de menor disponibilidade de nutrientes. Desse modo, entre os anos de 1900 e 1940, predominou na zona colonial a dupla milho-mandioca, consorciado à suinocultura (DA ROS, 2006; TAMBARA, 1983).

Uma nova alteração no meio rural sul-rio-grandense ocorreu no pós 2ª Guerra Mundial. A profusão do discurso nacional desenvolvimentista entre a Era Vargas e a Segunda República incidiu na definição de culturas alimentares basilares para a manutenção do país por meio da garantia de alimentação e exportações. Contexto que dialogava idealmente com os interesses internacionais de exposição das possibilidades produtivas pela implementação dos processos técnicos e sociais da modernização agrícola (DELGADO, 2013).

A triticultura surgiu como centro de operação inicial desse processo. Até a década de 1940, o trigo era principalmente produzido para autoconsumo. Entretanto, em 1937 foi promulgada a Lei 470⁶ que implementou institutos de pesquisa sobre o grão, premiação para índices ascendentes de produção, reservas de mercado e subsídios para canais de transporte relacionados à cultura (DA ROS, 2006). Nos anos subsequentes, linhas de crédito e garantias de preço também foram agregadas (BRUM, 1988). E, como destacado na Tabela 03, o resultado foi de aumento da representatividade do trigo na produção total gaúcha, frente ao declínio das outras produções. Cabe salientar que o quadro sul-rio-grandense recebeu estímulos aos processos de modernização agrícola anterior ao contexto amplo do país (DELGADO, 2013).

⁶ A Lei, disponível na íntegra em camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-470-9-agosto-1937-503404-publicacaooriginal-1-pl.html (acesso em 14/10/2022) é especialmente ilustrativa em seu Artigo 5º ao outorgar que “cada moinho consuma, pelo menos, cinco por cento de trigo nacional sobre o total de trigo estrangeiro beneficiado”, destacando o caráter de fomento da produção nacional.

Tabela 2 - Composição de lavoura temporária, Rio Grande do Sul (1939, 1950, 1955)

Culturas	1939	1950	1955
Arroz	19.90%	20.20%	18.20%
Batata-inglesa	11.20%	8.70%	5.10%
Feijão	7.60%	4.30%	2.90%
Fumo	5.80%	3.70%	3.60%
Mandioca	5.30%	8.30%	6.50%
Milho	29.50%	20.80%	17.10%
Trigo	6.40%	19.50%	30.90%
Outros	14.30%	14.50%	15.70%

Fonte: adaptado de Accurso (2005a, p. 48).

O fomento à cultura do trigo bebeu em três fatores principais no contexto das décadas de 1950 e 1960:

- a) o objetivo governamental de alcançar autossuficiência no produto, considerado chave para alimentação da população e essencial para redução dos preços do custo de vida;
- b) a fortíssima inserção mercadológica do grão, promissora tanto de acúmulo de capital (interessante aos produtores e ao governo brasileiro), como de mercado para químicos e maquinários (atrativo aos interesses internacionais);
- c) e a qualidade topográfica do Planalto Gaúcho, que permitiria uso de máquinas em larga escala (MIGUEL, 2018; DELGADO, 2013).

De forma semelhante ao processo rizícola, o capital urbano apresentou forte conexão com o trigo, visto as possibilidades de retorno potencial viabilizadas pelas linhas de crédito. Como salientado por Tambara (1983), os créditos oferecidos pelas políticas públicas exigiam uma operacionalização específica para serem acessados, frequentemente recebendo resistência dos agricultores tradicionais pelos riscos de perda apresentados. Da relação entre capital urbano e investimento rural que emerge a categoria dos “granjeiros” que se tornaram sinônimo de produtores com alto investimento em maquinário e equipamentos, bem como uso de mão de obra assalariada e massificação da produção (BENETTI, 2003). Nota-se, nesse caso, como elementos institucionais são apropriados de formas distintas entre grupos sociais de acordo com suas trajetórias e inserções (HODGSON, 2006).

Outro fenômeno decorrente do trigo foi a criação da Comissão de Organização da Triticultura Nacional, órgão voltado para formação de cooperativas entre produtores e fortalecimento da conexão entre Estado e demandas agrícolas. As cooperativas encabeçavam a difusão de pacotes tecnológicos dentre os associados, sendo importante braço de

disseminação do ideário modernizante agrário – e englobando diferentes tamanhos de produtores (DA ROS, 2006).

Cabe sublinhar que simultaneamente outras dinâmicas agrícolas ocorriam. O setor pecuarista, por mais que com menor proeminência, adotou algumas medidas de aprimoramento produtivo – como a seleção genética – mas manteve sua produção baseada no modelo extensivo e de baixo valor agregado. Além disso, diferentes mobilizações sociais solidificaram-se no período, pautadas tanto em movimentos camponeses em busca de condições dignas de vida, como por grupos indígenas na requisição das suas posses invadidas historicamente (DA ROS, 2006).

Contudo, a derrocada da primazia do setor iniciou na década de 1960, quando o governo brasileiro estabeleceu acordos com os Estados Unidos para adquirir trigo a preços subsidiados, desarticulando a prioridade da produção nacional (DA ROS, 2006). Retoma-se aqui argumento de Friedmann (1999; 1993) ao apontar para a estratégia estadunidense de entrada em diferentes mercados nacionais por meio de produtos agroalimentares com preço abaixo do sistema internacional, gerando uma dependência de importação futura. Nota-se aqui, portanto, a correlação entre Segundo Regime Alimentar e a organização da economia agrária no Rio Grande do Sul.

A triticultura, entretanto, foi central no processo de modernização agrária no Rio Grande do Sul. Entendendo que visou aumentar a mais valia rural, transformando a produção agrícola em acumuladora de capital – em diálogo com a perspectiva apresentada para o Estado brasileiro no Capítulo 2 – e criar um mercado potencial para insumos portados – tanto químicos como maquinários –, ampliando a inserção do país no sistema econômico internacional.

Para além disso, o trigo possibilitou o espaço ideal para a difusão da soja. Grande parte dos químicos e maquinários empregados no trigo também eram utilizáveis na sojicultura, possibilitando um cultivo intercalado entre ambas as culturas – trigo no inverno, soja no verão. Da mesma forma que linhas de crédito favoreciam o plantio integrado (BRUM, 1988). Se um primeiro momento da modernização agrícola no Estado foi marcado pelo trigo, o seguinte seria marcado pela soja.

4.2 A SOJA NO RIO GRANDE DO SUL E NO BRASIL

A emergência da soja no Brasil solidificou o modelo agroexportador no país. Em adesão a processos econômicos anteriores – questão agrária, acúmulo de capital externo,

modernização –, instituições foram sendo moldadas pelos e moldando os atores no meio rural no contexto nacional e internacional. Processo que resultaria na conformação do modelo do agronegócio.

Entretanto, é essencial salientar que o grão de soja (*Glycine Max*) é unicamente o canal de expressão e operacionalização do complexo produtivo, tornando-se mais vítima que atuante nesta composição. Conforme aponta Friedmann (1999), os alimentos são fruto da construção histórica de tradições sobre suas existências e significações. E, conforme levantamento bibliográfico realizado, historicamente a soja foi considerada sob três lentes:

- a) Enquanto alimento humano, mesmo que em larga escala e/ou como elemento principal do preparo alimentar (DE MARIA *et al*, 2020; ANDERSON, 2014; ALI, 2014; QIU; CHANG, 2010; GOLBITZ; JORDAN, 2006; BERTRAND; LAURENT; LECLERQ, 1987).
- b) Enquanto matéria-prima para diferentes usos, sejam eles de alimentação humana como ingrediente secundário – ou processado; alimentação animal – por uso direto ou em composições nutricionais; e outros usos – como produção de óleos lubrificantes e afins. (MCMICHAEL, 2016; 2005; SINGH; SHIVAKUMAR, 2010; FRIEDMANN, 2005; 1978; BERTRAND; LAURENT; LECLERQ, 1987; GOLDBERG, 1952).
- c) Enquanto ativo financeiro, principalmente como derivativo do agronegócio, objeto de crédito e securitização (FAIRBAIRN, 2016; WESZ JUNIOR, 2016; CLAPP, 2014; ISAKSON, 2014; OTERO, 2012; SCHUTTER, 2010; MCMICHAEL, 2005; MAFIOLETTI, 2000).

Os elementos a serem expostos na presente secção emergem na expansão da segunda e terceira tradições no ocidente global. Todavia, nota-se que demais sentidos não se extinguem necessariamente frente a emergência de novos, sendo essa uma possibilidade relativa aos contextos sociais e suas respectivas construções.

Considerando o espectro tomado para observação do grão, a presente secção subdivide-se em um primeiro momento voltado a entrada da soja no Rio Grande do Sul enquanto cultura comercial, especificamente entre 1950 e 1970; segue para o aprofundamento dessa composição no ideário produtivo estatal, ainda que com limitada expansão em área de cultivo, entre 1970 e 1995; para uma seção seguinte sobre o período entre 1995 e 2020, analisando a massificação da cultura sojícola e suas consequências sociais; e, derradeiramente, são feitas construções sobre as tipologias de produtores sojícolas no quadro contemporâneo.

4.2.1 Entre 1950 e 1970: A entrada da cultura da soja no RS

Domesticado originalmente na Manchúria (DE MARIA *et al*, 2020), o cultivo de soja chegou ao território brasileiro por imigrantes japoneses no século XX, majoritariamente vinculado ao processo culinário asiático (WESZ JUNIOR, 2014). É na década de 1940 que os primeiros registros comerciais sobre a leguminosa apareceram no contexto sul-rio-grandense, especificamente no Noroeste do estado (TAMBARA, 1988). Destaca-se que o início da cultura comercial sojícola no território brasileiro se deu exatamente pelo Rio Grande do Sul, portanto, sendo histórias correlatas.

De acordo com Gonçalves (1984), ao longo da década de 1950, três regiões fisiográficas distintas aproximaram-se da cultura sojícola de modo particular – todas no Noroeste do estado. Na região das Missões, a produção vinculava-se predominantemente para o autoconsumo familiar, com a soja servindo como leguminosa para alimentação humana. O Alto Uruguai também dispunha de produção para a unidade familiar, porém a presença de suinocultura na região encontrou na soja uma possibilidade de alta produtividade para alimentação animal. Cabe salientar que estudos sobre a elevada disponibilidade de proteína no grão vinham sendo realizados no contexto estadunidense desde o início do século XX (BERTRAND; LAURENT; LECLERQ, 1987). Por sua vez, o Planalto Médio contava com solos em piores condições, sendo especialmente alvo das medidas modernizantes citadas anteriormente na expansão da cultura tritícola.

As cooperativas tritícolas solidificaram estruturas de difusão de informações e técnicas alinhadas à modernização agrícola nos diferentes cenários no Estado, criando um lastro que seria seguido pela sojicultura. Interessadas na construção comercial, as cooperativas agiram ativamente na promoção e acompanhamento dos pacotes tecnológicos. Progressivamente, a cultura da soja deixou de ser exclusivamente praticada em unidades familiares coloniais para ser foco de propriedades em crescente mecanização. Na década de 1960, o cultivo disseminou-se por todo o Noroeste do Rio Grande do Sul, tornando-se a cultura comercial central em diversos dos municípios. Ao longo do período, expandiu-se para o Centro e o Sudoeste do Estado, entrando em regiões até então pautadas na pecuária extensiva (GONÇALVES, 1984).

Para que alcançasse tamanha expansão, a cultura da soja contou com disparadores específicos do período histórico. Conforme exposto no Capítulo 3, o governo pós Golpe de 1964 estabeleceu diretrizes econômicas voltadas para exportação como canal de acúmulo de capital. Direção na qual o Rio Grande do Sul operou concomitantemente exportando aço e

hidrocarbonetos, bem como na consolidação do modelo agrícola, aprofundado pelos pacotes da Revolução Verde (DELGADO, 2013; DA ROS, 2006). Cabe salientar a emergência do Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR), em 1965, que possibilitou canal de crédito específico para investimentos em maquinários e tecnologias de produção, especialmente adequadas para as propriedades de larga escala (WESZ JUNIOR, 2014).

Estes eram à economia que dialogavam no fomento da soja com dois elementos externos (GONÇALVES, 1984). O primeiro era a precificação internacional do grão⁷. Diferentemente do trigo, parcialmente comercializado no mercado interno, a soja encontrava na exportação seu principal destino. Nesse sentido, a vantagem do câmbio para dólares incidia na alta lucratividade relativa. Fator em diálogo com o segundo elemento, estabelecido pela soja brasileira ter sua colheita na entressafra do produto estadunidense. Com safras intercaladas, evitava-se uma concorrência direta e simultânea. Elementos convergentes com o apontamento de Friedmann (1993) para o predomínio dos Estados Unidos, no Segundo Regime Alimentar quando o fluxo de oleoginosas centrava seu processo de acumulação no capital estadunidense, porém com canais secundários e complementares também desenvolvidos por países em posições periféricas na economia global.

As condições econômicas favoráveis para emergência de dinâmicas agrícolas pautadas na soja e na produção em larga escala imputaram fortes consequências agrárias. Conforme aponta Da Ros (2006):

O ciclo de modernização baseado na cultura da soja imprimiu transformações mais profundas no meio rural gaúcho do que aqueles que haviam ocorrido com o arroz e com o trigo, principalmente porque houve um envolvimento de uma gama mais ampla e variada de agentes econômicos. Com a consolidação do complexo da soja, o setor agrícola tornou-se um grande consumidor de insumos industriais, de máquinas e implementos agrícolas. Tal situação determinou um novo modo de inserção do produtor colonial no mercado, deixando de ser um simples vendedor de excedentes e comprador de bens necessários apenas a sua subsistência para se tornar um produtor especializado em culturas destinadas exclusivamente ao mercado e ao mesmo tempo um consumidor de insumos industriais.

[...] A expansão da soja ocupou não só os espaços vazios da economia, como criou pela primeira vez na história gaúcha uma forte liquidez dos imóveis rurais. Desse modo, várias formas de transição apareceram, seja pelo arrendamento de áreas anteriormente vinculadas à pecuária, seja pelo avanço sobre as áreas da agropecuária colonial. Neste último caso, o avanço do cultivo da soja ocorreu pela substituição das culturas tradicionais, ou ainda, pela saída dos antigos proprietários que vendiam as suas terras aos mais capitalizados. Só para se ter uma ideia da magnitude dessa expansão, registre-se que entre os anos de 1968 e 1978 a sua produção decuplicou, passando a ser responsável em certos momentos por quase 70% das exportações do Rio Grande do Sul, representando assim a sua maior experiência histórica de monocultura. (DA ROS, 2006, p. 122 – 123)

⁷ A temática da dolarização da soja e as consequências para a economia nacional são exploradas no Capítulo 5.

Destaca-se, na passagem, dois efeitos estruturais centrais em decorrência da modernização agrícola no período. O primeiro foi a interconexão entre diferentes esferas da economia, especialmente pela emergência do meio rural enquanto um consumidor direto de insumos e, propriamente, meios de subsistência até então produzidos localmente. A entrada de maquinários, químicos, e ampliação das produções incidiu na conexão do meio rural com o capital até então urbano – créditos, indústrias, logística e afins (DELGADO, 2013). Soma-se a essa dinâmica a perda de regimes próprios de subsistência por parte de diversos grupos agrícolas, incidindo no abandono e extinção de culturas alimentares e agrícolas (SANTILLI, 2009). Abandono frequentemente imposto aos produtores pelo segundo efeito estrutural. Com a expansão de culturas exclusivamente mercantis, e a necessidade de interdependência com o mercado capitalista, diversas unidades de produção não dispunham de canais de conhecimento, ou estrutura física, para adequarem sua reprodutibilidade econômica, sendo forçados ao processo de êxodo rural (CAMARANO, ABRAMOVAY, 1999).

Em síntese, o período entre 1950 e 1970 testemunhou a entrada de uma nova cultura no meio agrícola: a soja. Inicialmente atrelada a culturas alimentares ou à alimentação animal, rapidamente encontrou um espaço de mercado próprio para expandir-se utilizando de complementaridade com o cultivo do trigo. A partir do binômio soja-trigo, a cultura sojícola expandiu-se em território no Estado. A rápida expansão trouxe novas dinâmicas ao meio rural, aprofundando processos entendidos como modernos tanto para os setores de produção como de relação com a terra. É sobre as bases traçadas nesse período que as cinco décadas seguintes – 1970 a 2020 – testemunharam a contínua expansão da cultura e a solidificação enquanto motriz do modelo agroexportador brasileiro.

4.2.2 Entre 1970 e 1990: A crise internacional e as respostas regionais

Se as décadas de 1950 e 1960 contaram com a disseminação relativa do cultivo de soja ao longo do Estado do Rio Grande do Sul, é na de 1970 que sua predominância produtiva tomou forma.

Para compreensão dos motivadores dessa alteração, faz-se essencial a retomada de dois elementos estruturais internacionais. O primeiro, conforme exposto anteriormente, foi o fomento ao consumo de soja e proteína animal durante o Segundo Regime Alimentar. A economia agrícola nos Estados Unidos, durante os anos de 1940 e 1970, operou de forma a impôr hábitos de consumo vinculados ao complexo grãos-carne, gerando um mercado global ávido para ambos. Como contraparte, os EUA estimularam sua produção interna nos dois

eixos, garantindo a oferta para a demanda que fomentaram (FRIEDMANN, 2005; FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989). O segundo foi a Crise do Petróleo⁸ durante a década de 1970. Como fruto do aumento do preço dos hidrocarbonetos, o câmbio internacional e a liquidez no mercado capitalista foram afetadas, reduzindo a disponibilidade de crédito e a demanda por produtos (ESCHER, 2016). Ambos marcadores incidiram na cultura da soja em quatro eixos centrais, quais sejam:

- a) alteração na oferta internacional: na prática econômica agrícola estadunidense, a precificação da soja passava pelo diálogo com preços mínimos garantidos pelo Estado como forma de garantir estabilidade aos produtores locais no mercado internacional. Em 1973, todavia, o governo estadunidense definiu um preço mínimo abaixo do interesse dos sojicultores, os quais reduziram o cultivo total. Processo simultâneo à quebra das safras em regiões asiáticas e africanas, diminuindo a oferta de diferentes países (BERTRAND; LAURENT; LECLERQ, 1987).
- b) alteração na demanda internacional: a quebra das safras fez com que diferentes países entrassem como novos consumidores no mercado sojícola internacional, com destaque para o caso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)⁹. Elemento somado à estabilização da economia europeia – passadas duas décadas da Segunda Guerra – que dialogou com a profusão de hábitos alimentares pautados no consumo de proteína animal (WEIS, 2016). Para produção local dessas carnes, mais grãos se faziam necessários, reendossando o mercado de soja (VENNET; SCHNEIDER; DESSEIN, 2015). Fator reforçado pela emergência do processamento de óleos vegetais como substitutos de produtos convencionais – margarina substituindo manteiga, por exemplo (SINGH; SHIVAKUMAR, 2010).
- c) Revolução Verde e bases tritícolas: conforme trazido anteriormente, o fomento a modernização agrícola teve parte de suas origens atreladas ao Rio Grande do Sul, especialmente na cultura tritícola. A década de 1970 contou com o aprofundamento dessas práticas de cultivo, facilitadas sobre as estruturas previamente estabelecidas para o trigo. O uso de maquinário e químicos permitiu a exploração agrícola de terras até então tidas como improdutivas para culturas em larga escala – e utilizadas para pecuária – possibilitando a expansão da produtividade total do Estado, bem

⁸ Crise de aumento do preço do petróleo no mercado internacional em decorrência de disputas políticas em países do Oriente Médio, da emergência da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e de políticas das nações envolvidas em contraposição ao monopólio imposto pelos Estados Unidos no mercado específico. Ver mais em Nunes (2016).

⁹ Consequência da crise da expansão econômica soviética, bem como da seca em países africanos que detinham relações diretas com a URSS, forçando-os à busca de grãos no mercado capitalista ocidental (BRUM, 1988).

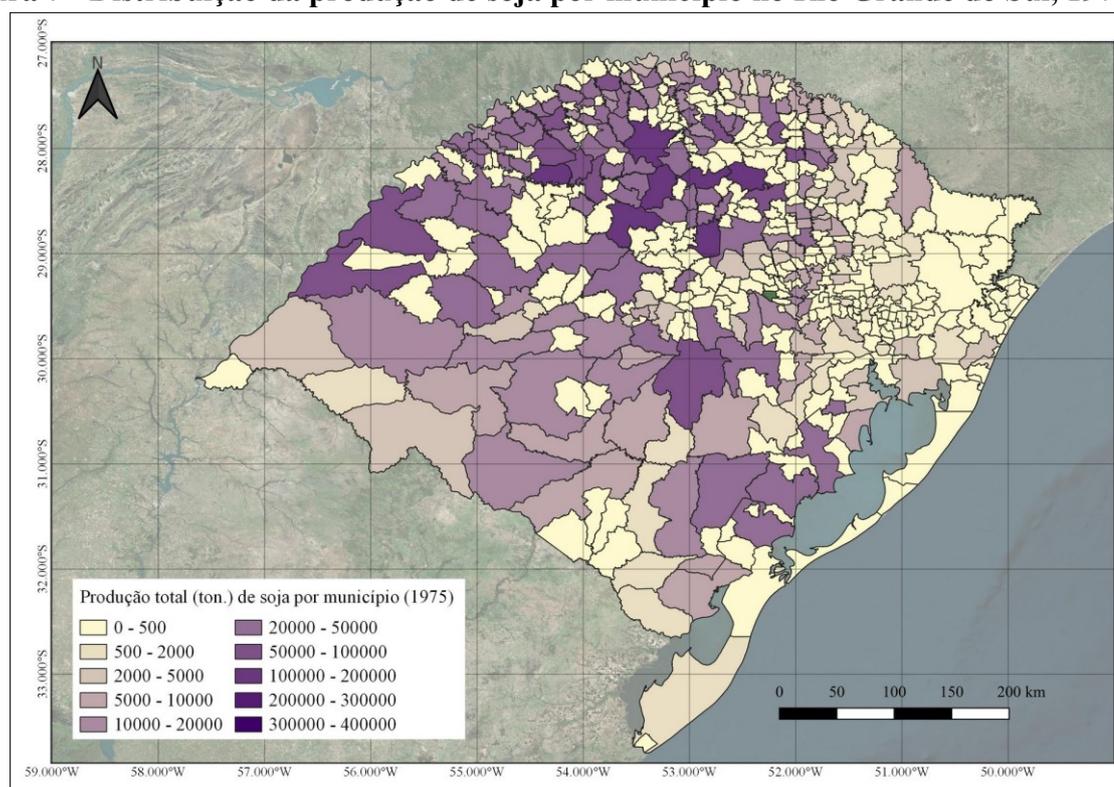
como a difusão em diferentes regiões (DELGADO, 2013; DA ROS, 2006; GONÇALVES, 1984)

- d) geração de divisas: correlato ao aumento da demanda e retração da oferta internacional, a ascensão do preço das *commodities* surgiu para diferentes países de produção agrícola como uma alternativa de exploração visando a entrada de capital nas economias nacionais. Especial exemplo dos casos de Argentina, Brasil e Paraguai (BERTRAND; LAURENT; LECLERQ, 1987).

Acrescia-se a esses elementos a política brasileira voltada para o nacional desenvolvimentismo, por meio do qual estipulava-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), estabelecendo bases sólidas para a estruturação do modal produtivo sojícola.

É sobre esses pontos endógenos e exógenos que o quadro de expansão da soja na década de 1970 se configurou. Conforme apresentado na Figura 07, em 1975 a preponderância do plantio estadual localizava-se na região Noroeste do Estado, com progressiva expansão ao Sudoeste. Exatamente regiões de anterior predomínio tritícola (GONÇALVES, 1984).

Figura 7 - Distribuição da produção de soja por município no Rio Grande do Sul, 1975



Fonte: elaboração em QGIS a partir de dados da Produção Agrícola Municipal (PMA/IBGE).

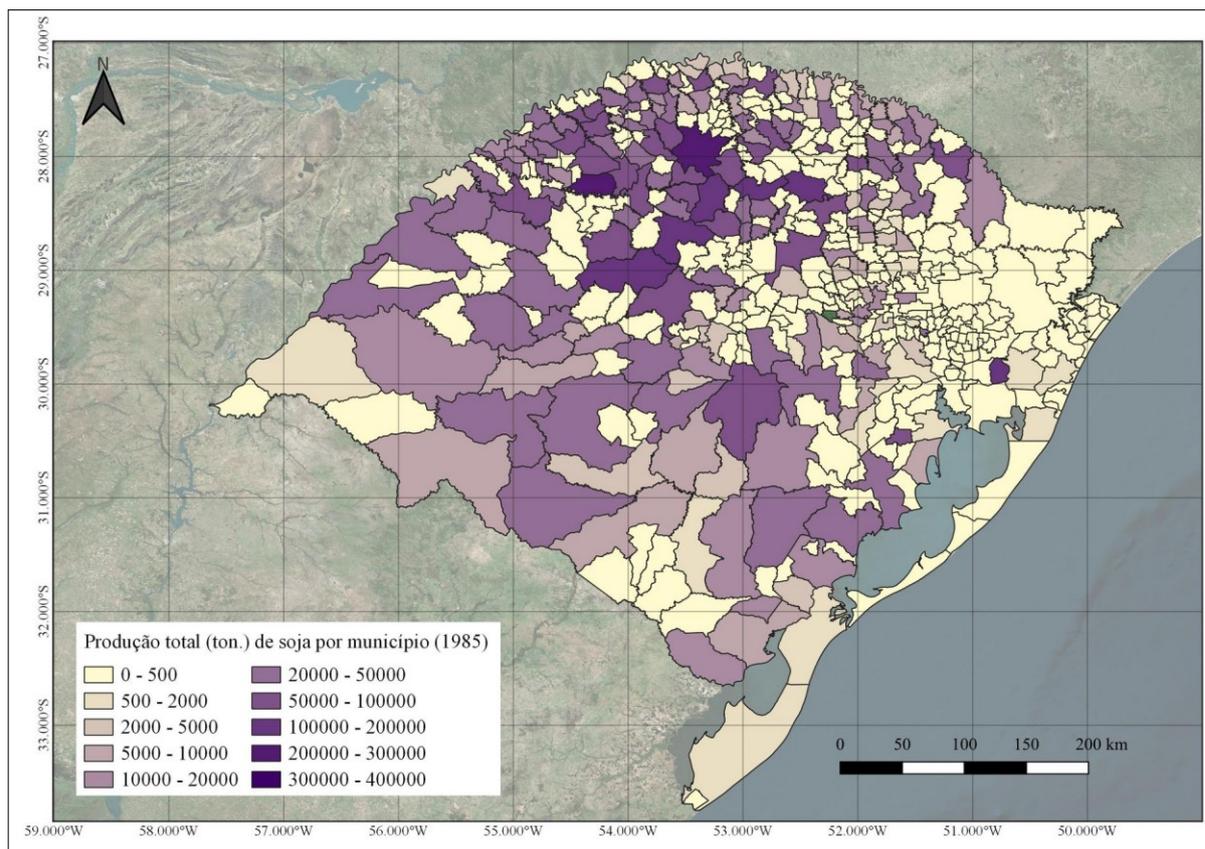
Cabe salientar que as cooperativas, difusoras iniciais do cultivo tritícola, também sofreram consequências das alterações estruturais no período. Grande parte da expansão das operações cooperativadas ao longo das décadas anteriores contara com facilitações de crédito como canal central de fomento. Entretanto, com a crise de 1970 e retração da liquidez internacional, as cooperativas encontraram-se em posição de baixa estabilidade econômica (DA ROS, 2006). Com consequência, parte optou pela fragmentação nas microrregiões do Estado, voltando-se para produções localizadas – principalmente suínos e aves. E outra parte rompeu com o regime exclusivamente cooperativado e passou a operar de forma a privilegiar operações voltadas ao mercado comercial, em detrimento da paridade de decisão entre os associados (BENETTI, 2003).

Ao longo da década de 1980, principalmente por meio dos canais operacionalizados pelo investimento das cooperativas supracitadas, a soja que era majoritariamente comercializado enquanto produto não processado começou a ser transformado em torta e óleo. O abastecimento do mercado interno de gorduras foi substancialmente substituído pelo óleo de soja no local anteriormente ocupado por gorduras animais, óleo de amendoim e óleo de coco (BERTRAND; LAURENT; LECLERQ, 1987).

É no mesmo período que empresas vinculadas à produção de proteína animal emergiram no sul do país, especialmente produzindo por meio de contratos de integração vertical (SILVEIRA; DORNELLES, 2013). Apesar de serem produções centradas em propriedades de menor tamanho, o coletivo centralizado na empresa integradora gerava uma alta e constante demanda de ração, fomentando o mercado sojícola de farelos para a respectiva indústria (ESCHER, 2016).

Do ponto de vista da expansão produtiva, todavia, a década de 1980 não apresentou expansão significativa na soja. Fator especialmente resultante da crise econômica brasileira no período, acrescida dos tensionamentos sociais em virtude do fim do regime ditatorial e da redemocratização (WESZ JUNIOR, 2014). Elemento possível de ser constatado na Figura 08, na qual nota-se a continuidade da cultura no Noroeste do Estado, com intensificação em alguns municípios, porém manutenção de um quadro estável.

Figura 8 - Distribuição da produção de soja por município no Rio Grande do Sul, 1985



Fonte: elaboração em QGIS a partir de dados da Produção Agrícola Municipal (PMA/IBGE).

Quando analisado o perfil fundiário no Rio Grande do Sul, efeitos da modernização agrária e da alteração do modelo produtivo são constatáveis, conforme apontado na Tabela 04. Como aprofundamento do iniciado com o processo tritícola, a soja forçou as unidades agrícolas em direção a práticas de mercado capitalista, principalmente por meio de estímulos creditícios (DELGADO, 2013; BRUM, 1988). Os diferentes grupos de agricultores lidaram com esse processo de três diferentes maneiras: aqueles que dispunham de propriedades pequenas ou:

- a) as venderam e exerceram o êxodo rural, ou;
- b) utilizaram o dinheiro para adquirirem participarem do processo de formação de unidades agrícolas no Centro-Oeste¹⁰ do país; por sua vez;
- c) aqueles que detinham maiores terras utilizaram do capital disponível para ampliar suas produções (VENNET; SCHNEIDER; DESSEIN, 2015).

¹⁰Para uma abordagem precisa da expansão e difusão da soja no Centro-Oeste brasileiro – especificamente Mato Grosso –, checar Wesz Jr, “O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil)”, 2014.

Tabela 3 - Distribuição fundiária, Rio Grande do Sul, 1970 – 2017

Número de estabelecimentos agropecuários									
Ano	Total	Unidades				Percentual do total			
		Menos de 10	10 à 100	100 à 1000	Mais de 1000	Menos de 10	10 à 100	100 à 1000	Mais de 1000
1970	512.303	177.519	301.069	29.827	3.235	34,65%	58,77%	5,82%	0,63%
1975	471.622	153.735	283.774	30.437	3.379	32,60%	60,17%	6,45%	0,72%
1980	475.286	161.141	278.362	31.768	3.389	33,90%	58,57%	6,68%	0,71%
1985	497.172	181.777	279.340	32.133	3.329	36,56%	56,19%	6,46%	0,67%
1995	429.958	150.679	244.905	30.727	3.072	35,05%	56,96%	7,15%	0,71%
2006	441.472	171.582	232.610	27.580	2.843	38,87%	52,69%	6,25%	0,64%
2017	365.094	132.782	199.384	28.483	3.544	36,37%	54,61%	7,80%	0,97%

Área dos estabelecimentos agropecuários									
Ano	Total	Hectares				Percentual do total			
		Menos de 10	10 à 100	100 à 1000	Mais de 1000	Menos de 10	10 à 100	100 à 1000	Mais de 1000
1970	23.807.180	853.463	7.699.620	8.371.286	6.882.812	3,58%	32,34%	35,16%	28,91%
1975	23.663.793	769.004	7.442.335	8.636.130	6.816.322	3,25%	31,45%	36,50%	28,80%
1980	24.057.611	790.084	7.300.043	9.018.707	6.948.768	3,28%	30,34%	37,49%	28,88%
1985	23.821.694	874.989	7.265.896	9.133.067	6.547.737	3,67%	30,50%	38,34%	27,49%
1995	21.800.887	743.402	6.428.393	8.815.092	5.814.000	3,41%	29,49%	40,43%	26,67%
2006	20.326.715	779.381	6.022.914	7.987.275	5.537.145	3,83%	29,63%	39,29%	27,00%
2017	21.684.558	622.812	5.504.861	8.334.475	7.222.410	2,87%	25,39%	38,44%	33,31%

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE/SIDRA), vários anos.

Entre 1970 e 1985, a variação na quantidade de unidades produtivas foi de 2,40% nas menores de 10 hectares; -7,22% entre 10 e 100 hectares; 7,73% entre 100 e 1000 hectares; e 2,91% para acima de 1000 hectares. Respectivamente, a variação na disponibilidade de terras para essas categorias foi de 2,52%; -5,63%; 9,10%; 4,87%. Constata-se, portanto, o majoritário crescimento na segunda categoria de maior tamanho, tanto em quantidade de unidades produtivas como na disponibilidade de terras. Elemento que dialoga com a proposição dos governos ditatoriais de estímulo à categoria das Empresas Rurais, conforme exposto no Capítulo 2, para as quais deveria buscar-se a eficiência produtiva entre terras disponíveis e circulação de capital – que se distinguiu da acumulação improdutiva da lógica latifundiária, ao menos com a tecnologia disponível no referido período. Cabe salientar, também, a tendência predominante de largo prazo de ampliação do percentual total sob tutela de propriedades com mais de 1000 hectares, visto a proporcionalidade que altera-se de 28,91% em 1970 para 33,31% em 2017.

Além da estrutura fundiária, o direcionamento a um modelo monocultor enquanto forma de inserção econômica agrícola do Estado trouxe consequências para o cotidiano dos atores e conformação institucional regional:

Mesmo tendo sido desprezados os inconvenientes sociais da monocultura, passados os primeiros anos favoráveis, que determinaram o verdadeiro *boom* da economia regional, cedo começaram a aparecer, também, inconvenientes econômicos: encarecimento e escassez dos produtos alimentares em geral; aumento da componente cíclica nos negócios e nas arrecadações tributárias; pressão econômica das populações marginalizadas; aumento da dependência estadual na importação de insumos, especialmente adubos; interferência do governo federal na exportação, via criação de isenções, lançando mão inclusive de tributos estaduais; estrangulamento nas vias de escoamento dos produtos e [...] flutuações negativas nos preços internacionais da soja [...] (CARRION JUNIOR, 1979, p. 417).

Citação que indica que a elaboração da produção sojícola incidiu em consequências negativas para a vida das populações locais. Ressalta-se nesse ponto o caráter social de emergência de um mercado, sendo tanto recebedor como provedor de efeitos para e ao seu entorno.

Na década de 1990, a contínua desestabilização da economia brasileira infligiu na retração do crédito disponível, rompendo com as bases dos processos da Revolução Verde (DELGADO, 2013). Como consequência, a produção sojícola no Estado estabilizou ao longo da primeira metade da década. Por mais que o fomento estatal tenha cessado, as raízes do modelo agroexportador estavam estabelecidas no funcionamento da economia nacional, bem como o acúmulo e concentração de capital em alguns grupos fundiários específicos, pontos que serão marcantes nas décadas seguintes.

Quando observados índices de utilização da área agrícola no Rio Grande do Sul entre 1970 e 1990, destaca-se a expansão das lavouras temporárias frente as demais práticas, processo que arrefece entre 1985 e 1995, conforme apresentado na Tabela 05, exatamente em virtude da crise econômica e da retração do fomento direto à modernização.

Ademais da expansão das lavouras temporárias, destaque para a retração das pastagens naturais que, tomados dados de longo prazo, apresentam uma variação de 58,68% entre 1970 e 2017 – no mesmo período, a área de pastagens naturais retraiu em 86,68%, por exemplo. Locais historicamente considerados impróprios para produção agrícola, especialmente na região Sul e Sudeste, foram alvo de mecanização e quimificação visando aumentar seu potencial produtivo, transformando-se em lavouras (DA ROS, 2006).

Tabela 4 - Área agrícola por tipo de utilização, Rio Grande do Sul, 1970 – 2017

Ano	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Pastagens naturais	Pastagens plantadas	Matas naturais	Matas plantadas	Total
1970	180.763	4.797.410	14.077.981	557.005	1.725.837	245.764	23.807.180
1975	178.896	5.750.594	13.061.024	711.864	1.602.865	345.999	23.663.793
1980	175.325	6.507.288	12.241.472	1.060.843	1.618.556	461.679	24.057.611
1985	183.784	6.408.301	11.939.994	1.023.466	1.664.612	567.848	23.821.694
1995	208.993	5.426.369	10.523.566	1.156.762	1.881.493	630.138	21.800.887
2006	294.383	6.661.994	8.268.114	976.822	2.291.177	779.602	20.326.715
2017	192.936	7.626.743	7.541.249	1.635.512	2.524.068	934.318	21.684.558

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE/SIDRA), vários anos.

Nota: Foram desconsideradas a presença de terras destinadas para aquicultura, lâminas de água ou degradadas – que passaram a ser medidas apenas a partir do Censo de 2017.

Conforme apontam Oliveira e Hecht (2016), a expansão do modelo econômico agroexportador, no qual a soja é o ponto em análise, gera configurações ambientais inexistentes no processo de evolução da natureza. A partir de uma estrutura produtiva específica, geram-se efeitos correlatos de reformulação daquilo existente de forma autóctone. No caso supracitado, pela transmutação da região pampeana em lavouras. Essa aberração, conceitualizada pelos autores como *neonature*, será preponderante nas décadas seguintes da estrutura agrária brasileira.

4.2.3 Entre 1995 e 2020: a solidificação da soja na agricultura estadual

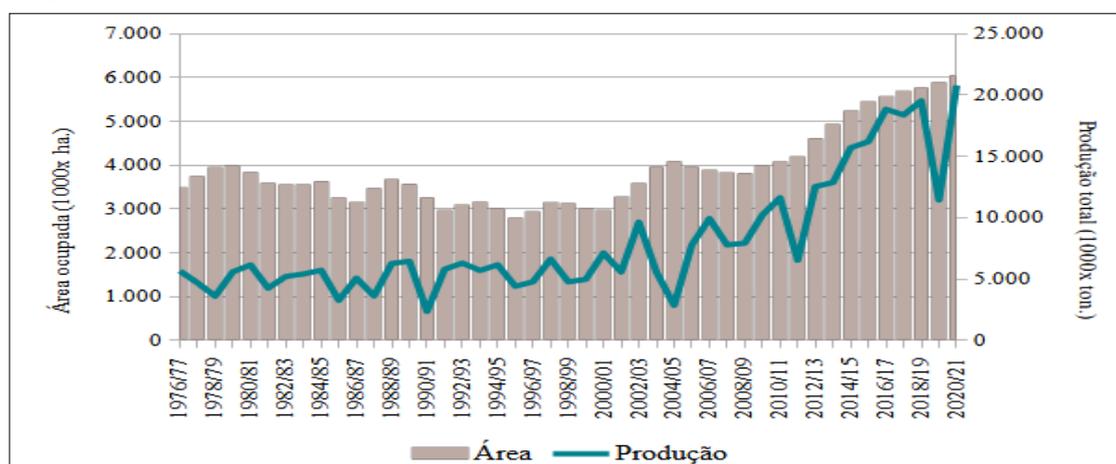
O final da década de 1990 contou com elementos internos e externos para expansão do mercado agrícola brasileiro. A alta liquidez internacional, acrescida da profusão de pautas políticas encabeçadas por organizações internacionais – especialmente no caso da OMC – fomentaram a profusão de cadeias de valor globais. Fatores que, somados à Lei Kandir e a liberalização do mercado nacional sob administração de FHC, reforçaram a conexão entre o Brasil e a economia mundo.

É o momento em que conglomerados internacionais vinculados ao setor agroalimentar expandiram-se no território brasileiro e, logo, sul-rio-grandense (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018). Dinâmica desenvolvida principalmente por projetos *greenfield*, com a instituição de plantas novas, e – principalmente – *brownfield*, pela aquisição de empresas nacionais brasileiras ao longo da década de 1990, majoritariamente em canais de processamento de grãos – arroz, trigo, soja e milho – e de setores pré-produção – fertilizantes, sementes e agrotóxicos (BENETTI, 2002, 2001, 2000). No caso dos grãos, destaque para as

*tradings ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus*¹¹, e para a progressiva mercantilização das cooperativas (BENETTI, 2004). Via negociação federal, estas alcançaram a renegociação das suas dívidas e implementação de novos canais de crédito. Em troca, todavia, comprometiam-se em profissionalizar os cargos administrativos e aumentar a capitalização. Aprofundando a emergência de cooperativas enquanto empresas com associados, porém com atuação voltada ao mercado (DA ROS, 2006). A caracterização das cooperativas é evidente em entrevista realizada com seus quadros técnicos administrativos¹². Estes informaram que a atuação central consiste em facilitar o acesso dos produtores – de diferentes escalas – aos elementos de mercado. Tanto para escoamento pós-produção como insumos base para o cultivo. Operações que não são feitas exclusivamente com os associados, apesar de serem favorecidos na estrutura comercial – desconto em lojas próprias, canais de crédito e apoio técnico.

Em relação aos índices de produtividade, a transição do milênio não apresentou alta variação, conforme exposto na Figura 09. Nota-se uma estabilização da área destinada ao cultivo da soja ao longo de toda a década de 1990 – menor que nos anos anteriores. De forma semelhante com a produção que apresenta um formato instável – variando entre safras, possivelmente em virtude das condições edafoclimáticas.

Figura 9 - Série histórica área e produção de soja, Rio Grande do Sul, 1976 – 2021



Fonte: CONAB (2022).

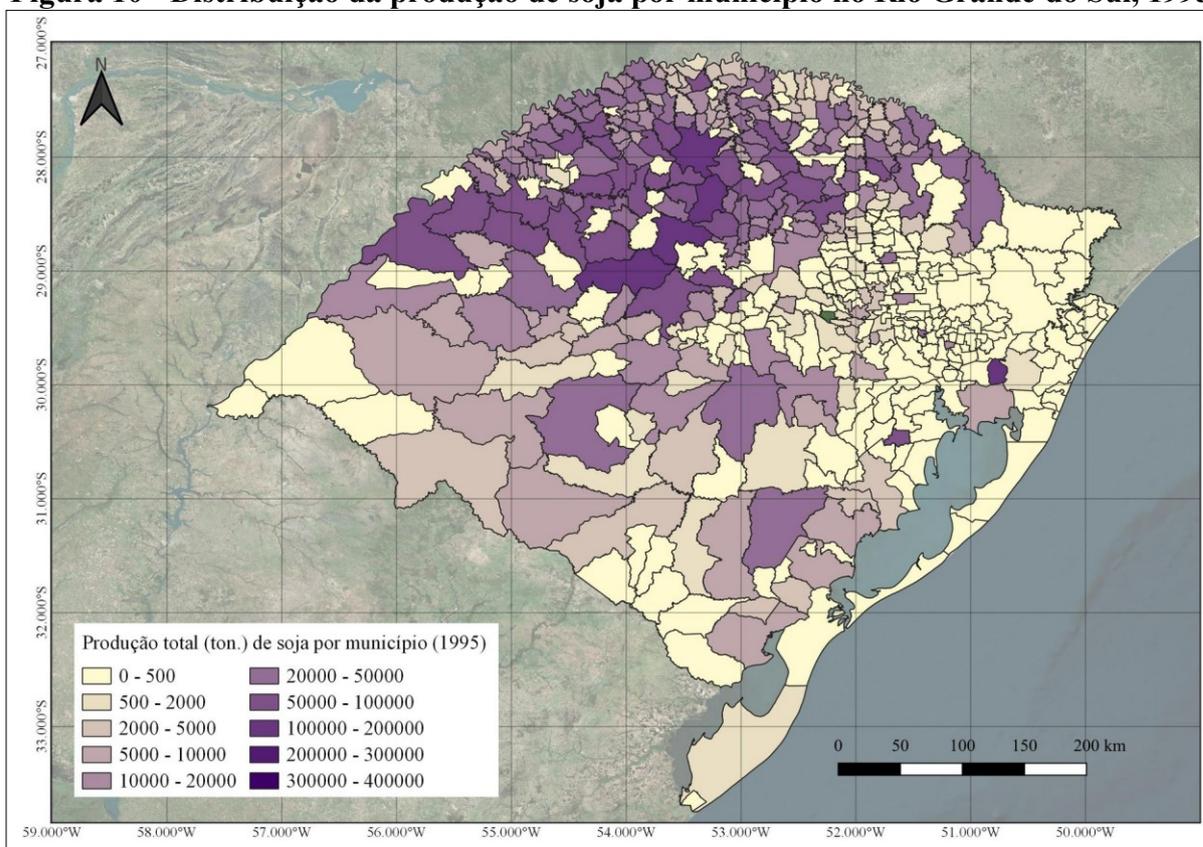
Quando analisada a dispersão das áreas de cultivo, presente na Figura 10, constata-se a continuidade da concentração no Noroeste do Estado, com destaque para relativa retração nas áreas ao Sudoeste e Sudeste. Evidencia-se nessa composição que a expansão massiva do grão

¹¹As quatro empresas compõem o “complexo ABCD”, referindo às respectivas iniciais, e detém poder massivo sobre as cadeias de grãos globais. Ver mais em Clapp, 2014. O tópico será retomado no Capítulo 5.

¹²Entrevistas 2 e 3, disponíveis no Apêndice C e D.

nos anos 1970 ocorreu como consequência da instabilidade internacional, incidindo em espaços abertos de comercialização e vantagem cambial. Na década de 1990, com a crise inflacionária brasileira e a reestruturação das cadeias internacionais, diversos locais de produção abandonaram a soja e voltaram-se para cultivos como arroz e milho.

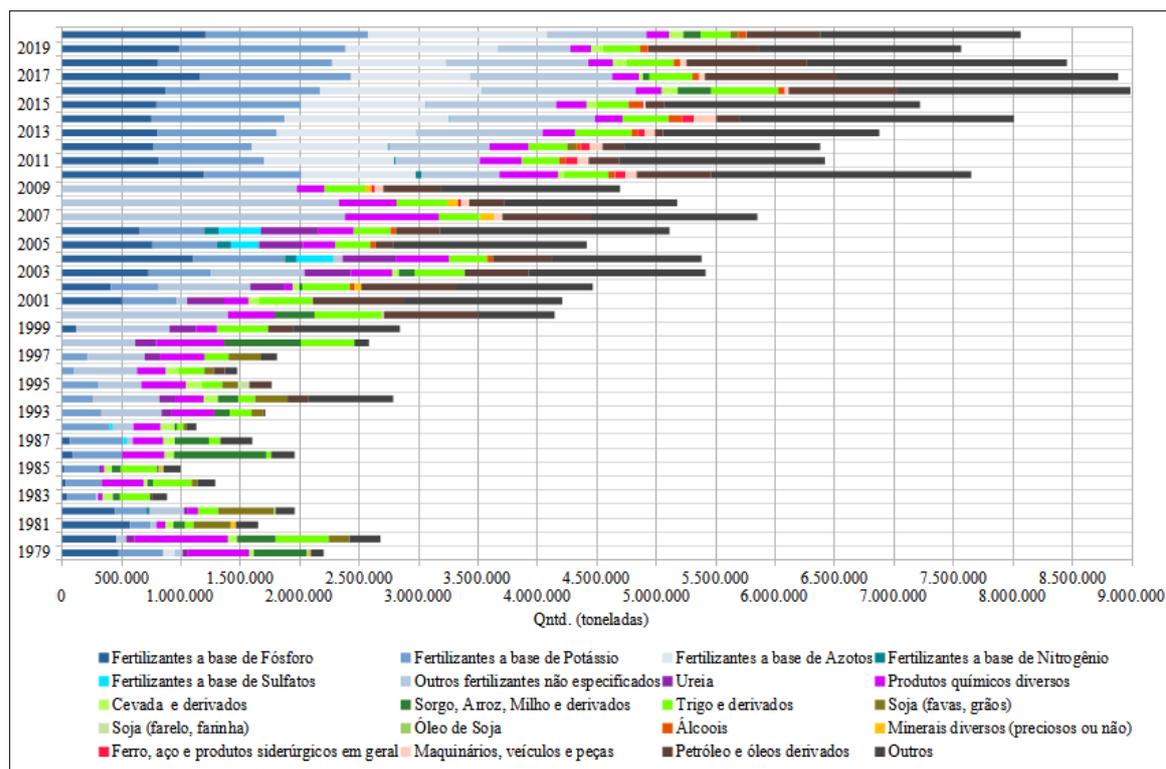
Figura 10 - Distribuição da produção de soja por município no Rio Grande do Sul, 1995



Fonte: elaboração em QGIS a partir de dados da Produção Agrícola Municipal (PMA/IBGE).

Em relação ao modo de produção, a ampliação do uso de fertilizantes é um elemento emergente ao longo da década de 1990. Fator evidenciado pelos registros de fluxo dos dois principais portos do Rio Grande do Sul – Porto de Porto Alegre e Porto de Rio Grande –, conforme apontado nas Figura 11 e Figura 12. A maior entrada de fertilizantes indica a consolidação de um modelo agrícola atrelado ao ciclo mercadológico de utilizar insumos externos para consolidar a produção, a qual, por sua vez, é voltada exclusivamente para nova comercialização, reiniciando o ciclo acumulação (PLOEG, 2018).

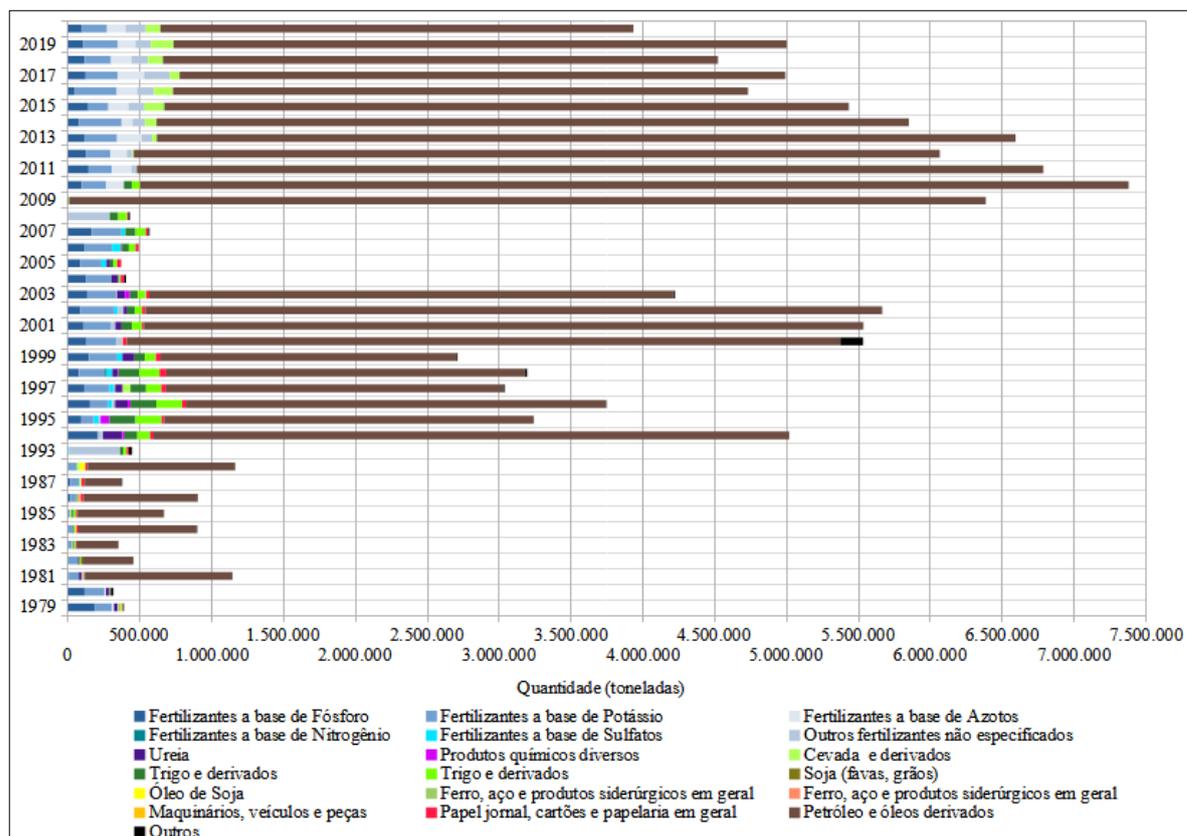
Figura 11 - Desembarques no complexo portuário de Rio Grande, 1979 – 1988 / 1993 – 2020



Fonte: elaborado a partir de dados da Associação Nacional de Transportes Aquaviários, vários anos.

Na Figura 12, evidencia-se o crescimento da vinda de fertilizantes, com destaque para os a base de fósforo e potássio, resulta de uma demanda maior do meio rural brasileiro, da abertura do mercado nacional e da privatização de empresas nacionais no setor (BENETTI, 2004). Retoma-se nesse ponto o argumento de McMichael (2016; 2009) sobre a expansão dos conglomerados internacionais na ascensão do Terceiro Regime Alimentar. Como forma de expressão central deste período, profundiu-se o discurso neoliberal de rompimento das proteções a indústrias locais em benefício de empresas internacionais, elementos evidentes no caso apontado. A longo prazo, a consequência desse processo foi a concentração, em 2014, de 86% do mercado brasileiro de fertilizantes a base de nitrogênio, fósforo e potássio sob seis empresas (*Bunge, Fertipar, Mosaic, Yara, Heringer*), e no ramo de agrotóxicos e sementes, oito empresas com 75% do mercado (*Syngenta, Bayer, Basf, Monsanto, Dupont, Dow, Makhteshim e FMC*) (WESZ JUNIOR, 2014).

Figura 12 - Desembarques no complexo de Porto Alegre, 1979 – 1988 / 1993 – 2020



Fonte: elaborado a partir de dados da Associação Nacional de Transportes Aquaviários, vários anos.

O início do presente milênio foi marcado pela continuidade da liberalização do mercado brasileiro e pela ascensão internacional de consumidores de grãos, com especial destaque para o caso chinês. Como consequência, o quadro sojícola sulriograndense cresceu vertiginosamente em área e produção na esfera estadual e federal. Crescimento que emergiu em relação dialética com diferentes elementos institucionais, dos quais quatro endógenos¹³ tomaram primazia ao longo das décadas seguintes: a predominância de grãos não processados; o fomento da infraestrutura estadual para exportação; a concepção de grãos transgênicos; e a construção de uma identidade agrícola voltada a produção de *commodities* e ao agronegócio.

4.2.3.1 Os grãos não processados

Com a promulgação da Lei Kandir, em 1995, predominaram as exportações de grãos não processados frente as demais possibilidades – farelo e óleo (WESZ JR, 2014). Somou-se a esse fator o projeto nacional chinês, ascendente demandante, endossar a importação de soja

¹³Os elementos exógenos serão analisados no Capítulo 5.

em grãos com o objetivo de processar internamente a matéria-prima e, com isso, garantir a agregação de valor dentro e empregabilidade no seu território (HAIRONG; YIYUAN; BUN, 2016; JABBOUR, 2010). Como consequência dos dois pontos levantados, e da progressiva liberalização do mercado brasileiro, ocorreu a reconfiguração das unidades de processamento¹⁴ e refino de soja no Rio Grande do Sul.

No setor de processamento, indicado na Tabela 06, cresceram as fábricas ativas, bem como a tonelagem total diária capaz de ser processada no Estado. Entretanto, entre os anos de 2002 e 2003 retraiu a participação do Rio Grande do Sul no total processado no Brasil, índices mantidos ao longo dos anos de registro. O fechamento de unidades de processamento após o ano de 2004 relaciona-se com a expansão do setor sojícola na Argentina, especialmente pela implementação de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), incidindo em competição para o grão sul-rio-grandense especialmente quando processado (LEMOS; GUIMARÃES; MAIA, 2017). Por sua vez, o crescimento de fábricas ativas após 2009 tem sua principal relação na reconfiguração das cadeias globais após a crise de 2008, com crescimento dos BRICS e, especialmente, da China (ESCHER, 2020; CARVALHO, VIEIRA; 2013).

Tabela 5 - Unidades de processamento de grãos, Rio Grande do Sul, 2002 – 2020

Ano	Fábricas Ativas	Fábricas Inativas	Capacidade total	
			ton/dia	% de RS/BR
2002	18.350	1.800	20.150	18,23%
2004	17.020	2.680	19.700	14,95%
2006	17.270	6.330	23.600	16,45%
2008	17.570	8.230	25.800	16,60%
2010	24.750	5.650	30.400	17,19%
2012	27.540	3.020	30.560	17,62%
2014	---	---	29.190	15,84%
2016	26.270	3.920	30.190	15,86%
2018	27.989	2.420	30.409	15,79%
2020	27.209	3.380	30.589	15,74%
Variação	48,28%	87,78%	51,81%	-13,64%

Fonte: dados adaptados a partir de Associação Brasileira de Óleos Vegetais (ABIOVE).

Em relação às unidades de refino e envase, indicadas na Tabela 07, a composição é de uma retração geral nos diferentes setores, e na participação relativa do Rio Grande do Sul na composição federal. Elementos que dialogam diretamente com o fomento da exportação de grãos não processados e que, conseqüentemente, levam a uma menor agregação de valor na cadeia (LEMOS; GUIMARÃES; MAIA, 2017).

¹⁴Por processamento entende-se a secagem e separação dos grãos, o que pode incidir em processos posteriores ou no seu armazenamento. Ver mais em Freitas *et al.*, “Efeito do processamento da soja integral sobre a energia metabolizável e a digestibilidade dos aminoácidos para aves”, 2014.

Tabela 6 - Unidades de refino e envase de grãos, Rio Grande do Sul, 2002 – 2020

	Refino		Envase		Capacidade total			
	Fábricas Ativas	Fábricas Inativas	Fábricas Ativas	Fábricas Inativas	Refino (ton/dia)	% de RS/BR	Envase (ton/dia)	% de RS/BR
2002	---	---	---	---	1.890	12,00%	2.370	18,00%
2003	1.600	120	1.690	110	1.720	11,00%	1.800	13,00%
2004	1.600	50	1.690	50	1.650	9,00%	1.740	13,00%
2005	1.300	350	1.390	350	1.650	9,00%	1.740	13,00%
2006	1.300	650	1.390	790	1.950	10,00%	2.180	14,00%
2007	1.250	750	1.190	990	2.000	9,00%	2.180	14,00%
2008	1.250	750	1.103	990	2.000	9,00%	2.093	13,00%
2009	1.000	1.000	940	1.153	2.000	9,00%	2.093	13,00%
2010	1.200	850	1.070	1.003	2.050	9,00%	2.073	13,00%
2011	1.600	700	1.070	853	2.300	10,00%	1.923	12,00%
2012	1.720	700	1.120	853	2.420	10,00%	1.973	11,00%
2013	1.720	700	1.120	853	2.420	10,00%	1.973	11,00%
2014	---	---	---	---	1.820	---	1.320	---
2015	---	---	---	---	1.820	8,00%	1.320	8,00%
2016	900	640	680	640	1.540	8,00%	1.320	8,00%
2017	1.020	0	680	0	1.020	---	680	---
2018	320	700	180	700	1.020	5,00%	880	6,00%
2019	---	---	---	---	1.020	---	930	---
2020	320	700	230	700	1.020	4,00%	930	6,00%
Variação	-80,00%	483,00%	-89,00%	536,00%	-41,00%	-57,00%	-51,00%	-53,00%

Fonte: dados adaptados a partir de Associação Brasileira de Óleos Vegetais (ABIOVE).

Ambos os quadros retratam como a definição de instituições formais (especificamente a promulgação da Lei Kandir) incidem sobre a conformação de práticas econômicas, restringindo certas partes em benefício de outras (HODGSON, 2006). Soma-se, nesse processo, a reflexividade entre o modelo de desenvolvimento adotado no território chinês – importar matérias-primas para processamento interno – e a relação agrícola desenvolvida no território brasileiro, estabelecendo uma correlação entre esfera internacional e regional.

A reverberação regional desses processos é corrente nas afirmações proferidas por representantes políticos estaduais durante as legislaturas do século XXI¹⁵. Em sessão de novembro de 2004, o deputado Frei Sérgio, do Partido dos Trabalhadores (PT), pronunciou-se sobre as consequências do modelo econômico para o crescimento econômico do Estado:

[...] Houve uma opção, em passado relativamente recente, por um modelo de desenvolvimento agroexportador, por um modelo de agricultura totalmente dependente de empresas multinacionais. Para esse modelo de agricultura funcionar foi necessário criar-se uma lei, a chamada Lei Kandir, que isentou de ICMS todos os produtos agrícolas in natura ou semi-elaborados destinados à exportação. A Lei Kandir, aprovada no Congresso quando o atual Governador do Estado¹⁶ era líder do Governo Fernando Henrique, levou a uma renúncia, por baixo, de 620 milhões de reais em ICMS, apenas em relação ao fumo e à soja. Esse dinheiro se transforma em

¹⁵A composição completa dos representantes políticos em cada legislatura pode ser acessada em: al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/Legislaturas/tabid/3543/Default.aspx (acesso em 21/10/2022)

¹⁶No período da fala, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul era Germano Rigotto, do PMDB.

lucro para um pequeno grupo de grandes empresas e faz falta ao funcionalismo público, aos Municípios, à saúde e à educação. O Governador passou o chapéu na praça e arrecadou 100 milhões de reais de outros Poderes. Ora, só a renúncia fiscal decorrente da soja e do fumo representa seis vezes os 100 milhões de reais retirados do Judiciário, do Legislativo, do Ministério Público e do Tribunal de Contas. A folha de pagamento do Estado, hoje, é de 480 milhões de reais. Como argumento dizem que não seria possível produzir soja e fumo sem a renúncia decorrente da Lei Kandir. Mas como é possível que se produzam trigo, leite e hortigranjeiros pagando-se ICMS? Por que um setor é tão beneficiado? Esse setor coloca-se como a salvação do Estado, mas não traz retorno para o povo. [...] (96ª Sessão Extraordinária em 29/11/2004, 51ª Legislatura)

Passada década e meia da fala apresentada acima, em sessão de 2018 o deputado Pedro Ruas, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), coadunou as críticas.

O Estado tem quatro bilhões de reais ao ano de prejuízos em razão da Lei Kandir. Dizem: Ah, os outros governos não resolveram. É verdade. E daí? Não tem que se resolver agora? Há uma luta jurídica pelo ressarcimento das perdas da Lei Kandir correta, mas não há luta política pela revogação dessa lei nefasta ao Estado, destruidora no País inteiro, uma lei que foi criada no governo tucano para manter a paridade entre o dólar e o real. Ela acabou com a indústria do esmagamento de grãos, por exemplo. Não tem mais farelo, não tem mais a indústria do óleo; só tem a exportação do produto in natura. (Sessão Extraordinária em 31/01/2018, 54ª Legislatura)

Os comentários trazidos nas citações indicam a manutenção do modelo adotado e das críticas por parte do quadro político sul-rio-grandense. Por outro lado, posições favoráveis à exportação de soja pelo Estado também são constatáveis nas atas. Conforme se visualiza na fala do deputado Gilmar Sossella, do Partido Democrático Trabalhista (PDT):

Mais de 90 delegações internacionais passarão pela Expodireto. Antes o Brasil visitava exposições de fora para buscar outras tecnologias, e agora o mundo está vindo ao Brasil para ver o que a agricultura familiar está fazendo, o que garante o sucesso da Expodireto. Quem imaginava isto? Quando essa exposição iniciou, produzíamos 60 milhões de toneladas de grãos. Pois vamos a mais de 160 milhões de toneladas, e a expectativa é de que a produção dobre novamente nos próximos 10 anos. Isso demonstra, efetivamente, a força desse setor da agricultura gaúcha e brasileira. (12ª Sessão Ordinária em 06/03/2012, 53ª Legislatura)

Fala na qual o congressista atrela um suposto sucesso do setor agrícola da região à ampliação da exportação de grãos. Caso que, em contraposição as falas anteriores, destaca que diferentes grupos do espectro político sul-rio-grandense assumiam posições divergentes em relação ao modelo econômico adotado. Evidenciando que a emergência e manutenção de instituições ocorre atrelada a disputas de poderes locais (DIMAGGIO; POWELL, 1999). No caso específico, exemplificado pela formalidade da Lei Kandir e por diferentes interesses em torno de maior ou menos taxaço sobre os grãos.

Em relação a instituições informais, como a construção de conceitos e a perspectiva de futuro, a observação de falas de congressistas voltadas ao debate sobre “agregar valor” à soja trazem elementos interessantes. Em sessão de dezembro de 2016, o deputado Sérgio Turra, do Partido Progressista (PP), aponta que:

O Brasil movimenta mais de 8 bilhões de dólares por ano com exportação de carne de frango para mais de 160 países, com alto grau de processamento e, portanto, valor agregado. Pode-se dizer, sem exagero, que esse setor é vanguarda no agronegócio brasileiro e serve de modelo até para outras cadeias produtivas. Se em vez de carne exportássemos apenas a soja e o milho que alimentam as aves, a receita seria quatro ou cinco vezes menor. A avicultura é um dos setores mais desenvolvidos do agronegócio gaúcho. (Sessão Ordinária em 22/12/2016, 54ª Legislatura)

A citação vincula um setor de reduzido valor de processamento atrelado – em comparação a outras possibilidades de uso do grão – como vanguarda econômica (FREITAS, 2014). Conforme aponta Beckert (2017; 2010b), as construções econômicas geram relação dialética com o ambiente de sua existência. Portanto, a consideração do congressista sobre setores de maior valor agregado remete a construção histórica na qual o baixo valor agregado ao setor produtivo seria aprimorado por um outro setor de valor relativo maior, porém de ainda reduzida agregação. Evidencia-se, nessa direção, a perspectiva de crescimento econômico condicionada pelo ideário agroexportador.

A reprimarização do setor sojícola também foi indicada nas entrevistas com as cooperativas. A obrigatoriedade de participação da soja na composição do biodiesel brasileiro, especialmente pós 2008 (PEREIRA *et al.*, 2017), foi citada enquanto fator promotor de processamento interno, mas que perdeu força e importância frente a manutenção da exportação em escala do grão não processado¹⁷.

A alteração no quadro de processamento e refino, bem como as falas dos congressistas sul-rio-grandenses sobre a temática da reprimarização produtiva dialogam com três aspectos trazidos por Beckert (1996) ao refletir sobre as camadas sociológicas das práticas econômicas.

O primeiro é o cerceamento das construções normativas sobre as possibilidades de prática dos indivíduos. Elemento aqui relacionado à promulgação da Lei Kandir em como o endosso estrutural normativo à exportação primária tornou outras práticas econômicas no setor sojícola ineficientes em acumular capital – visto que o lucro marginal se torna acessível mesmo que por meio da baixa agregação de valor, ainda que pautado em escala de produção.

O segundo elemento é a predisposição estrutural das definições sociais que incide na arquitetura institucional frente a qual os atores se deparam ao tomarem suas decisões,

¹⁷Entrevistas transcritas, respectivamente, no Apêndice B e C.

construindo sobre essas suas expectativas de operacionalização. Na contextualização sojícola, o setor opera considerando a inexistência de taxaço sobre a exportação primária. E, tendo em vista a longa permanência da prática, as projeções de investimento e perspectivas pautam-se sob tal modo de operação. Portanto, qualquer elaboração institucional que rompa com essa composição tende à ineficiência por infringir diretamente o arquétipo de expectativas dos atores envolvidos e, logo, gerando resistência.

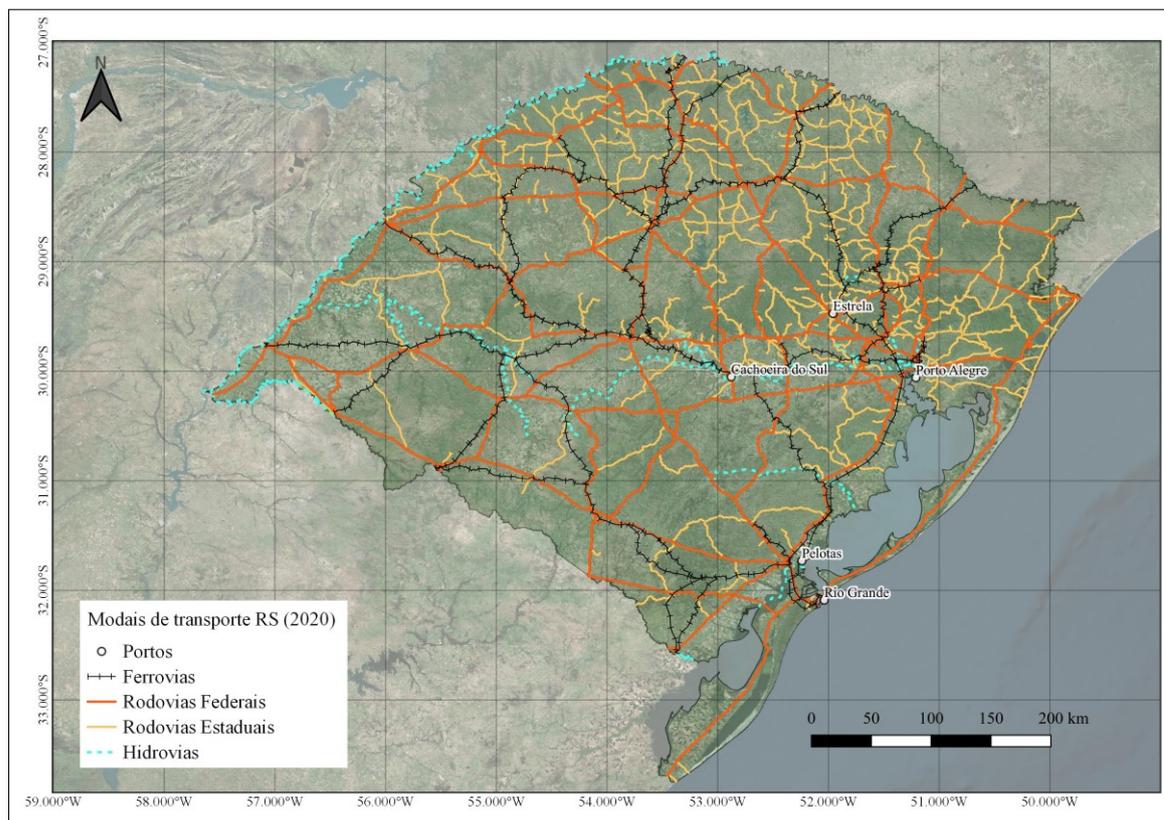
Por fim, e em relação ao anterior, o terceiro aspecto incide nas disposições de poder no conjunto social, afetando quais ações serão tomadas e de que forma. O entrelaçamento entre a elite agrária e a exportação de produtos primários compõe uma situação na qual inviabiliza-se a alteração do quadro institucional, visto a primazia dos grupos de maior poder em afetarem possíveis mudanças. Portanto, ao encontrarem vantagem na exportação de grãos não processados, grupos de maior poder tendem a reendossar o modelo adotado visando perpetuar sua forma de acumulação.

4.2.3.2 Rodovias e portos

A massificação da produção e exportação de grãos de soja criou uma bifurcação em relação à infraestrutura estadual (TRENNEPOHL; PAIVA, 2011; GARCIA, 2010). Por um lado, a maior circulação de mercadorias no Estado fomentou o processo econômico de diferentes regiões. Por outro, implicou a necessidade constante de manutenção e aprimoramento dos canais logísticos disponíveis, apresentados na Figura 13.

Ao longo da segunda metade do século XX, a estrutura brasileira pautou-se, progressivamente, na priorização do modal rodoviário de transporte de cargas e pessoas. Em 2016, por exemplo, o Rio Grande do Sul apresentou 85,3% das cargas movimentadas por rodovias, 8,8% por ferrovias, 3,7% por hidrovias e o restante por outros modais (GONÇALVES; BRAATZ; MORAES, 2017). Como consequência, é o aprimoramento de rodovias estaduais o principal direcionamento de investimento público no Estado (PORSSE, 2009).

Figura 13 - Modais de transporte no Rio Grande do Sul, 2020



Fonte: Elaboração a partir de informações do Ministério da Infraestrutura e da plataforma Geolive.

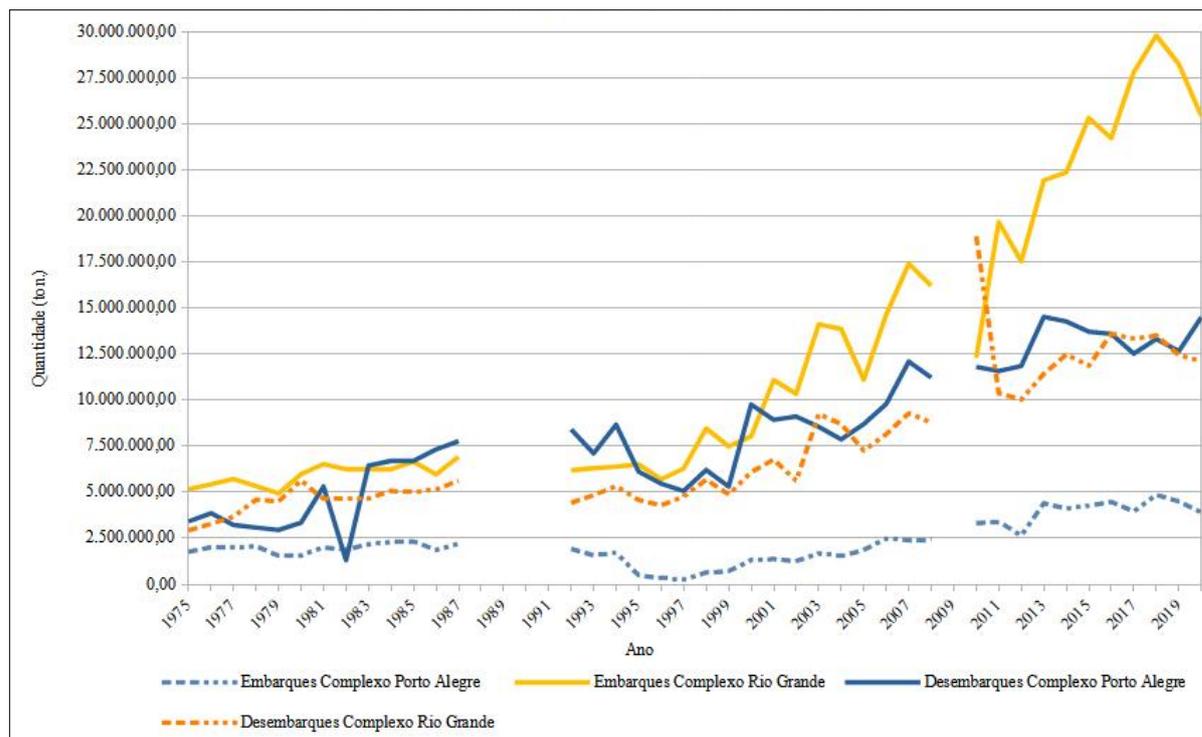
Conforme apresentado pelos entrevistados, e endossado pelos dados da ANTAQ, a massiva parte das exportações sul-rio-grandenses tem escoamento pelo Porto de Rio Grande. Parte mínima para o Porto de Porto Alegre, e casos esporádicos para outros portos no Brasil. O crescimento da importância do Porto de Rio Grande no Estado é perceptível pela comparação da quantidade de fluxos, apresentado na Figura 14.

Traçando um quadro no qual a região do porto ao sul do estado torna-se predominantes nas exportações da região, e ocasionalmente também nas importações – apesar de intercalado com as entradas na Região Metropolitana.

Ainda em diálogo com informações da ANTAQ, o principal crescimento de embarques refere-se exatamente a grãos não processados de soja¹⁸. Logo, os efeitos da Lei Kandir afetam a relação do Estado com a infraestrutura, conforme apontou o deputado Edsom Brum, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), na 94ª Sessão Ordinária, em 25/10/2007, ao apontar para os custos públicos do crescente transporte de grãos por modos de comercialização que não contribuíam para a arrecadação de capital para reinvestimento na infraestrutura.

¹⁸Informação ilustrada na Figura 32, no Capítulo 5.

Figura 14 - Tonelagem total de mercadorias circuladas nos portos do RS, 1975 – 2020



Fonte: elaborado a partir de dados da Associação Nacional de Transportes Aquaviários, vários anos. O período entre 1988 e 1992, bem como entre 2008 e 2010 não dispõe de dados na plataforma.

As pautas de infraestrutura para aperfeiçoamento do fluxo de grãos são registros constantes nas atas das Legislaturas estaduais, evidenciando a relação entre ação estatal e viabilidade do mercado sojícola. Conforme fala do deputado Sandro Boka (PMDB), ao comentar sobre obras públicas de aprimoramento do Porto de Rio Grande:

O primeiro projeto diz respeito ao prolongamento do cais público em 1.100 metros, para o qual foi previsto o montante de 75 milhões de reais; o segundo, à sinalização náutica do canal de acesso do Porto do Rio Grande, que irá possibilitar a entrada, a saída e consequentemente a movimentação de contêineres e de grãos durante 24 horas por dia, tornando-o mais competitivo e deixando o frete mais barato para os empresários, o que, por consequência, irá gerar mais empregos e renda; o terceiro, ao aprofundamento do calado de 31 para 40 pés no Porto Novo; e o quarto, à dragagem da bacia de evolução. (96ª Sessão Ordinária em 31/10/2007, 51ª Legislatura)

A citação acima retoma que obras públicas de alto valor de investimento são essenciais para manutenção do mercado. Oito anos depois, fator também evidente na fala do deputado Adolfo Britto (PP):

Início falando em rodovias, que representam a necessidade mais premente do nosso Estado, e refiro-me, basicamente, à região central. A região central é a área da produção de soja, de trigo, de milho e de tabaco – que, na pauta das exportações, é extremamente importante para o Rio Grande do Sul. A região central continua lutando pela RS-481, pela RS-400, pela RS-410, pela RS-403 e pela RS-287, que, embora seja uma rodovia pedagiada, tem muitos problemas em sua manutenção. Vejam, por exemplo, onde estamos em termos de obras de infraestrutura no Estado

do Rio Grande do Sul. Sabemos que temos o apoio do governo do Estado, visto que viabilizam outro importante ponto: a implantação e atividade dos portos de Cachoeira do Sul – com armazém com capacidade para 9 mil toneladas e também o entroncamento rodo-ferro-hidroviário unindo toda a região central – e de Rio Pardo, sendo locais estratégicos para o transporte da produção, diminuindo o tráfego na precária malha rodoviária do Estado e formando o que podemos chamar de um corredor de exportação. Os produtos de toda a região – soja, milho e trigo –, vindos de Cruz Alta e daqueles Municípios, poderiam ser deslocados por esses dois portos. (77ª Sessão Ordinária em 22/09/2015, 53ª Legislatura)

A fala demarca como a elaboração de vias de escoamento para o setor exige o beneficiamento de regiões específicas alinhadas para tal segmento. Sugerindo a conformação da malha de transportes estadual à circulação de grãos.

Salienta-se que pautas relacionadas à diversificação dos modais de utilização para transporte de mercadorias foram também frequentes nas falas parlamentares levantadas, especialmente considerando a necessidade de expansão do uso ferroviário. Em direção correlata, uma das cooperativas entrevistadas indicou o esforço do setor comercial em ampliar suas formas de transporte até o Porto de Rio Grande. Elemento sobre o qual comemoravam terem alcançado, no ano de 2021, aproximadamente 30% do escoamento por modal ferroviário – condição favorecida pela localidade de atuação dessa.

O fato do setor sojícola depender de investimentos públicos para manter a funcionalidade da sua circulação evidencia a correlação entre produção econômica e ambiente social de imersão. Conforme aponta Moore (2010), a massificação da produção de *commodities* ao longo do século XXI baseou-se na possibilidade de externalizar fenômenos inteiramente atrelados ao ciclo produtivo e circulatório – incidindo em consequências sociais e, principalmente, ambientais. É inserido no referido contexto que a soja encontra reverberação para ocorrerem investimentos públicos em canais de escoamento para sua comercialização, bem como a consideração social de diluir socialmente o custo das suas externalidades – a deterioração de rodovias, por exemplo. Nesse sentido, a produção agrícola voltada à economia de mercado depende, para manutenção do lucro capitalista, da desconsideração dos elementos correlatos ao próprio processo produtivo do sistema alimentar conjunto (SCHUTTER, 2019; 2010; WEIS, 2013; ERIKSEN *et al*, 2010). Retoma-se, assim, a impossibilidade de pensar sobre setores produtivos enquanto elementos desvinculados do seu contexto e inertes às disputas de poderes ao seu entorno (HODGSON, 1994).

Logo, e agregando os elementos dos dois tópicos até aqui, o setor sojícola depende de abonos fiscais que possibilitam ao comércio específico não contribuir para manutenção econômica da coletividade, ao mesmo tempo que infere em custos sociais, como no aprimoramento da infraestrutura de escoamento mercadológico.

4.2.3.3 Grãos da discórdia¹⁹

Em 1998 ocorreu a primeira solicitação de plantio de soja geneticamente modificada no território brasileiro – pedido pela empresa Monsanto para a cultivar *Roundup Ready* (RR). Apesar de inicialmente aprovado, ao longo dos anos seguintes diferentes posições em esfera federal, estadual e, por vezes, municipal, intercalaram permissões e proibições sobre o uso de transgênicos²⁰ (MENASCHE, 2003).

No Rio Grande do Sul, o debate encontrou especial reverberação pela força política e econômica do setor de grãos, que tensionou as dinâmicas institucionais da região. Fator agravado pela permeabilidade com a fronteira argentina, ao sul, que possibilitava a entrada ilegal de sementes transgênicas, legais no país vizinho (CRAVIOTTI, 2018; MENASCHE, 2003).

Ao longo dos anos seguintes, a situação dos transgênicos foi regularizada, especialmente por meio do Decreto nº 4.680/2003²¹, que definiu diretrizes de informação sobre a presença de organismos geneticamente modificados para a população em geral; e pela Lei nº 11.105/2005²², que delimitou os canais de registro, controle e fiscalização sobre os referidos elementos.

Considerando que a aprovação do plantio de soja transgênica passou por uma construção legislativa e, logo, uma instituição formal, o posicionamento dos parlamentares no período são ilustrativos do processo de construção institucional. Por exemplo, a fala do deputado Marcio Biolchi (PMDB) ao evidenciar as distintas camadas legais operando sobre a tramitação da tecnologia:

O plantio de transgênicos sem autorização da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CNTBio –, ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, ainda é considerado crime pela Lei de Biossegurança Nacional, de 1995. No caso da soja, a Comissão autorizou o plantio sem estudos de impacto ambiental, o que motivou uma ação judicial que tramita nos tribunais superiores. Aliás, esse impasse já se arrasta há mais de um ano nas instâncias superiores. Uma das julgadoras deu um voto de mais de 850 laudas. Entretanto, os outros dois julgadores simplesmente não publicaram as

¹⁹Título em alusão a tese de doutoramento de Renata Menasche, “Os grãos da discórdia e o risco à mesa”, apresentada ao Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2003.

²⁰Segundo Menasche (2003): “Podemos entender a transgenia como uma técnica que possibilita a introdução, em um organismo, de um único gene, ou em um pequeno número de genes, originários de uma outra variedade, de uma outra espécie, de um outro gênero, ou mesmo de um outro reino. Dessa forma, essa técnica é definida como a integração de um fragmento de DNA (Ácido Desoxiribo Nuceico) estrangeiro, proveniente de um animal, de um vegetal, ou de um micro-organismo, em um organismo hospedeiro.” (p. 41). Na mesma obra, entre as páginas 65 e 77 é possível acompanhar a cronologia dos fatos envolvendo os transgênicos entre 1998 e 2003.

²¹Disponível na íntegra em planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4680.htm (acesso em 26/10/2022).

²²Disponível na íntegra em planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm (acesso em 26/10/2022).

suas decisões, prejudicando importantes setores da economia – principalmente o agrícola – do nosso Estado e de outras Unidades da Federação e dificultando o funcionamento do País como um todo. Em função da grande quantidade de soja geneticamente modificada encontrada na safra deste ano, o que deixou todos os grãos sob suspeita de contaminação, o Governo concebeu a Medida Provisória nº 113. De acordo com ela, ficou autorizada a comercialização de organismos geneticamente modificados, mas ficaram proibidas a armazenagem e a produção de grãos até o dia 31 de janeiro de 2004. (41ª Sessão Ordinária da 51ª Legislatura, em 10/06/2003)

Na fala do congressista, fica evidente a atuação de diferentes organismos estatais em torno da definição sobre o tema da transgenia. Ministérios, comissões avaliativas e órgãos de administração traçando possibilidades institucionais para as práticas dos atores. Argumento que retoma a perspectiva de Hodgson (2006) sobre instituições operando enquanto margens das possibilidades de atuação dos indivíduos. Tensionamento também evidente na fala do deputado Frei Sérgio (PT):

[...] Não consigo aceitar que entidades empresariais e representativas deste Estado concordem, assinem e determinem que os agricultores paguem royalties a uma das multinacionais co-responsáveis pela desgraça que estamos vivendo, por induzir o Rio Grande a plantar quase 5 milhões de hectares de soja. A Farsul e a Fecoagro concordaram em pagar royalties à Monsanto pela soja transgênica pirateada no Estado. Quero dizer, de público, que a Farsul e a Fecoagro não têm moral para pedir apoio, auxílio e socorro a nenhum governo se concordaram em pagar royalties. Pelas minhas contas, cerca de 30 milhões de reais serão pagos em royalties à Monsanto neste ano devido a esse acordo espúrio das duas entidades com essa multinacional. Ora, são 30 milhões de reais. O governo do Estado não vai conseguir colocar essa quantia de dinheiro na mão dos agricultores e, ao mesmo tempo, vai estar evadindo recursos para os cofres da multinacional nos Estados Unidos. Saiam da mesa de negociação! Não exijam mais nada, pois não têm moral para isso, se concordarem com o pagamento de royalties pela soja contrabandeada e pirateada aqui no Estado. Esse fato ajudou os agricultores a entrar numa monocultura, trazendo um grave prejuízo tanto a eles como ao Estado do Rio Grande do Sul. A Monsanto é a única que não perde, com o aval dessas duas entidades que vão chorar na televisão, reclamar, pedir apoio e socorro nesta hora. (19ª Sessão Ordinária em 31/03/2005, 51ª Legislatura)

Interessante notar que a fala anterior indicava a forte participação de organismos ligados ao estado, já na presente é destacada a atuação de outros ligados diretamente ao setor produtivo enquanto representantes de classe. Soma-se a isso a explicitação da participação dos conglomerados agroalimentares na cadeia produtiva, salientando uma característica do Terceiro Regime Alimentar. Ao referir-se a empresas como a Monsanto, o parlamentar sublinha que a conformação institucional no momento dos debates contava, para além de atores locais – sejam estatais, organizações ou atores individuais – com a presença constante de uma organização privada internacional.

A relação entre estruturas internacionais e dinâmicas institucionais torna-se perceptível, também, por meio da concepção dos mecanismos de isomorfismo institucional.

Conforme aponta Beckert (2010b), a competição e as relações de poder implicaram na reprodução de instituições em contextos diversos. Considerando o mercado convencional de soja como um espaço de disputa entre diferentes atores – produtores e suas respectivas realidades nacionais –, marcado pela atuação de conglomerados internacionais, parte-se do pressuposto de que há competição e possibilidades díspares de influência. Conforme aponta fala do parlamento Ruy Pauletti, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB):

[...] Nossa agricultura, principal atividade do Estado, vai mal, porque, num momento em que há uma supersafra de soja na Argentina e nos Estados Unidos, ficamos aqui discutindo se podemos plantar soja transgênica ou não. Ainda por cima, editam uma Medida Provisória incabível, dizendo que, em 2005, a soja produzida com sementes transgênicas será queimada, como se isso fosse possível. Duvido que alguém vá queimar a soja. Por que editam uma Medida Provisória com esse teor? O que o povo deduz de tudo isso é que este País não é sério. Num País em que dizem que há fome, vão queimar a soja produzida em Santa Catarina, Paraná ou no Mato Grosso só porque foram usadas sementes contrabandeadas ou oriundas aqui do Rio Grande do Sul. É um absurdo total! (82ª Sessão Ordinária em 21/10/2004, 51ª Legislatura)

Infere-se, portanto, que a aprovação da transgenia no contexto brasileiro ocorria pautada em processos locais, porém em forte diálogo com a esfera internacional. Seja por meio da competição produtiva com outros países, como Estados Unidos e Argentina; seja pela pressão de conglomerados internacionais por canais de comercialização. Evidenciando a conformação institucional relativa ao processo transgênico em diálogo com construções anteriores dos quadros históricos²³.

A relação com o poder dos conglomerados internacionais também evidencia-se no destrinchamento da propriedade intelectual sobre as sementes transgênicas autorizadas para comércio e aplicação no Rio Grande do Sul, conforme apontado no Quadro 03.

²³ Apesar de caracterização sociopolítica distinta, o contexto chinês também percorreu traçado semelhante. Inicialmente os grãos de soja transgênicos foram barrados, inclusive quando esparsos em cargas maiores. Ao longo dos anos, entretanto, a conformação de um mercado internacional de soja predominantemente geneticamente modificada incutiu na obrigação de acatar os referidos grãos no contexto de China (HAIRONG; YIYUAN; BUN, 2016).

Quadro 3 - Cultivares aprovadas no Rio Grande do Sul para o cultivo de soja por empresa de registro e quantidade, 2018

Empresa responsável	Qntd. de cultivares autorizados
Basf S/A	15
Coodetec Desenvolvimento, Produção e Comercialização Agrícola LTDA.	3
Corteva Agriscience do Brasil LTDA.	4
D&PL Brasil LTDA.	14
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	1
Expo Grain Comércio de Sementes LTDA.	1
FTS Sementes S.A.	4
Gaúcha Melhoramento e Avanço em Genética LTDA.	5
GDM Genética do Brasil S.A.	43
Intellicrops Sementes LTDA	3
LimaGrain Brasil S/A	2
Syngenta Seeds LTDA.	23
TMG Tropical Melhoramento e Genética S/A	9
Total	127

Fonte: Dados obtidos a partir de “Catálogo de Produtores de Sementes do Rio Grande do Sul”, 2017/2018 (mais recente), realizado pela Comissão de Mudas e Sementes (CSM/RS), MAPA e APASSUL.

Apesar da existência de treze empresas autorizadas, e da contabilização de 127 cultivares registrados, a análise da descrição dessas no Registro Nacional de Cultivares (RNC/MAPA), aponta para a carga genética atrelada à variações sobre três registros de patentes: A5547-127, MON87701 x MON89788, GTS-40-3-2. Sendo o primeiro atrelado à empresa *Bayer CropScience* e as outras duas a *Monsanto Company*²⁴. Portanto, as 127 cultivares transgênicas disponíveis para cultivo no território do Rio Grande do Sul são sujeitas à cobrança de *royalties* por parte de uma²⁵ empresa que centraliza a propriedade do registro biológico disparador. Patentes que são reguladas no Brasil pela Lei nº 9.279/1996²⁶, promulgada em virtude de negociações internacionais de registro de propriedade privada intelectual especialmente conduzidas pela Organização Mundial do Comércio (SILVA; DEL GROSSI, 2000).

A posse concentrada sobre patentes retoma o argumento de Polanyi (2000) sobre a construção da economia capitalista enquanto pautada na emergência de um mercado atrelado

²⁴Conforme informações do *International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications (ISAAA)*, disponíveis em isaaa.org/default.asp (acesso em 25/10/2022).

²⁵Cabe salientar que em 2018 a Bayer adquiriu a Monsanto, tornando-se um único conglomerado. Ver mais em g1.globo.com/economia/noticia/bayer-conclui-a-compra-da-monsanto-por-us-63-bilhoes.ghtml (acesso em 26/10/2022)

²⁶Disponível na íntegra em planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm (acesso em 26/10/2022).

ao trabalho, à terra e ao dinheiro. Esses elementos comporiam mercadorias fictícias ao não existirem enquanto objetos reais possíveis de serem intercambiados, apenas enquanto conceitos abstratos, porém com circulação atrelada a valor. Em processo semelhante, o período contemporâneo contempla a difusão de um ideário mercadológico sobre a própria natureza e suas formas de existência e reprodução biológica, simbolizado pela categoria de patentes (LEFF, 2016). Conforme apontam Hecht e Oliveira (2016), trazidos anteriormente, a contemporaneidade testemunharia a emergência de modelos econômicos atrelados a construção de formas biológicas inexistentes de forma natural, criadas e comercializadas pelo capital como canal de acumulação. Por sua vez, unicamente existentes por meio da legitimação de processos institucionais formalizados e informalizado. Unicamente por meio do endosso legislativo do direito privado sobre cultivares que o referido mercado encontra possibilidade de existir. Da mesma forma que somente por meio do endosso social – mesmo que por desconhecimento – que as práticas de transgenia mantêm-se frente questionamentos. Novamente, ratifica-se a proposição de Hodgson (2005) sobre processos institucionais que emergem enquanto regras mas que encontram na difusão social uma forma de assentação e justificativa.

4.2.3.4 “Agricultor não, produtor rural!”²⁷

A emergência da soja estabeleceu relação dialética com os diferentes grupos sociais do meio rural sul-rio-grandense. As distintas formas de relação com o agrícola foram tensionadas pela emergência do grão enquanto canal econômico preponderante do ponto de vista da acumulação e circulação de capital.

Em reprodução do contexto nacional, o modelo agroexportador aos poucos permeou a construção de uma identidade atrelada ao processo de produção e especialmente vinculada ao ideário do agronegócio. Esse processo foi especialmente fomentado por organizações²⁸ classistas ao financiarem campanhas e estabelecerem canais midiáticos de divulgação de perspectivas e interesses vinculados ao setor (POMPEIA, 2021).

²⁷O título dado à subseção refere ao evento ocorrido durante a leitura de paisagem. Enquanto eu percorria – de carro – uma estrada de chão entre Cruz Alta e Tupanciretã, uma caminhonete cruzou meu caminho pelo barranco, enquanto outra encostou no carro por trás. De cada uma, desceu um senhor de meia idade, ambos armados. Me questionaram sobre o que eu fazia ali, porque andava tão devagar e porque tirava foto “das propriedades”. Expliquei que estava fazendo uma pesquisa, de onde vinha e para onde ia e, aos poucos, a situação se acalmou. Aproveitei o ensejo para testar possíveis informantes e perguntei: “Vocês são agricultores daqui?”, ao que me responderam: “Agricultores não, produtores rurais!”.

²⁸Cabe apontar que organizações são uma conformação social específica, visto que operam tanto como definidoras de instituições formais, como atores dentro do coletivo social (HODGSON, 2015).

Na retomada das atas da Assembleia Legislativa, a expansão e permeabilidade da pauta identitária nos debates é constante, especialmente referindo-se às organizações e eventos do setor. Conforme perceptível na fala do deputado Rossano Gonçalves (PDT):

O agronegócio que a Farsul representa, defende e ao qual sempre se associa é responsável por 33% do Produto Interno Bruto, por 42% das exportações e por 37% dos empregos dos nossos brasileiros. Isso é significativo. Tais números deveriam ser salientados todos os dias para demonstrar a importância do agronegócio na economia, no desenvolvimento social e econômico e na busca da dignidade do cidadão por meio do trabalho. (Sessão Solene da 52ª Legislatura, em 20/12/2007)

Discurso que denota o uso do espaço da tribuna para salientar os supostos êxitos do setor, a relação com uma entidade específica – Farsul –, e estabelecendo uma contraposição a outros discursos que colocariam em descrédito o agronegócio – fator evidenciando quando o parlamentar sugere a necessidade de saliência dos valores apresentados. De forma semelhante, eventos vinculados ao agronegócio também são constantemente referidos nas sessões em caráter de exaltação, conforme fala do deputado Mateus Wesp (PSDB):

A Expodireto é um dos maiores eventos do agronegócio na América Latina. No planalto médio, minha região, somos testemunhas de que desempenha um papel fundamental no fortalecimento deste que é o maior ativo da economia gaúcha, o agronegócio, responsável por grande parte do nosso PIB. Consequentemente, em eventos como a Expodireto, há a marca do gaúcho, a marca de um povo trabalhador e empreendedor, com coragem para pensar no futuro e adotar posturas destemidas. Foi o que fizeram aqueles empreendedores há 20 anos, num Município pequeno, mas nem por isso menos importante, desenvolvendo exatamente esse que é um dos orgulhos do Estado do Rio Grande do Sul. Essa feira do agronegócio, que movimentava mais de 2,4 bilhões de reais, como foi neste ano, tem um impacto fundamental. Com toda a certeza, terá ainda mais, exatamente pelo papel das lideranças representativas do agronegócio, como V. Exa., na consolidação desse patrimônio da cultura gaúcha, porque afinal a cultura gaúcha desempenha um papel fundamental exatamente no fortalecimento do agronegócio. Se observarmos a figura do gaúcho, que no passado tocava a pecuária em cima do cavalo e hoje movimentava a economia gaúcha em cima de tratores e colheitadeiras, nós temos, obviamente no agronegócio, a continuidade da nossa história e da nossa cultura. (39ª Sessão Ordinária da 55ª Legislatura, em 21/05/2019)

Para além da exaltação do setor e do evento, cabe notar a construção de uma identidade que busca vínculo com as trajetórias municipais – ao referir sobre a importância do agronegócio para o local da feira – e com a própria construção identitária do Rio Grande do Sul. Portanto, o parlamentar estabelece uma oratória voltada a traçar uma continuidade entre o tradicional da região e o estabelecido pelo setor específico. Cabe salientar que a construção de identidades regionais enquanto historicamente vinculadas ao agronegócio também ocorre como discurso propositivo visando estabelecer uma linearidade na proposição de identificação defendida (POMPEIA, 2021).

A permeabilidade desses elementos nas sessões legislativas também é presente nas temáticas adotadas em sessões específicas da Assembleia. A 87ª Sessão Ordinária da 51ª Legislatura, em 25/10/2005, foi destinada a debater a aprovação da lei nº 98/2005 que instituiu o Dia do Sojicultor; a 69ª Sessão Ordinária de 53ª Legislatura, em 03/09/2013, contou com grande expediente sob a temática “O espetáculo do agronegócio e a ineficiência do setor público”; e a 109ª Sessão Ordinária da 54ª Legislatura, em 10/12/2015, voltou-se a debater as contribuições sociais do agronegócio. Nessa última, salienta-se que deputados de partidos políticos em diferentes espectros ideológicos fizeram longas falas em contemplação ao setor.

A elaboração de instituições informais (cultura, discursos, linguagem) vinculada ao modelo agroexportador estabelece uma racionalidade pautada na prática econômica promovida sob tal perspectiva. Conforme aponta Beckert (2017), a operação capitalista opera, principalmente, na construção de um ideário subjetivo de relação dos atores com seu entorno sociohistórico. Nesse sentido, as proposições sobre políticas a serem implementadas e promovidas são condicionadas sob tais conceitos, conforme perceptível na fala do deputado Rodrigo Lorenzoni, do partido Democratas (DEM):

[...] o nosso Estado tem uma vocação absolutamente agrícola, tem uma tradição nesse segmento da economia e passa, neste momento, por uma crise profunda. O nosso Estado precisa de reformas para que possamos superar os entraves e adquirir condições de investimento. Mas até que essas reformas sejam aprovadas e os resultados sejam colhidos, precisamos buscar ações para o desenvolvimento do Estado, o que, obrigatoriamente, passa pelo agronegócio, principalmente pela pecuária. (26ª Sessão Ordinária da 54ª Legislatura, em 09/04/2019)

Frase que retoma um ideário de desenvolvimento atrelado ao modelo etapista desenvolvimentista, no qual a exportação seria o canal central de arrecadação para todos os países, especialmente aqueles que contassem com uma vocação “natural” agrícola (SACHS, 2001). Parte, portanto, de uma perspectiva econômica atrelada ao espontaneísmo dos mercados, o qual existiria em uma idealização independente dos processos humanos (BECKERT, 1996). Assim, ao estabelecer como natural determinada perspectiva, vincula-se a inevitabilidade de determinadas práticas, ensejando que quaisquer barreiras sociais operam não embasadas em razões específicas, mas enquanto atravancamentos ao processo de “natural desenvolvimento” (AGUIAR, 2021). Tal perspectiva é elucidada na fala do parlamentar Mateus Wesp (PSDB):

[...] somos favoráveis aos investimentos econômicos e somos contra, portanto, à agenda ideológica, que obviamente busca se opor à propriedade privada, fazendo do meio ambiente uma base ideológica e transformando a pauta ambiental em uma psicose ambientalista. Somos contrários a essa agenda que busca ser contra o legítimo progresso e o desenvolvimento econômico de todo o Estado e de todo o povo, contra os investimentos, fazendo da pauta do meio ambiente um argumento para se destruir a propriedade privada, sendo contra, por exemplo, a tecnologia, os avanços dos transgênicos, da aviação agrícola, da pesquisa que, com investimentos da iniciativa privada, possibilitou que o Rio Grande do Sul se tornasse um dos maiores produtores do Brasil, fazendo com que tenhamos 40% do nosso PIB gerado pelo agronegócio, tornando possível ao Estado a prestação de serviço de qualidade à sua população. (79ª Sessão Ordinária da 55ª Legislatura, em 01/10/2019)

Estabelece-se, na fala, uma polarização entre um modelo específico e qualquer outro elemento que possa reconsiderar as práticas adotadas. Nesse sentido, torna-se latente a inserção econômica enquanto imersa no contexto social do debate (CASSOL; SCHNEIDER, 2022; BECKERT, 1996). Os atores vinculados ao discurso supracitado não operam apenas visando a maximização dos lucros, mas também considerando a significação de suas ações frente ao coletivo. Portanto, a operação econômica no mercado convencional opera embebido em camadas sociais, inclusive aquelas pautadas pela informalidade – costumes, tradição, identidade. Elementos perceptíveis em relatos das cooperativas entrevistadas que apontaram para a existência de quadros históricos de associados, os quais contavam já com terceira geração de produtores envolvida no processo sojícola. Assim, ao optar pelo plantio específico, o agricultor está em diálogo com a estrutura econômica internacional e as imposições decorrentes dessa – lucratividade, competição, propriedade privada –, porém também operando sobre processos localizados como confiança, tradição e cultura regional (CASSOL; SCHNEIDER, 2022). Fatores que retomam a duplicidade do *embeddedness* das práticas econômicas: no primeiro caso, uma imersão em nível estrutural, no segundo, local.

E, apesar dos pontos levantados operarem em caráter discursivo, cabe salientar que a construção de costumes e a repetição desses opera enquanto fomentadora de instituições (BECKERT, 1996). Por meio da construção de um ideário atrelado à determinada perspectiva, elementos práticos podem ser alterados em convergência a esse ponto, estabelecendo uma relação retroalimentar entre costumes que se tornam hábitos que fomentam instituições (HODGSON, 2006). Evidência desta composição se dá na fala do deputado Bohn Gass (PT) ao apontar as terminologias alteradas na gestão estadual:

[...] O nome da Secretaria da Agricultura e Abastecimento foi alterado para Secretaria da Agricultura e Agronegócio e, agora, para Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Nós havíamos proposto que fosse Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, porque é disto que se trata: de emprendermos um desenvolvimento integrado, completo, para a economia do

Estado do Rio Grande do Sul. Na verdade, a governadora²⁹ retira as expressões executar abastecimento e executar armazenagem, substituindo-as pelas de ter política de armazenagem e ter política de abastecimento. Mas ao retirar da Secretaria da Agricultura essa responsabilidade de fazer abastecimento e armazenagem, o governo está criando a possibilidade de liquidar a Cesa, a Ceasa e outros departamentos do Estado. (18ª Sessão Ordinária da 52ª Legislatura, em 20/03/2007)

Indica-se, portanto que, mesmo que de forma terminológica, a alteração do nome da referida Secretaria ensejou a possibilidade de mudanças das suas formas de operação prática, estabelecendo uma relação entre esfera discursiva e esfera prática. Prática que também se evidencia por meio da construção das paisagens rurais endossadas pelos discursos supracitados. O pórtico de entrada do município de Tupanciretã é ilustrativo da relação entre identidade municipal e modelo agroexportador sojícola, conforme, apresentado na Figura 15.

Figura 15 - Entrada do município de Tupanciretã, Rio Grande do Sul, 2022



Fonte: Acervo do autor.

A difusão de uma identidade atrelada ao agronegócio atrela-se profundamente aos três outros eixos apresentados – produção primária, infraestrutura e transgênicos –, visto que foi por meio dela que grande parte dos grupos políticos estatais se formaram na defesa e promoção do setor (POMPEIA, 2021). Cabe salientar, todavia, que o discurso homogeneizante esconde camadas operadas localmente em diferentes circunstâncias e possibilidades, conforme será explorado na seção seguinte.

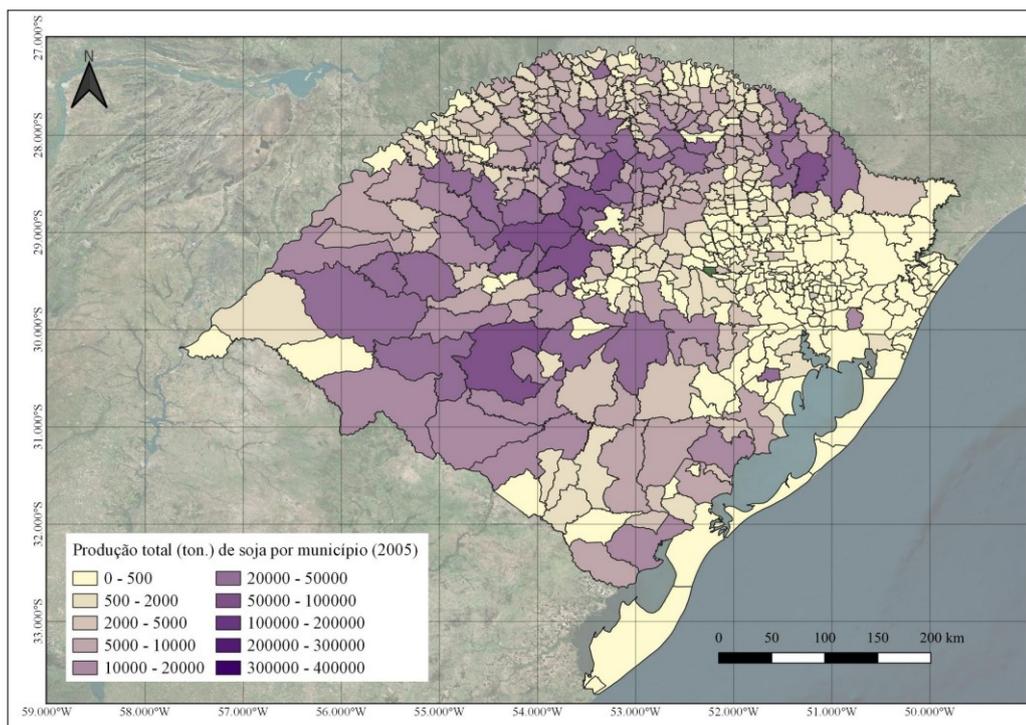
²⁹Refere-se a governadora Yeda Crusius, do Partido da Social-Democracia Brasileira.

4.2.4 Caracterização geral da produção de soja no Rio Grande do Sul

A conformação agrícola do Rio Grande do Sul no século XXI, portanto, caracterizou-se centralmente pelo modelo agroexportador baseado – mas não exclusivo – à produção sojícola. Produtos destinados ao mercado externo principalmente enquanto grãos não processados e que tem seu escoamento centrado no Porto de Rio Grande. Correlata a essa dinâmica, ocorreu a construção de uma identidade alinhada ao agronegócio, em diálogo com processo semelhante corrente no país, e uma imputação de custos públicos, especialmente em infraestrutura, conseqüentes da ampliação de cargas em deslocamento e da reduzida contribuição fiscal do setor ao estado.

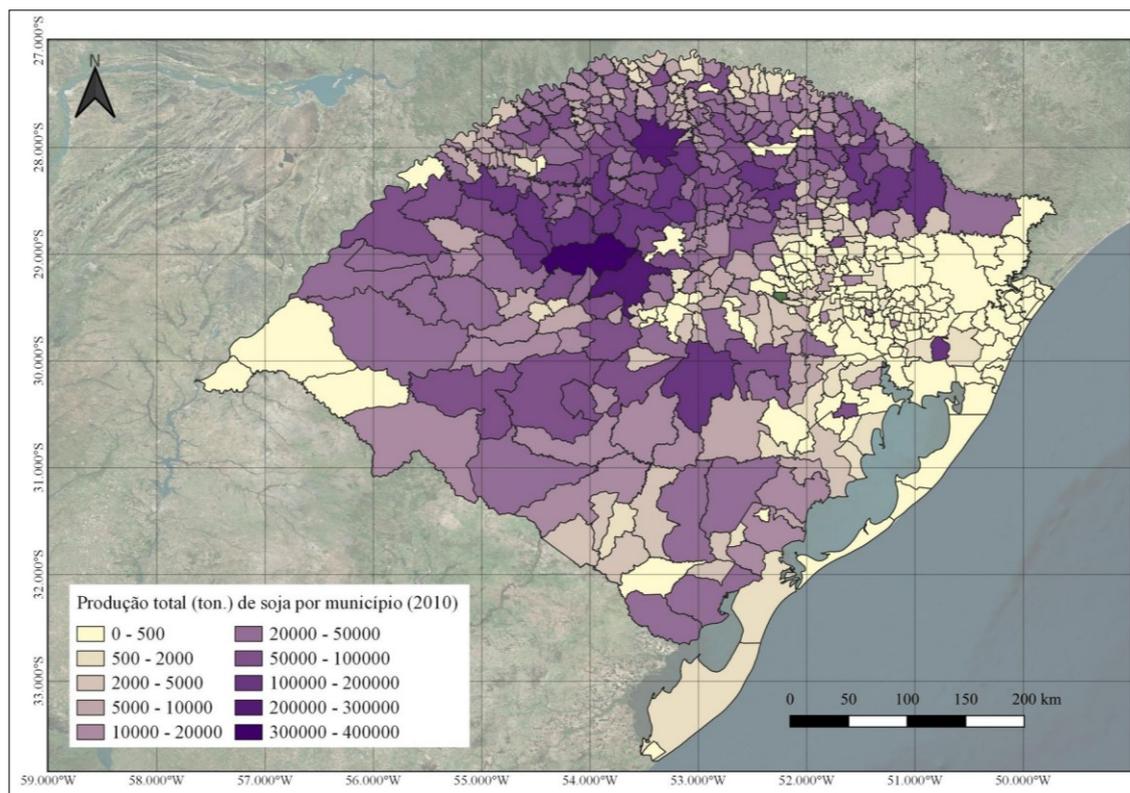
Em relação as áreas de produção sojícola, as duas primeiras décadas do século XXI contaram com a difusão do cultivo em diferentes regiões. Se no quadro apresentado para o ano de 1995 (Figura 10) a concentração majoritária ocorria no Noroeste do Estado, com algumas localidades ao Sudeste ampliando a cultura, a situação das décadas seguintes contou com aprofundamento nas municipalidades pioneiras, e com ampla difusão em outras localidades, conforme sintetizado nas Figura 16, Figura 17 e Figura 18.

Figura 16 - Distribuição da produção de soja por município no Rio Grande do Sul, 2005



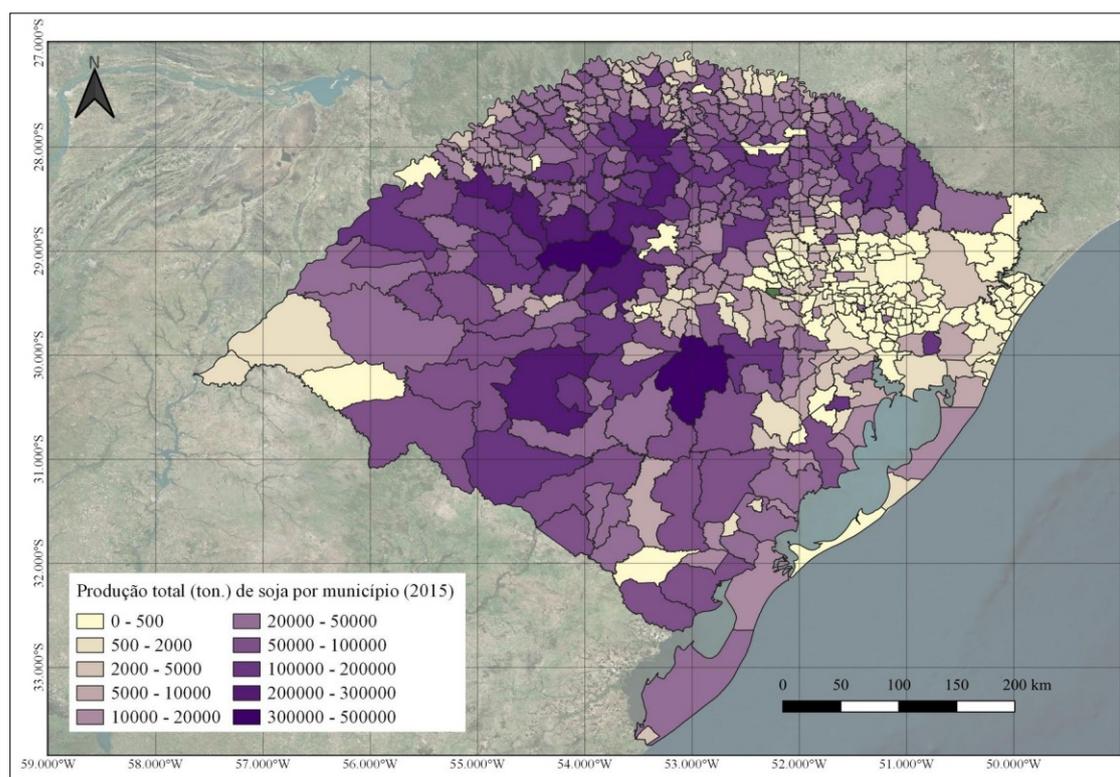
Fonte: elaboração em QGIS a partir de dados da Produção Agrícola Municipal (PMA/IBGE).

Figura 17 - Distribuição da produção de soja por município no Rio Grande do Sul, 2010



Fonte: elaboração em QGIS a partir de dados da Produção Agrícola Municipal (PMA/IBGE).

Figura 18 - Distribuição da produção de soja por município no Rio Grande do Sul, 2015



Fonte: elaboração em QGIS a partir de dados da Produção Agrícola Municipal (PMA/IBGE).

Todas as regiões passaram a contar com pontos latentes de produção de soja, com destaque para a progressivamente expansão na região pampeana. A menor concentração na Região Metropolitana dá-se, principalmente, pela maior urbanização dos municípios na área. Em relação aos valores totais de produção, passaram de 4,6 milhões de toneladas, em 1975, para 15,7 milhões em 2015. Os valores relativos à 2020 não foram utilizados pois apresentam retração das práticas em virtude da pandemia de Corona Vírus no período³⁰.

A referida expansão, todavia, não ocorreu sob bases homogêneas, mas relativas aos diferentes contextos dentro do Estado e a caracterização dos atores envolvidos. Sob esse ponto, Vennet, Schneider e Dessen (2015) ao analisarem unidades agrícolas de produção sojícola no Sul do Brasil indicaram três categorias de prática: agricultura de nicho; agricultura colonial; e agricultura empresarial.

As do tipo nicho são caracterizadas por produção diversificada frequentemente pautada no ideário de dirimir a pressão exercida pela economia de mercado. Nessa direção, esses agricultores buscariam canais de comércio específicos, como produção orgânica, turismo rural e semelhantes. A soja, nesse contexto, aparece como um elemento singular em uma composição múltipla, não tendo espaço de primazia ou predominância na renda dos produtores. Retomando o elemento da imersão social dos mercados, visualiza-se nessa categoria um forte apelo à localidade, traçando conexões comunitárias e regionais como forma de inserção e manutenção comercial (CASSOL; SCHNEIDER, 2022; PLOEG, SCHNEIDER, 2022). A presença de unidades agrícolas de pequeno porte que utilizam de sementes próprias para produção sojícola, conforme apresentado na Tabela 08, é um indicativo dessa categoria de cultivo.

³⁰Porém encontra-se disponível no Apêndice F para fins de comparação.

Tabela 7 - Relação entre tamanho de terra para cultivo de soja e tipo de semente utilizada, Rio Grande do Sul, 2017

	Total	Comum, produção própria (não adquirida)		Comum, adquirida		Certificada		Transgênica	
	Qntd.	Qntd.	% do total	Qntd.	% do total	Qntd.	% do total	Qntd.	% do total
Total	95.482	8.539	8,94%	4.031	4,22%	11.643	12,19%	71.269	74,64%
Maior de 0 a menos de 1 ha	642	142	22,12%	74	11,53%	70	10,90%	356	55,45%
De 1 a menos de 2 ha	2.626	298	11,35%	164	6,25%	316	12,03%	1.848	70,37%
De 2 a menos de 5 ha	13.839	1.052	7,60%	642	4,64%	1.571	11,35%	10.574	76,41%
De 5 a menos de 10 ha	19.878	1.321	6,65%	722	3,63%	2.131	10,72%	15.704	79,00%
De 10 a menos de 20 ha	21.608	1.775	8,21%	757	3,50%	2.285	10,57%	16.791	77,71%
De 20 a menos de 50 ha	18.817	1.803	9,58%	694	3,69%	2.333	12,40%	13.987	74,33%
De 50 a menos de 100 ha	7.986	819	10,26%	375	4,70%	1.147	14,36%	5.645	70,69%
De 100 a menos de 200 ha	4.448	572	12,86%	249	5,60%	749	16,84%	2.878	64,70%
De 200 a menos de 500 ha	3.690	472	12,79%	233	6,31%	697	18,89%	2.288	62,01%
De 500 ha e mais	1.948	285	14,63%	121	6,21%	344	17,66%	1.198	61,50%

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE (2017).

Já a categoria colonial caracteriza-se pela produção agroalimentar comercializável, com manutenção de alguma produção para subsistência local. As culturas comerciais, voltam-se, de acordo com a disponibilidade de mão de obra e área, para a soja, o milho, o trigo e a pecuária de suínos e aves. A caracterização central dessas unidades é a utilização de mão de obra familiar e a disponibilidade de propriedade de terras reduzidas. O uso de tecnologias é implementado, porém limitado à disponibilidade de capital. A assistência técnica, especialmente por parte das cooperativas, é bastante incidente nesse grupo, apesar das práticas serem implementadas de forma variável entre propriedades. De acordo com entrevistados das cooperativas, a principal vantagem para os associados são os canais privilegiados de acesso a agrotóxicos e fertilizantes, bem como de assessoria técnica. Elementos como sucessão rural e baixa rentabilidade das produções em pequena escala frente o mercado internacional – *squeeze de preços* – são elementos tensionadores da existência desse grupo. Fator também apontado nas entrevistas com as cooperativas que indicaram que mais de 90% dos cooperativados forneciam cerca de 10% dos grãos totais comercializados, sendo a restante

responsabilidade das grandes propriedades (Apêndice D) – indicando a predominância da escalabilidade como canal central do mercado.

Cabe salientar que a terminologia “colonial” se refere aos processos de colonização ocorridos na região sul do país ao longo do século XIX e XX e a consequente formação de regiões identitárias (SCHNEIDER., 2017). Esses grupos historicamente mantiveram práticas de subsistência atreladas a comercialização, logo, a soja surgiu como um fator agregado a dinâmicas já adaptadas – porém com especificidades da nova cultura muito mais internacionalizada.

Por sua vez, a categoria de agricultura empresarial volta-se exclusivamente para a produção comercializável especializada. Caracteriza-se pela alta aplicação de tecnologia mecânica e química no processo produtivo, alinhadas aos canais centrais de modernização. Também faz uso de perspectivas de gestão profissional, ainda que frequentemente mantida a relação com a unidade familiar original nesse processo. Dois elementos sobre esse grupo foram salientados nas entrevistas com as cooperativas (Apêndice C). O primeiro desses é o caráter de aperfeiçoamento técnico desempenhado por essas unidades ao longo das últimas décadas, principalmente pela formação de familiares em trajetórias acadêmicas vinculadas à agronomia que retornavam para aplicação nas propriedades. O segundo fator está na primazia do grupo na produção sul-rio-grandense sojícola, sendo os principais responsáveis pela soja exportada. Outro elemento importante de ser agregado é a forte vinculação entre essa categoria e o ideal discursivo de identidade atrelada ao agronegócio apontado anteriormente. Apesar de não ser o principal condutor de capital – apontado a seguir –, expressa especial organicidade de difusão das ideias apresentadas³¹.

A relação entre forma de acesso à terra, categoria rural e o cultivo de soja – disponível na Tabela 09 – traz uma aproximação quantitativa com as categorias apresentadas.

Tabela 8 - Quantidade de produtores de soja por condição de produção e relação de posse da terra, Rio Grande do Sul, 2017

	Total	Agricultura familiar – sim	AF – Pronaf B	AF – Pronaf V	AF – não Pronafiano	Pronamp – sim	Outros
Total	67.268	51.582	6.278	44.612	692	14.337	1.349
Proprietário	59.061	45.518	554	3.935	628	12.422	1.121
Concessionário ou assentado	2.048	1.966	199	1.763	4	82	---
Arrendatário	4.556	2.854	287	2.515	52	1.511	191
Parceiro	733	543	91	447	5	165	25
Comodatário	663	522	110	412	---	128	13

³¹Elementos especialmente perceptíveis em entrevista dada pelo atual presidente da Farsul, Gedeão Pereira, ao podcast *Agro Resenha Podcast*, disponível em: noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/327061-agro-resenha-podcast-252-o-agro-do-rio-grande-do-sul.html (acesso em 25/10/2022).

	Total	Agricultura familiar – sim	AF – Pronaf B	AF – Pronaf V	AF – não pronafiano	Pronamp – sim	Outros
Ocupante	183	164	51	113	---	17	2
Produtor sem área	24	15	---	12	3	12	---

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE (2017).

Percebe-se a predominância de propriedades sob a categoria de Agricultura Familiar, que, segundo Lei nº 11.326/2006³², trata-se de propriedades abaixo de quatro módulos fiscais, predomínio de mão de obra familiar e de rentabilidade predominantemente vinculada ao fazer agrícola. Primazia também evidenciada da condição de proprietário de terras na produção. Em relação as tipologias familiares, cabe salientar a presença considerável de sojicultores inseridos na categoria do Pronaf B, destinado a unidades agrícolas de renda bruta de até R\$ 23 mil anuais. A maior parte do grupo insere-se na distinção Pronaf V, que abarca rendas de até R\$ 415 mil anuais³³. Cabe salientar a alta quantidade relativa de produtores com acesso ao PRONAMP³⁴ que se encontram na condição de arrendatários. Retomando o aspecto de distanciamento da relação com a terra entre as propriedades de maior circulação de capital e integração à economia de mercado.

Às três categorias trazidas pelos autores, sugere-se a adesão de uma quarta – “complexos agrícolas” – aproximada da agricultura empresarial, porém com processos integralmente desvinculados da ordem familiar. Os complexos agrícolas de produção de grãos são frequentes no Centro-Oeste do Brasil, e crescentes no Rio Grande do Sul³⁵. Apresentam alta utilização de tecnologia produtiva, tanto mecânica quanto química, e são marcados pela gestão exclusivamente empresarial. Nesse processo, contam, também, com sistemas próprios de desenvolvimento de sementes e gestão técnica da propriedade. Outro elemento marcante é a relação com a terra enquanto um fator exclusivamente produtivo, sendo frequente o arrendamento para expansão do cultivo, ou para repasse das terras em um período de menor utilização (PINTO *et al*, 2020; CRAVIOTTI, 2018; ESCHER, 2016). As quatro categorias foram sistematizadas no Quadro 04.

³²Disponível em planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm (acesso em 25/10/2022)

³³As especificidades das modalidades são apresentadas no site do BNDES, disponível em bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf (acesso em 19/11/2022).

³⁴Canal de crédito facilitado para unidades agrícolas com até R\$ 2,4 milhões anuais de renda bruta.

³⁵Exemplo tácito são o Grupo SLC e o grupo Três Tentos, ambos com ações listadas na bolsa de valores.

Quadro 4 - Tipos de produtores de soja no Rio Grande do Sul

	Agricultura de Nicho	Agricultura Colonial	Agricultura Empresarial	Complexos agrícolas
Origem dos rendimentos	<i>Nested markets</i> , feiras locais, mercados institucionais.	Produção atrelada ao mercado, comercializam com cooperativas e <i>tradings</i> . Problemática de escala.	Produção atrelada ao mercado, comercializam com cooperativas e <i>tradings</i> .	Produção atrelada ao mercado, comercializam com cooperativas e <i>tradings</i> . Vantagem de escala.
Caracterização da produção	Soja enquanto parte de um conjunto de alimentos cultivados. Produção diversificada e atrelada a subsistência da unidade agrícola.	Soja enquanto principal condutor econômico, ainda que atrelado a outras culturas comerciais e para subsistência da unidade agrícola.	Monocultura. Outras inserções comerciais podem existir, mas em caráter diminuto.	Monocultura. Podem existir outras culturas na mesma propriedade, porém conduzidas enquanto empreendimentos segmentados.
Disponibilidade de tecnologias	Tecnologias básicas, frequentemente antigas e de menor potência. Podem contar com instrumentos específicos de processamento dos produtos locais.	Tecnologias voltadas a maior produtividade mas antigas em relação ao mercado. Frequentemente atreladas ao uso diverso, visto a não exclusividade das produções.	Tecnologias modernas. Próximas ao mais produtivo existente no mercado, atrelado a programas de crédito.	Tecnologias modernas. Constante uso de sistemas de georreferenciamento e biotecnologia, inclusive de produção própria.
Forma de trabalho	Utilização do trabalho familiar e/ou local, frequentemente atrelado a diferentes funções – produzir, processar, comercializar.	Utilização do trabalho familiar sob condições de produção intensiva e constante.	Utilização de trabalho familiar com possibilidade de contratações em momentos específicos. Frequente que, ao menos cargos diretivos, sejam diretamente vinculados à propriedade.	Utilização de trabalho exclusivamente contratado. Mesmo cargos de direção.

Fonte: Elaborado a partir de Ploeg (2018); Escher (2016); Vennet, Schneider e Dessen (2015)

As diferentes formas de relação com o cultivo da soja demarcam a paisagem nas regiões Norte do Estado, especialmente por meio das diferentes abordagens adotadas sobre o cultivo. As figuras 19, 20, e 21 evidenciam esse ponto ao apresentarem distintos espaçamentos entre as cultivares, bem como formas de cobertura do solo e presença, ou ausência de irrigação automatizada.

Figura 19 - Plantio de soja em pequeno lote no Área no Noroeste do RS, 2022



Fonte: Acervo do autor.

Figura 20 - Plantio de soja com mensuração padrão entre plantas e irrigação por eixo pivotante no Noroeste do RS, 2022



Fonte: Acervo do autor.

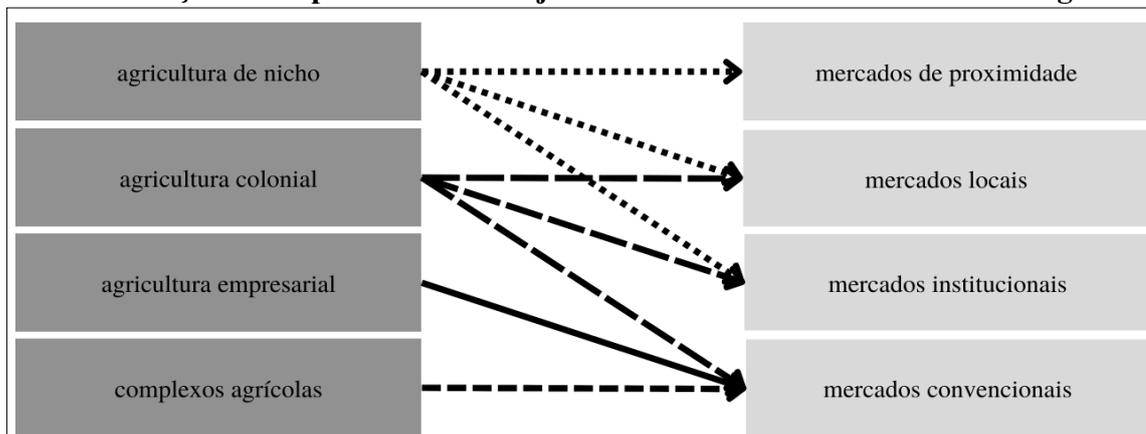
Figura 21 - Plantio de soja com reduzido espaçamento entre plantas, Noroeste do RS, 2022



Fonte: Acervo do autor.

Apesar de serem registros pontuais de elementos observados em uma saída de campo, apontam para a amplitude de formas de aproximação com o cultivo sojícola. Amplitude que incide tanto nos índices de produtividade como nos próprios canais de comercialização acessados por esses produtores. Em relação a esse aspecto, sintetiza-se na Figura 22 a correlação entre os tipos de sojicultores apresentados aqui com os tipos de mercados disponíveis – introduzidos no Capítulo 2.

Figura 22 - Relação entre produtores de soja no Rio Grande do Sul e mercados agrícolas



Fonte: elaboração própria a partir de Schneider (2016) e Vennet, Schneider e Dessein (2015).

Portanto, considera-se que os tipos de agricultores vinculados à cultura da soja acessam canais múltiplos de comercialização, frequentemente por meio da policultura e da pluriatividade (SCHNEIDER, S., 2003). Entretanto, sojicultores de tipo colonial, empresarial e complexos agrícolas relacionam-se especialmente com mercados convencionais, entendidos enquanto aqueles pautados em fluxos de *commodities* e regidos pela composição econômica internacional (SWINNEN, 2016). Com essa construção, delimita-se que serão esses os tipos agricultores que estarão no centro das operações quando consideradas as dimensões de relação com a economia chinesa, foco do capítulo seguinte.

5 CHINA, SOJA E RIO GRANDE DO SUL

Atravessado o tegumento, trabalhado o cotilédone e emergida a radícula, cabe ao atual capítulo observar a emergência da planta.

O presente capítulo aborda a emergência e consolidação do mercado de soja entre Rio Grande do Sul e China. Se anteriormente foram explorados elementos relacionados à conformação produtiva sul-rio-grandense, o presente foca nos aspectos comerciais que envolveram o grão no período entre 1970 e 2020. Ou seja, a partir da produção já abordada, volta-se para a constituição da cadeia global de valor. Para percorrer esse caminho, três subdivisões serão adotadas.

Uma primeira parte analisa a demanda chinesa por grãos. Especialmente após as reformas de Deng Xiao Ping, a partir da década de 1970, e da abertura da economia ao mercado internacional, o contexto chinês emerge enquanto consumidor de diferentes gêneros, dentre os quais, grãos. Fatores tensionados, ainda, pela entrada do país na Organização Mundial do Comércio (ZHANG; ZENG, 2021; ESCHER, 2016; ZHANG, 2015; JABBOUR, 2010). Nesse ponto, será destinado especial foco a expansão das proteínas animais no país, especialmente as de origem suínica (WEIS, 2016; SCHNEIDER, 2014; 2011). A profundidade desses elementos e suas relações com o contexto brasileiro são abordadas no diálogo entre produções acadêmicas e de dados levantados pelo National Bureau of Statistics of China (NBSC)¹.

A seção utiliza da conjugação das fontes qualitativas e quantitativas – com algumas adesões². E traz três repartições alinhadas a elementos centrais para a percepção institucional e estrutural da cadeia sojícola e da relação entre os países envolvidos. A primeira aborda a problemática da emergência dos conglomerados internacionais e da financeirização; seguida pela análise das possibilidades produtivas e dos efeitos da economia de mercado sobre os produtores chineses e sul-rio-grandenses; e finaliza-se com uma terceira observação voltada a reciprocidade entre atores na composição do mercado sojícola. Por fim, a terceira seção geral do capítulo sintetiza a composição da cadeia sojícola entre China e Rio Grande do Sul. Para tal, cinco eixos de observação são tomados como base:

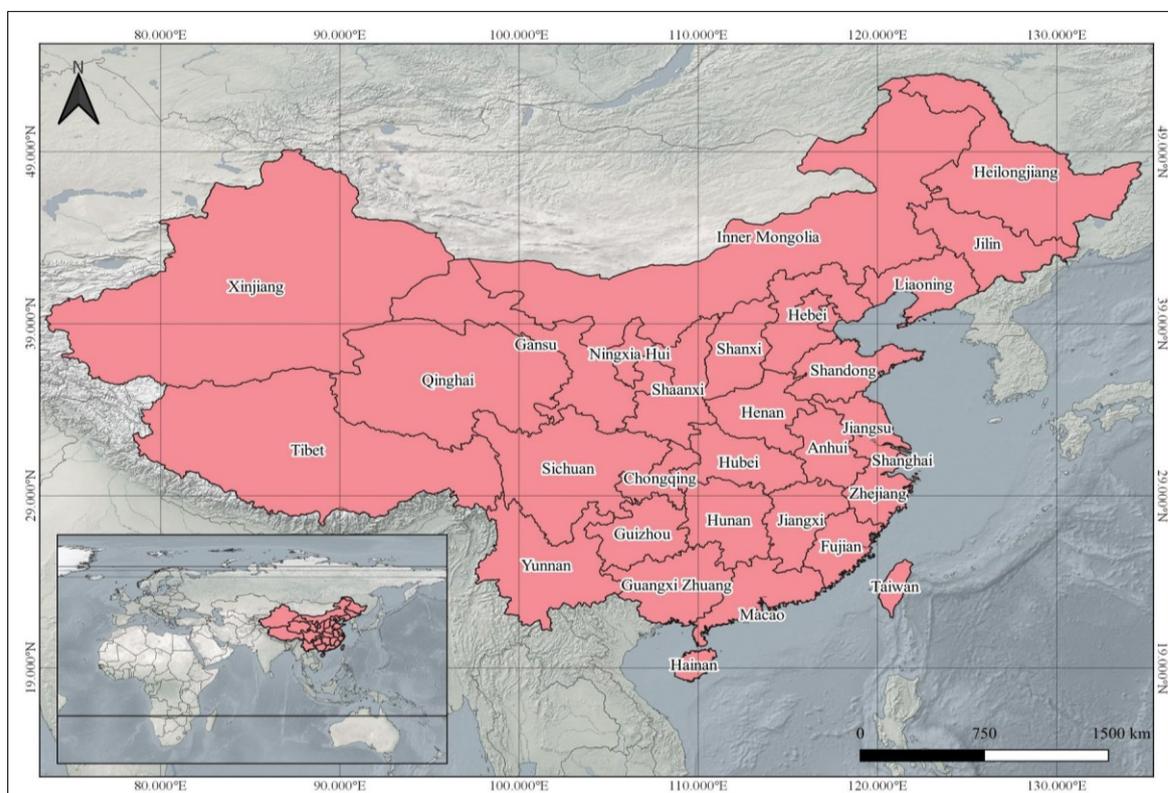
¹ Disponíveis em stats.gov.cn/english/ (acesso em 02/11/2022).

² Destaque para a plataforma Trase, iniciativa conjunta de universidades de organizações da sociedade civil para compilar e disponibilizar dados sobre circulação de commodities. Os dados trazidos para o contexto brasileiro são, em sua maior parte, provenientes do COMEX e foram triangulados antes de serem adotados na presente dissertação. Mais informações sobre a plataforma em trase.earth/about/ (acesso em 02/11/2022).

- a) identificação dos agentes e suas organizações, mecanismos de controle e coordenação.
- b) aspectos organizacionais e seus graus de eficiência, bem como dinâmicas e funções.
- c) aspectos institucionais, normas, regulamentos, políticas, assistências técnicas e afins.
- d) caracterização do setor em específico – insumos, técnicas, estruturas de mercado, processamento.
- e) elos, força deles e diferentes variáveis possíveis.

Para fins de localização dos eventos trabalhados, a Figura 23 apresenta o mapa político chinês fragmentado em províncias administrativas.

Figura 23 - Mapa político por província chinesa, 2022



Fonte: dados oriundos do Harvard Dataverse.

5.1 A NECESSIDADE DE GRÃOS

A caracterização da demanda chinesa por grãos perpassa dois tópicos trabalhados anteriormente: o capital nos Regimes Alimentares – no Capítulo 2 –, e a trajetória econômica chinesa após os anos de 1970 – no Capítulo 3. O primeiro ponto enseja como o final do século XX testemunhou a emergência de novos padrões de acumulação e circulação de capital, descentralizando a preponderância dos Estados Unidos e proliferando o poder nas mãos de grandes conglomerados privados de atuação internacional. Por sua vez, o ponto relativo à administração chinesa aponta para o conjunto de medidas político-sociais implementadas sob (e após) a tutela de Deng Xiao Ping, reconstruindo a forma de atuação do país diante da produção interna e das disputas internacionais. É do poder de conglomerados internacionais coadunados à estrutura estatal chinesa que parte massiva do complexo de grãos e carnes emergiu e se consolidou no século XXI.

O referido complexo é caracterizado pela produção de proteína animal em longas cadeias de mercado (RIVERA-FERRE, 2009). O que significa uma localidade especializada na produção pecuária (majoritariamente frangos, suínos e gado) utilizando rações processadas a base de grãos ricos em proteína vegetal, que, por sua vez, são produzidos em outra localidade, frequentemente milhares de quilômetros distante daquela onde será consumido (WEIS, 2013). Conforme aponta McMichael (2016), o complexo grãos-carne foi central no Norte global ao longo do Segundo Regime Alimentar, expandindo sua influência ao longo dos demais países no decorrer do Terceiro Regime Alimentar.

A ampliação desse consumo, todavia, não foi um fenômeno natural³, mas fruto de um conjunto de estímulos diretos e indiretos a um maior consumo de carne. Fenômeno ao qual Weis (2016, 2013) denomina de *meatification*⁴, e que corresponde ao processo do elemento “carne” transformar-se em fator central na alimentação humana, abandonando sua posição predominantemente complementar nas culturas culinárias. Conforme aponta o autor, a proteína animal apresenta longo lastro de consumo, contudo predominantemente ingerida com ponderação frente outras fontes, ou reservada para momentos de maior escassez dos demais alimentos. Processos distintos do ocupado pelas carnes na sociedade contemporânea. Como consequência, outros hábitos alimentares foram suplantados, bem como intensificaram-se

³ Conforme aponta Escher (2016), análises econômicas liberais ao longo do século XX desenvolveram a interpretação da inevitabilidade da carnificação das dietas, especialmente baseados na perspectiva de Rostow ao interpretar uma economia capitalista etapista. Interpretação enviesada por desconsiderar outros elementos advindos do aumento de renda da população – como acesso a outras fontes de informação e consumo.

⁴ Em tradução nossa, aproxima-se da ideia de *carnificação*.

efeitos ambientais em decorrência da massificação de um modelo de produção e consumo específico (WALLACE, 2020; SCHNEIDER, 2014).

O apontado fomento à carne visou a construção e solidificação de canais de circulação de capital na economia mundo, conforme aponta Weis (2016):

Until well into the twentieth century, the uneven meatification of diets was tied largely to the expansion of ranching frontiers, which drove a tremendous amount of deforestation, grassland conversion and displacement of indigenous peoples. But over time, meatification on a world scale became increasingly linked to the expansion of industrial livestock production, in which animals are fed not on open grassland (or, in traditional mixed farming systems, on rotations or permanent pasture along with crop residue and household wastes) but by feedstock produced with energy – and resource intensive methods. [...] Meat, eggs and milk can take on more exchange value than the cost of the feed and other inputs that go into producing them. This has in turn transformed chronic surpluses of grains and oilseeds – which would otherwise have deflated prices and stifled growth – into an expanding realm of low margin profit. The role of livestock profitably absorbing surpluses therefore is tied to increasing opportunities for capital accumulation in the agro food system. (WEIS, 2016, p. 127 – 128)⁵

Retomando o aspecto da alteração produtiva estimulada pelos processos da modernização agrícola da segunda metade do século XX, na qual a produção em larga escala tornou-se o modal de acumulação de capital para os setores agroexportadores de baixo valor agregado. Assim, o fomento ao consumo de carne – materializado em financiamento de pesquisas alinhadas ao setor, programas de mídia e *lobby* político, por exemplo – significa a garantia de manutenção e ampliação de um mercado consumidor para os conglomerados envolvidos (ESCHER; WILKINSON, 2019; WEIS, 2013). Portanto, a prática histórica de consumo de proteína animal vinculava-se ao aproveitamento de espaços inaptos ao processo agrícola direto, e a carne ocupava espaço restrito na composição alimentar populacional (SCHNEIDER, M., 2014). Composição distinta da que emerge no desenrolar do Segundo e do Terceiro Regimes Alimentares, quando a ingestão direta da carne é potencializada, considerando os canais de retorno econômico possíveis de serem explorados sobre sua circulação.

⁵ Em tradução nossa: “Durante grande parte do século XX, uma desigual carnificação das dietas esteve profundamente relacionada a pecuária na expansão de fronteiras agrícolas, o que resultou em tremendas quantidades de deflorestamento, conversão em pastagem e despossessão de comunidades indígenas. Ao longo do tempo, porém, carnificação em uma escala mundial tornou-se progressivamente vinculada a expansão de uma produção pecuária industrial, na qual animais não são alimentados em pastagens abertas (ou em sistemas mistos de pastoreio, rotativos ou permanentes com reutilização dos dejetos) mas por ração produzida com dispêndio energético – métodos intensivos em uso de recursos. [...] Carnes, ovos e leite recebem maior valor de troca do que os elementos utilizados na sua produção. Isso tornou os lucros atrelados aos grãos e oleoginosas – que em algum momento atingiriam uma fronteira limite – em um modelo de lucros marginais em constante expansão. O papel da lucratividade na pecuária é, portanto, o de absorver excessos de produção e garantir canais de acumulação de capital no sistema agroalimentar. (WEIS, 2016, p. 127 – 128)

O fenômeno apresentado evidencia a correlação entre dinâmicas macroeconômicas e a formação institucional – especificamente as culturas. Conforme aponta Friedmann (1999), nas realidades sociais afetadas pela economia de mercado, a variabilidade quantitativa e qualitativa da circulação nutricional é predominantemente pautada pelo processo mercadológico. Nessa direção, os hábitos de consumo de uma região estão sujeitos à alteração de acordo com o fluxo de elementos alimentares. Portanto, a concepção de cultura alimentar de um determinado povo passa a ser influenciada pelas esferas internacionais de circulação de capital (SCHUTTER, 2019). Logo, o fomento comercial a um maior consumo de carne potencializa a adoção deste alimento no modo de comer dos indivíduos. Os mercados alimentares não são, portanto, apenas pautados em indivíduos em busca da satisfação pessoal por meio do alcance de vantagens marginais, ou exclusivamente relativos à tradição cultural regional, mas fruto dos diferentes elementos institucionais em tensionamento no ambiente de vivência – fatores de *embeddedness* local e estrutural em relação dialética.

Na realidade chinesa, esses fenômenos foram fomentados por influência externa – os referidos conglomerados –, e pela atuação do quadro estatal do país. A frase “Carne significa riqueza, quanto mais dinheiro você possuir, mais carne consumirá.”⁶, proferida por um executivo chinês relacionado ao setor do agronegócio em Shanghai e registrada por Schneider (2014), é sintomática do curso desenvolvido na China. A citação elucida a construção de um ideário que relaciona a possibilidade de consumo de proteína animal ao sucesso econômico do indivíduo. Elementos que dialogam com o que Chen (2019) aponta como o “sonho chinês” idealizado pelo PCCh nas reformas de 1979, que almejava a construção de uma China próspera, internacionalmente forte, moderna em suas estruturas sociais, e garantidora da felicidade da população. Objetivos que se traduziam em cinco eixos operacionais (CHEN, 2019; HANSER, 2006):

- a) complementaridade entre estrutura urbana e rural;
- b) fomento a empregos citadinos;
- c) construção de canais para profusão de iniciativas da sociedade civil;
- d) dinamicidade das práticas estatais com o objetivo de acompanhar as demandas sociais;

⁶ Excerto original em inglês: *Meat signifies wealth. The more money you have, the more meat you will eat* em Schneider, 2014, p. 5.

- e) canais de diálogo entre capital privado, sociedade civil e Estado. Fatores intrincados e sintetizados na emergência de uma classe média urbana consumidora de ampla gama de produtos⁷.

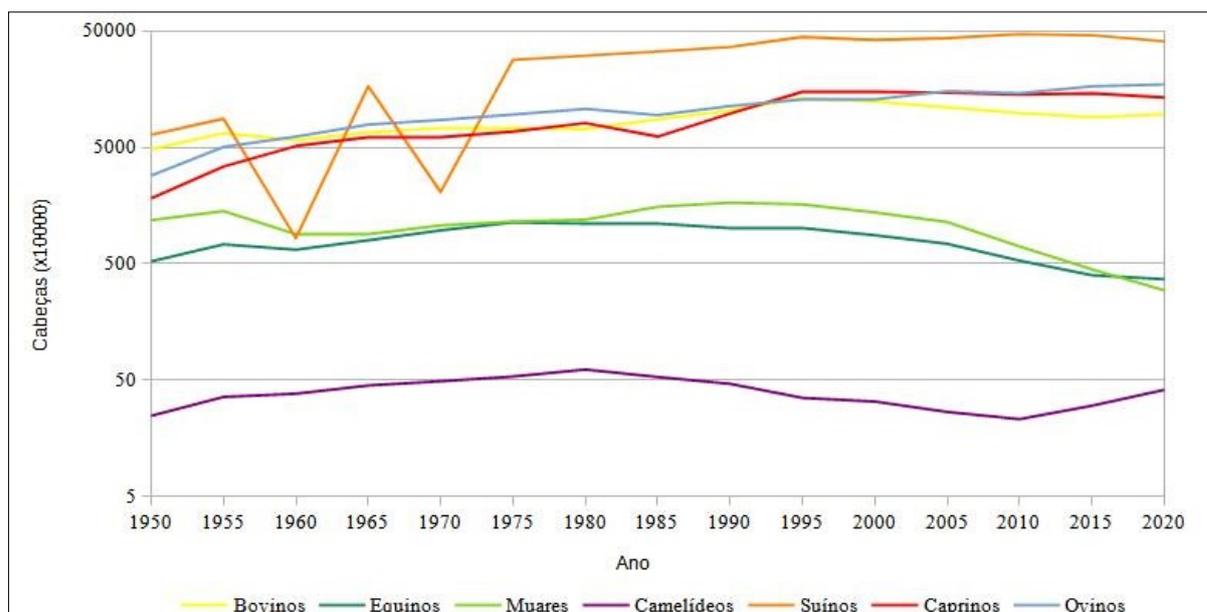
Portanto, simultâneo ao processo internacional de estímulo ao maior consumo de carne para promover os conglomerados supracitados, a política chinesa via na expansão do consumo interno de proteínas um canal próprio de geração e acumulação de capital (ESCHER, 2016). Processo que também dialogaria com a ampliação dos acessos de consumo da população, compondo um quadro de modernização social. Elementos que novamente incidem na relação do PCCh em estabelecer equilíbrio entre as disposições da economia de mercado e a movimentação interna desejada.

Considerando os referidos elementos sobre o sonho chinês e o consumo de carne, cabe o estabelecimento dos pontos de intersecção com o mercado de soja analisado. Em busca dessa análise, destrincha-se o argumento em três eixos: o primeiro alinhado ao sistema produtivo de porcos em China; o segundo voltado a atuação internacional chinesa na relação com o complexo de grãos; e, o terceiro, em uma breve retomada sobre a relação comercial no setor entre Brasil e China, ensejando o quadro sul-rio-grandense abordado em sequência.

5.1.1 Pessoas que se alimentam de porcos

As carnes suínas são a categoria de proteína animal predominante na cultura alimentar chinesa. Prática oriunda da própria trajetória ecológica da região, visto que indícios apontam para domesticação de diferentes espécies suínas desde 10.000 A.E.C. e mantidas como hábito à atualidade (MAZOYER; ROUDART, 2017; SCHNEIDER, 2011). A predominância dos porcos na produção chinesa é ilustrada na Figura 24.

⁷ Em síntese, esses elementos construíam uma projeção social com a consolidação de uma classe trabalhadora urbana com consumo elevado. Logo, exigindo maior produtividade no meio rural – para abastecer os espaços citadinos – bem como uma conectividade entre ambas regiões. Por sua vez, a ampliação das possibilidades de acesso informacional e de consumo da população levaria a emergência de pautas sociais, o que exigiria vias de diálogo entre Estado e sociedade civil, bem como a resposta rápida por parte da estrutura pública em relação aos indivíduos. E, sendo a dinamicidade e adaptabilidade uma constante, por vezes o Estado abriria mão de sua operacionalização direta e cederia maior poder a sociedade civil e ao capital empresarial (CHEN, YANG, 2019; ZHONG *et al*, 2019; ISLAM, 2016; YEH; O'BRIEN; YE, 2013; HUANG, 2011; YANG, 2009; LEE, 2006).

Figura 24 - Produção pecuária em China por categoria, 1950 – 2020

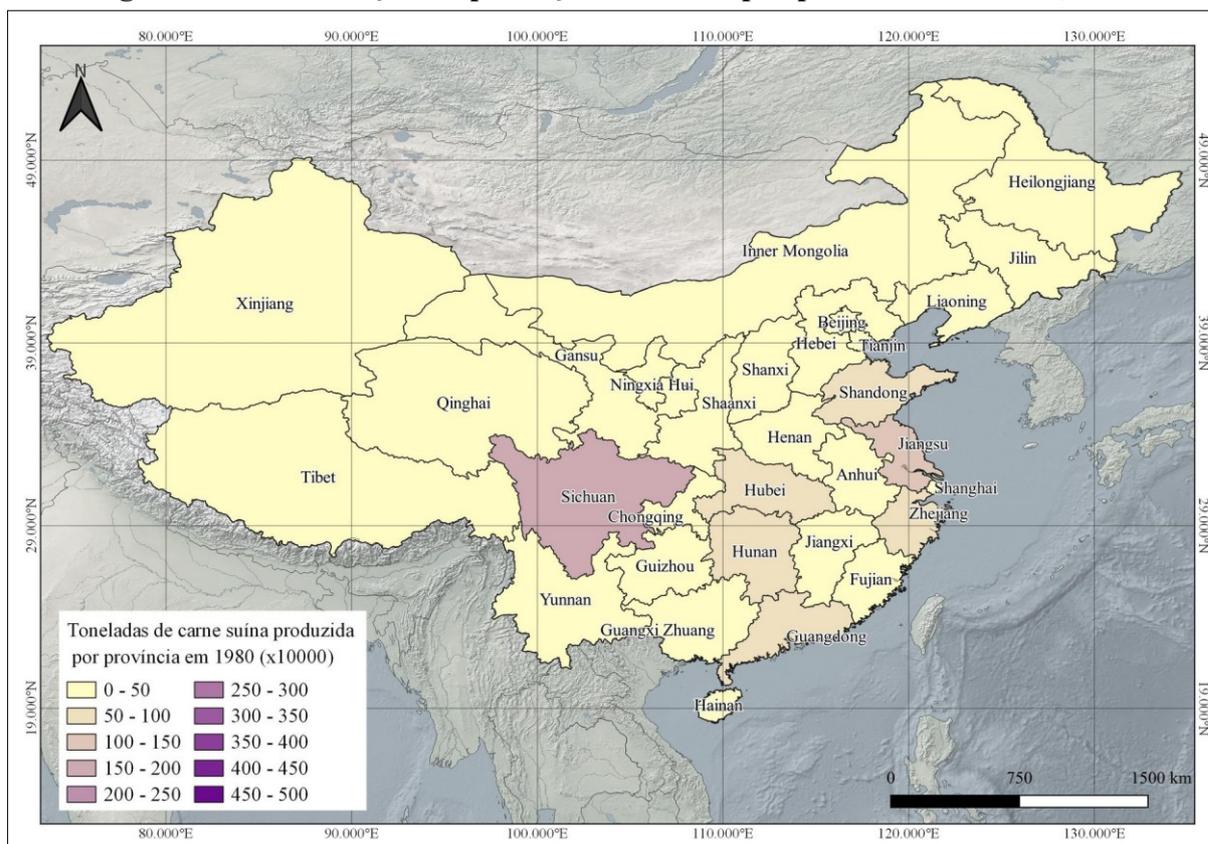
Fonte: elaborado a partir de dados do National Bureau Statistics of China (NBSC).

Apesar da tendência de crescimento de outros animais, os suínos apresentam notável predominância⁸. Até 1985, por exemplo, 95% da produção de porcos em China advinha de produtores com até cinco abates por ano. O manejo baseava-se em técnicas tradicionais, frequentemente voltadas à circularidade dos nutrientes na propriedade e não à produção proteica. Durante o período das coletivizações, os porcos também faziam parte das obrigações de fornecimento que os agricultores detinham com o Estado (SCHNEIDER; SHARMA, 2014). Em virtude das condições edafoclimáticas, a concentração majoritária das produções ocorria no Sudeste⁹ do país – principalmente Sichuan –, apresentado na Figura 25.

⁸ Na contemporaneidade há um forte crescimento do consumo de cortes bovinos, especialmente vinculado a uma trajetória de diferenciação de classe e consumo de luxo (MAVEDZENGE *et al*, 2008; REARDON; TIMMER, 2007)

⁹ Salienta-se que é o recorte Leste do país que detém a maior concentração demográfica.

Figura 25 - Distribuição da produção de suínos por província na China, 1980



Fonte: elaboração em QGIS a partir de dados do National Bureau of Statistics of China (NBSC).

Com as reformas socioeconômicas implementadas ao fim da década de 1970, o processo produtivo suinícola passou por uma adaptação industrializante (SCHNEIDER, 2014). Rompeu-se com a exclusividade das pequenas unidades agrícolas¹⁰ para fomento de dois eixos operacionais de produção: unidades produtivas especializadas e a grandes conglomerados (ZHANG; ZENG, 2022).

As unidades produtivas especializadas relacionam-se com o processo de acumulação de capital no meio rural tanto por fomento estatal como por dinâmicas rurais de diferenciação¹¹ (ZHANG, 2015). Trata-se de propriedades com maior disponibilidade de terra que alcançaram índices de produtividade elevados que possibilitaram sua manutenção independente enquanto suinocultoras (SCHNEIDER; SHARMA, 2014), produzindo entre 50 e 500 cabeças de animais anuais (ESCHER; WILKINSON, 2019). Apesar de disporem de subsídios estatais específicos e de uma maior estabilidade econômica frente produtores de menor escala, as unidades especializadas enfrentam grande afetação pelas flutuações da

¹⁰As quais continuaram existindo em menor proporção, produzindo seja para autoconsumo ou para mercados nichados (PLOEG, 2018).

¹¹Elemento explorado em profundidade na seção 3.2.2., Capítulo 3.

economia de mercado e concorrência com agentes de maior estatura (SCHNEIDER, 2011). Salienta-se que esse grupo pode ser gerido por processos familiares, pequenos empreendimentos comerciais ou cooperativas locais, de acordo com as especificidades das diferentes localidades¹² (ZHANG; ZENG, 2021; SCHNEIDER; SHARMA, 2014).

Por sua vez, os grandes conglomerados suínocolas caracterizam-se pela elevada produção – entre 500 e 50 mil cabeças anuais – e pelo alto investimento tecnológico no processo produtivo, tipicamente em regime de confinamento e alta densidade de animais (SCHNEIDER, 2011). Em relação ao processo de acumulação, são marcadamente fruto de processos exógenos ao meio rural, visto sua predominância de propriedade atrelada a entes privados estrangeiros – especial consequência da abertura dos mercados chineses no século XX –, ou estatal (ZHANG; ZENG, 2022). Do ponto de vista operacional, não são homogêneos, utilizando dois diferentes modos de atuação: produções próprias de larga escala e integração vertical (SCHNEIDER; SHARMA, 2014).

O primeiro caso refere-se a empresas que controlam diretamente a produção em suas propriedades agrícola, caracterizadas por volumes elevados de suínos. Um exemplo privado de operação se trata do *WH Group*, conglomerado internacional com sede na China e nos Estados Unidos e que se autointitula “o maior produtor de porcos do mundo”. Conduz processos em pesquisa, desenvolvimento de raças, rações, produção de animais, abate, processamento e comercialização de carnes – ou seja, todas as etapas ao longo da cadeia. Em 2021, a empresa anunciou ter faturado US\$27.293 bilhões¹³. Já como exemplo estatal, o caso da *China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporaton* (COFCO) é ilustrativo. Em 2019, produziu aproximadamente cinco milhões de cabeças de suínos¹⁴. Além dos valores voluptuosos, destaca-se o alto investimento em diferentes segmentos do processo produtivo – reprodução, engorda e abate –, tornando o conglomerado detentor de grande parte das tecnologias promotoras das alterações na cadeia (SCHNEIDER, 2011).

Já a integração vertical, conforme trazido no Capítulo 3, foi a estratégia produtiva adotada por parte considerável das Empresas Cabeça de Dragão (ECD) no território chinês. Nessa modalidade, os empreendimentos privados produzem em coordenação com produtores. Enquanto os primeiros entram com o fornecimento dos animais, ração e crédito facilitado para

¹²Na tipologia disposta no Quadro 04, do Capítulo 3, o referido grupo enquadra-se na categoria de Agricultores Comerciais, usufruindo diretamente da capacidade comercial de suas terras, e contratando trabalhadores externos sazonalmente, porém submetidos ao processo de circulação de capital e as incertezas decorrentes.

¹³Interessante notar que a plataforma virtual da empresa dá pouco destaque para números relacionados à produção – apesar da insistência em rótulos de destaque. Entretanto, a quantidade de materiais relacionados a financeirização, lucratividade e investimentos é grande. Mais informações em wh-group.com (acesso em 15/11/2022).

¹⁴Conforme apresentado pela empresa em cofco.com/en/BrandProduct/COFCOMeat/ (acesso em 07/11/2022).

aprimoramentos produtivos, o segundo grupo fornece a propriedade e o trabalho para manejo dos animais (HUANG, 2011). Segundo Zhang e Zeng (2022), a relação entre ambas as partes se caracteriza por:

Despite losing autonomy and subjecting themselves to the control of agribusiness, the distressed entrepreneurial farmers still found contract farming attractive for two reasons. First, contract farming production greatly lowered the cash flow requirement for financially beleaguered producers. [...] Second, despite having to bear the production risks, the contract farming arrangements lowered their overall financial risk. By granting them access to better breeds and company technical support, contract farming raised the producers' technical capacity and lowered production risks. More importantly, now in an outsourcing arrangement where they only provided fattening services, they were shielded from the price fluctuations in the pork market, which had done them the most damage previously.

The contracting companies now bore the risks of price fluctuations. But as vertically and horizontally integrated firms with a national presence, they had far greater ability to weather such fluctuations. Lower pork prices, while reducing their profit in pig production, may in fact increase the profit margin of their processed products. With the help of such cross-subsidization between segments along the value chain, these companies could stay in the market much longer and catch its turn-around. (ZHANG; ZENG, 2022, pp 111 – 112)¹⁵

Ou seja, a perda de autonomia do produtor, que se torna gerido pela empresa contratante, seria compensada pela redução dos riscos econômicos atrelados ao processo. Interessante notar, todavia, que as referidas incertezas de flutuação de preços e acesso à tecnologia são, frequentemente, fomentadas pelos próprios conglomerados detentores da maior partes dos elos da cadeia (CLAPP, 2014). Reendossa-se, nesse ponto, a migração de agricultores especializados independentes para modelos de operação integrada, visto a redução do risco financeiro ao qual estão expostos (ZHANG; ZENG, 2021).

É sob a tutela dos conglomerados (de ambas as formas de operação) que ocorre a maior parte da produção suinícola chinesa. Dados para 2020 apontam para 57,1% dos abates sendo originados em propriedades com mais de 500 animais anuais. Sendo nove empresas responsáveis por 10,1% de todos os abates – listadas na Tabela 10 –, valor em crescimento frente aos 6,9% de concentração na observação referente a 2018 (HAN; YU; CLORA, 2022).

¹⁵Em tradução nossa: Apesar da perda de autonomia e da submissão ao controle do agronegócio, a tensionada classe de agricultores empresariais acha atratividade na agricultura por contrato em duas razões. Primeiramente, agricultora por contrato reduz significativamente a necessidade de fluxo de caixa para produtores integrados [...] em segundo lugar, apesar de manterem-se os riscos produtivos, os financeiros são mitigados. E por garantir acesso a raças melhores e acompanhamento das empresas, a agricultura por contrato ampliou a capacidade técnica dos produtores e reduziu o risco produtivo. E, principalmente, em uma estrutura de produção na qual esses agricultores apenas realizam a engorda dos animais, foram protegidos da flutuação dos preços no mercado suinícola, visto que esse era o principal fator de danos econômicos anteriormente. As empresas contratantes agora abarcam os riscos da flutuação de preços. Mas, com conexões horizontais e verticais em nível nacional, essas empresas detêm uma habilidade muito maior para prever possíveis flutuações. Preços mais baixos, ao reduzirem a lucratividade na produção de porcos, pode ampliar a margem de lucratividade em produtos processados. Com ajuda de subsídios cruzados entre diferentes segmentos ao longo da cadeia, essas companhias mantêm-se no mercado com muito mais perenidade e lidam com suas alterações (ZHANG; ZENG, 2022, pp 111 – 112).

Tendência distinta da apresentada para pequenas propriedades visto que, em 1995, cerca de 95% das propriedades agrícolas chinesas possuíam ao menos um porco no estabelecimento, número que caiu para 27% em 2009 (ESCHER; SCHNEIDER; YE, 2017).

Tabela 9 - Suínos abatidos por empresa (milhões de unidades), 2016 – 2020

Conglomerado	2016	2017	2018	2019	2020
Muyuan	3.11	7.24	11.01	10.25	18.12
Zhegbang	2.27	3.42	5.54	5.78	9.56
Wen's	6.60	19.04	22.29	18.52	9.55
New Hope Liuhe	1.17	2.40	2.55	3.55	8.29
Tiangbang	0.58	1.01	2.17	2.45	3.08
COFCO	1.71	2.23	2.55	1.99	2.10
Aonong	0.11	0.22	0.42	0.40	1.35
Trs Group	0.14	0.54	0.68	0.84	1.02
Haid Group	0.32	0.46	0.70	0.74	0.98
Total	16.01	36.56	47.91	44.52	54.04

Fonte: adaptado a partir de Han, Yu e Clora (2022).

Apesar dos dois modelos centrais de operação dos conglomerados suinícolas, outros formatos intermediários são desenvolvidos com maior ou menor índice de integração, bem como a segregação entre etapas da vida do animal ao longo de diferentes produtores (ESCHER; WILKINSON, 2019; SCHNEIDER; SHARMA, 2014; SCHNEIDER, 2011). Portanto, diferentes empresas operam distintamente em busca de alcançar maior eficácia na acumulação de capital. A relação entre os diferentes grupos retoma o ponto de Beckert (2010a) ao interpretar a competição como fator de emergência institucional. Pela busca das diferentes administrações por diferenciação na produção de suínos, distintas formas de operação e organização produtiva emergiriam. Todavia, os casos analisados também evidenciam a formação de instituições por mimeses, como no caso desempenhado por unidades produtivas especializadas que tomam produções maiores como modelo¹⁶. Cabe salientar, porém, que a própria capacidade de cópia é limitada pela estrutura econômica de inserção dos atores – visto que a falta de capital disponível para outros investimentos condiciona os caminhos possíveis para as unidades agrícolas.

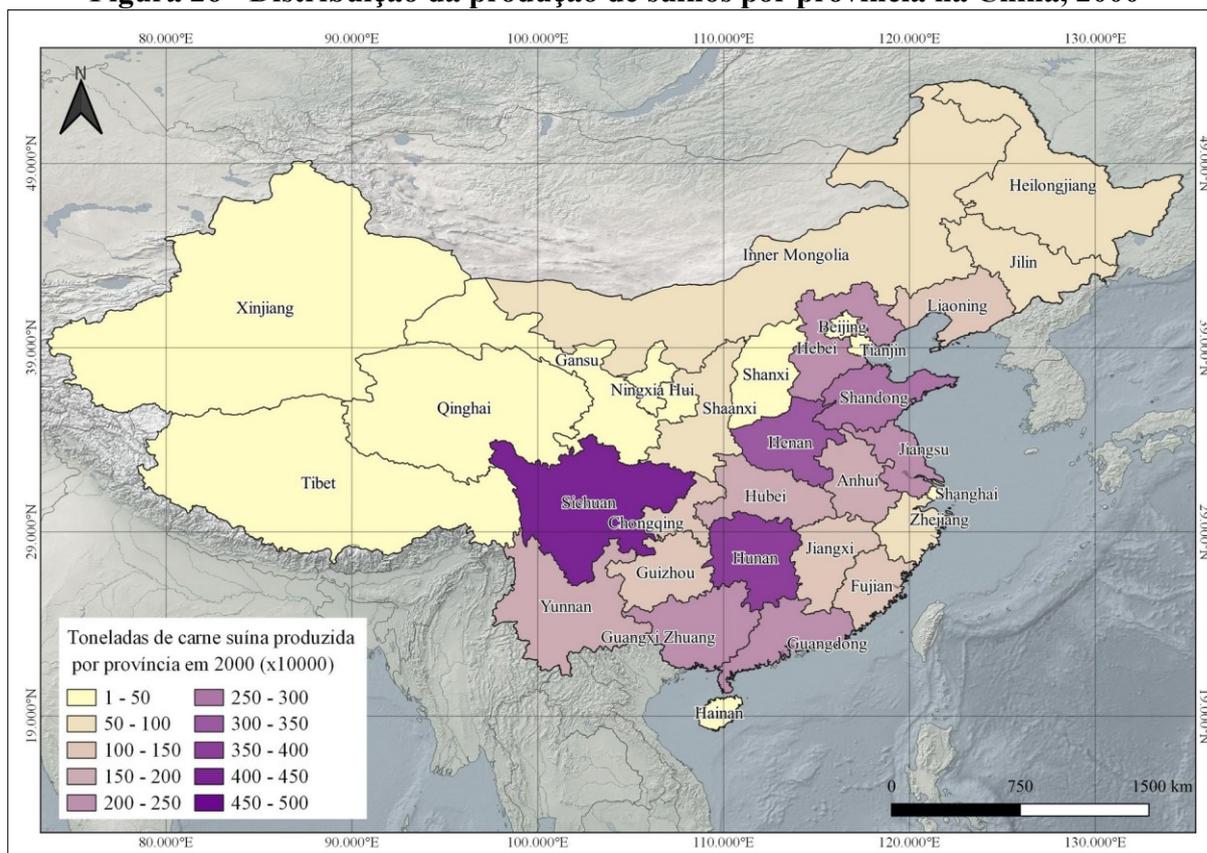
¹⁶Fatores que operam tanto do ponto de vista gestor quanto de técnicas de produção. Conforme portais voltados ao tema agropecuário, as unidades agrícolas chinesas com menos de 50 cabeças anuais necessitam de 3,5 quilogramas de alimentação para cada quilograma de engorde dos suínos, frente 2,7 quilogramas utilizados em propriedades de mais de 1000 cabeças anuais. Fator endossado pela quantidade de dias sob alimentação que o animal vivencia antes do abate: 180 no primeiro caso frente 150 nas maiores propriedades. Apesar de serem critérios técnicos, são reflexo da estrutura de seleção genética, alimentar e organizacional do processo produtivo com profundas consequências para o modo de inserção econômica dos atores. Valores obtidos em agweb.com/news/livestock/pork/high-rise-piggeries-what-chinas-pork-industry-transformation-means-us-farmers (acesso em 07/11/2022).

Sob o traçado dos modelos de organização e produção referidos, a estrutura de porcos em China desenrolou-se ao longo de três momentos com reflexos sobre a atuação internacional do país (SCHNEIDER; SHARMA, 2014).

Um primeiro, sequente ao início das reformas em 1979, no qual a lógica comercial suplantou a produção de porcos para autoconsumo. A maior conexão com o mercado internacional possibilitou novas tecnologias produtivas de serem acessadas no meio rural chinês, ampliando os índices de produtividade. A província de Sichuan mantinha-se como central no aspecto produtivo, constância também ocorrida com o perfil produtivo predominantemente familiar em propriedades de menor escala (SCHNEIDER, 2011).

Na transição dos séculos, em busca de garantia de canais de abastecimento proteico interno e em virtude das negociações para entrada do país na OMC, as tarifas protetivas em relação a importação de soja foram reduzidas (HAIRONG; YIYUAN; BUN, 2016). Diferentemente do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) que emergiu buscando construir relações econômicas entre diferentes países, a Organização Mundial do Comércio operou historicamente de forma impositiva sobre seus possíveis afiliados. Nessa direção, o ingresso chinês contou com o comprometimento do país em aplicar tratamento econômico não discriminatório na compra de insumos e mercadorias – liberalização –, bem como a garantia de que os preços adotados seriam oriundos do mercado internacional – e, por consequência, que subsídios e tributações distintas seriam abolidas (THORSTENSEN *et al*, 2014). Alterações que viabilizaram o crescimento da entrada de grãos e, conseqüentemente, de matéria prima para alimentação animal, incidindo na ampliação quantitativa e espacial de produção de porcos, conforme apresentado na Figura 26. No mapa, percebe-se uma forte expansão da quantidade de animais produzida ao Sudeste do país, com destaque para as províncias de Hunan e Henan – além da permanência de Sichuan.

Figura 26 - Distribuição da produção de suínos por província na China, 2000



Fonte: elaboração em QGIS a partir de dados do National Bureau of Statistics of China (NBSC).

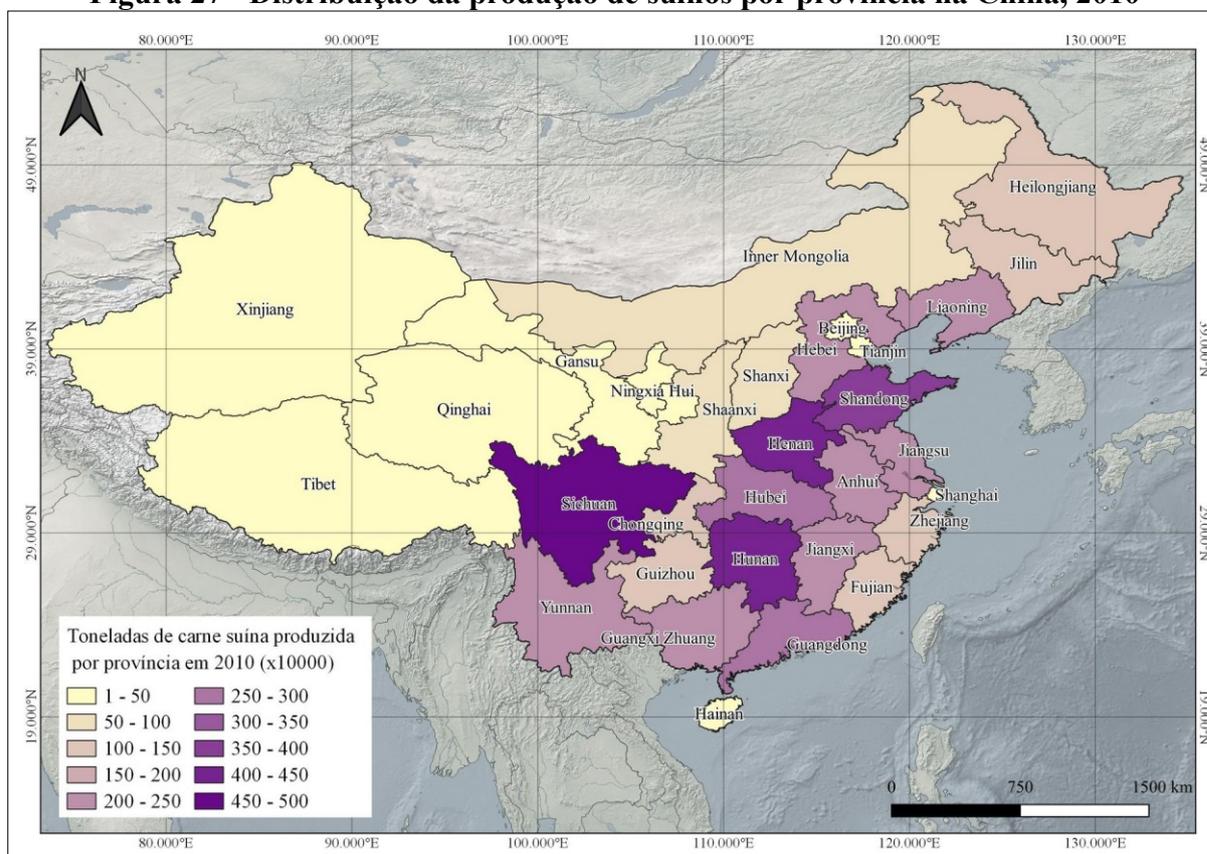
Em 2006, a proliferação do vírus da síndrome reprodutiva e respiratória de suínos¹⁷ impôs a necessidade de sacrifício de grande quantidade de animais por toda a Ásia. No caso chinês, a prática resultou em desestabilização da oferta para o mercado de alimentação humana. Como tentativa de evitar novo incidente, uma série de investimentos públicos voltados a produções de larga escala foram empenhados visando a padronização da cadeia produtiva a fim mitigar a possibilidade de novos surtos biológicos (SCHNEIDER; SHARMA, 2014). Como resultado, novamente a quantidade de animais produzidos e as regiões de produção expandiram-se¹⁸. Como pode ser visto na Figura 27, ocorreu uma intensificação nas províncias já importantes na produção, e um crescimento em novas localidades ao Nordeste – como *Liaoning*, *Jenin* e *Heilongjiang*. A área de ampliação se deu exatamente nas

¹⁷Para uma visão geral da síndrome, ver mais em “Síndrome reprodutiva e respiratória dos suínos: uma breve revisão”, de Kreutz (1998), disponível em scielo.br/j/cr/a/sX6yQPSWnsKx489FKFpwZMR/?lang=pt (acesso em 20/11/2022).

¹⁸Cabe notar que a medida implementada objetivava reduzir a variabilidade de métodos utilizados na produção animal, evitando que possíveis manejos temerários incidissem em uma crise generalizada. Entretanto, conforme aponta Wallace (2020), a prática adotada de concentração de animais em um mesmo ambiente, acrescida da padronização genética, traça um ameaçador caminho suscetível a emergência de novas doenças.

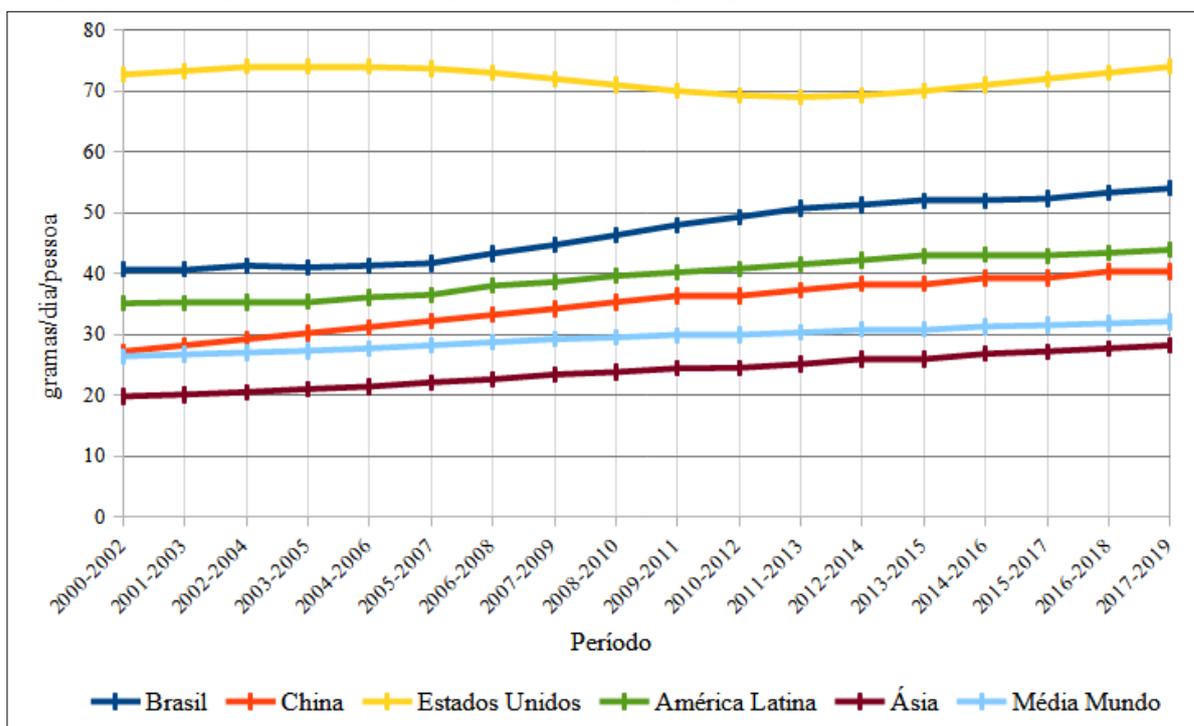
regiões estimuladas pelo poder público para ingressarem em processos de verticalização (ZHANG; DONALDSON, 2016; SCHNEIDER, 2011).

Figura 27 - Distribuição da produção de suínos por província na China, 2010



Fonte: elaboração em QGIS a partir de dados do National Bureau of Statistics of China (NBSC).

Como resultado da expansão de produção e propagação de porcos dentro do território chinês, apresentou-se um quadro de transição nutricional. A dieta tradicional chinesa, apontada como de um padrão de oito partes de grãos, para uma de verduras e legumes e uma parte de proteínas, progressivamente foi substituída por um padrão ocidental de quatro partes de grãos, três partes de verdura e três de proteínas (WEIS, 2016; HUANG, 2011; SCHNEIDER, 2011). Nas proporções anuais, o consumo de carne na China quadruplicou-se entre 1980 e 2010 – ano no qual obteve uma média de 61 quilogramas por pessoa, frente média mundial de 42 quilogramas (ESCHER; SCHNEIDER; YE, 2017). Elemento endossado pela observação da Figura 28, na qual ressalta-se a ampliação da disponibilidade de proteína animal por pessoa.

Figura 28 - Disponibilidade de proteína animal por pessoa, média trienal, 2000 – 2019

Fonte: Dados adaptados de FAOSTAT (2022).

No recorte tomado no gráfico, ocorreu uma elevação do consumo de proteína animal individual diário de 27,2 gramas para 40,3 gramas, entre 2000 e 2019 – variação de 48,16%. Para fins de comparação, o quadro brasileiro variou 32,68%, frente 21,59% da média mundial. Em relação as carnes suínas em específico, o país asiático é responsável por mais da metade do consumo mundial da proteína, a qual também é a mais produzida e consumida no mundo (ESCHER, 2016).

Sintetiza-se o tópico pela consideração de que o modelo de desenvolvimento chinês foi baseado na emergência e consolidação de uma classe média urbana com alto potencial de consumo. Consumo que, frequentemente, foi atrelado ao setor de proteínas animais como forma de criar uma circularidade na geração de capital, visto a possibilidade de agregação de valor no segmento. Processos que satisfiziam o objetivo das políticas públicas adotadas, e também o dos conglomerados internacionais interessados no mercado chinês – vide os casos dos conglomerados do complexo grãos-carne e da própria OMC. Ao longo dos cinquenta anos decorrentes das reformas de Deng Xiao Ping, estimulou-se a produção de porcos por meio da padronização das cadeias alimentares e, essencialmente, pela entrada de grãos de soja no país, elemento a ser destrinchado a seguir.

5.1.2 Porcos que se alimentam de grãos

Conforme apontado, a produção de porcos no território chinês passou por especial alteração quando da entrada do país na OMC. Especialmente em decorrência da liberalização do mercado de soja no país. Nota-se que as variantes originais de *Glycine* foram exatamente oriundas do território asiático, o qual foi grande produtor do grão na maior parte do século XX. Portanto, para além da liberalização, a concepção imposta sobre a oleaginosa alterou-se dentro da China para que passasse a ser majoritariamente elemento da cadeia produtiva de larga escala, de fornecimento externo e globalmente integrada.

O processo de ressignificação da soja ocorreu especialmente como fruto da proporção entre terras agricultáveis e composição demográfica chinesa, visto que o país dispõe de 6% das águas, 9% das terras e 21% da população mundial¹⁹. Frente este elemento, e em busca de uma sociedade progressivamente urbana, fazia-se necessária a reestruturação das concepções produtivas nacionais (ESCHER, 2016). No limitar desse processo que, em livro de 1983, Bertrand, Laurent e Leclerq apontavam possíveis tendências do mercado chinês de soja:

A China, berço da soja, importa por ano algumas centenas de milhares de toneladas de grão de soja, provenientes principalmente dos Estados Unidos. Ainda que essas trocas permaneçam marginais em relação às importações de cereais, merecem ser mencionadas, pois as importações de soja aumentam a cada ano. Por que os chineses necessitam de mais soja do que a que produzem? Acidentes climáticos, baixa da produção nacional em certas regiões, escassez de alimentos? É difícil ter informações precisas, mas sabe-se que toneladas cada vez maiores de grão de soja são trituradas e que a torta assim produzida se destina em grande parte às fazendas estatais e às criações coletivas de porcos, aves e vacas leiteiras. Nestes últimos anos, tem-se desenvolvido grandes criações na periferia das cidades e continuam a estabelecer-se criações de vacas leiteiras, pocilgas e galinheiros industriais, bem como a modernizar as instalações portuárias para o desembarque do grão. Essas medidas são acompanhadas pela construção de unidades de fabricação de alimentos para os animais e por um aumento no consumo de torta de soja. Portanto, é bastante provável que os chineses estejam recorrendo à importação do grão da soja para atender às necessidades de sua nascente criação industrial de animais. Se é mesmo essa a razão das importações chinesas, elas irão aumentar? Nada é menos certo do que isso, pois se as diretrizes em matéria de política agrícola expressam a vontade de desenvolver a criação de herbívoros (bois, carneiros, coelhos etc.) e a criação industrial que permita valorizar os resíduos domésticos, a criação que utiliza alimentos concentrados não aparece como prioritária. Se o desenvolvimento da criação dos herbívoros constituir um êxito, o crescimento e as criações industriais poderiam sofrer um nítido esfriamento e assim também o recurso a alimentos concentrados. Se, porém, for um fracasso, poderá observar-se um aumento nas importações de soja, a fim de abastecer as criações industriais de porcos e de aves. (BERTRAND; LAURENT; LECLERQ, 1987, p. 106 – 107)

¹⁹A consideração desse elemento reverberará intensamente em diferentes análises sobre o contexto chinês, tanto em perspectiva positiva pela disponibilidade de um mercado consumidor, como tensionada pelo receio de uma prática expansiva do país (ESCHER, 2019; HAIRONG; YIYUAN; BUN, 2016; VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016).

Passados 40 anos, a história evidencia que as importações de grãos de fato cresceram ao longo do tempo e compuseram parte do processo de desenvolvimento tomado pelo país. Contrário a suposição dos autores, entretanto, a prática não incidiu na desestabilização do processo industrial, mas na construção correlata de ambas as esferas.

Para tal, a amplitude das considerações sobre segurança alimentar no contexto chinês foram basais. Segundo Schneider (2014), a terminologia ocidental de segurança alimentar (*food security/shípǐn fángyù ānquán*) encontra pouca reverberação no ambiente institucional chinês. Por sua vez, o conceito local de segurança de grãos (*grain security/liángshí ānquán*) foi, desde a implementação do Grande Salto Adiante na década de 1950, o balizador das políticas de garantia alimentar da população. Nessa perspectiva, o país elegia grãos considerados estratégicos para manutenção nacional – principalmente arroz, trigo, milho e soja –, que passavam a ser alvo de fomento para garantia de autossuficiência²⁰. Todavia, em busca da ampliação das fontes de insumos para produção animal, diversas flexibilizações sobre a segurança de grãos desenrolaram-se após o 9º Plano Quinquenal, com especial reverberação sobre a soja (HAIRONG; YIYUAN; BUN, 2016). Previa-se no referido plano a promoção de uma agricultura integrada, coordenada, especializada, padronizada e internacionalizada (ZHANG; DONALDSON, 2008). Fator aprofundado nas negociações da entrada chinesa na OMC, que resultaram na desconsideração da oleaginosa enquanto estratégica para manutenção alimentar nacional e, logo, sujeita a revisões tarifárias. Antes da alteração, a importação de soja contava com tributação de 13% do valor total, índice reduzido para 3% pós acordos com a OMC (JAMET; CHAUMET, 2016). Somou-se a esse processo a maleabilidade legislativa quanto à entrada de grãos transgênicos no país, os quais passaram a ser aprovados enquanto cultura a ser adquirida, apesar da manutenção de proibição de produção interna (HAIRONG; YIYUAN; BUN, 2016).

Cabe notar, ademais, que a redução tarifária ocorreu especificamente sobre o grão *in natura*, evidenciando uma preferência pela entrada de matérias primas não processadas sobre as quais poderia ser agregado valor internamente (ESCHER, 2016). Ponto que retoma a importância da produção de proteína animal como canal de constante possibilidade de valorização de matérias primas (WEIS, 2013). A quantidade processada de farelo do grão passou de oito milhões de toneladas em 1997/1998, para 54 milhões de toneladas em

²⁰Em 1993, o decreto de grãos (China's Grain Issues/中国的粮食问题) definiu uma autossuficiência em 95% dos grãos como ideal. Esse valor foi readaptado em 2013, passando para 100% de grãos essenciais (arroz e trigo), 90% de outros grãos, 80% de comidas em geras (HAIRONG; YIYUAN; BUN, 2016).

2014/2015. A produção industrial de rações, por sua vez, partiu da inexistência de registros na década de 1980 para 200 milhões de toneladas produzidas em 2012 – maior produção mundial (JAMET; CHAUMET, 2016)

Em relação a caracterização do setor de processamento, até 2004, a maior parte das empresas eram de origem chinesa. No referido ano, instabilidades internacionais no preço do grão – em virtude do aumento do controle fitossanitário chinês, entrada do país na OMC e crise na oferta global – afetaram a rentabilidade do setor (SCHNEIDER, 2011). Como consequência, diversas ECD perderam espaço de mercado pela impossibilidade de honrar as dívidas com os créditos externos adquiridos. Nesse contexto, empresas internacionais como as *ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus* (frequentemente referido como grupo ABCD) entraram fortemente nas operações do país; bem como os grupos asiáticos *Noble, Olam e Wilmar*. Em 2009, esses grupos controlavam 60% do esmagamento total de soja em China (ESCHER; WILKINSON, 2019). Nos anos subseqüentes, e especialmente em virtude de mobilizações de trabalhadores do setor, o Estado chinês retomou o fomento a grupos nacionais. Assim, em 2016, empresas locais como *COFCO, Heilongjiang Oil and Fat, Hopefull Grain and Oil Group, Chongqing Gran Group e Shandong Bohai Industries* retomaram poder econômico e social – sendo responsável, em 2016, por 60% das operações (ESCHER, 2016).

Com a maior entrada de soja importada, o grão passou a compôr parte significativa da balança comercial entre China e outros países. Entre 2000 e 2018, conforme apontado na Tabela 11, a soja figurou como nono artigo de maior crescimento em quantidade total importada e quarto em quantidade total absoluta.

Tabela 10 - Quantidades de produtos selecionados importadas por China e sua variação, 2000 – 2018

Quantidade importada	2000	2005	2010	2015	2018	Variação
Carvão (ton.)	2.120.000	26.171.000	163.100.000	204.061.800	281.890.000	13196,70%
Algodão (ton.)	50.000	2.570.000	2.840.000	1.474.900	1.570.000	3040,00%
Veículos terrestres motorizados diversos (un.)	67.553	243.115	1.169.089	1.457.009	1.631.750	2315,51%
Minérios diversos (ferro, manganês, cobre e cromo) (ton.)	74.090.000	286.890.000	645.340.000	992.162.200	1.125.700.000	1419,37%
Arroz (ton.)	240.000	520.000	388.200	3.376.900	3.080.000	1183,33%
Aeronaves e semelhantes (un.)	85	213	344	68.274	1.028	1109,41%
Serragem de madeira (m3)	3.575.208	5.970.000	14.760.000	26.577.134	36.630.000	924,56%
Soja em grão (ton.)	10.416.000	26.590.000	54.800.000	81.691.900	88.040.000	745,24%
Polpa de celulose (ton.)	3.350.000	7.590.000	11.370.000	19.839.900	24.790.000	640,00%
Cereais e farinhas derivadas (ton.)	3.150.000	6.270.000	5.710.000	32.704.400	20.470.000	549,84%
Maquinário de processamento de dados e componentes (un.)	74.720.000	321.200.000	734.510.000	720.321.993	469.180.000	527,92%

Quantidade importada	2000	2005	2010	2015	2018	Varição
Petróleo cru ou refinado (ton.)	88.320.000	158.247.000	274.560.000	365.398.200	495.370.000	460,88%
Produtos farmacêuticos (ton.)	29.720	36.259	75.423	106.064	152.709	413,83%
Borrachas, sintéticas e naturais (ton.)	1.560.000	2.500.000	3.425.440	4.718.550	7.010.000	349,36%
Lenhas/troncos (m3)	13.610.000	29.370.000	34.350.000	44.569.000	59.690.000	338,57%
Açúcar (ton.)	640.000	1.390.000	1.770.000	4.845.900	2.800.000	337,50%
Trigo (ton.)	880.000	3.540.000	1.230.700	3.005.900	3.100.000	252,27%
Óleo vegetal comestível (ton.)	1.790.000	6.210.000	6.870.000	6.765.000	6.290.000	251,40%
Cobre, ligas e derivados (ton)	1.553.115	2.540.000	4.292.487	4.808.564	5.300.926	241,31%
Polietileno, polipropileno e poliestireno (ton.)	6.700.000	10.380.000	12.683.491	13.747.616	17.170.000	156,27%
Pesticidas (ton.)	41.138	36.752	50.701	89.975	79.202	92,53%
Químicos diversos (ton.)	13.180.263	25.220.000	23.252.744	21.746.103	21.223.555	61,03%
Lãs (ton.)	300.687	270.000	333.362	365.664	377.382	25,51%
Papel e papelão (ton.)	5.950.000	5.210.000	3.310.000	2.863.000	6.270.000	5,38%
Maquinários diversos (un.)	104.794	116.433	114.496	90.910	87.895	-16,13%
Rolos de aço (ton.)	15.960.000	25.820.000	16.430.000	12.782.400	13.170.000	-17,48%
Fertilizantes químicos diversos (ton.)	11.890.000	14.040.000	7.193.300	11.172.500	9.663.900	-18,72%
Fibras sintéticas (ton.)	1.000.000	1.660.000	709.444	624.682	791.141	-20,89%
Alumínio, ligas e derivados (ton.)	3.251.131	8.310.000	5.265.433	5.349.590	1.106.425	-65,97%
Fertilizantes NPK (ton.)	5.680.000	2.290.000	1.080.000	1.461.700	1.460.000	-74,30%

Fonte: adaptado a partir de National Bureau of Statistics of China (NBSC).

Nota: As categorias “Barcos”, “Equipamentos de telecomunicação”, “Compressores e reservatórios térmicos” e “Válvulas diversas” compunham a tabela integral e foram retiradas por conterem informações inconstantes ou consideradas ineficazes para comparação. As tabelas disponíveis na fonte utilizada apresentavam, também, valores atualizados até 2020. Entretanto, em virtude da pandemia de COVID 19, o comércio internacional sofreu fortes alterações, sendo tomado o ano de 2018 como base para comparação visando manter a tendência até o momento. A fonte também apresentava dados anteriores aos anos 2000, entretanto, a metodologia de levantamento eram distintas, dificultando e/ou inviabilizando comparações.

As demais categorias que apresentaram alto crescimento também são matérias-primas em estado não processado – casos de carvão, algodão e minérios diversos. Evidencia-se nestas alterações a proposição chinesa de instauração de um modelo econômico que dispõe da economia de mercado enquanto forma de manutenção da sua estrutura econômica interna (JABBOUR, 2010), utilizando das matérias-primas externas para fomentar a produção local – inclusive quando em relação a garantia alimentar (HAIRONG; YIYUAN; BUN, 2016). Fator que denota a constante conexão entre elementos institucionais nacionais e internacionais. Os canais internacionais de poder e influência – como a OMC – impõem práticas específicas aos países como contrapartida de acesso às suas modalidades comerciais exclusivas. Por sua vez, cada Estado opera em relação a essas imposições em diálogo com sua manutenção interna, cedendo ou construindo caminhos de acordo com sua própria estrutura político administrativa.

A relação entre esfera internacional e nacional também é notável nas demais políticas adotadas pela China para consolidação dos canais de abastecimento de matéria prima e, no caso específico, de soja. A atuação internacional do país, especialmente após as políticas de internacionalização no final do século XX (ARMONY; STRAUSS, 2012), construiu eixos voltados a assegurar fornecimento essencialmente em países também em desenvolvimento

(FURTADO; ALVES, 2020; MÓDOLO; HIRATUKA, 2017; LUU; COATES, 2012). A relação entre países contou com dupla composição: a utilização de terras de outros locais como forma de compensar e suplementar a baixa disponibilidade agricultável chinesa (SCHNEIDER, 2014); e promoção de desenvolvimento cooperativo entre países à margem do sistema econômico capitalista (MENDONÇA; LOPES FILHO; OLIVEIRA, 2021). Ambas as camadas não operaram de forma oposta, mas intercaladas e relativas aos diferentes quadros nacionais. Na seção a seguir, explora-se o caso específico entre China e Brasil.

5.1.3 O complexo grãos-carne, o Brasil e a China

As relações comerciais entre China e Brasil podem ser distinguidas em quatro períodos (FURTADO; ALVES, 2020). Iniciam ainda no século XIX, com ambas as nacionalidades pertencendo a domínios imperiais e operando em trânsito esporádico de mercadorias, dinâmica manteve-se predominante também ao longo do século XX. Com o Golpe Civil Militar de 1964, os países distanciaram-se especialmente em virtude do discurso anticomunista implementado pelo regime ditatorial. Foi somente na chegada da década de 1980, com a reaproximação entre China e Estados Unidos, que o Brasil retomou suas negociações com o país asiático. É de 1978, inclusive, o primeiro acordo comercial bilateral sino-brasileiro²¹. Essa fase se manteve ao longo das décadas seguintes, sendo potencializada com a entrada chinesa na OMC. Por fim, o derradeiro período é o posterior à crise global de 2008, especialmente pelo enfraquecimento do capitalismo atlântico e fortalecimento dos canais comerciais em direção à Ásia.

As referidas demarcações de tempo indicam tendências gerais das operações comerciais entre as regiões, sendo os dois últimos centrais para a presente análise. Quando recortado o enfoque em direção a atuação chinesa sobre o setor sojícola brasileiro, é possível distinguir três eixos centrais de operação: investimentos diretos em projetos *green* e *brownfield*; aquisição de terras por capital chinês em território brasileiro; e importação de matérias primas.

Os investimentos diretos refletem a aplicação de capital chinês em projetos localizados no Brasil. Os dados relativos a essa prática, apresentados no Quadro 05, foram levantados dos relatórios elaborados pelo Conselho Empresarial Brasil – China (CEBC) e triangulados com

²¹O qual versava sobre termos gerais de negociação, sem temática central. Pode ser acessado na íntegra em diariodasleis.com.br/legislacao/federal/45795-promulga-o-acordo-comercial-brasil-republica-popular-da-china.html (acesso em 20/11/2022).

fontes secundárias (FURTADO; ALVES, 2020; ESCHER; WILKINSON, 2019; SILVA *et al*, 2017; MÓDOLO, 2011).

No apanhado geral dos investimentos chineses no setor agrário brasileiro evidenciam-se operações de fomento à infraestrutura, canais de comercialização de grãos – *tradings* –, e controle sobre a produção de insumos e sementes. Em relação à espacialidade dos projetos, parte majoritária foi desenvolvida em regiões tradicionalmente vinculadas à produção exportadora – como o Centro-Oeste –, e novas fronteiras agrícolas – como o Matopiba (FURTADO; ALVES, 2020). Quanto à caracterização dos projetos, chama a atenção para um movimento inicial de investimentos majoritariamente *greenfield* que, por volta do ano de 2014, perdeu importância frente a ampliação dos realizados sobre estruturas pré-existentes, os *brownfield* (SILVA *et al*, 2017; MARINHO, 2013). Retomando as proposições sobre as estratégias chinesas relacionadas à política de internacionalização econômica (Política de *Zhou Chuqu*), nota-se a transição entre a segunda e terceira fases²² do método aplicado pelo Estado Chinês (ESCHER, 2016).

Quadro 5 - IDE Chinês em território brasileiro, 2010 – 2019

Ano	Partes Envolvidas	Projeto	Situação em 2022
2010	China National Agricultural Development Group Corporation (CNADC) e Governo de Goiás.	Acordos de exportação de soja e construção de ferrovia no Estado.	Ferrovia de Integração Centro Oeste (Fico) oficialmente assinado em 2016, com cooperação da China Railway Construction Corporation Limited (CRCC), e outros estados. Previsão de término em 2024 ²³ .
2011	Chongqing Grain Group Corp (CGGC) e Governo da Bahia.	Acordos de exportação de soja e construção de planta de processamento de grãos no Estado.	Construção da planta de processamentos interpretada como aquisição de terras e paralizada ²⁴ .
2012	BBCA e Prefeitura de Maracajú, Mato Grosso do Sul.	Construção de unidade de processamento de grãos de milho.	Aprovado em 2018 com ampliação e diversificação dos processamentos originalmente previstos. Construção de escritórios da empresa em Itajaí e Campo Grande ²⁵ .
2014	COFCO International e Nidera/Noble Agri.	Aquisição das empresas privadas e de seus portfólios de sementes pela estatal chinesa.	Em 2018, Nidera Seeds revendida para Syngenta. Enquanto a Noble Agri teve o restante de suas ações adquiridas em 2016,

²²Aprofundadas no Capítulo 3, na seção 3.2.3.

²³“Delegação anuncia elaboração de projetos para setor do agronegócio goiano”. Agrolink, 2011. Disponível em: agrolink.com.br/noticias/delegacao-anuncia-elaboracao-de-projetos-para-o-setor-do-agronegocio-goiano_133685.html (acesso em 14/11/2022) e “Governo Formaliza Parceria para construção de ferrovia. Governo do Mato Grosso, 2016. Disponível em: mt.gov.br/-/17950788-governo-firma-contrato-inovador-para-construcao-de-ferrovia-estadual (acesso em 14/11/2022).

²⁴“Grande projeto agrícola da China na Bahia é, até agora, um campo vazio”. O Globo, 2014. Disponível em: glo.bo/3b0Zyxc (acesso em 14/11/2022).

²⁵“Grupo chinês confirma investimento de R\$ 2 bilhões e operações até outubro”. CampoGrandeNews, 2018. Disponível em campograndenews.com.br/economia/grupo-chines-confirma-investimento-de-rs-2-bilhoes-e-operacoes-ate-outubro (acesso em 14/11/2022).

Ano	Partes Envolvidas	Projeto	Situação em 2022
			tornando-se posse da COFCO International ²⁶ .
2014	Tide Group e Prentiss Química.	TG adquire a companhia paranaense – produtora de fertilizantes agrícolas.	Em 2018 a compra foi reassegurada com a obtenção da integralidade do capital da empresa ²⁷ .
2016	Hunan Dakang Pasture Farming (Shanghai Pengxin Group) e Fiagril.	Aquisição de 57% da empresa brasileira de trading de soja (localizada no PR) pela companhia chinesa.	O restante da participação societária continua com o ramo financeiro da Fiagril e com a investidora Amerra Capital Management, EUA.
2017	LongPing Agriculture + Citic Agri Fund e Dow AgroSciences.	Aquisição da Dow pelos dois fundos chineses, bem como de suas operações com sementes de milho no Brasil.	Empresa foi renomeada como LP Sementes ²⁸ .
2017	Hunan Dakang Pasture Farming (Shanghai Pengxin Group) e Belagrícola.	Aquisição majoritária da <i>trading</i> de soja brasileira localizada no MT.	---
2017	HNA Modern Logistic + Yangtze River Development e Fumagalli.	Acordo entre o grupo paranaense e as empresas chinesas para construção de trinta terminais de armazenagem de grãos em MT.	Joint Venture renomeada como NovaLog FIP.

Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China (2011; 2012; 2014; 2015; 2017; 2018; 2019) e Escher e Wilkinson (2019), adaptados pelo autor.

Cabe também o apontamento de que outros investimentos aqui não elencados podem ter relação direta ou indireta com exportações e comercialização de produtos do complexo grãos–carnes. Como a aquisição, em 2018, de 90% dos espaços para contentores no porto de Paranaguá, Paraná, pela estatal *China Merchants Port*. Além de outros investimentos em portos e aeroportos considerados²⁹ por representantes chineses como possíveis ações dentro da *One Belt One Road Initiative* (TSUI *et al.*, 2017).

Os dados para aquisições de terra por grupos estrangeiros enfrentam ausência de centralização das informações no contexto brasileiro. Portanto, o levantamento foi realizado com base na plataforma *Land Matrix*³⁰, que monitora aquisições internacionais de terras por capital estrangeiro. Para a presente análise, foram selecionadas todas as aquisições que tivessem capital proveniente de China, Hong Kong e Macau. O resultado indicou dois projetos. O primeiro, realizado em 2013, quando a *Shanghai Pengxin Group Ltda.* adquiriu 200 mil hectares no município de Campinápolis, Mato Grosso. Já o segundo trata-se da aquisição pela *Sol Agrícola Ltda.* de 16 mil hectares em Palmas, no Tocantins. A baixa

²⁶"Syngenta conclui compra da empresa de sementes Nidera, da Chinesa Cofco". Globo Rural, 2018. Disponível em: glo.bo/3sKXmjF (acesso em 14/11/2022).

²⁷"Tide anuncia aquisição da Prentiss Química". Agrolink, 2019. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/tide-anuncia-aquisicao-da-prentiss-quimica_424537.html (acesso em 14/11/2022).

²⁸"Chineses investes US\$ 1 bilhão na compra de negócios de sementes de milho da Dow AgroSciences no Brasil". G1, 2017. Disponível em glo.bo/3bIavTu (acesso em 14/11/2022).

²⁹"Empresas chinesas estão otimistas com investimentos em longo prazo no Brasil", diz embaixador da China". InvesteSp, 2020. Disponível em investe.sp.gov.br/noticia/empresas-chinesas-estao-otimistas-com-investimentos-em-longo-prazo-no-brasil-diz-embaxador-da-china/ (14/11/2022).

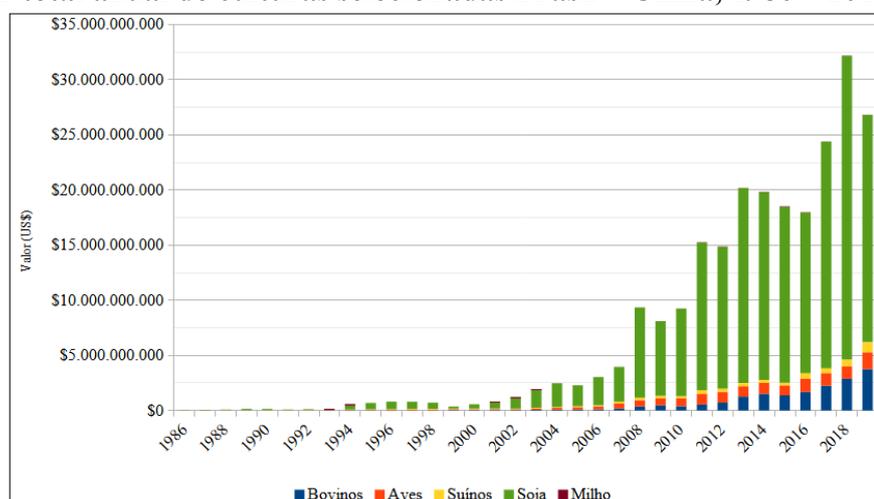
³⁰A *Land Matrix Initiative* é um projeto fomentado por cinco instituições europeias focado em monitorar as aquisições de terra pelo globo. Informações disponíveis em: landmatrix.org/about/ (acesso em 24/02/21).

incidência chinesa é confirmada por relatório da própria plataforma que indica países europeus – especialmente Países Baixos – e Estados Unidos como principais adquirentes de terras no Brasil (LAND MATRIX, 2020).

Entretanto, dois fatores são discutíveis sobre o levantamento. O inicial é a dificuldade de acesso aos dados pela limitada acessibilidade, e pela fragmentação de informações advinda da abertura de capitais. A empresa *Sol Agrícola Ltda.*, por exemplo, é majoritariamente controlada pela *Heilongjiang State Farm Company* e pela *Zhejiang Fudi Agriculture Company*, além de um terceiro grupo financeiro não identificado. Ou seja, a dissipação da propriedade dos empreendimentos ergue uma barreira sobre a observação dos casos de aquisição de terras por capital estrangeiro. Já o outro fator relaciona-se à estrutura jurídica para essas aquisições. A Constituição de 1988 prevê que a regulação sobre as aquisições seria uma determinação do Congresso Nacional o qual, ao longo de décadas, alternou momentos entre ampliação e flexibilização de restrições. Contudo, em 2020, foi aprovada a PL 2.963, que versa sobre nova liberalização da possibilidade de compra desde que fossem aprovadas pelo Conselho de Segurança Nacional e cumprissem determinações municipais específicas³¹. Tal definição indica que, em períodos próximos, a aquisição de terra por capital estrangeiro tende a se tornar mais difundida (OLIVEIRA, 2018; SCHNEIDER, 2014; HAGE *et al.*, 2012).

Por fim, é na balança comercial entre Brasil e China que elementos mais espessos sobre a conexão entre ambos os países se apresenta, conforme apontado na Figura 29.

Figura 29 - Valor total anual de culturas selecionadas Brasil – China, 1986 – 2018



Fonte: elaborado a partir de dados da FAOSTAT.

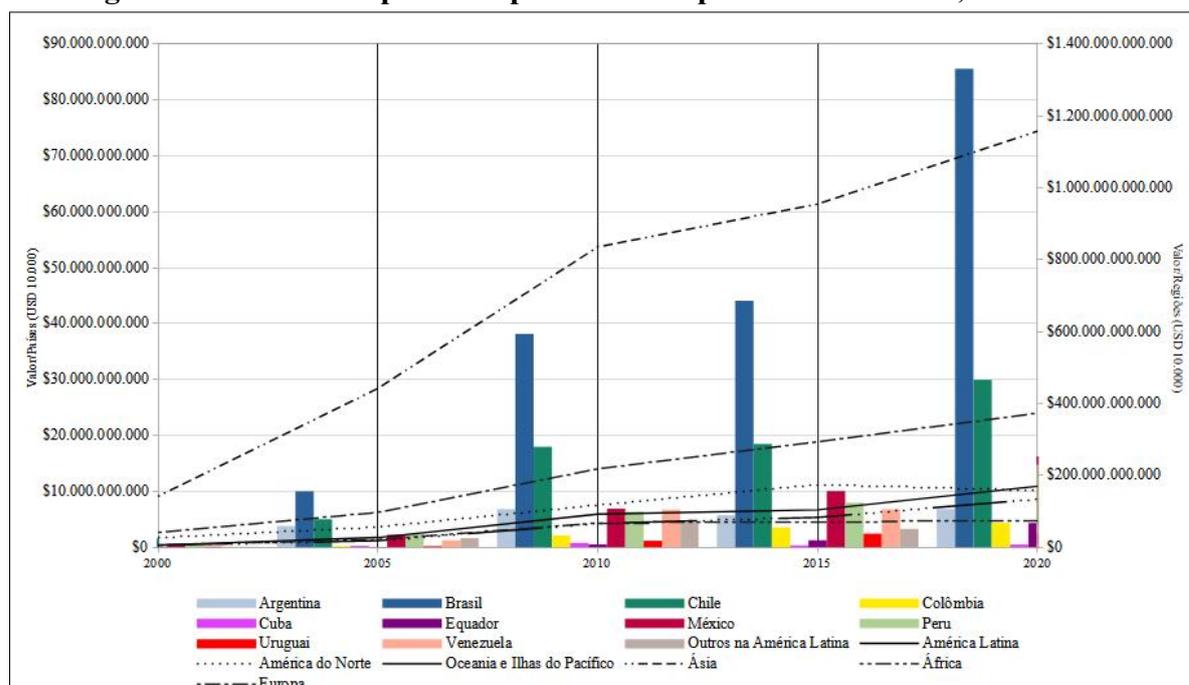
³¹“Aprovado projeto que regulamenta a aquisição de terras por estrangeiros”. Senado, 2020. Disponível em: [.senado.leg.br/noticias/audios/2020/12/vai-a-camara-projeto-que-permite-compra-de-terras-por-estrangeiros](https://www.senado.leg.br/noticias/audios/2020/12/vai-a-camara-projeto-que-permite-compra-de-terras-por-estrangeiros) (acesso em 13/11/2022).

Tomando as entradas do século XXI como referência, as exportações de soja passaram de US\$ 390 milhões, em 2000, para US\$ 27 bilhões, em 2018. Destaque para a retração nas importações em decorrência da crise de 2008, indicando a reverberação da economia global sobre as práticas locais. Para comparação, os valores para a exportação da cultura de milho tiveram como ápice US\$ 59 milhões, em 2015, bastante diminuto frente ao sojícola. As proteínas animais indicam crescimento relativo. Em 2018, a exportação de bovinos e derivados representou US\$ 3,8 bilhões. Valores ainda diminutos frente a predominância sojícola.

Indicativos comerciais também expressivos na análise do quadro de importações chinesas em relação a países da América Latina, disponível na Figura 30.

Observa-se a preponderância brasileira no comércio chinês no eixo latino-americano, com US\$ 85 bilhões em 2020. Como comparação, o quadro chileno – segundo maior exportador sul-americano para o país asiático – alcançou US\$ 29 bilhões no referido ano, valor pouco acima do exclusivamente referente a soja proveniente do Brasil. Interessante salientar, porém, que o principal mercado fornecedor à China é o asiático, virtude da proximidade física (CALVETE; LOPES, 2020; MÓDOLO; HIRATUKA, 2017).

Figura 30 - Valores importados por China de países selecionados, 2000 – 2020



Fonte: Elaborado a partir de dados do National Bureau Statistics of China (NBSC).

Considerando os investimentos diretos, a aquisição de terras e as importações, percebe-se que há distintas formas de abordagem pelo capital chinês em relação as

possibilidades de conexão comercial com os complexos de grãos e carnes do Brasil. Enquanto investimentos diretos (IED) apresentaram dados instáveis ao longo dos anos, com um crescimento de alocação de recursos em setores *brownfield* no período recente, a aquisição de terras apresenta entraves institucionais para sua expansão – jurídicos, principalmente. Por sua vez, a importação de proteínas e grãos cresceu vertiginosamente nas últimas duas décadas, resultando no quadro da China enquanto a maior importadora de soja e dos três principais tipos de proteína animal (boi, frango, porco) do Brasil (ESCHER, 2016).

As formas econômicas desempenhadas entre ambos os países dialogam com a conceitualização de Cadeias Globais de Valor (HERON; PRADO; WEST, 2018; GEREFFI; LUO, 2015). Nas cadeias de valor, os complexos produtivos internacionalizados são coordenados pelos elementos mais fortes ao longo da cadeia – variável em quantidade e qualidade –, os quais impõe padronização sobre a circulação dos produtos ao longo do comércio internacional (FLEURY; FLEURY, 2020; GEREFFI; LEE, 2012; GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005). Essa governança da cadeia de valor pode ocorrer de formas com maior ou menor intensidade de controle. No caso das exportações brasileiras para China dentro do complexo grãos–carnes, caracteriza-se a baixa especificidade dos produtos comercializados, concomitante à existência de uma categorização comum dentre as diferentes localidades de produção. Dessa forma, evidencia-se o caráter de *commodity* atrelado à cadeia, por meio da qual o sistema produtivo se articula de forma difundida ao longo dos países sem a necessidade de intervenção direta do comprador.

Em relação aos motivadores da relação entre ambos os países (DUNNING, 1988), destaca-se que o consumo de soja chinês encontra três vantagens comparativas na relação com o território brasileiro. O primeiro fator é a composição produtiva baseada em propriedades de larga escala e alta produtividade, atrelado ao elemento do país direcionar investimento científico e administrativo em prol do setor agroexportador – e da identidade atrelada ao agronegócio. O segundo se dá pelas negociações diretas com o Brasil serem também uma forma de estabelecer contato com um possível competidor no mercado internacional, bem como construir uma relação estável com uma economia afetada pela própria expansão chinesa. E, terceiro, a possibilidade de aquisição de empresas brasileiras representa o benefício para a administração da China em contar com setores negociantes diretamente inseridos no contexto fornecedor – por meio da instalação de *tradings*, por exemplo.

Parte-se, portanto, do quadro no qual o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo PCCh foi baseado na industrialização e urbanização, e na conformação de uma classe urbana com potencial de consumo elevado. Elementos que, agregados a estímulos do

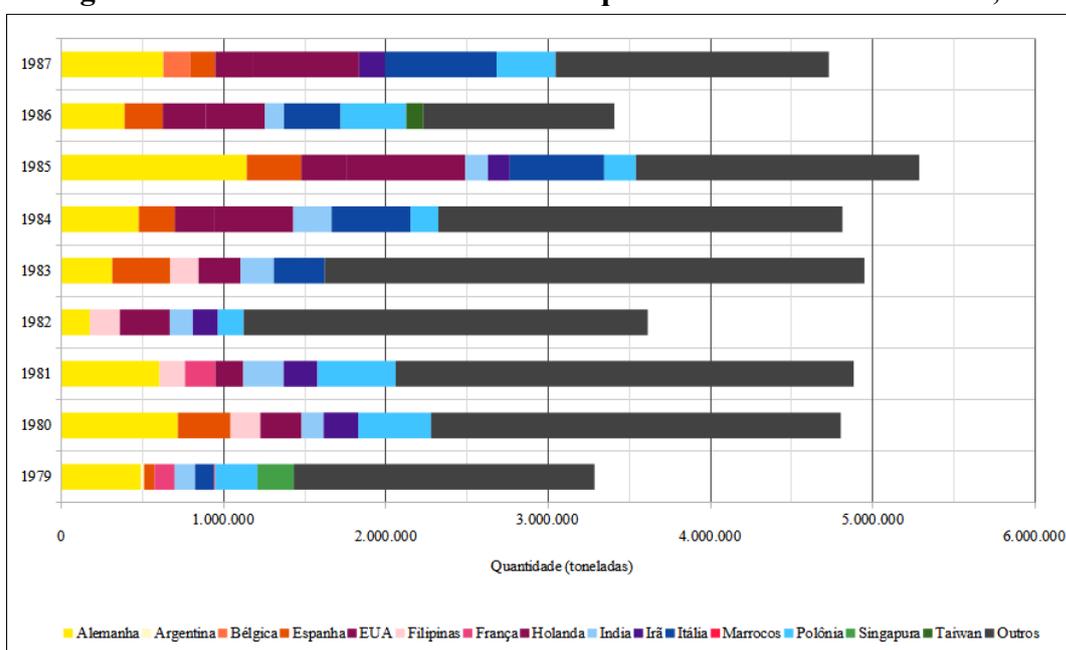
mercado internacional, incidiram na expansão do consumo de proteína animal. Como consequência, ascendeu a produção interna de porcos e, logo, a demanda sobre grãos para serem utilizados como rações. Em virtude dessa necessidade, mercados de *commodities* solidificaram-se ao longo do século XXI, especialmente após a entrada do país asiático na OMC e a consequente liberalização dos escoamentos. É neste contexto que as relações comerciais entre China e Rio Grande do Sul tomaram escala.

5.2 FLUXOS ENTRE RIO GRANDE DO SUL E CHINA

Enquanto o Capítulo 4 analisou as dinâmicas de produção sojícola no Rio Grande do Sul, aqui é feita a ampliação dos pontos relacionados à comercialização. Diversos elementos explorados anteriormente operam em profunda conexão com os que serão apresentados, com a distinção de que lá foram observados majoritariamente reflexos internos, e aqui dinâmicas externas – dentro dos limites de separação entre ambas.

Ao longo das décadas de 1970 e 1990, o principal mercado importador de mercadorias do Rio Grande do Sul era o quadro europeu, com especial destaque para a Alemanha. Demonstrado na Figura 31, a composição de exportação no principal Porto do estado atingia níveis abaixo dos seis milhões de toneladas anuais, com importante participação de países com comércios em menor quantidade.

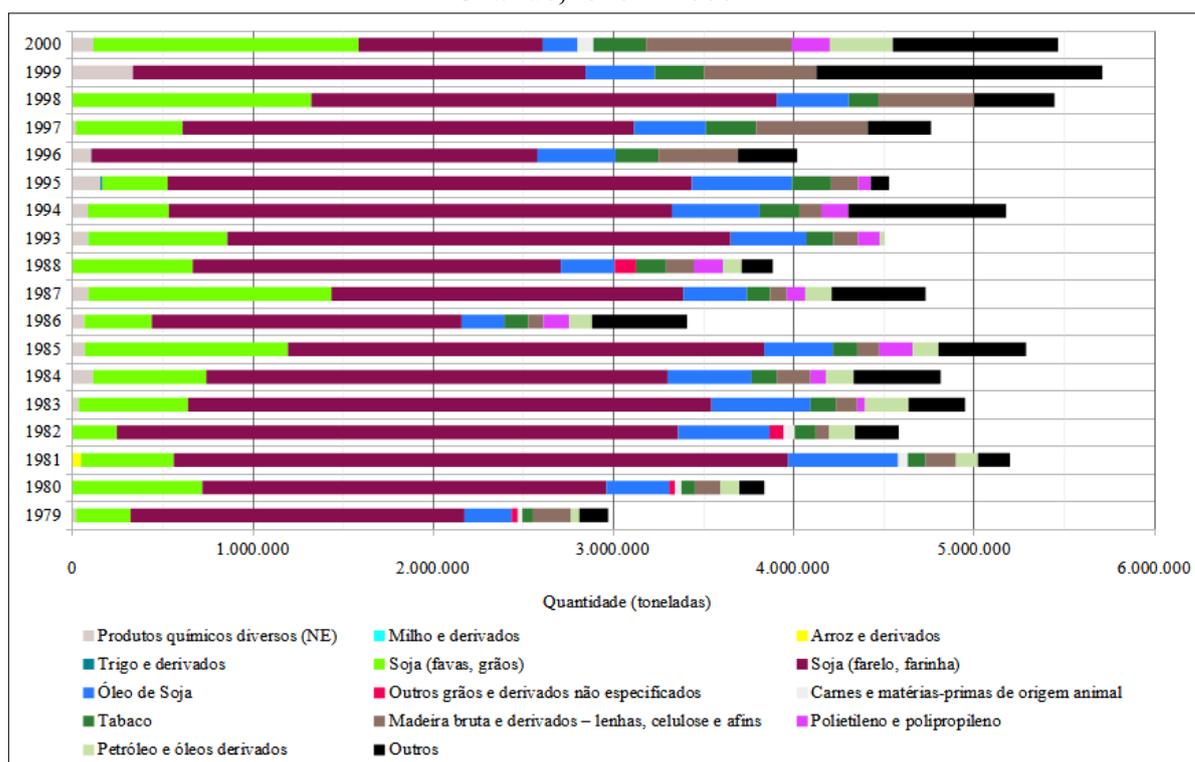
Figura 31 - Países de destino dos embarques no Porto de Rio Grande, 1979 – 1987



Fonte: elaborado a partir de dados da Associação Nacional de Transportes Aquaviários, vários anos.

Quanto à caracterização desses fluxos, a soja já era fator predominante na composição geral, inclusive frente outros elementos agroalimentares – como milho e trigo, por exemplo –, porém marcadamente no formato de farelo e farinha. A Figura 32 apresenta síntese das categorias embarcadas no Porto de Rio Grande, principal escoamento do Estado. Segundo registros da ANTAQ, o Porto de Porto Alegre também apresentava importância de tráfego no período, porém com valor reduzido – não ultrapassando os dois milhões. Na caracterização dos produtos embarcados na região metropolitana, destaque novamente para o farelo de soja, e algumas aparições de produtos químicos oriundos do polo petroquímico da região.

Figura 32 - Embarques, por categoria de produto, para exportação via Porto de Rio Grande, 1979 – 2000

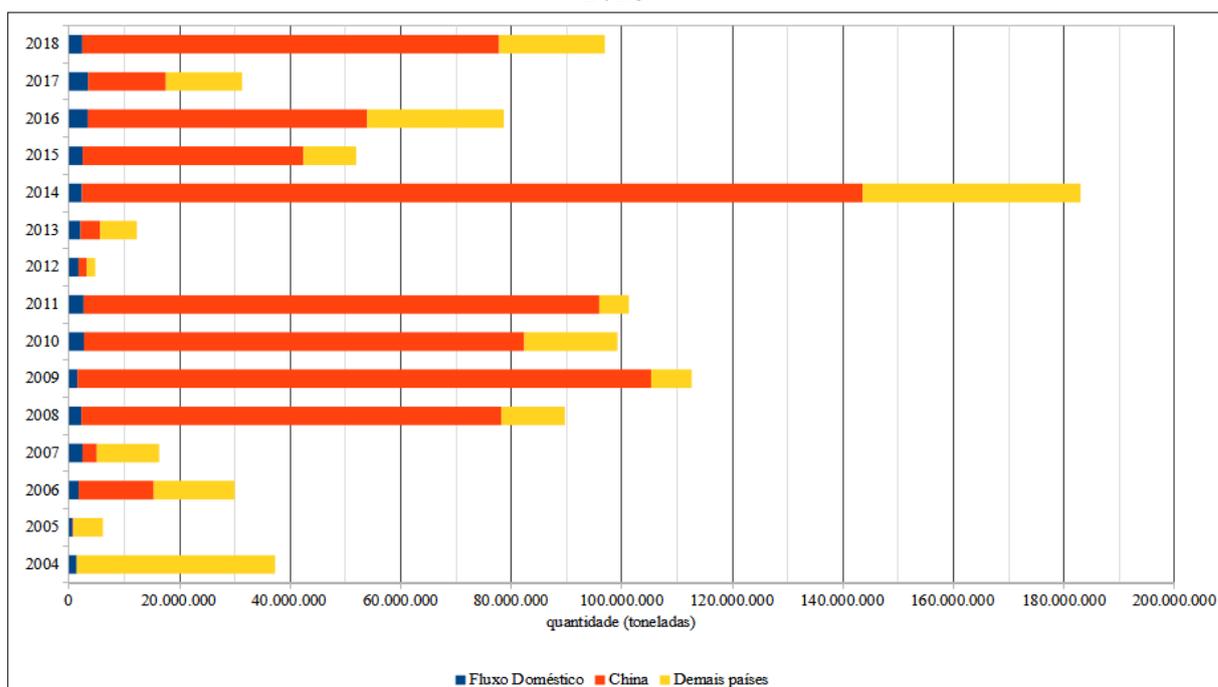


Fonte: elaborado a partir de dados da Associação Nacional de Transportes Aquaviários, vários anos.

A caracterização dos fluxos econômicos do Rio Grande do Sul reflete como, no Segundo Regime Alimentar, culturas inicialmente atreladas aos círculos centrais de acumulação de capital disseminaram-se também em regiões periféricas do sistema econômico. Processo que, especialmente após a segunda metade do século XX, difunde-se pelo Brasil e em outros países latino-americanos, principalmente Paraguai e Argentina (BERTRAND; LAURENT; LECLERQ, 1987). As produções que cresciam nas periferias encontravam um mercado europeu sedento por grãos, visto que formatado por décadas de fomento estadunidense ao consumo específico (MCMICHAEL, 2016).

A configuração do mercado internacional de soja alterou-se na transição do século XX para o XXI, refletindo sobre a inserção do Rio Grande do Sul. Conforme apresentado, a conjugação de políticas públicas chinesas, brasileiras e internacionais – especialmente em virtude da consolidação da OMC – promoveram as bases de consolidação do canal de comércio sojícola. Especialmente a partir de 2005, a participação chinesa como destino das exportações de soja do estado massificou-se. Conforme apontam Furtado e Alves (2020), em 2004, o presidente chinês em exercício, Hu Jintao, visitou o continente latino-americano, traçando acordos diplomáticos e comerciais que seriam expandidos nos anos seguintes. Explicitado na Figura 33, no ano de 2004 a predominância das exportações ainda foi de outros países – especialmente Tailândia e Turquia, com forte participação de outros países europeus. No ano seguinte, a Coreia do Sul foi a maior importadora, seguida por quadros da Europa novamente – especialmente Itália e Alemanha. Então, desde 2006 é em direção à China que massiva parte das exportações encontrou caminho. No ano de 2014, por exemplo, o comércio com o país asiático foi responsável por receber 77% das cargas da oleaginosa.

Figura 33 - Quantidade de soja exportada pelo Rio Grande do Sul por destino, 2004 – 2018



Fonte: elaborado a partir de Trase e do ComexStat, vários anos.

Destaque para a baixa participação do consumo doméstico de grãos, ressaltando o caráter agroexportador adotado sobre a cultura. Ademais do crescimento quantitativo da soja,

ascendente também é sua participação na composição geral do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, valores expostos na Tabela 12.

Tabela 11 - Valor das exportações do Rio Grande do Sul por categoria total e fragmentações relacionadas à soja, 2000 – 2020

	Total Exportado	Soja e derivados, total	Farinhas e bagaços	Óleo de soja	Proteínas de soja em pó	Soja para semear	Soja em grão, exceto para semear	Outros molhos de soja	
2000	Valor FOB (1000 US\$)	\$7.309.877	\$763.026	\$206.104	\$119.307	\$30.378	\$568	\$406.668	\$0,42
	% do total	100,00%	10,44%	2,82%	1,63%	0,42%	0,01%	5,56%	0,001%>
	% da categoria	---	---	27,01%	15,64%	3,98%	0,07%	53,30%	0,001%>
2005	Valor FOB (1000 US\$)	\$7.623.806	\$453.861	\$246.408	\$117.101	\$11.677	\$193	\$78.483	---
	% do total	100,00%	5,95%	3,23%	1,54%	0,15%	0,00%	1,03%	---
	% da categoria	---	---	54,29%	25,80%	2,57%	0,04%	17,29%	---
2010	Valor FOB (1000 US\$)	\$9.819.381	\$2.387.946	\$557.508	\$159.040	\$11.474	\$240	\$1.659.685	\$0,04
	% do total	100,00%	24,32%	5,68%	1,62%	0,12%	0,00%	16,90%	0,001%>
	% da categoria	---	---	23,35%	6,66%	0,48%	0,01%	69,50%	0,001%>
2015	Valor FOB (1000 US\$)	\$9.459.128	\$3.394.514	\$532.432	\$52.142	\$5.815	---	\$2.804.126	---
	% do total	100,00%	35,89%	5,63%	0,55%	0,06%	---	29,64%	---
	% da categoria	---	---	15,69%	1,54%	0,17%	---	82,61%	---
2020	Valor FOB (1000 US\$)	\$6.146.070	\$1.565.260	\$317.342	\$26.039	\$9.095	---	\$1.212.782	\$2,73
	% do total	100,00%	25,47%	5,16%	0,42%	0,15%	---	19,73%	0,001%>
	% da categoria	---	---	20,27%	1,66%	0,58%	---	77,48%	0,001%>

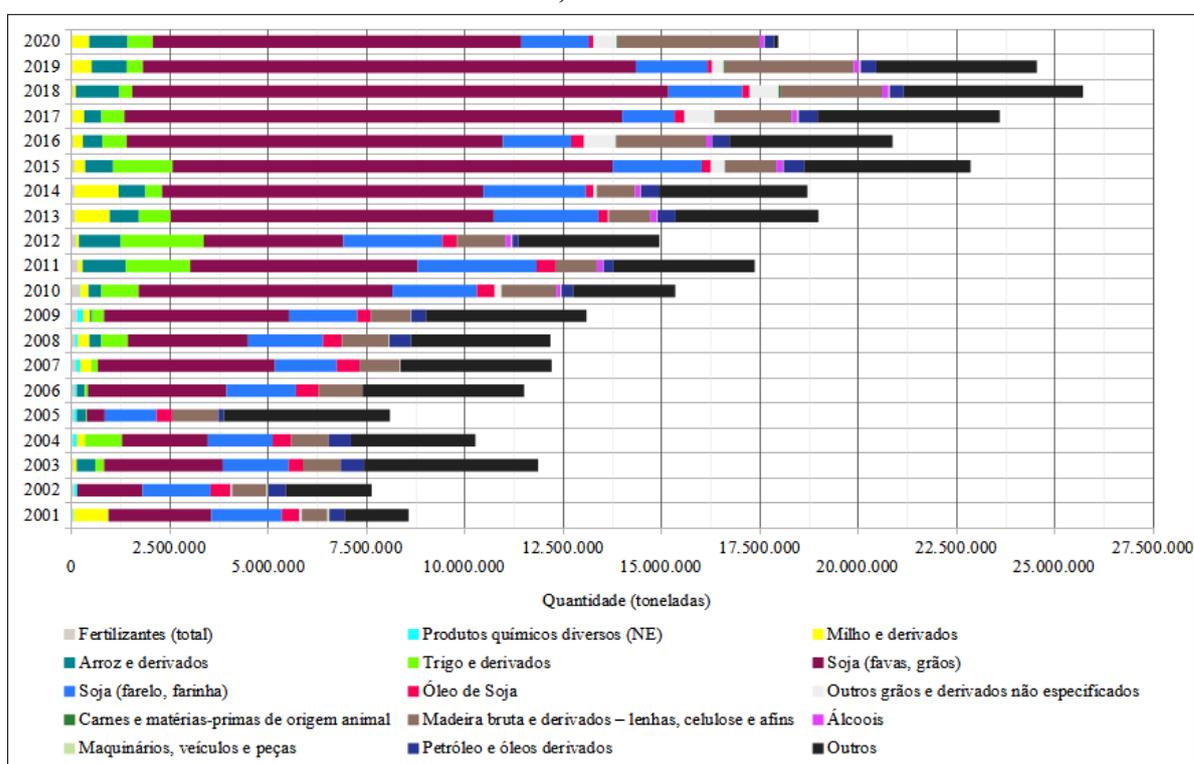
Fonte: dados selecionados a partir do ComExStat. Na fonte, os valores *Free on Board* (FOB) são apresentados enquanto o registro direto do comércio no ano, sem equiparação monetária. Para fins de simplificação da análise, os valores foram atualizados, utilizando o *Consumer Price Index*, nos Estados Unidos da América, como base para cálculo dos valores em dólar. Para tal, foi utilizada a ferramenta disponível em <minneapolisfed.org/about-us/monetary-policy/inflation-calculator> (acesso em 06/06/2022.)

Entre 2000 e 2015, enquanto os fluxos gerais sul-rio-grandenses ampliaram em 29,4%, os exclusivos à soja variaram em 344,88%. Evidenciando que parte significativa do crescimento das exportações totais da região decorreu da amplificação do canal sojícola. Até 2005, a composição comercial operou majoritariamente marcada por farinha e farelos. Nos anos seguintes, as consequências correlatas da Lei Kandir e da preferência chinesa por grãos não processados incidiram na reprimarização do setor sojícola – elementos também

evidenciados no Capítulo 4 no apontamento da retração da quantidade de unidades de processamento de grãos. Elementos como óleo de soja, molhos e proteínas apresentaram valores proporcionalmente irrisórios frente a composição geral. Quadro que dialoga com a dinâmica nacional de retração do papel industrial frente a estabilização agropecuária e o crescimento dos valores no setor de serviços (BENDER FILHO; CORONEL, 2017).

A tendência ao predomínio agrícola é constatada, também, na relação das mercadorias embarcadas no Porto de Rio Grande entre 2000 e 2020. Na Figura 34 percebe-se o domínio de produtos agrícolas e extrativistas – soja, milho, trigo, arroz e madeiras.

Figura 34 - Embarques, por categoria de produto, para exportação via Porto de Rio Grande, 2000 – 2020



Fonte: elaborado a partir de dados da Associação Nacional de Transportes Aquaviários, vários anos.

Constata-se, portanto, que o período entre 1970 e 2020 foi basal para consolidação do modelo agroexportador no Rio Grande do Sul. Fenômeno reforçado a partir de 2007 com a emergência do mercado chinês, que estimulou o predomínio de grãos não processados enquanto principal componente da balança comercial local. Além dos valores numéricos, entretanto, é essencial a retomada de que a perspectiva institucionalista introduz a necessidade de observação sobre os elementos sociais que delimitam as formas econômicas operadas. Portanto, retoma-se o ponto de mercados enquanto constituídos por formalidades (regulação, legislações, políticas nacionais e internacionais), informalidades (definições, tradições,

costumes) e atores (ofertantes, demandantes, gestores da cadeia) em regime de troca (AZEVEDO, 2016). Esferas que permeiam os fluxos comerciais em nível micro e macro, configurando duas dimensões de imersão social – *embeddedness* local e *embeddedness* estrutural (CASSOL, 2018; DIMAGGIO; LOUCH, 1998).

Para construção da correlação entre valores e dimensões sociais, três elementos de composição do mercado de soja entre Rio Grande do Sul e China serão analisados. Uma primeira seção observa o poder dos conglomerados e a conformação de preço do grão no mercado internacional; um segundo ponto tensiona as possibilidades de escolha produtiva dos agricultores e as consequências da macroestrutura sobre a ação dos indivíduos; e um terceiro ponto destinado a identificar elementos informais como confiança e relações diplomáticas na cadeia produtiva sojícola.

5.2.1 Financeirização e os conglomerados internacionais

O Terceiro Regime Agroalimentar é sintetizado pela liberalização dos mercados agroalimentares, com descentralização produtiva dos Estados Unidos e dispersão dos poderes econômicos nacionais frente ao crescimento dos conglomerados privados. Elemento catalisado em diálogo com a emergência de longas cadeias de produção. Os canais de produção e circulação tornaram-se ainda mais transnacionais e, logo, o controle sobre os fluxos voltou-se mais lucrativo do que o controle sobre o local de origem ou de destino. Ou seja, se os elos distanciaram-se, a regência da cadeia virou o ponto de poder central. Nesse processo, destaque para as produções atreladas à proteína animal e setores adjacentes (como a soja) (MCMICHAEL, 2016).

No caso do mercado de soja, o controle sobre os elos da cadeia foi historicamente conduzida por quatro empresas atlânticas (LEMONS; GUIMARÃES; MAIA, 2017; ESCHER, 2016; WESZ JUNIOR, 2014; BERTRAND; LAURENT; LECLERQ, 1986), quais sejam³²:

- a) *Archer Daniels Midland (ADM)*. Fundada em 1902 nos Estados Unidos. Atua diretamente em 75 países. Opera na circulação de grãos internacionais (soja, milho, trigo), no processamento (em diferentes níveis), na produção de combustíveis

³²As plataformas digitais das referidas empresas apresentam elementos interessantes de serem observados – especialmente em relação à construção de discurso. No caso da Cargill, por exemplo, são constantes as divulgações no site sobre a atuação ambiental do conglomerado e sua busca por se tornar uma empresa alinhada aos princípios de governança ambiental, social e corporativa (ESG). Para ADM, informações em adm.com. Para Bunge, em bunge.com.br. Para Cargill, em cargill.com.br. E para Dreyfus, em ldc.com/br/pt/ (todos os acessos foram realizados em em 13/11/2022)

(etanol e biodiesel), de rações, plásticos e itens de construção. Desde a década de 1970 é um significativo ator global, com chegada no Brasil em 1997.

- b) *Bunge Alimentos*. Fundada em 1818 na Holanda. Entrou no mercado brasileiro em 1905, antes mesmo de sua entrada nos Estados Unidos, em 1918. Opera no transporte, processamento e beneficiamento de trigo, milho, arroz, soja e na comercialização de fertilizantes atrelados ao setor. Atua de forma direta em 40 países por meio de comercialização ou infraestrutura direta – plantas de processamento, canais portuários e semelhantes. É a maior empresa cerealista e de fertilizantes na América Latina.
- c) *Cargill Agrícola*. Fundada em 865 nos Estados Unidos. Atua em 65 países. Produz, comercializa e transporta produtos agrícolas, especialmente grãos. Também atua na produção de alimentos ultraprocessados. Inicia suas operações na América Latina em 1947, especialmente intermediando sementes híbridas.
- d) *Louis Dreyfus Company*. Fundada em 1851 na França. Atua em mais de 100 países com comércio de diversos gêneros alimentares – açúcar, algodão, arroz, café, grãos, laticínios –, bem como com fertilizantes.

Contemporaneamente, em profunda conexão com o mercado chinês, as empresas *Wilmar International Limited* e *Olam Group*, de Singapura, e *Noble Group* e *COFCO*, de China, apresentam forte crescimento no mercado internacional (ESCHER, 2016).

O destaque a esses conglomerados visa sublinhar atores internacionais específicos que detêm, historicamente, maior poder de influência social, política e econômica sobre a conformação do mercado de grãos. Portanto, dispondo de primazia frente aos demais elos de forma horizontal ou vertical. A compreensão da autoridade atrelada a determinados conglomerados na conformação da cadeia específica é essencial para visualização do ambiente de atuação das demais empresas no setor. No caso do Rio Grande do Sul, apresentadas na Tabela 13 aquelas que intermeiam o fluxo sojícola entre o estado e o território chinês.

Tabela 12 - Dez principais empresas exportadoras de soja (ton.) para China, valores agregados entre 2004 – 2018

Empresa	Tonelagem total exportada	Percentual do total
Bunge	255.365.888	36.24%
Coop C. Vale/Marasca Comércio de Cereais	155.715.197	22.10%
CHS	74.684.714	10.60%
Camera	48.536.559	6.89%
Três Tentos Agroindustrial	44.620.427	6.33%
Coop Agrícola Mista General Osório	31.613.516	4.49%
Jose Dinon & CIA	18.017.244	2.56%
Amaggi	11.571.255	1.64%
Cargill	7.474.098	1.06%
Giovelli	6.926.170	0.98%
TOTAL	704.648.121	100.00%

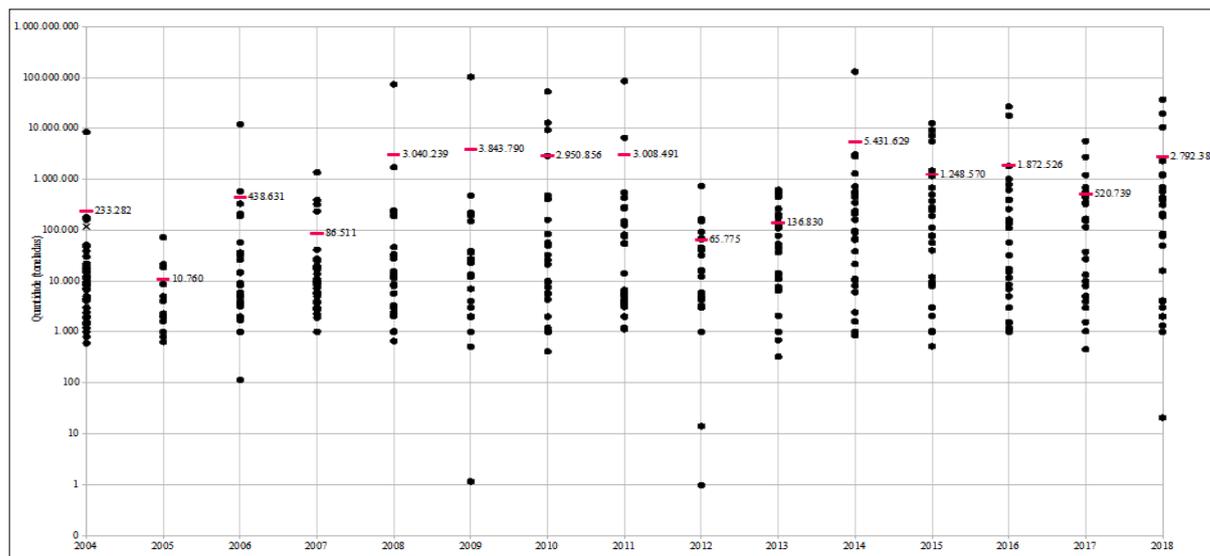
Fonte: Elaborado a partir de Trase (2022).

Na apresentação dos dados, ressalta-se a predominância da *Bunge* como exportadora de grãos na região Sul. Endossando outros levantamentos realizados para a cadeia de soja brasileira que constataram concentração na referida empresa (ESCHER; WESZ JUNIOR, 2022; CRAVIOTTI, 2018; ESCHER, 2016; WESZ JUNIOR, 2014). Todavia, diferentemente de outros levantamentos, nota-se a presença diversa de outros atores na região. Com exceção da *CHS Inc.*, baseada nos Estados Unidos, e da *Cargill*, referida anteriormente, todas as demais são de origem brasileira. Sendo que *Marasca Comércio de Cereais* (posteriormente adquirida pela *C. Vale*), *Camera*, *Três Tentos Agroindustrial*, *Giovelli* e *José Dinon Cereais*³³ originaram-se no Rio Grande do Sul. Destaque, também, para a presença da *Amaggi*, grupo brasileiro com crescente predominância na cadeia sojícola internacional. Quando tomado em comparação com o quadro de Mato Grosso do Sul, trazido por Wesz Junior (2014), até a década de 1990 era marcante a presença de empresas locais na circulação de grãos na região, estrutura que se alterou progressivamente com o crescimento das empresas do grupo ABCD, que se tornaram dominantes no setor ao longo do século XXI.

Para além dos casos de maior exportação ao longo do período apresentado, constata-se uma alta quantidade de empresas que, em algum momento, operaram no trânsito de soja entre as duas regiões abordadas – 94 no total. O que, todavia, não significa uma baixa concentração no setor, visto a maior quantidade exportada estar registrada a determinados atores, conforme exposto na Figura 35.

³³Apesar de constar na lista por sua circulação de grãos, a empresa encontra-se em processo de “reestruturação econômica”. Conforme apontado em portalplural.com.br/dinon-cereais-emite-nota-informando-reestruturacao-e-suspende-temporariamente-pagamento-de-produtores-e-credores/ (acesso em 13/11/2022).

Figura 35 - Quantidade média e respectiva de soja exportada por empresas entre Rio Grande do Sul e China, 2004 – 2018



Fonte: Elaborado a partir de dados compilados em Trase (2022).

Parte predominante do contingente de empresas apresentou valores abaixo da média de exportação no ano, sustentado por poucas empresas com maior quantidade de cargas comercializadas. Processo que evidencia que, apesar de maior quantidade de atores³⁴, o poder atrelado a circulação de mercadorias e capital tende a concentração em grupos específicos. Fenômeno semelhante ao constatado na composição de importadores desde China da soja oriunda do Rio Grande do Sul. Os maiores importadores em quantidade entre 2004 e 2018 são apresentados na Tabela 14.

Tabela 13 - Dez principais empresas importadoras de soja (ton.) em China, valores agregados entre 2004 – 2018

Empresa	Tonelagem total importada	Percentual do total
Bunge	272.814.847	38.72%
Marubeni	130.536.778	18.52%
CHS	74.577.818	10.58%
Cargill	59.264.549	8.41%
Amaggi	35.709.701	5.07%
Engelhart	35.583.084	5.05%
Agrograin	20.373.369	2.89%
Glencore	13.736.443	1.95%
COFCO	9.866.126	1.40%
Concordia Trading	4.401.887	0.62%
TOTAL	704.664.510	100.00%

Fonte: Elaborado a partir de Trase (2022).

³⁴Em 2016, em razão do Decreto AQSIC/China nº 177, teve início a necessidade de registro no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CGC/MAPA), todas as empresas que de alguma forma estavam envolvidas no trânsito de soja em direção à China – sejam tradings, armazenadoras ou processadoras. Entretanto, os dados levantados não indicam alterações estruturais a partir de tal definição.

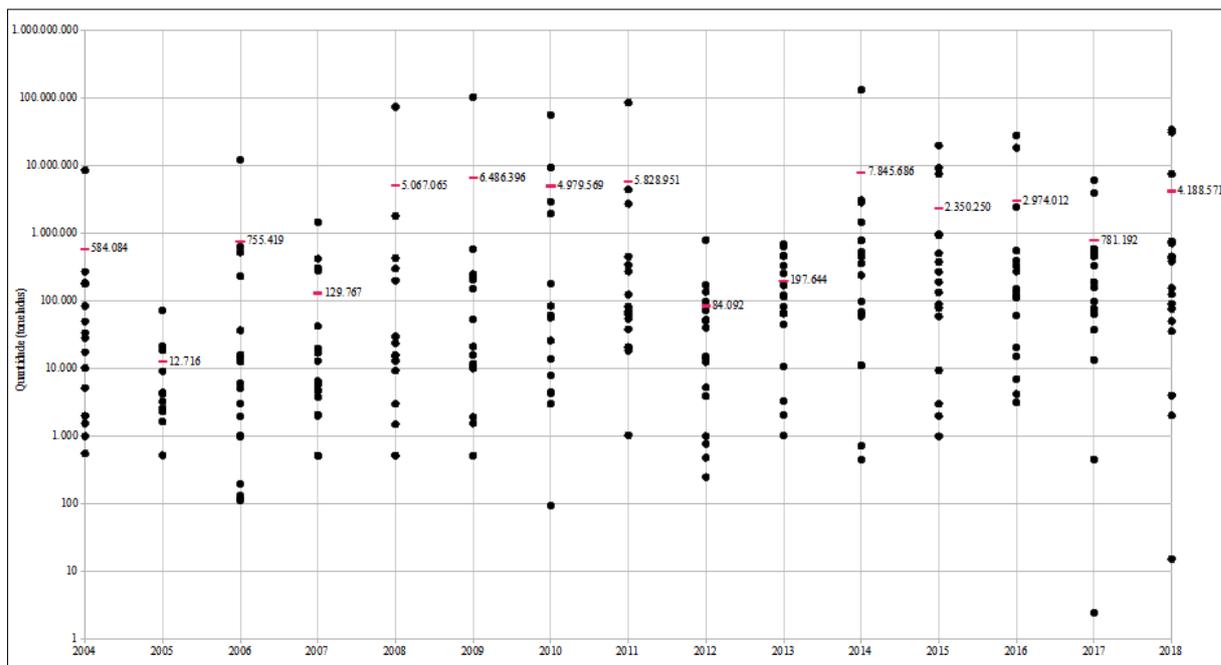
Novamente, o conglomerado *Bunge Alimentos* aparece como central na cadeia específica, com mais de um terço dos escoamentos no período. Dentre as demais empresas, salienta-se a brasileira *Amaggi*, reendossando sua emergência no mercado internacional. As outras operações são de diferentes origens: *Marubeni*, do Japão; *CHS*, dos Estados Unidos; *Cargill*, dos Estados Unidos; *Engelhart*, dos Estados Unidos – porém vinculada ao *BTG Pactual*, banco brasileiro –; *Agrograin*, da Bulgária; *Glencore*, da Suíça; *COFCO*, da China; e *Concordia Trading*, de Portugal.

O caso da *COFCO* merece especial destaque visto que a empresa apresenta atuação recente em relação ao território sul-rio-grandense. Na exportação de grãos da região, a quantidade cresce especialmente após 2011; já na importação, é somente após 2014 que valores maiores surgem no fluxo específico. A empresa, de tutela do estado chinês, opera como balizadora das políticas nacionais para garantia de preços internos de soja e produção de porcos. A caracterização da *COFCO* é, portanto, de uma atuação alinhada a interesses estatais e privados de forma simultânea, ao agir internacionalmente como um ator preponderante – com vertiginoso crescimento após 2007 –, e de forma estratégica para manutenção da economia nacional chinesa (ESCHER; WESZ JUNIOR, 2022; SCHNEIDER, M., 2011).

Constata-se, portanto, que a entrada de grãos no contexto chinês é operada por atores de diferentes nacionalidades, retomando a preponderância dos conglomerados na circulação e escoamento internacional de produtos agrícolas. Fator endossado na análise de dispersão quantitativa das importações, presente na Figura 36.

Apesar de tendência semelhante ao quadro das exportações, há uma menor quantidade de empresas totais na circulação (63 operaram ao longo dos anos), bem como uma dispersão menor dos atores em torno da média – vide o ano de 2013, por exemplo. Entretanto, os quadros de maior importação são exatamente os apresentados na Tabela 14, repetindo a observação dos grupos atrelados à exportação.

Figura 36 - Quantidades de soja importadas por diferentes empresas entre China e Rio Grande do Sul, 2004 – 2018



Fonte: Elaborado a partir de Trase (2022).

O quadro composto por diversas empresas circulando mercadorias, porém em quantidades díspares, retoma o ponto sobre os diferentes poderes entre os atores. Poder esse que se expressa pelo controle dos fluxos internacionais de maneira quantitativa e pela capacidade de influência no preço estabelecido sobre o grão, especialmente por meio da financeirização.

Em relação ao controle dos direcionamentos de mercadoria, a fala do entrevistado da Cooperativa 9 é ilustrativo desse ponto. Ao ser questionado sobre a operação comercial direta do grupo em relação ao mercado de soja, respondeu:

Nós trabalhamos hoje é só com o mercado interno. Nós não trabalhamos com externo. *Por que a gente não trabalha pelo tamanho da cooperativa... Tu não consegue fechar um navio, né?* Então não tem como. E já nós já trabalhamos uns anos atrás em pool de empresas, cooperativas, não cooperativas. *E aí, deu problema de qualidade! Aí você está junto nesse processo e aí eu estou, faço tudo certinho, outro não faz e aí tem demora... não consegue embarcar porque não está na qualidade. O navio está demorando. Na época era US\$ 25.000 por dia. Né que demores né, que dê atraso, e aí?* Então o que a gente fez? Não vou mais trabalhar em pool, porque tu entra no problema se o outro não fazer um negócio lá, né? Geralmente, era algum corretor que fazia esse negócio de fazer, então por que nós trabalhamos hoje? *A maior parte vai para o mercado externo, mas é através das trading, né? Desses player internacional. Aí que a gente trabalha... Vai para lá.* (Cooperativa 9, Apêndice E, grifos nossos)

Destacando que elementos diretamente operacionais da cadeia internacional impedem a entrada de outros atores. No caso específico, o entrevistado salienta que o alto custo de contratação de uma embarcação inviabiliza que a cooperativa – a qual detém cerca de 5.300 associados – opere de forma privativa nas exportações. Apesar da possibilidade de uma cooperação entre diferentes atores de menor porte para atuação direta, a entrevista salienta que fatores como confiança – a ser explorado em seção seguinte – inviabilizaram práticas nessa direção. Como solução, o escoamento comercial passa para mão dos detentores de maior poder na cadeia – que, no exemplo específico, dispõe de poder econômico para arcar com embarcações. Observa-se como componentes atrelados ao processo estrutural e ao local traçam os limites de atuação dos operantes, remetendo a conceitualização dupla de *embeddedness* (CASSOL, 2018).

Já em relação ao estabelecimento do preço do grão, a financeirização ocupa espaço central. Para contextualização, a estrutura de precificação adotada pela gestora de fundos de capital B3 sobre contratos futuros de soja é eficiente na exposição dos processos: "[O] contrato tem como referência o preço de exportação no porto de Santos e liquidação financeira calculada em dólares por tonelada pelo índice S&P Global Platts." (Futuro de Soja FOB Santos com Liquidação Financeira Platts, B3)³⁵. Dois elementos relacionados à estrutura econômica internacional são latentes nessa definição. O primeiro é o vínculo da precificação do grão com o padrão dólar enquanto moeda fiduciária, retomando aspectos da primazia estadunidense sobre a estrutura internacional. Nessa composição, o produtor brasileiro tem a variação do preço diretamente afetada pelo processo internacional de flutuação de cotação da moeda e do grão (MAFIOLETTI, 2000). O segundo elemento é o cálculo dos valores envolvidos através do índice *S&P Global Platts*, empresa que emerge com a desregulação do mercado financeiro estadunidense viabilizado pelo *Commodity Index Fund* – fator explorado no Capítulo 2. Nessa direção, é frequente que plataformas financeiras relacionem a precificação diretamente com o *Chicago Board of Trade*, junta comercial localizada nos Estados Unidos e que intermeia os diferentes índices de valores e transações.

A agregação entre cotação em dólar e flutuação de preços por processos financeirizados existe ancorada na lógica temporal promovida pelo capitalismo. Conforme aponta Beckert (2017), a estrutura de socialização relacionada ao sistema econômico vigente gera uma relação com o entorno pautada no ganho monetário sobre os itens disponíveis e sobre a constante projeção de futuro como atrelado a ampliação da disponibilidade material.

³⁵Disponível integralmente em b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/commodities/ficha-do-produto-8AE490CA7D05CBEE017D4DC828377F6C.htm (acesso em 20/11/2022).

Abre-se, assim, a possibilidade de que diferentes atores se relacionem com *commodities* agrícolas visando exclusivamente a possibilidade de ganho posterior por meio destas. Segundo Clapp (2014), ocorre uma desvinculação do elemento financeiro em relação ao elemento material no qual é baseado. Como implicação, a volatilidade dos preços, a distribuição desigual e os danos ambientais tornam-se fatores secundários na racionalidade moldada na expectativa de ganho futuro (BECKERT, 2017; OLIVEIRA; HECHT, 2016; MOORE, 2010).

Na cadeia sojícola essa prática é perceptível quando empresas que concentram grande parte das transações (ABCD) apresentam atuação ascendente no mercado financeiro (ISAKSON, 2014). Todas dispoem de subdivisões voltadas exclusivamente para aquisição e transação de ações³⁶. Ademais da especulação direta sobre o valor do grão e as possibilidades de contratos futuros, também operam nos diferentes segmentos alimentares, unindo vantagens informacionais sobre setores de produção, processamento e distribuição (FAIRBAIRN, 2016; BERTRAND; LAURENT; LECLERQ, 1987).

Em relação à influência do preço internacional percebido pelos canais internos ao Rio Grande do Sul, a fala de representante de cooperativa entrevistado é bastante elucidativa:

O mercado é definido assim... o preço é o da bolsa de Chicago. Nós temos o preço base Rio Grande, que é o preço da bolsa de Chicago, com prêmio positivo ou negativo, depende do período que convém [...] Eu pago o preço Chicago menos tanto ou Chicago mais tanto. Aí você tem as despesas de porto, despesas portuárias. Depois, mais o frete interno para chegar até aqui. Este ano, por exemplo, a indústria tá pagando mais, hoje está em torno de R\$ 10,00 a mais, do que o exportador paga por saca. Então hoje tu não exporta. A maior parte das nossas vendas é FOB³⁷. Então, você depende, vai vender com o mercado e quando tem muito grão, quem comanda o preço é o mercado exportador. Quando tem um pouco de grão, com uma quebra grande que deu aqui no estado, quem dá as cartas é a indústria local. Safra normal, no geral, é o mercado externo, mercado externo. Aqui então o mercado interno, geralmente ele entra mais forte no segundo semestre, agosto, setembro. Porque aí a exportação já tá diminuindo porque aí os EUA já tão entrando, aí o mercado internacional já tem um outro *player* grande. (Cooperativa 2, Apêndice C)

Ou seja, a precificação internacional do grão, fruto da correlação entre seu preço como *commodity* e da flutuação da moeda fiduciária, determina o valor a ser recebido pelo produtor

³⁶Cabe destacar o caso da AgFeed Industries que, até 2014, operava enquanto a maior processadora de porcos na China, além de contar com operações nos Estados Unidos. No referido ano, todavia, um conjunto de fraudes fiscais sobre a empresa foram levantados pelo controle financeiro dos Estados Unidos, o que levou a empresa a bancarrota e encerramento das atividades – ao menos sob o referido nome. Ver mais em reuters.com/legal/government/secs-mind-boggling-tale-40-million-fraud-class-action-administrators-2021-11-04/ e sec.gov/divisions/enforce/claims/agfeed.htm (acessos em 15/11/2022).

³⁷FOB refere-se ao termo *Free On Board*, que indica o valor a ser pago por quem compra para a mercadoria embarcada – portanto valores como frete, tributos e outras taxas são problemáticas de quem vende. Terminologia frequente no comércio internacional de *commodities*.

no Rio Grande do Sul, acrescido de custos relativos à logística, armazenamento e tributação (ÁVILA, 2015). Nessa composição, o próprio escoamento interno é afetado pela precificação internacional, visto que é a variação do preço externo que determinará a maior lucratividade em direcionar a mercadoria para dentro ou para fora do país. Em momento seguinte da entrevista, o entrevistado explicita que mesmo a comercialização de processados – como o óleo de soja – é diretamente signatário da flutuação internacional de preço do grão, visto que implica no custo real e no de oportunidade atrelado a matéria-prima (Cooperativa 2, Apêndice C).

Em relação as possibilidades diretas de influência dos atores no preço internacional, ao se referir sobre o potencial econômico da China no mercado, o entrevistado apontou: “Quando ela quer algo ela tira o pé, dá uma paradinha, né?” (Cooperativa 2, Apêndice C). Nesse sentido, as alterações de valor não ocorrem em dinâmica relativa à proporção entre oferta e demanda, mas principalmente pela agência de atores centrais no fomento ou retração de momentos comerciais específicos.

Interessante notar, também, que a utilização do dólar como moeda intermediária das negociações gera sobre o ambiente político nacional tensionamentos sobre a valorização – ou desvalorização – da moeda local. Visto que o real desvalorizado frente ao dólar significa a maior entrada de moeda total na exportação. A problemática surge nas Atas da Assembleia Legislativa, conforme fala do deputado Márcio Biolchi, do PMDB:

Historicamente, a saca de soja usa como referência na formação do preço a dolarização. O preço sempre foi entre 9 dólares e 11 dólares a saca, eventualmente chegando a 16 dólares e 20 centavos. E hoje, na normalidade, a saca está em torno de 10 dólares e 30 centavos, mas repercute, com o dólar a 2 reais e 10 centavos, a 2 reais e 15 centavos e a 2 reais e 8 centavos, um valor que não consegue cobrir os custos da produção. Não somos contrários à valorização do real, mas sabemos que o câmbio, da forma como está, pode trazer conseqüências não só à agricultura, mas, a exemplo do que ocorreu na Argentina, poderá acarretar uma retração na planta industrial do País, nos setores coureiro-calçadista, de exportação de pedras, de soja, milho e trigo. Por outro lado, os insumos não repercutem na desvalorização do dólar, não embutem a valorização do real quando se mantêm nos patamares que se encontravam quando o dólar estava cotado a 3,70 ou 3,50, apenas com uma pequena desvalorização. (38ª Sessão Ordinária da 53ª Legislatura, em 16 de maio de 2006)

Tensiona-se na referida exposição que a manutenção econômica regional se torna dependente de elementos internacionais pautados em flutuação financeirizada. Ou seja, a estrutura produtiva sojícola sul-rio-grandense depende de elementos sob controle de atores preponderantes na esfera internacional. Portanto, a elaboração do ambiente institucional na região é signatária da dinâmica estrutural macroeconômica operada por elementos

transnacionais, evidenciando a correlação entre instituições e trajetória formativa dos espaços em análise (HALL; TAYLOR, 2003; BLOCK; EVANS, 2005).

Portanto, os pontos levantados apontam para a construção do mercado de soja entre Rio Grande do Sul e China elaborado sobre processos institucionais de reificação do poder de atores internacionais. Poder esse que se sintetiza de forma material – como nas possibilidades de escoamento produtivo – e imaterial – na definição dos preços pautados em mercadorias fictícias. Como consequência, a forma de operação dos atores sul-rio-grandenses (produtores, comerciantes e a administração pública) localiza-se dentro das margens impostas pela dinâmica econômica com a qual coadunam.

5.2.2 Dependência externa e as possibilidades de escolha produtiva

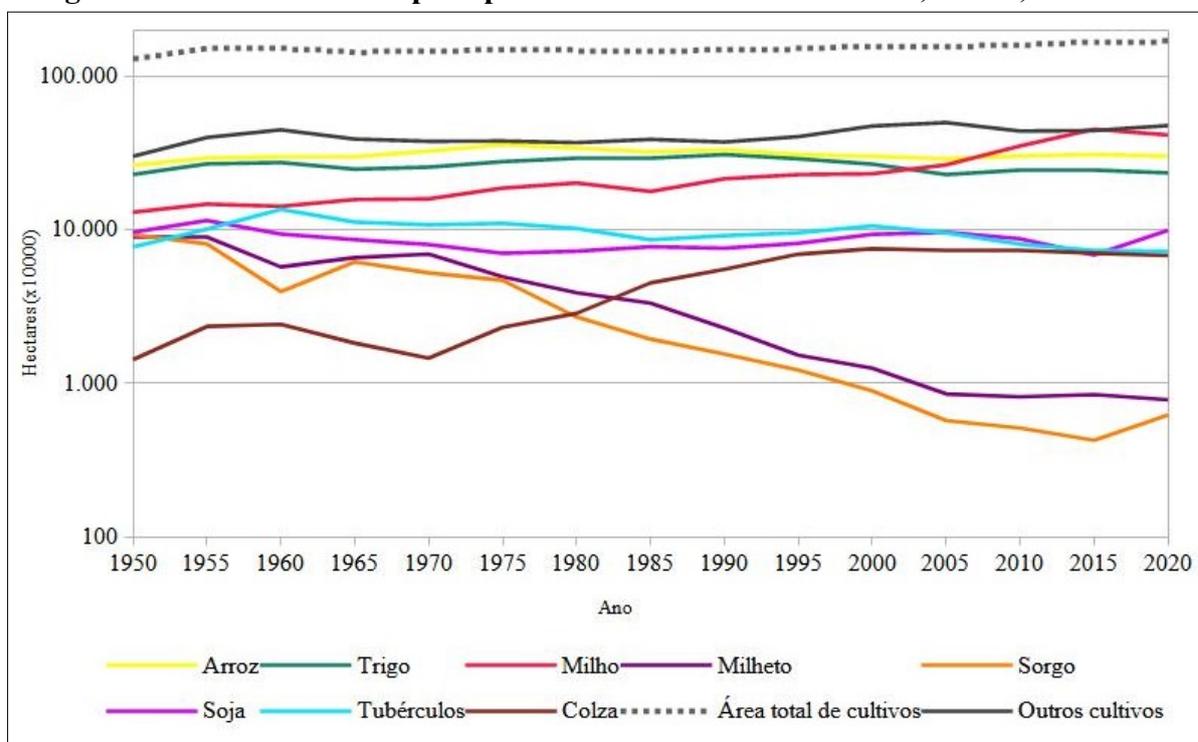
Se o argumento anterior se voltou ao poder de atores específicos na conformação dos canais comerciais do grão, o presente ponto observa as consequências produtivas para os produtores de China e Rio Grande do Sul em decorrência dos processos sociohistóricos desempenhados. Ou seja, se determinados elementos da cadeia produtiva detém maior poder, qual a consequência para o outro extremo?

Para tal, cabe retomar que os quadros sul-rio-grandense e chinês organizam suas respectivas estruturas produtivas com formatos distintos (STREECK; 2012; THELEN, 2012). Remontado ao longo dos capítulos anteriores, o Rio Grande do Sul opera sob a perspectiva de inserção total no mercado internacional de *commodities* como canal de mobilização de capital. Coaduna o poder dos elos privados de maior destaque sobre os processos de produção, circulação e acumulação de capital – tipicamente uma perspectiva de economia de mercado (POMPEIA, 2021; DA ROS, 2006; TAMBARA, 1983). Por sua vez, o caso de China opera de forma a observar o mercado internacional de *commodities* como um contexto a ser explorado sob tutela do poder estatal, que centraliza as margens de operação dos processos de produção, circulação e acumulação de capital. Prática que objetiva a utilização do elemento transnacional em benefício do social interno – um socialismo de mercado (JABBOUR, 2010). Todavia, os imperativos da estrutura macroeconômica incidem em ambos os modelos implementados e, por consequência, nas possibilidades de inserção e atuação dos atores sociais de menor poder.

No caso chinês, a ampliação da importação de soja afetou a produção interna do grão, e, logo, a possibilidade de manutenção econômica dos sojicultores. Diversas regiões

tradicionalmente alinhadas à cultura migraram para outros grãos³⁸ – como trigo e milho –, ou para outras de maior valor agregado, especialmente hortifrutis. Províncias chinesas também criaram programas de estímulo a soja para mercados aninhados, como produções orgânicas e de produtos tradicionais (*tofu*, *shoyu* e semelhantes) (HAIRONG; YIYUAN; BUN, 2016; SCHNEIDER, 2011). Como consequência da alteração legislativa, o volume de produção interna de soja estabilizou-se historicamente. A produção do país, em 1950, utilizou aproximadamente nove milhões de hectares para cultura sojícola, território mantido em proporção ao longo dos setenta anos seguintes. Dinâmica diferente, por exemplo, do milho que passou de 12 para 41 milhões de hectares. Ao mesmo tempo, outras culturas originárias da Ásia – como sorgo e milheto – enfrentaram uma forte retração no espaço ocupado, ambas passando de níveis semelhantes, em 1950, para quadros contemporâneos abaixo do milhão de hectares. A distribuição desses valores e de outras culturas é visualizável na Figura 37.

Figura 37 - Área destinada para plantio de culturas selecionadas, China, 1950 – 2020



Fonte: adaptado a partir de dados de National Bureau of Statistics of China (NBSC).

Agrega-se a essa problemática a diferenciação entre grãos importados – predominantemente OGMs – e as cultivares produzidas localmente, diminuindo a riqueza genética da cultura. Sobre esse elemento, Hairong, Yiyuan e Bun (2016) apontam que:

³⁸Aponta-se que a entrada em China de modais produtivos alinhados à Revolução Industrial, assim como no caso brasileiro, inferiu em crescimento de produtividade. Mapas para ilustração da ampliação da produção de grãos no país – de forma abrangente. Destaque para a concentração produtiva no Nordeste chinês.

[...] the colossal soybean trade has made it difficult for soybean farmers in China to sustain their production, creating a situation known in China as ‘foreign soybeans chasing off domestic soybeans’. The planting of soybeans in all of China has been falling since 2008. By 2013, the total planting area had dropped 24 percent from that of 2008. China’s main traditional soybean-producing province Heilongjiang has experienced the most dramatic decline in soybean sown acreage, prompting local people’s congress representatives to repeatedly appeal to the central government for measures of protection [...] The dire situation of declining soybean farming and a depressed domestic soybean industry in the most recent decade has given rise to a critical narrative about ‘the death of Chinese soybeans’, or the soybean crisis. It challenges the more dominant narrative in China that justifies GM soybean imports as inevitable and beneficial for a populous country that is short on land resources. (HAIRONG; YIYUAN; BUN, 2016, p. 374)³⁹

Salientando um quadro no qual a expansão de um modelo produtivo impôs sobre a população consequências que desestruturam outras formas de relação com o espaço – por exemplo, na província de Heilongjiang.

Evidencia-se nesse ponto a relação entre formação institucional e relações de poder (HODGSON, 2006). É por meio de atores com maior possibilidade de influência social – política, econômica e cultural – que as peças da composição social são encaixadas, ou trocadas, com o objetivo de alcançar um quadro específico. Logo, peças que não consigam ser enquadradas, são necessariamente adaptadas para que estabeleçam concordância com a agregação maior. Assim, o alinhamento do Estado chinês ao modelo importador de soja para fomento interno da produção de proteína animal gerou composições institucionais – fomento econômico, alteração dos preços, redução das compras estatais – que delimitou o leque de operações dos indivíduos, obrigando-os a adoção de novas práticas (HODGSON, 2015).

A perda de autonomia dos produtores chineses frente a expansão comercial do país também apresenta efeitos sobre os porcos apresentados anteriormente. Em virtude dos estímulos a massificação da cultura específica e a produção padronizada, fatores como a quantidade de raças utilizadas e a própria caracterização desses animais alterou-se profundamente (SCHNEIDER; SHARMA, 2014). Conforme aponta Schneider (2011), pré-reformas de 1978 cerca de 100 raças de suínos eram manejadas pelos agricultores em China.

³⁹Em tradução nossa: [...] o comércio colossal tornou difícil para que sojicultores na China mantivessem suas produções, criando uma situação conhecida na China como “soja estrangeira perseguindo soja doméstica”. A plantação de soja em toda China decresce desde 2008. Em 2013, a área total plantada decaiu de 24% em relação ao valor de 2008. A província chinesa de produção tradicional de soja, Heilongjiang, experienciou o declínio mais dramático de área para produção do grão, incidindo em representantes locais para repetidamente apelarem para que o governo central instaurasse medidas protetivas [...] A situação integral de declínio do cultivo de soja e a depressão doméstica da indústria de soja na década recente deu origem a uma narrativa crítica sobre ‘a morte da soja chinesa’, ou crise da soja. Fator que desafia a narrativa predominante na China que justifica a entrada de OGMs como inevitável e benéfico para uma nação populosa e com recursos de terra escassos.” (HAIRONG; YIYUAN; BUN, 2016, p. 374).

Diversidade que foi reduzida para três nas produções presentes – Duroc, Landrace e Yorkshire, raças reciprocamente predominantes na suinocultura brasileira e internacional (ABCS, 2014). Elementos alterados também sobre a morfologia do animal que, sob seleção genética, passou a apresentar morfologia com menor presença de gordura e maior massa total (ABCS, 2014).

Cabe salientar que para além da influência do Estado chinês, a força de elos externos – outros Estados e conglomerados internacionais – também incide no traçar das margens apontadas. É por meio da pressão da OMC que o país abriu as fronteiras comerciais à soja importada, de forma semelhante com o desempenhado com a transgenia frente a dominância do grão no mercado internacional. Ou seja, elementos internacionais que incidem na necessidade de que o Estado se adéque aos processos determinados por entes transnacionais em operação na economia de mercado (HAIRONG; YIYUAN; BUN, 2016).

O quadro do Rio Grande do Sul também evidencia a correlação entre poder estatal e internacional sobre a prática dos atores diversos. O fomento à modernização produtiva no século XX estimulou regiões a especializarem-se em determinadas culturas agrícolas, tomando por base características ambientais. O referido estímulo ocorreu pela elaboração de fomento à pesquisa, elaboração de infraestrutura específica – como nas rodovias apresentadas no Capítulo 4 –, e na facilitação ao capital privado atrelado aos setores desejados (DELGADO, 2013). Portanto, construindo um ambiente institucional voltado a determinadas práticas de relação entre ser humano, agricultura e meio ambiente.

Para além do incentivo direto, salienta-se que o processo desempenhado ao longo do século XX instaurou como “tradicional” a cultura agrícola que interpreta efeitos ambientais negativos como externalidades toleráveis da produção. Enquanto práticas de interação menos agressiva ao entorno ambiental – como produções orgânicas e agroecológicas – tornaram-se detentoras de medidas regulatórias (NIEDERLE; DORVILLE; LEMEILLEUR, 2021; ANDERSSON, 2011). Emerge, portanto, um arcabouço institucional – formal e informal – que facilita a prática de modos produtivos e cultivares específicos, majoritariamente alinhados ao mercado agroexportador, frente a elaboração de barreiras para a circulação comercial de culturas menos agressivas ao entorno ecológico.

Interessante notar, todavia, que a conjugação dos referidos tópicos não se desenvolve de forma amena, sendo marcada por disputas e conflitos conduzidos pelos indivíduos em busca da manutenção da sua forma de produção (BINKOWSKI, 2018; VIEGAS, 2009). Situação que é ilustrada pelo caso da deriva de agrotóxicos. A deriva é o fenômeno no qual químicos dispersados por monomotores não atingem a área previamente calculada em virtude

de imprecisões técnicas (FREITAS, 2015). Como consequência, diversos são os registros de outros territórios afetados por químicos fruto da prática apontada (LONDRES, 2011; REIS *et al*, 2010; CHAIM, 2004). Evidenciando um quadro no qual a técnica adotada por um grupo, respaldado pelas instituições emergidas no processo de modernização conservadora, incide diretamente na possibilidade de escolha e atuação de outros atores (LOURENÇO, 2019). Fator que se destaca em levantamento realizado por Andersson (2011), ao identificar que agricultores de pequeno porte em São Lourenço do Sul, RS, mantinham cultivos de soja apesar de quererem migrar para hortifruticultura ou para produções orgânicas em geral. Entretanto, o que os impedia de realizar a alteração produtiva era em primeiro lugar a baixa disponibilidade de mão de obra, seguido do receio de deriva de agrotóxicos que afetaria a produção, e da insegurança quanto a baixa existência de canais de escoamento e assessoria pública quanto as culturas pretendidas. Ponto também saliente na fala do congressista Edegar Pretto, do PT:

Os agricultores, corretamente, não tendo outra alternativa, não tendo viabilidade econômica em outra cultura, vão migrando para a soja, porque é uma cultura que não depende nem do Eduardo Leite, nem de Bolsonaro⁴⁰, mas quase que exclusivamente da China, que, no ano passado, comprou 97% da nossa produção. (25ª Sessão Extraordinária da 55ª Legislatura, em 13 de julho de 2021)

Apesar da desconsideração da influência do Estado na construção da cultura sojícola – argumento exposto como errôneo ao longo da presente pesquisa –, constata-se que o deputado sublinha a tendência de que agricultores abandonam outras práticas agrícolas e migram para a soja como canal derradeiro de manutenção econômica. Importante notar que o distanciamento com certas práticas incide, também, no isolamento de determinadas culturas humanas e espécies agrícolas (SANTILLI, 2009)

Portanto, conforma-se um ambiente institucional no qual formalidades – infraestrutura logística, crédito privado e público, assessoria produtiva, disponibilidade de mercados próximos – e informalidades – cultura local, conhecimento dos produtores, efeitos correlatos entre práticas – constringem determinados cultivos frente outros. A escolha econômica dos atores torna-se condicionada aos seus respectivos contextos de existência, que moldam sua forma de inserção social. Quadro apresentado tanto no exemplo chinês como no Sul-rio-grandense, ainda que sob lógicas estatais gerais distintas.

Conforme aponta Hodgson (2015), as regras sociais – aqui tomadas em relação as políticas específicas de fomento ao agrícola – definem quais são as diretrizes do jogo disponível para os atores. Entretanto, para que as referidas regras configurem uma estrutura

⁴⁰Eduardo Leite e Jair Bolsonaro então respectivamente governador do Rio Grande do Sul e presidente do país.

em equilíbrio, a aplicação cotidiana desses processos e sua transformação em hábitos torna-se essencial. Por meio dos hábitos, os membros de uma sociedade internalizam aquilo que lhes é imposto de forma verticalizada, gerando um ambiente indireto de fomento e promoção de práticas específicas (HODGSON, 2005). Processo esse perceptível na elaboração de uma identidade coletiva de agronegócio, trazido no Capítulo 4.

Considera-se, portanto, que a estrutura econômica que embasa os diferentes mercados é ela própria dependente e promotora de instituições individuais. Retomando os argumentos trazidos por Polanyi (1944) sobre a emergência do modelo econômico capitalista enquanto um fenômeno de configuração específica europeia, que se expandiu ao longo do globo ampliando seu espaço de dominação simultaneamente a ser afetado por esse processo. Dinâmica também trabalhada por Hodgson (2021) ao tensionar como a revolução industrial europeia desenvolveu-se dependente da existência de um arcabouço financeiro que possibilitou a expansão das estruturas de produção. A industrialização, contudo, incidia em maior estímulo para a difusão das instituições que a precederam, gerando um compasso de endosso mútuo. No quadro da soja, esse processo expõe-se quando as possibilidades de inserção econômica dos diferentes produtores são limitadas pelas dinâmicas estruturais e institucionais de suas respectivas regiões, forçando-os a endossarem o ciclo produtivo sojícola.

Ilustra-se na presente seção uma dimensão do mercado de soja na qual os atores em torno do modelo desenvolvido são diretamente afetados pelas práticas adotadas por partes de maior influência – Estado, entes privados de maior porte, organizações internacionais. Como decorrência, dinâmicas internas aos países e culturas locais adaptam-se e reorganizam-se frente as diretrizes da construção social de inserção, fruto da emergência de instituições. Ao mesmo tempo, a disseminação das referidas novas regras afeta o cotidiano dos indivíduos, que redefinem suas formas de atuação e retroinfluenciam as mudanças em curso.

5.2.3 Confiança entre elos: Outros valores que permeiam o mercado da soja

Se as duas seções anteriores abordaram dinâmicas principalmente atreladas ao *embeddedness* estrutural do mercado de soja entre Rio Grande do Sul e China, a presente parte foca em imersões localizadas. Como ficará evidente ao longo do texto, todavia, ambas esferas operam em constante influência – conforme apresentado na Figura 02 ao longo do segundo capítulo. Para reflexão do referido ponto, duas camadas de debate sobre confiança e interação entre atores serão analisadas: a primeira voltada as negociações desempenhadas

pelas cooperativas com seus parceiros; e a segunda atrelada as relações diplomáticas entre Rio Grande do Sul, Brasil e China.

Em relação ao primeiro ponto, parte-se da definição de confiança para a perspectiva institucionalista. O termo refere-se as relações interpessoais entre indivíduos e a segurança que um ator transmite ao outro de que as práticas desempenhadas conjuntamente objetivam um ponto em comum, transmitindo estabilidade para os lados envolvidos (CASSOL, 2018). Partindo do conceito apontado, observa-se o diálogo com a Cooperativa 1, que, ao ser questionado sobre o regime de aquisição de grãos ser exclusivo de associados, o entrevistado respondeu:

Olha, praticamente vamos dizer assim, que trabalhamos com 92%, 8% seria de terceiros. Mas nós trabalhamos com terceiros, né? Até no nosso estatuto está lá constando que podemos complementar, mas sempre tenha. Quando a gente se nós tiver condições, né, de receber, de um espaço ou não temos, né? É trabalhado em cima disso. *Então a preferência a gente quer que tem produtor que se associa.* Geralmente acaba se associando. Claro que nós temos um problema que *as cooperativas têm um sobrenome*, o cooperativado quando tu vai para uma cerealista, ninguém fala que a *cerealista A* quebrou lá, então nós tivemos aqui, sabe que o sistema cooperativo teve muitos cooperativa que acabaram quebrando, né? Fechando aqui na nossa região, a COTRIJUÍ, que era uma das maiores, acabou quebrando. ‘Eu já perdi dinheiro com o cooperativa, eu não quero!’, então tem tudo isso com você quando vai para uma região nova conquistar, né? Então não é tão simples assim, né? Então, por isso que eu digo assim, sempre falo pro produtor e digo assim ‘Olha quantas cerealista já quebrou, já também deixou na mão’. Tá daí ele disse que não ia entregar mais em cooperativa, aí eu falei com ele, eu disse numa reunião dessa daí eu disse, o seguinte: ‘Senhor, é quantas cooperativa já quebrou na região? Mas não tem um sobrenome né!’ Daí eu até dei, eu falei seguinte ‘se for assim, isso vai ter que parar de plantar porque vai entregar pra quem?’ *Tem que confiar em alguém, vai ver que tem cooperativa, tem cooperativa, tem indústria e tem indústria, tem exportador e tem exportador [...]* (Cooperativa 1, Apêndice B, grifos próprios)

A fala traz três elementos atrelados à ideia de confiança. O primeiro é relação entre associados e cooperativas. As cooperativas apresentam interesse em produtores associados visto que isso incide na própria viabilidade econômica da organização (DA ROS, 2006). Entretanto a certeza dos procedimentos adotados pelo produtor é, também, a garantia de que os materiais finais a serem comercializados estarão conforme esperados dentro das diretrizes da empresa – ponto também frequente em outras entrevistas. Portanto, o vínculo contratual entre cooperativa e cooperativado facilita a construção de confiança no processo produtivo e no produto final. O segundo elemento atrela-se ao que o entrevistado aponta como “sobrenome da cooperativa”, ao evidenciar que a empresa dispõe de uma trajetória de atuação e, portanto, responde no presente pelos processos que a permeiam ao longo do tempo. Essa problemática indica a construção de discursos sobre as cooperativas que se desvinculam de um objeto específico e permeiam a percepção idealizada dos atores sobre os riscos da

negociação com a categoria de forma genérica. E, o terceiro, em decorrência do ponto anterior, o entrevistado salienta como um elemento de relações interpessoais como a desconfiança existe entre os diferentes elos da cadeia – sejam indústrias, exportadoras ou produtores – retomando o aspecto de *embeddedness* local das práticas adotadas. Consideração repetida na entrevista com a Cooperativa 4, quando o entrevistado salientou existirem intermediários entre os diferentes elos da cadeia que operam em busca de canais específicos de lucro para as partes envolvidas. Entretanto, a utilização desse ator entrepartes é constantemente tensionada por envolver grande número de manipulações e alterações – “picaretas”. Ou seja, apesar de pautado no objetivo de maior lucratividade, as organizações entrevistadas operam dentro de um arcabouço também condicionado pelas relações entre atores, por vezes alterando seu traçado frente alguma incerteza.

Elementos que dialogam com os levantamentos de Wesz Junior (2014) para a cadeia sojícola no Mato Grosso do Sul, ao salientar que a relação entre empresas e produtores rurais é marcada pelo tensionamento. Ao estarem ambos os lados buscando o lucro marginal e operando dentro de imersões econômicas localizadas distintas, elementos informais como confiança, proximidade e hábitos arraigados tornavam-se pontos centrais na construção das formas de atuação econômica dos indivíduos.

Em relação ao segundo ponto, as relações diplomáticas, opera o ideário de diálogos intergovernamentais e os efeitos sobre as economias nacionais. Destaca-se que a operação da diplomacia envolve a conformação de aparatos legais e, logo, formalizados de construção institucional. Entretanto, elementos como visitas oficiais, extraoficiais e discursos em relação a outras nações afetam diretamente a elaboração de processos socioeconômicos. A permeabilidade desse processo nas relações entre Rio Grande do Sul e China evidencia-se em diferentes falas de congressistas, como na de Jerônimo Georgen, do PP:

Participei de um jantar [...] com o Embaixador da China, que falou da importância do agronegócio, cujas negociações não acontecem mais nas grandes capitais. Elas ocorrem no interior do Estado, ou seja, em Passo Fundo e Não-me-Toque, o que demonstra que a evolução do referido setor, que mantém viva a economia do nosso Estado e do nosso País, tem uma dimensão cada vez maior. Hoje, o homem do campo pode conviver com os que decidem as políticas públicas e comerciais, comunicando-se com ministros, embaixadores, e ter relações comerciais com a China, que deseja importar, este ano, mais de um terço da soja brasileira e um grande percentual da nossa soja gaúcha. (12ª Sessão Ordinária da 52ª Legislatura, em 17 de março de 2004)

Considerando o ano da citação, evidencia-se a emergência de negociações no período como uma novidade no mercado sul-rio-grandense. Contexto que agrega ainda mais valor a

entrada de representantes de outro país na região, conhecendo os canais produtivos “no interior do Estado”. Relações entre atores que também é apontada, no mesmo ano, pelo parlamentar Emar Schneider, do PMDB:

Há 20 anos, a China abriu as suas portas para o mercado mundial, e neste momento o Rio Grande do Sul se apresenta mostrando a sua potencialidade, ocupando um espaço na Bolsa de Mercadorias e Futuros em Xangai, onde os empresários poderão obter informações. Vários contatos foram feitos nessa cidade com o Vice-Prefeito e empresários. Na Capital da China, Pequim, houve uma reunião de quase cinco horas liderada pelo Governador Germano Rigotto, pois havia um impasse muito grande na questão da exportação da soja. Estiveram presentes nessa reunião, realizada no Ministério da Quarentena, técnicos do Ministério da Agricultura do Brasil e o Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, Sr. Odacir Klein. Felizmente, tratava-se de uma questão meramente técnica, não comercial, e chegou-se a um entendimento, restabelecendo-se a bandeira branca. Isso significa que os produtores do Rio Grande do Sul, de modo especial, e do Brasil podem voltar a exportar soja para a China. Deputado Adão Villaverde, o que ficou muito claro é que é preciso produzir com qualidade e seriedade. Além disso, é necessário estabelecer uma fiscalização muito firme e determinada, para que possamos manter esse mercado aberto. Ao lado da soja, abrem-se inúmeras possibilidades de negócios – como a exportação de carne suína e bovina – em vários outros segmentos (49ª Sessão Ordinária da 52ª Legislatura, em 30 de junho de 2004).

Nota-se na fala do congressista que o diálogo entre ambas as partes possibilitou a resolução de problemas técnicos – no caso específico, a presença não autorizada de transgênicos em carga exportada. Novamente sublinhando a importância de relações diplomáticas na elaboração de canais de comércio. Salienta-se, contudo, que resultados contrários também podem ser atingidos pelos exatos mesmos caminhos, conforme perceptível na fala do deputado Zé Nunes, do PT:

Essa guerra verbal com a China, em que o governo a todo momento faz afirmações extemporâneas e avaliações equivocadas, com manifestações não condizentes com a figura de um presidente, fez com que a China anunciasse a redução da compra de 10 bilhões de dólares da soja brasileira. Para o Rio Grande do Sul, a venda da soja tem um impacto fundamental na economia. A China compra praticamente um terço de tudo que o Estado do Rio Grande do Sul vende. Qualquer diminuição do comércio com a China tem o impacto dobrado aqui no Rio Grande do Sul em relação ao impacto sobre o Brasil. (24ª Sessão Ordinária da 55ª Legislatura, em 03 de abril de 2019).

Indicando como colocações da figura presidencial do país afetaram as relações entre Brasil e China e, apesar da inexistência de alteração nas instituições formais envolvidas no trâmite econômico específico, o lado asiático retraiu sua parte de suas compras programadas. Portanto, evidenciando o caráter relacional das práticas econômicas, na qual a diplomacia apresenta centralidade na composição dos fluxos comerciais (RAMOS, 2006).

Ambos os fatores trazidos, apesar de anedóticos, indicam como o mercado de soja entre Rio Grande do Sul e China, de tipo convencional de cadeia longa de fluxo de *commodities* também opera baseado em elementos interpessoais. Ainda que a proporção de importância de instituições informais possa ser relativa a cada quadro analisado, evidencia-se no referido ponto que elementos como confiança e discurso afetam a construção do mercado específico. Percepção semelhante à encontrada por Wesz Junior (2014) na análise do quatro sojícola de Mato Grosso do Sul. Em ambos os casos, a circulação de mercadorias padronizadas não incute na inexistência de *embeddedness* local das práticas econômicas. É exatamente por meio de processos interpessoais que determinados escoamentos são endossados frente aos demais.

5.3 A CIRCULAÇÃO CONTEMPORÂNEA DE SOJA ENTRE RIO GRANDE DO SUL E CHINA

O desenrolar dos capítulos 4 e 5 fundamentou a relação entre a produção de soja no Rio Grande do Sul e o consumo chinês no período entre 1970 e 2020. Os elementos levantados na integridade dos capítulos apresentaram o quadro no qual instituições e pressões estruturais pavimentaram os canais específicos onde a comercialização sojícola se desenrola. Frente aos diferentes pontos trazidos, a presente seção dispõe, na Figura 38, de um organograma síntese das formas operacionalizadas no mercado sojícola entre as regiões trabalhadas.

Figura 38 - Síntese dos atores envolvidos no mercado contemporâneo de soja entre Rio Grande do Sul e China, bem como instituições basilares para operação no segmento



Fonte: elaborado a partir de dados de ANTAQ (vários anos), ComEx (vários anos), Trase (vários anos); Zhang; Zeng (2021); Escher; Wilkinson (2019); Jamet; Chaumet (2016); Escher (2016); Vander Vennet; Schneider; Dessein (2016); Schneider (2014; 2011); Wesz Junior (2014).

Nota: Dados retirados de Escher (2016) para o quadro brasileiro. Compreende-se similitudes com o quadro sul-rio-grandense, especialmente pela concentração do setor apresentada na informação.

O organograma opera com a segmentação dos atores em quatro categorias: pré-produção, produção no estado, escoamento e consumo em China.

Na primeira categoria, são apontados elementos utilizados para que o plantio e manejo da soja sejam possíveis. Sementes, maquinário e agroquímicos apresentam forte concentração do mercado sob tutela de poucas empresas. O caso dos cultivares do grão, todos submetidos ao registro inicial de patente da Bayer, são ilustrativos desse processo. Porém o mesmo também ocorre com os fertilizantes, os defensivos e maquinários. Interessante notar, também, a correlação entre empresas que produzem agrotóxicos e sementes, frequentemente gerando composições atreladas entre si – sementes que dependem do químico específico. Em relação às instituições, a prática de produção de sementes transgênicas depende da construção social que compreenda a possibilidade de privatização sobre organismos biológicos. Da mesma forma que somente por meio de uma lógica social que favorece práticas econômicas frente a manutenção do ambiente que quantidades elevadas de agrotóxicos podem ser entendidas como viáveis.

Já na produção, a disponibilidade de dados não permite a segmentação específica dentre as categorias trazidas por Vander Vennet; Schneider e Dessein (2015), porém correlações são possíveis de serem estabelecidas. Destaque para a presença numerosa de propriedades sob a categoria de agricultores familiares e, portanto, com até quatro módulos fiscais de terra. Considerando que, no Rio Grande do Sul, a maior parte das regiões dispõe de uma equivalência de cinco a 35 hectares por módulo, implica que grande parte dos sojicultores opera com menos de 150 hectares destinados para o cultivo específico – portanto, pequenos produtores. Entretanto, conforme trazido em entrevistas com cooperativas, a maior parte dos volumes exportados advém de produtores de maior escala – em uma proporção de 90% da tonelagem ser oriunda de 10% dos associados, conforme relatado no Apêndice B. Em relação às instituições, parte-se do elemento basal para o sistema produtivo da existência de propriedade privada da terra garantida pelo Estado. Agregam-se, também, elementos relativos a forma de relação com o tempo e o capital, bem como a construção de uma identidade atrelada a um ideário produtivo agroexportador – o agronegócio.

No setor de escoamento, salienta-se que parte ínfima dos grãos tem como destino o mercado interno, sendo a maioria direcionada para exportação – em 2018, 94 milhões de toneladas exportadas frente 2,4 milhões para fluxos locais. E, naquelas que são direcionadas para o comércio externo, parte significativa direciona-se via *trading*. Conforme explicitado ao longo do Capítulo 5, elementos materiais impedem uma atuação maior das cooperativas – como o custo portuário para condução da carga marítima. Cabe salientar, também, que o processo de profissionalização das cooperativas no Rio Grande do Sul – trabalhado no Capítulo 4 – gera um quadro no qual a diferença de práticas entre essas e os conglomerados

internacionais difere de poucas formas. O Entrevistado 9, disponível no Apêndice D., relata que a principal distinção da cooperativa é a possibilidade de assessoria técnica aos produtores de menor porte, e que frequentemente aqueles que dispunham de maiores terras mantinham-se associados como manutenção de um hábito, porém frequentemente negociavam diretamente com a empresa exportadora. Em relação à concentração no setor, apesar da predominância do quarteto ABCD no contexto internacional, é a *Bunge* que detém massiva parte das operações sul-rio-grandenses, sendo responsável por um terço das importações e exportações – ou seja, regendo o mercado específico nas duas pontas possíveis. O modelo de existência desse escoamento depende, inicialmente, da construção global de uma perspectiva comercial globalizada, especialmente pela emergência de cadeias longas de mercado como fator predominante a partir da virada do século. Em especial no fluxo de *commodities*, destaque para o padrão dólar e a financeirização sobre agroalimentos promovidas, especialmente, pelos conglomerados atuantes no setor. Apesar por meio do endosso social a respectiva lógica – moeda fiduciária e poder privado de corporações – que as referidas práticas são possíveis. Entretanto, salienta-se que essas também compõem a própria diretriz da estrutura econômica, incidindo em efeitos sobre as possibilidades de atuação dos indivíduos ao deterem o poder normativo.

Por fim, o setor de consumo dos grãos na China baseia-se predominantemente no consumo para produção de proteína animal – suínos. Para tal, salienta-se que três grupos foram destacados, porém sendo de dois a primazia no processo. O grupo de menor participação é, em sincronia com o caso dos sojicultores, atrelado a mercado de nicho e, portanto, majoritariamente desvinculado ao processo global da cadeia de valor. Em ambos os casos, esses produtores se atrelam a mercados voltados a produtos específicos e sob categorias como agroecológicos e orgânicos. Entretanto, os outros dois atores operam em produções de larga escala com objetivo de expansão constante das produções visto a pressão mercadológica para garantia da lucratividade. Retoma-se que a categoria dos conglomerados opera tanto de forma direta em propriedades de alta concentração de suínos, como por meio de integração vertical. Entretanto, considerou-se as duas formas sob uma única categoria. O modelo de produção de proteína na China unicamente existe por meio de fomentos econômicos desempenhados desde a década de 1980 e, portanto, diretamente signatário da operação estatal. Nessa direção, novamente retomam-se aspectos culturais como a carnificação das dietas e a relação de exploração frente ao meio ambiente como elementos basais das práticas desempenhadas.

O que se salienta primordialmente no organograma é que todas as etapas produtivas e, logo, os atores envolvidos nessas, operam baseados em diferentes arcabouços institucionais promovidos por dinâmicas locais e internacionais – por exemplo, pautados por relações de confiança e pelo dólar como moeda fiduciária. Portanto, a existência do mercado de soja entre Rio Grande do Sul e China existe exclusivamente como fruto de relações sociais desenvolvidas ao longo de décadas interna e externamente pelos países.

É somente por meio do endosso da propriedade privada, da garantia de direitos monetários sobre organismos biológicos, de programas de fomento produtivo – como PRONAF, PRONAMP e os créditos as ECD –, e de uma economia projetada para urbanização e consumo que a cadeia internacional específica se tornou possível.

Portanto, argumenta-se que se mercados tomados como convencionais são fruto da sociabilidade humana, existindo unicamente por meio de garantias promovidas pela sociedade, outras formas de inserção comercial também o podem ser. Logo, é por meio da elaboração de ambientes institucionais específicos que distintas formas de existência econômica podem ser elaboradas. O aspecto de mercados aninhados, por exemplo, surge então não como uma exclusividade excêntrica, mas como a regra de operação de todos os mercados – diferenciando-se, apenas, na direção na qual as instituições envolvidas apontam (PLOEG; YE; SCHNEIDER, 2022; PLOEG; SCHNEIDER, 2022).

6 CONCLUSÃO

Observamos as diferentes camadas existentes no grão de soja, esmiuçamo-las e separamos os diferentes elementos de sua constituição. A seguir, testemunhamos sua emergência enquanto planta e o fortalecimento do seu meristema. Cabe aqui a reflexão sobre o que, de fato, vimos.

A presente dissertação objetivou compreender a formação do mercado de soja entre Rio Grande do Sul e China por meio de uma perspectiva teórica que conjugou camadas cognitivas e normativas. A motivação para o assunto adveio do crescente número de produções sobre a categoria de mercados, sobre a qual considerou-se que a observação de um canal de comércio alinhado a circulação de *commodities* poderia fornecer contribuições para o debate conceitual de como mercados emergem, consolidam-se e operam. A soja, por sua vez, foi a seleção adotada por se tratar de um produto agroalimentar basilar das duas economias envolvidas, ainda que com significações distintas, bem como por perpassar diferentes camadas internacionais ao longo de sua comercialização.

A apontada perspectiva cognitiva tomou forma por meio de autores do institucionalismo, especialmente em suas vertentes alinhadas ao institucionalismo histórico e ao sociológico. Por meio dessas contribuições, partiu-se do pressuposto de que a sociabilidade humana é marcada por elementos formais e informais que simbolizam as práticas dos indivíduos. Práticas essas que, por exemplo, quando de caráter de troca e com frequência constante, podem vir a compor a categoria socialmente entendida como mercado. Nessa direção, legislaturas de países, regras socialmente construídas, modelos de contrato, relações de confiança e aproximação entre atores (e uma gama de outros elementos) traçam o caminho no qual as ações humanas são desempenhadas. Todavia, esse traçado não é espontâneo e constante, mas fruto das relações operadas ao longo do tempo nos espaços em questão – portanto, dependente da história.

E foi na elucidação da camada histórica que a perspectiva normativa serviu como base. Pela utilização da abordagem dos Regimes Alimentares, adotou-se o pressuposto de que os fluxos internacionais de produtos agrícolas ocorrem pautados em interesses socioeconômicos específicos. Portanto, a predominância do que circula entre os países não é somente uma relação entre oferta e demanda, mas de um amálgama marcado pela atuação de Estados, conglomerados privados e sociedade civil em busca de maiores vantagens comerciais para suas respectivas realidades – cada qual agindo dentro dos canais possíveis de poder. A conjunção de características específicas resultou em três períodos distintos ao longo da

história do capitalismo contemporâneo, sendo o mercado de soja analisado componente do segundo e terceiro regimes – alterando sua significação conforme a temporalidade.

Para construção do quadro da soja sob as duas bases teóricas apresentadas, a metodologia abarcou processos quantitativos e qualitativos.

O primeiro grupo conteve amostragens estatísticas levantadas por diferentes organismos atrelados ao território brasileiro e ao chinês. Foram caracterizações de circulação portuária, importações e exportações registradas, índices produtivos de diferentes produtos em distintas localidades e valoração sobre itens circulados. Por meio desses foi possível constituir quadros de produção e tráfego específicos de ambas as regiões em análise. Salienta-se, entretanto, que a utilização de dados quantitativos levantados por terceiros – mesmo quando organismos oficiais – é sujeita a variabilidade de metodologia utilizada pelas organizações responsáveis, o que afetou algumas visualizações no trabalho.

Já o segundo grupo foi composto por três elementos. O inicial, inclusive na cronologia de utilização, foi a leitura de paisagem sobre as regiões predominantes de produção de soja no Rio Grande do Sul – especialmente noroeste –, que possibilitou a visualização dos modos de produção, da composição do espaço e da relação entre a cultura específica e outras formas de vida. Seguiu-se com a realização de entrevistas com representantes de cooperativas atreladas ao setor de grãos no estado. Por meio de roteiros semiestruturados, os entrevistados forneceram informações relacionadas a forma de atuação das organizações, canais centrais de operação e expectativas frente a composição da cadeia. Por fim, o terceiro ponto focou na análise de discurso aplicada sobre falas dos congressistas sul-rio-grandenses em sessões da Assembleia Legislativa local, com o objetivo de perceber a permeabilidade da temática sojícola no discurso público. Os três pontos foram essenciais na constituição de elementos formais – estímulos creditícios, órgãos destinados ao fomento de práticas, alterações fiscais – e informais – confiança, cultura e hábito dos indivíduos – que permeiam a cadeia em análise. Entretanto, salienta-se que as entrevistas foram afetadas pelos impasses da pandemia de COVID-19, resultando em uma quantidade total de interações menor do que a desejada.

A conjugação entre base teórica e metodologia aplicada possibilitou o alcance do caráter social, não natural e politicamente estimulado de composição do mercado de soja entre Rio Grande do Sul e China. Conclusão que foi construída por meio de cinco eixos levantados ao longo da dissertação:

- a) modelo agroexportador e a socialização dos custos com o coletivo: compreensão de que o modelo adotado para produção de soja no Rio Grande do Sul torna-se economicamente viável em uma composição social – e, logo, institucional – que

divide os custos inertes ao processo produtivo adotado. Especificamente, trata-se de custos materiais diretos, como a manutenção e a ampliação de malhas viárias, e indiretos, como a degradação ambiental frente ao modelo monocultor. Outro fator que coaduna o ponto conclusivo advém da isenção de tributação estadual sobre o grão, fruto da Lei Kandir, que potencializa o modal de produção ao isentar as contribuições diretas sobre o material comercializado. Além da implicação financeira, forma-se um ideário de práticas que expectam a sojicultura concebendo a inexistência de tributos em sua comercialização, infligindo em barreiras de hábito para possíveis alterações – implicando em trajetórias históricas que afetam e são afetadas pela conformação institucional;

- b) construção de identidade alinhada ao setor: ponto evidenciado especialmente no fomento a um ideário, emergente na década de 1990, atrelado ao agronegócio. Por meio desse construiu-se uma composição de classe sobre a produção de grãos que fundamentou a elaboração de instituições em dois canais complementares: formal por meio do fomento material a definições legislativas que favorecessem diretamente as pautas do grupo – vide a constante presença da temática nas atas da Assembleia; e informal no arraigamento de hábitos que solidificam instituições – principalmente em diálogo com categorias identitárias já existentes na região. Para além da atuação direta de parlamentares, o capital sob centrado no meio rural dispõe, também, de estímulos midiáticos e de agendas de conteúdo programático visando o endosso da construção identitária. Canais esses que evidenciam a imersão social cotidiana do mercado da soja, e possibilitam a identificação de reflexos entre estrutura econômica – no caso específico, em profunda relação com a economia de mercado – e a formação de culturas locais.
- c) dependência de atores privados internacionais: elemento que endossa as interpretações do Terceiro Regime Alimentar sobre a primazia internacional de conglomerados privados, especialmente no complexo grãos – carnes. Para os fluxos entre as regiões analisados, constatou-se a dominância da *Bunge* na circulação da soja com cerca de um terço dos trâmites de exportação e importação em relação a soja do Rio Grande do Sul com destino aos portos chineses. A força desses atores privados ao longo dos elos da cadeia possibilita influência direta sobre a precificação do grão, progressivamente mais vinculado ao capital financeirizado. Como consequência, atores de menor porte enfrentam barreiras de entrada no escoamento internacional adaptado e conduzido por conglomerados. Portanto, a

relação que se estabelece no complexo analisado é a de poder concentrado em grupos específicos, os quais detém influência direta no desenho das vias de circulação mercadológica. Cabe salientar que a relação entre esses grupos e o poder estatal de cada localidade é distinta no quadro brasileiro e sul-rio-grandense e no chinês. Enquanto no primeiro, especialmente em virtude do fomento a integração com a economia de mercado, ocorre uma maior dependência em relação a esses circuladores; no segundo, distintos espaços de atuação do Estado são fomentados para que existem alternativas de imposição frente o capital privado internacional;

- d) demanda chinesa e a economia do projetamento: vinculado ao tópico anterior, visto a expansão do consumo de carne global ao longo do século XX por fomento dos conglomerados privados, parte importante da demanda chinesa por grãos advém do projeto de desenvolvimento adotado pelo país em uma perspectiva de longa trajetória histórica. Ponto evidenciado por processos contemporâneos na economia chinesa terem sua origem nas reformas econômicas iniciadas em 1978. Alterações da estrutura que, desde então, objetivaram a construção de uma classe urbana, industrial e de alto potencial de consumo dentro do país. Estímulos que inclusive, somente passaram a ser repensadas em anos próximos ao presente com a recapitalização do meio rural. Observa-se, portanto, que a definição e o cumprimento de um projeto de desenvolvimento pelo Estado chinês geraram, ainda que em diálogo com organismos da sociedade civil e do capital privado internacional, uma estrutura econômica demandante de grãos de soja para produção de proteína animal. Inclusive considerando a necessidade de relações dependentes com outros países para manutenção interna. Exclusivamente por meio da elaboração do projeto chinês que a estrutura contemporânea de fluxo de soja entre Rio Grande do Sul e China encontra canais para solidificação da sua existência.
- e) mercados como construção social: ponto derradeiro que engloba os argumentos conclusivos simultaneamente a ser um encaminhamento desses. Por meio da observação de um mercado internacional de *commodities*, frequentemente endossado por perspectivas liberais como uma forma plena de atuação do “mercado invisível”, constatou-se diferentes camadas sociais balizando a existência das práticas operacionalizadas. Como resultado, infere-se que todos os mercados são socialmente imersos. E, portanto, os diferentes conjuntos sociais humanos podem afetar e influenciar os mercados embebidos em suas realidades. Por meio do argumento apontado, alinha-se um dos motes conclusivos da pesquisa em direção a

possibilidade de fomento específico a consolidação de mercados de acordo com ideais de desenvolvimento mais igualitários e equalitários do ponto de vista socioambiental. Assim como outros estudos apontaram para a formação de mercados diretamente por meio da atuação estatal, ou para práticas aninhadas em costumes e valores específicos, considera-se que mercados de tipo convencional também podem ser influenciados e moldados, visto que são unicamente existentes por meio da sociabilidade dos ambientes nos quais se inserem.

Com estes argumentos, retoma-se a base teórica utilizada para coadunar o argumento de *path dependence* das análises institucionais. Visto que apenas por meio da retomada histórica do ambiente sul-rio-grandense e chinês que foi possível identificar as camadas de elementos inseridos na elaboração do mercado de soja. É pela construção de um arcabouço jurídico na Lei de Terras, em 1850, que a lógica de grandes propriedades privadas de terra se tornou legalizada no Brasil, da mesma forma que foram as reformas de Deng Xiao Ping, em 1978, que abriram espaço para emergência das grandes produtoras de suínos contemporâneos. Elemento que também endossa a eficácia da cointerrelação entre perspectivas normativas e cognitivas, visto a complexidade de existência das práticas contemporâneas e, logo, a amplitude teórica necessária para seu destrinchamento.

Em diálogo com esses pontos, a pesquisa pretendeu contribuir para o debate sobre a sociologia dos mercados e para os estudos agroalimentares contemporâneos ao debruçar-se sobre como alimentos são produzidos e circulam na economia internacional vigente. Visto a predominância das práticas econômicas atreladas ao fluxo internacional, considera-se que o objeto escolhido para observação foi primordial por possibilitar o alcance dos pontos trabalhados. Entretanto, destaca-se a multiplicidade de outros canais possíveis de serem analisados em correlação a presente dissertação, dos quais três são salientes – e inter-relacionados. Um deles seria direcionado a compreensão das dinâmicas da produção e circulação de soja em outras regiões do país, a fim de aprofundar como diferentes imersões sociais dialogam com os processos aqui apresentados. Um outro tomaria a análise de diferentes *commodities* como base de observação, buscando identificar que fenômenos sociais estão atrelados a mercadorias tomadas por convencionais e marcadas por outras dimensões econômicas – como minerais, hidrocarbonetos e materiais oriundos do extrativismo. E, um derradeiro, seria voltado a ampliar a compreensão sobre o processo chinês, tanto em virtude de uma distinção quadros consumidores de soja em China, como pelo aprofundamento em canais de acumulação de capital dentro do país – focadamente no meio rural –, visto a forma

soberana com a qual o país desenrolou sua relação com a economia de mercado ao longo dos últimos cinquenta anos.

É sobre os apontamentos realizados até aqui que a presente dissertação se construiu. Retomando a analogia trazida na introdução, entre *tazos*, girafas e chapéus diferentes formas de sociabilidade humana foram desenvolvidas, o que também ocorreu com os grãos de soja. Portanto, se o formato social atrelado a circulação dos grãos é imerso em uma sociabilidade que trouxe a existência humana contemporânea ao limiar de suas relações com o meio ambiente, faz-se essencial a reflexão sobre a real naturalidade dessas práticas e as possíveis releituras sobre suas motivações. Retomar aspectos sobre os eixos da economia global e da circulação de produtos é crucial para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável e o asseguramento da existência planetária.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE SUÍNOS. ABCS. **Produção de Suínos: Teoria e Prática**. Brasília: ABCS, 2014.
- ACCURSO, Cláudio F. **Estudo Macroeconômico de uma região: Estado do Rio Grande do Sul (1939-1955)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005a.
- ACCURSO, Cláudio F. **Uma avaliação da economia gaúcha no período 1960-1985**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005b.
- ALI, Nawab. Soybean processing and utilization. *In*: SINGH, Guriqbal (ed.). **The Soybean: Botany, production and uses**. Ludhiana: Punjab Agricultural University, 2014.
- ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda Maria. Regulação social e acumulação por espoliação: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 243–272, 2011.
- ALMEYRA, Guillermo *et al.* (org.). **Capitalismo, tierra y poder em América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- AMADEO, Javier; ROJAS, Gonzalo. Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema-mundo. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 25/26, p. 29-43, 2011.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Eugene N. **Food and Environment in Early and Medieval China**. Philadelphia: University of Pensilvania Press, 2014.
- ANDRADES, Thiago O; GANIMI, Rosângela N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007.
- ARAGHI, Farshad. Accumulation by Displacement: Global Enclosures, Food Crisis, and the Ecological Contradictions of Capitalism. **Review (Fernand Braudel Center)**, United States, v. 32, n. 1, p. 113–146, 2009.
- ARAGHI, Farshad. Food regimes and the production of value: Some methodological issues. **Journal of Peasant Studies**, United Kingdom, v. 30, n. 2, p. 41–70, 2003.
- ARMONY, Ariel C.; STRAUSS, Julia C. From Goint Out (zou chuqu) to Arriving In (desembarco): Constructing a New Field of Inquiry in China-Latin America interactions. **The China Quarterly**, United Kingdom, v. 209, p. 1 – 17, 2012.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: Contraponto, 2008.

ASPERS, Patrik. The Practice of Defining Markets a Comment on Charles W. Smith. **The Canadian Journal of Sociology**, United States, v. 32, n. 4, p. 477–486, 2007.

ÁVILA, Dione F. **A influência da Bolsa de Chicago e do câmbio na formação do preço médio da soja praticada no Estado do Rio Grande do Sul** (Brasil), 1999 – 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Pós Graduação em Desenvolvimento, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015.

BECKERT, Jens. How Do Markets Change?* On the Interrelations of Institutions, Networks and Cognition in the Development of Markets. **Organization Studies**, v. 31, n. 5, p. 605–627, 2010a.

BECKERT, Jens. Institutional Isomorphism Revisited: Convergence and Divergence in Institutional Change. **Sociological Theory**, v. 28, n. 2, p. 150–166, 2010b.

BECKERT, Jens. Reimaginando a dinâmica capitalista: expectativas ficcionais e o caráter aberto dos futuros econômicos. **Tempo Social**, v. 29, n. 1, p. 165–185, 2017.

BECKERT, Jens. The great transformation of embeddedness: Karl Polanyi and the New Economic Sociology. **Max Planck Institute for the Study of Societies Discussion Paper 07/1**, p. 1–25, 2007a.

BECKERT, Jens. The Social Order of Markets. **Max Planck Institute for the Study of Societies Discussion Paper 07/15**, 2007b.

BECKERT, Jens. What is sociological about economic sociology? Uncertainty and the embeddedness of economic action. **Theory and Society**, v. 25, n. 6, p. 803–840, 1996.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 119–129, 2001.

BENDER FILHO, Reisoli; CORONEL, Daniel Arruda. Desindustrialização na economia gaúcha: Evidências a partir de indicadores de orientação externa. *In*: CALANDRO, Maria L.; MIEBACH, Alessandro D.; ALVIM, Augusto M. (org.). **Inovação, sustentabilidade e desenvolvimento no RS**. FEE, Porto Alegre, 2017.

BENETTI, Maria D. A internacionalização real do agronegócio brasileiro — 1990-03. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 32, n. 2, p. 26, 2004.

BENETTI, Maria D. Reestruturação das indústrias de suprimentos agrícolas no Brasil, nos anos 90: Concentração e desnacionalização. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 30, n. 1, p. 137-166. 2002.

BENETTI, Maria D. Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos 90. *In*: FLIGESPAN, Flávio B. (coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

BENETTI, Maria D. Reestruturação na área de circulação das mercadorias: o novo fator determinante da luta competitiva no mercado agroindustrial brasileiro. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 22, p. 59-85, 2001.

BENETTI, Maria Domingues. **A internacionalização recente da indústria de etanol brasileira**. Porto Alegre: FEE, 2003. (Textos FEE).

BERNSTEIN, Henry. Agrarian political economy and modern world capitalism: the contributions of food regime analysis. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, p. 611–647, 2016.

BERTRAND, Jean P.; LAURENT, Catherine; LECLERQ, Vincent. **O mundo da soja**. São Paulo: Editora USP, 1987.

BISPO, Scarlett Queen Almeida; MARTINS, Michele Marcia Viana; CECHIN, Alicia. **Evolução da agricultura chinesa: da fome às reformas de desenvolvimento do setor**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021. (Textos para Discussão).

BISPO, Scarlett Queen Almeida. **Subsídios Agrícolas da China: desafios entre a demanda doméstica e os compromissos com a Organização Mundial do Comércio (OMC)**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021. (Textos para Discussão).

BLOCK, Fred; EVANS, Peter. The State and the Economy. *In*: SMELSER, Neil J.; SWEBERG, Richard (ed.). **Handbook of Economic Sociology**. New Jersey: Princeton University, 2005. p. 505 – 526.

BONFIM, João Bosco Bezerra. **As políticas públicas sobre a fome no Brasil**. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2004.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRIONES, Roehlano M. Small Farmers in High-Value Chains: Binding or Relaxing Constraints to Inclusive Growth? **World Development**, v. 72, p. 43–52, 2015.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BURAWOY, Michael. For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. **Politics and Society**, v. 31, n. 2, p. 193–261, 2003.

CALVETE, Cássio Da Silva; LOPES, Joana Soares Cordeiro. A inserção da África subsaariana no sistema capitalista contemporâneo: Uma leitura à luz da teoria de Rosa Luxemburgo. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 38, n. 76, p. 20, 2020.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo Rural: envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Janeiro, 1999. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999. (Textos para Discussão, 51).

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poderes e reformas de base (1930-1964). *In*: FAUSTO, Boris (org.) **Historia Geral da Civilização brasileira: o Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1981.

CARDOSO DE MELLO, João M.; NOVAIS, Fernando. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. São Paulo: Ed. UNESP/FECAMP, 2009

CARRION JUNIOR, Francisco M. A economia do Rio Grande do Sul. *In*: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

CARVALHO, Vinicius S.; VIEIRA, Flávio Vilela. Exportações em Economias Emergentes Seleccionadas (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul): Modelos VAR e VEC. **Análise Econômica**, v. 31, n. 60, p. 7–34, 2013.

CASSOL, Abel P. **Instituições sociais e mercados alimentares tradicionais: Barganha, preços, variedade, qualidade e consumo em feiras**. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. A imersão social da economia em mercados alimentares brasileiros: uma abordagem institucionalista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 2, p. e233766, 2022.

CESAR, Guilherme. Ocupação e diferenciação do espaço. *In*: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (org.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

CHAIM, Aldernr. Tecnologia de aplicação de agrotóxicos: fatores que afetam a eficiência e o impacto ambiental. *In*: SILVA, C. M. M.; FAY, E. F. (org.). **Agrotóxicos & ambiente**. Brasília: Embrapa, 2004.

CHANG, Han. J. Breaking the mould: as institutionalist political economy alternative to the neo liberal theory of the market and the state. **Cambridge Journal of Economics**, v. 26, 2002.

CHEN, Shiyi; JEFFERSON, Gary H.; ZHANG, Jun. Structural change, productivity growth and industrial transformation in China. **China Economic Review**, v. 22, n. 1, p. 133–150, 2011.

CHEN, Ghangjin, Introduction: Zhekiang's Social Development and the Chinese Dream. *In*: CHEN, Guangjin; YANG, Jianhua (ed.). **Chinese dream and practice in Zhejiang-Society**. Springer, 2019.

CHESNEAUX, Jean. **Movimientos campesinos en China**. Madrid: Siglo XXI, 1978.

CLAPP, Jennifer. Financialization, distance and global food politics. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 794 – 814, 2014.

COHEN, Benjamin J. **The Question of Imperialism**. London: Palgrave Macmillan UK, 1973.

COLISTETE, Renato P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, v.15, n. 41, 2001.

COLLE, Célio Alberto. **A cadeia produtiva do trigo no Brasil: Contribuição para a geração de emprego e renda**. 1998. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CORADINI, Lucas. **Jovens e mulheres na agenda de políticas públicas para o rural: o problema da reprodução social na agricultura familiar**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CRAVIOTTI, Clara. Agrarian trajectories in Argentina and Brazil: multilatin seed firms and the South American soybean chain. **Globalizations**, v. 15, n. 1, p. 56–73, 2018.

DA ROS, César Augusto. **As políticas agrárias durante o Governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999 – 2002)**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Caxias: UCS, 1979.

DE MARIA, Marcello *et al.* Global Soybean Trade: The Geopolitics of a Bean. **UK Research and Innovation Global Challenges Research Fund (UKRI GCRF)**, 2020.

DELFIM NETTO, A. Desenvolvimento econômico brasileiro: retrocessos e avanços. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 18, n. 1, p. 5-20, 2009.

DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.

DELGADO, Nelson G.; LEITE, Sergio P.. Políticas de desenvolvimento territorial: Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas para o Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 23.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter. A Gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, p. 74–90, 2005.

DIMAGGIO, Paul; LOUCH, Hugh. Socially Embedded Consumer Transactions: For What Kinds of Purchases Do People Most Often use Networks? **American Sociological Review**, v. 63, n. 5, p. 619, 1998.

DOSI, Giovanni. Institutions and markets in a dynamic world. **The Manchester School**, v. 56, n. 2, p. 119 – 146, 1988.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUEÑAS, Maria Constanza. **La Revolución China: una revolución permanente**. Gárgola, Buenos Aires. 2015.

DUNNING, John H. **Explaining international production**. Londres: Unwind Hyman, 1988.

DUNNING, John. H. **The international allocation of economic activity**. London: Macmillan, 1977.

EPSTEIN, Gerald. Introduction: Financialization and the world economy. *In*: EPSTEIN, Gerald (ed.). **Financialization and the world economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

ESCHER, Fabiano; SCHNEIDER, Sérgio; YE, Jingzhong. The Agrifood Question and Rural Development Dynamics in Brazil and China: Towards a Protective Countermovement. **Globalizations**, p. 1 – 22, 2017.

ESCHER, Fabiano; WESZ JUNIOR, Valdemar J. Dinâmica recente do complexo soja-carne Brasil-China no contexto do cone sul. **Campo-Território: Revista de geografia agrária**, v. 17, n. 46, p. 131-151, 2022.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, nº 4, p. 656 – 678, 2019.

ESCHER, Fabiano. **Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento Rural: Uma análise institucional comparativa entre Brasil e China**. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ESCHER, Fabiano. BRICS varieties of capitalism and food regime reordering: A comparative institutional analysis. **Journal of Agrarian Change**, v. 21, n. 1, p. 46–70, 2020.

FAIRBAIRN, Madeleine. Finance and the Food System. *In*: BONANNO, Alessandro; BUSCH, Lawrence (ed.). **Handbook of the International Political Economy of Agriculture and Food**. Michigan: Edward Elgar Publication, 2016. p. 232–248.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. Capitalismo, espaço e tempo. **Ensaio FEE**, v. 20, n. 1, p. 261–283, 1999.

FERNANDES FILHO, João F.; BELIK, Walter. **A política de tributação na exportação do complexo soja pelo Brasil: transformação e resultados**. Anais Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Campo Grande, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIORI, José. L. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. A reconfiguração das Cadeias Globais de Valor (global value chains) pós-pandemia. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 203–219, 2020.

FLIGSTEIN, Neil; DAUTER, Luke. A sociologia dos mercados. **Caderno CRH**, v. 25, n. 66, p. 481–504, 2012.

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. Toward a General Theory of Strategic Action Fields. **Sociological Theory**, v. 29, n. 1, p. 1–26, 2011.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 2, p. 61–80, 2007.

FRAQUELLI, Jane A. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926. *In*: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

FREDERICO, Samuel. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 21, n. 1, p. 73-101, abril. 2017.

FREITAS, Rogério Edivaldo. **Análise do potencial de crescimento das exportações agropecuárias brasileiras nos mercados de Estados Unidos e Índia**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. (Textos para Discussão).

FREITAS, Rogério Edivaldo. **Exportações agropecuárias brasileiras: uma avaliação dos produtos líderes no período 1989 - 2012**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. (Textos para Discussão).

FREITAS, Rogério Edivaldo; SANTOS, Gesmar Rosa. Exportações do Complexo Soja-Milho-Aves: Concorrentes do Brasil e potenciais acordos bilaterais. **Radar IPEA**, v. 53, p. 10, 2017.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. Agriculture and the State System: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, p. 93–117, 1989.

FRIEDMANN, Harriet. From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Food Regimes. **New Directions in the Sociology of Global Development**, v. 11, p. 227 – 264, 2005.

FRIEDMANN, Harriet. Remaking traditions: How we eat, What we eat and the Changing Political Economy of Food. *In*: BARNDT, Deborah (ed.). **Women Working the NAFTA Food Chain**. Toronto: Second Story, 1999.

FRIEDMANN, Harriet. Simple commodity production and wage labour in the american plains. **The Journal of Peasant Studies**, v. 6, n. 1, p. 71 – 100, 1978.

FRIEDMANN, Harriet. The Political Economy of Food: a Global Crisis. **New Left Review**, v. 1, n. 197, p. 29 - 57, 1993.

FURTADO, Paloma C.; ALVES, Vicente E. Investimentos chineses, reestruturação produtiva e transformações no espaço agrário do bioma de Cerrados do Centro Norte do Brasil. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 14, n. 2, p. 473 – 492, 2020.

GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. The Governance of Global Value Chains. **Review of International Political Economy**, v. 12, n. 1, p. 78–104, 2005.

GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel; KORZENIEWICZ, Roberto P. Introduction: Global Commodity Chains. *In*: GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. **Commodity chains and global capitalism**. Westport: Praeger, 1994.

GEREFFI, Gary; LEE, Joonkoo. Why the World Suddenly Cares About Global Supply Chains. **Journal of Supply Chain Management**, v. 48, n. 3, p. 24–32, 2012.

GEREFFI, Gary; LUO, Xubei. Risks and Opportunities of Participation in Global Value Chains. **Background Paper to the 2014 World Development Report**, World Bank, 2015.

GOLBITZ, Peter; JORDAN, Joe. Soyfood: Market and Products. *In*: RIAZ, Mian N. (ed.) **Soy Application in Food**. Routledge, Taylor and Francis Group, 2006.

GOLDBERG, Ray A. **The Soybean Industry**. Mineapolis: The University of Minnesota Press, 1952.

GONÇALVES, Octavio Augusto. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul (1950 – 1975)**. Porto Alegre: FEE, 1984.

GONÇALVES, Rodrigo R.; BRAATZ, Jacó; MORAES, Gustavo I. Infraestrutura de transportes no Rio Grande do Sul e desenvolvimento regional. *In*: CALANDRO, Maria L.; MIEBACH, Alessandro D.; ALVIM, Augusto M. (org.). **Inovação, Sustentabilidade e Desenvolvimento no RS**, v. 1, p. 35-52, 2017

GRAZZIOTIN, Henrique de Abreu. O processo histórico de formação do sistema-mundo capitalista e a sua dinâmica: uma interpretação baseada em Braudel, Marx, Arrighi e Wallerstein. **Economia Ensaio**, v. 34, n. 1, p. 5–34, 2019.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125–146, 2014.

GUIMARÃES, Alberto P. Quatro séculos de latifúndio (1963). *In*: STÉDILE, João P. (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GUZMÁN, Eduardo S.; MOLINA, Manuel G.. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HAIRONG, Yan; YIYUAN, Chen; BUN, Ku Hok. China's soybean crisis: the logic of modernization and its discontents. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 373–395, 2016.

HAIRONG, Yan; YIYUAN, Chen. Agrarian Capitalization without Capitalism? Capitalist Dynamics from Above and Below in China: Capitalist Dynamics from Above and Below in China. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 3, p. 366–391, 2015.

HANSER, Amy. A tale of two sales floors: changing service-work regimes in China. *In*: LEE, Ching Kwan. **Working in China: ethnographies of labor and workplace transformation**. New York: Routledge, 2006.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, p. 193–223, 2003.

HAN, Mingxi; YU, Wusheng; CLORA, Francesco. Boom and Bust in China's Pig Sector during 2018–2021: Recent Recovery from the ASF Shocks and Longer-Term Sustainability Considerations. **Sustainability**, v. 14, 2022.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HODGSON, G. Os mercados como instituições. In: HODGSON, G. **Economia e Instituições**: manifesto por uma economia institucionalista moderna. Oeiras: Celta Editora, 1994. p. 173–194.

HODGSON, G. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, v. 40, n. 1, 2006.

HODGSON, Geoffrey M. Darwinismo e ciências sociais: um diálogo possível. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 63, p. 271–280, 2008.

HODGSON, Geoffrey M. Financial institutions and the British Industrial Revolution: did financial underdevelopment hold back growth? **Journal of Institutional Economics**, v. 17, n. 3, p. 429–448, 2021.

HODGSON, Geoffrey M. On defining institutions: rules *versus* equilibria. **Journal of Institutional Economics**, v. 11, n. 3, p. 497–505, 2015.

HUANG, Philip C. C. China's New Age Small Farming and their vertical integration: agrobusiness or co-ops?. **Modern China**, v. 37, n. 2, p. 107 – 135, 2011.

ISAKSON, S. Ryan. Food and finance: the financial transformation of agro-food supply chains. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 749–775, 2014.

ISLAM, Rezaul. Hunger Reduction in China: An Analysis of Contextual Factors. **Asian Social Work and Policy Review**, v. 10, n. 3, p. 295–310, 2016.

IVO, Ledo A.B. Estado da arte da sociologia nos estudos sobre o desenvolvimento. In: MONTEIRO NETO, A. **Sociedade, política e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014.

JABBOUR, Elias Marco K. **Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado na China de hoje**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JAMET, Jean-Paul; CHAMET, Jean-Marc. Soybean in China: adapting to the liberalization. **OCL**, v. 23, n. 6, 2016;

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural**: Conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. São Paulo: Objetiva, 2011.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LE MOS, Mario Luiz Freitas; GUIMARÃES, Diego Duque; MAIA, Guilherme Baptista da Silva; et al. Agregação de valor na cadeia da soja. **Relatório BNDES Setorial**, 2017.

LENIN, Vladimir. *Desenvolvimento do Capitalismo em Rússia*. Moscou: Progress Publishers, 1974.

LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.

LOURENÇO, Daniel. B. **Qual o valor da natureza?** Uma introdução à ética ambiental. São Paulo: Elefante, 2019.

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. **The Economic and Social History of Brazil since 1889**. New York: Cambridge University Press, 2014.

LUU, Nghi; COATES, Brendan. China's emergence in global commodity markets. **Treasury Government Australia**, 2012. Disponível em treasury.gov.au/publication/economic-roundup-issue-1-2012-2/economic-roundup-issue-1-2012/chinas-emergence-in-global-commodity-markets. Acesso em: 27 fev. 2021.

MAESTRI, Mário J. O escravo africano no Rio Grande do Sul. *In*: DACANAL, José; GONZAGA, Sergius (org.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

MAFIOLETTI, R. **Formação do preço na cadeia agroindustrial da soja na década de 90**. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MALUF, Renato S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 4, 2021.

MARCH, James G; OLSEN, Johan P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 31, p. 121–142, 2008.

MARINHO, Pedro L. **Explicações sobre a internacionalização produtiva das empresas: das teorias clássicas às novas teorias**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MARTINS, Paulo Henrique; GUERRA, Juliana de Farias Pessoa. Durkheim, Mauss e a atualidade da escola sociológica francesa. **Sociologias**, v. 15, n. 34, p. 186–218, 2013.

MATTEI, Lauro. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 105–124, 2014.

MAVEDZENGE, B. Z. *et al.* The dynamics of Real Markets: Cattle in Southern Zimbabwe following Land Reform. **Development and Change**, v. 39, n.4, p. 613–639, 2008.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **The Journal of Peasants Studies**, v. 36, 2009.

MCMICHAEL, Philip. Global Development and Food Regime. **New Directions in the Sociology of Global Development**, v. 11, p. 265–299, 2005.

MCMICHAEL, Philip. Historicizing food sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 933–957, 2014.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes Alimentares e Questões Agrárias**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

MENDONÇA, Marco Aurélio A.; LOPES FILHO, Carlos Renato da Fonseca Ungaretti; OLIVEIRA, Juliana Kelly Barbosa da Silva. **A Nova Rota da Seda e a Projeção Econômica Internacional da China**: Redes de financiamento, fluxos de investimento externo direto (IED) e contratos de construção. Rio de Janeiro: IPEA, 2021. (Textos para Discussão).

MENG, Xin; QIAN, Nancy; YARED, Pierre. The Institutional Causes of China's Famine, 1959 – 1961. *Review of Economic Studies*, v. 82, p. 1568 – 1611, 2015.

MENONCIN, Jaine. O caso das sementes Agrocereis (1945 – 1960) – Uma abordagem da História Ambiental. **Anais XVI Encontro Estadual de História da Anpuh/SC**, Florianópolis, 2016.

MICHELENA, José A. **A crise no Sistema Mundial**: Política e Bloco de Poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MIELITZ NETTO, Carlos G.A. Política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. *In*: LEITE, S. P. BONNAL, P. (org.) **Análise comparada de políticas agrícolas**: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MIGUEL, Lovois de Andrade (org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

MINTEN, Bart; RANDRIANARISON, Lalaina; SWINNEN, Johan F M. Global Retail Chains and Poor Farmers: Evidence from Madagascar. *World Development*, v. 37, n. 11, p. 1728–1741, 2009.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. *Revista NERA*, Presidente Prudente, Ano 9, nº 8, Jan/Jun, p. 151-172, 2008.

MIYATA, Sachiko; MINOT, Nicholas; HU, Dinghuan. Impact of Contract Farming on Income: Linking Small Farmers, Packers, and Supermarkets in China. *World Development*, v. 37, n. 11, p. 1781–1791, 2009.

MÓDOLO, Débora B. O investimento direto realizado por China, Brasil e Índia: uma análise comparativa. *Revista Economia Ensaios*. v. 25, no 2, p. 101-120, 2011.

MÓDOLO, Débora B.; HIRATUKA, Celio. The impact of chinese competition on third markets: An analysis by region and technological category. *Development Policy Review*, v. 35, 2017.

MONTENEGRO, Antonio T. As ligas camponesas às vésperas do Golpe de 1964. **Proj. História**, São Paulo, v. 2, p. 391-416, dez. 2004.

MOORE, Jason W.. Cheap Food & Bad Money: Food, Frontiers, and Financialization in the Rise and Demise of Neoliberalism. **Review of Fernand Braude Center**, v. 33, n. 2, p. 225–261, 2010.

MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MUKHERJEE, Prodyot C. **Reforma Agraria y Producción Agrícola en China**. Estudios Orientales VII – Colegio de México, Ciudad de México. 1972.

NIEDERLE, Paulo A.; WESZ JUNIOR, Valdemar. **As Novas Ordens Alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

NIEDERLE, Paulo André. Revisitando o conceito de Produção Simples de Mercadoria. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, p. 26, 2009.

NIEDERLE, Paulo André; DORVILLE, Claire; LEMEILLEUR, Sylvaine. Diferenciação institucional na certificação de produtos orgânicos: uma comparação dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade no estado do Rio Grande do Sul. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 59, n. 2, p. e224827, 2021.

NORTH, Douglass C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97–112, 1991.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: Crítica à razão dualista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Gustavo; HECHT, Susanna. Sacred groves, sacrifice zones and soy production: globalization, intensification and neo-nature in South America. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 251–285, 2016.

OLIVEIRA, Hythakar Secco De. **A agricultura familiar brasileira exportadora na economia mundo capitalista**. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OTERO, Gerardo. The neoliberal food regime in Latin America: state, agribusiness transnational corporations and biotechnology. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 3, p. 282 – 295, 2012.

PAULANI, Leda M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: Uma reflexão sobre o papel do Estado e sobre a situação atual à luz da história. **Aanais Logros e Retosdel Brasil Contemporáneo**. Cidade do México, UNAM, 2011.

- PEREIRA, João Márcio M.; ALENTEJANO, Paulo. El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonía del agronegocio. *In*: ALMEYRA, Guillermo; BÓRQUEZ, Luciano Concheiro; PEREIRA, João Márcio (coord.). **Capitalismo, tierra y poder en América Latina**. Buenos Aires, Ediciones Continente, 2015.
- PEREIRA, Vinícius Vieira. As primeiras preocupações com a periferia do sistema capitalista nas teses do imperialismo de Kautsky e Bukharin. **Nova Economia**, v. 27, n. 2, p. 51–83, 2017.
- PLOEG, Jan Douwe; SCHNEIDER, Sergio. Autonomy as a politico-economic concept: Peasant practices and nested markets. **Journal of Agrarian Change**, p. joac.12482, 2022.
- PLOEG, Van der Jan D. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. *In*: MARQUES, Flávia C.; CONTERATO, Marcelo A.; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Construção de mercados e Agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.
- PLOEG, Van der Jan D. O Sistema Alimentar em tempos de COVID-19: Ensinaamentos para o futuro. Caderno para debate. **Agriculturas: Experiências Agroecológicas**, nº 3, 2021.
- PLOEG, Van der Jan D. **The new peasantries: rural development in times of globalization**. 2nd ed. New York: Routledge, 2018.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As origens da nossa época**. São Paulo: Comos, 1944.
- POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.
- PORSSE, Alexandre Alves. Impacto dos investimentos públicos na economia gaúcha. **Textos para Discussão FEE**, n. 57, p. 17, 2009.
- POWELL, Walter; DIMAGGIO, Paul J. Introducción: El Nuevo institucionalismo en el análisis organizacional. *In*: POWELL, Walter; DIMAGGIO, Paul J. **El Nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1999. p. 33–75.
- QIU, Li-Juan; CHANG, Ru-Zhen. The Origin and History of Soybean. *In*: SINGH, Guriqbal (ed.). **The Soybean: Botany, production and uses**. Ludhiana: Punjab Agricultural University, 2014.
- RAMOS, Danielly S. **O Brasil e a República Popular da China: Política externa comparada e relações bilaterais (1974 – 2004)**. 2006. Tese (Doutorado em Relações) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira (1957-1986). *In*: STÉDILE, João P. (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- REARDON, Thomas; TIMMER, C. Peter. Chapter 55: Transformation of markets for agricultural output in developing countries since 1950: How has thinking changed? *In*:

EVENSON, Robert; PINGALI, Prabhu (ed.). **Handbook of Agricultural Economics**. London: Elsevier, 2007. v. 3, p. 2807 – 2849.

REIS, Elton F. *et al.* Qualidade da aplicação aérea líquida com uma aeronave agrícola experimental na cultura de soja (*Glycine Max L.*). **Eng. Agric.**, Jaboticabal, v.30, n.5, p. 958-966, out. 2010.

RIBEIRO, Anna L. **Racismo estrutural e aquisição de propriedade**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

RIVERA-FERRE, Marta G. Supply vs. Demand of agri industrial meat and fish products: a chicken and egg paradigm? **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 16, n. 2, p. 90–105, 2009.

ROGERS, Thomas D. **As feridas mais profundas: Uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2016.

SACHS, Ignacy. **Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SALAMONI, Giarcala; WASKJEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, v. 1, n. 1, p. 75–199, 2013.

SANTILI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Petrópolis, 2009.

SANTOS, Ynaê Lopes. **História da África e do Brasil Afrodescendente**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SCHNEIDER, Maurício. **Identidades em rede: um estudo etnográfico de quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes**. Pelotas: UFPEL, 2017.

SCHNEIDER, Mindi. Developing the Meat Grab. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 4, p. 613 – 633, 2014.

SCHNEIDER, Mindi. Feeding China's Pigs: Implications for the Environment, China's Smallholder Farmers and Food Security. **Institute for Agriculture and Trade Policy**, 2011.

SCHNEIDER, Sergio; SCHUBERT, Maycon N.; ESCHER, Fabiano. Regimes Agroalimentares e o lugar da agricultura familiar - uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, v. 1, no 1, p. 1 – 20, 2016.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e Agricultura Familiar. *In*: MARQUES, F.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93–140.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 3, p. 511–531, 2010.

SCHNEIDER, Mindi; SHARMA, Shefali. **China's Pork Miracle?** Agribusiness and Development in China's Pork Industry. Institute for Agriculture and Trade Policy, 2014.

SCHOMMER, Vanessa A. **Senhores e possuidores: análise socioeconômica dos sujeitos envolvidos em disputas judiciais de terra (Santo Antônio da Patrulha – Período Colonial).** Trabalho de Conclusão de Curso – UFRGS, Porto Alegre 2018.

SCHUTTER, Olivier De. **Food Commodities Speculation and Food Price Crises.** United Nations Special Report, United Nations, 2010.

SCHUTTER, Olivier De. The Political Economy Approach to Food Systems Reform. **IDS Bulletin**, v. 50, n. 2, 2019. Disponível em: <https://bulletin.ids.ac.uk/idsbo/article/view/3033>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SILVA NETO, Benedito. Enfoque sistêmico e análise econômica de unidades de produção agropecuária: uma abordagem baseada no materialismo histórico e dialético. **XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, Pelotas, 2016.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária.** Campinas: Coleção Primeiros Passos/Unicamp, 1981.

SILVA, José Graziano; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **A evolução da Agricultura Familiar e do Agribusiness nos anos 90.** Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2000.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Alfa Omega, 1986.

SILVA, Sidney Vergínio *et al.* **Investimento direto estrangeiro e o agronegócio brasileiro: considerações e correlações.** XX SemeAD, 2017.

SILVEIRA, Rogério L. DORNELLES, Mizaél. A produção do tabaco no sul do Brasil: um olhar geográfico sobre sua dinâmica produtiva e organização territorial. *In:* SILVEIRA, Rogério L. (org.). **Tabaco, Sociedade e Território: relações e contradições no Sul do Brasil.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SINGH, Guriqbal; SHIVAKUMAR, B. G. The Role of Soybean in Agriculture. *In:* SINGH, Guriqbal (ed.). **The Soybean: Botany, production and uses.** Ludhiana: Punjab Agricultural University, 2014.

SLYKE, Lyman P. Van. Liang Sou Ming and the Rural Reconstruction Movement. Cambridge. **The Journal of Asian Studies**, v. 18, n. 4, 1959.

SOLOW, Robert M. Perspectives on Growth Theory. **Journal of Economic Perspectives**, v. 8, p. 45 – 54, 1994.

SONAGLIO, Cláudia M. Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. *In*: AZEVEDO, André F.; FEIJÓ, Carmem; CORONEL, Daniel A. (org.). **A desindustrialização brasileira**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. São Paulo: Leya, 2016

SOUZA, N. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2008.

STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen Ann. Introduction: institutional change in advanced political economies. *In*: STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen Ann (ed.). **Beyond continuity: institutional change in advanced political economies**. New York: Oxford University Press, p. 1 – 39, 2005.

STREECK, Wolfgang. How to Study Contemporary Capitalism? **European Journal of Sociology**, v. 53, n. 1, p. 1–28, 2012.

SWINNEN, Johan. **Value chains, agricultural markets and food security**. The State of Agricultural Commodity Markets 2015–16: FAO, 2016.

TAMBARA, Eleomar. **RS: modernização e crise na agricultura**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1983.

THELEN, Kathleen. Varieties of Capitalism: Trajectories of Liberalization and the New Politics of Social Solidarity. **Annual Review of Political Science**, v. 15, n. 1, p. 137–159, 2012.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, p. 225–254, 2003.

THIESEN, Beatriz Valladão; MOLET, Claudia Daiane; KUNIOCHI, Marcia Naomi. **Charqueada e escravidão em Rio Grande**. Trabalho apresentado no 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

THORSTENSEN, Vera; RAMOS, Daniel; MÜLLER, Carolina; et al. **Acesso da China à OMC: A questão da economia de não mercado**. Rio de Janeiro: CCGI/FGV, 2014.

TRASE. **Trase Supply Chains**. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.48650/XWCN-4413>. Acesso em: 17 nov. 2022.

TSUI, Sit; WONG, Erebus; KIN CHI, Lau; TIEJUN, Wen. One belt, One Road: China's Strategy for a New Global Financial Order. **Monthly Review**, p. 35 – 46, 2017.

VAN XUYET, Ngo. **Ancient utopia and peasant revolts in China**. 2004. Disponível em: <https://libcom.org/library/ancient-utopia-peasant-revolts-china-ngo-van-xuyet>. Acesso em: 17 nov. 2022.

VANDER VENNET, Bert; SCHNEIDER, Sergio; DESSEIN, Joost. Different farming styles behind the homogenous soy production in southern Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 396–418, 2016.

VIEIRA, Pedro Abel; BUAINAIN, Antônio Marcio; FIGUEIREDO, Eliana Valeria. O Brasil alimentará a China ou a China engolirá o Brasil?. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 1, p. 51–81, 2016.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: Doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. Editora Elefante, 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistemas-mundo: Una introducción**. [s.l.]: Siglo Venti Uno, 2004.

WATTS, Michael. Peasants under contract: agro food complexes in the Third World. *In*: BERSTEIN, H.; CROW, B.; MACKINTOSH, M.; MARTIN, C. (ed.). **The Food Question: Profits versus people?** Earthscan Publications, Londres, 1990.

WEIS, Tony. The meat of the global food crisis. **Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 1, p. 65–85, 2013.

WEIS, Tony. The Meatification of Diets. *In*: **Handbook of Food and Nutrition Security**. [s.l.]: Routledge, 2016, p. 124–136.

WESZ JUNIOR, Valdemar. **O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso do Sul (Brasil)**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

WESZ JUNIOR, Valdemar. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, p. 282 – 316, 2016.

WILKINSON, John. The globalization of agribusiness and developing world food systems. **Monthly Review**, 2009. Disponível em: monthlyreview.org/2009/09/01/globalization-of-agribusiness-and-developing-world-food-systems. Acesso em: 08 jan. 2021.

WONG, John. **Chinese Land Reform in Retrospect**. University of Wisconsin, 1974.

YANG, Weiyong. Economic structural changes and rural income: Evidence from Chinese provinces during the reform period. **China Economic Review**, v. 20, n. 4, p. 742–753, 2009.

YEH, Emily T; O'BRIEN, Kevin J.; YE, Jingzhong. Rural politics in contemporary China. **Rural politics in contemporary China**, v. 40, n. 6, p. 915–928, 2013.

ZHANG, Biao; FU, Zetian; WANG, Jieqiong; et al. Effect of householder characteristics, production, sales and safety awareness on farmers' choice of vegetable marketing channels in Beijing, China. **British Food Journal**, v. 119, n. 6, p. 1216–1231, 2017.

ZHANG, Qian Forrest; DONALDSON, John. The Rise of Agrarian Capitalism with Chinese Characteristics: Agricultural Modernization, Agribusiness and Collective Land Rights. **China Journal**, v. 60, p. 25–47, 2008.

ZHANG, Qian Forrest; HU, Zhanping. Rural China under the COVID 19 pandemic: Differentiated impacts, rural urban inequality and agro industrialization. **Journal of Agrarian Change**, v. 21, p. 591–603, 2021.

ZHANG, Qian Forrest; OYA, Carlos; YE, Jingzhong. Bringing Agriculture Back In: The Central Place of Agrarian Change in Rural China Studies: The Central Place of Agrarian Change in Rural China Studies. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 3, p. 299–313, 2015.

ZHANG, Qian Forrest; ZENG, Hongping. Producing industrial pigs in southwestern China: The rise of contract farming as a coevolutionary process. **Journal of Agrarian Change**, v. 22, n. 1, p. 97–117, 2022.

ZHANG, Qian Forrest. Class Differentiation in Rural China: Dynamics of Accumulation, Commodification and State Intervention: Accumulation, Commodification and State Intervention. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 3, p. 338–365, 2015.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - FCE
Mestrado e Doutorado Multidisciplinares

ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

Relativa à dissertação “*Formação do mercado sojicultor entre Rio Grande do Sul e China*”, desenvolvido por *Ângelo Belletti* no Departamento de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), com financiamento CNPq.

Contato: angelo.belletti@hotmail.com

(51) 98241-1437

- a) Qual é a trajetória de formação da cooperativa?
- b) Qual as áreas de atuação da mesma?
- c) Qual o território de abrangência das ações da cooperativa?
- d) Aproximadamente, quantos produtores associados há hoje?
- e) Como esses produtores associam-se à mesma? É um processo que parte dos mesmos, ou um convite da cooperativa?
- f) Qual a área central de atuação da cooperativa? Há um setor principal e setores secundários? Quais?
- g) Em relação a aquisição dos produtos cultivados pelos agricultores, como ocorre esse processo? Apenas produtores associados podem fornecer? São feitos contratos com outros produtores ocasionalmente, também?
- h) Essas negociações ocorrem no momento de entrega direta dos grãos, ou são estabelecidos contratos futuros no início do plantio?
- i) Os grãos controlados pela cooperativa são aquisições ou cessões via comodato?
- j) Como se dá a relação entre diferentes cooperativas? Há uma proximidade entre essas ou uma tendência maior à competição direta?
- k) E em relação a empresas de insumos (sementes, fertilizantes, defensivos, maquinários), há alianças pré definidas, ou são negociações esporádicas de acordo com condições mais vantajosas?
- l) Em relação ao mercado de soja, como ocorre a atuação da cooperativa?
- m) Como ocorre a definição do preço a ser pago nos grãos de soja?
- n) Qual o principal direcionamento da soja comercializada pela cooperativa? Quem são os principais compradores?
- o) A cooperativa tem algum controle ou influência sobre o destino dos grãos comercializados? Caso tenha, qual o principal destino dos grãos?
- p) Qual a importância de políticas públicas para o mercado de soja?
- q) Há espaço para crescimento do mercado sojícola? Quais elementos impedem esse processo? Quais elementos seriam essenciais para que este ocorresse?

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A COOPERATIVA 1

A: Quantos produtores associados temos na Cooperativa hoje em dia, mais ou menos?

C: Em torno de 4500 sócios, né? Mas ativos em torno de 2500, esses 2500 é os que realmente estão trabalhando com a cooperativa. Esses outros 2000 anos que trabalha tem anos que não trabalha, mas ativos mesmo tem 2 500, mas para fins de assembleia, são 4500.

A: O que o inativo tem de diferente?

C: Tem anos que ele trabalha para cooperativa e tem uns que ele não trabalha. Ele é sócio do mesmo jeito.

A: E aí a próxima pergunta é, como é que os produtores se associam a cooperativa, como é que eles chegam na cooperativa? Esse é um processo que parte deles ou da cooperativa, de fazer um levantamento... como é que funciona?

C: Olha, tem. Tem alguns que vem procurar, né? Eles querem começar a trabalhar com a cooperativa, então eles vêm procurar e tem alguns que a gente também procura, né? Tipo regiões novas que a gente vai entrar, a gente coloca os técnicos a campo eles vão, vão procurando os produtores e então tem das duas formas

A: .E aí o levantamento de novos cooperativados é de porteira em porteira?

C: Isso, isso.

A: E o perfil dos produtores em tamanho, em quantidade produzida?

C: Olha a hoje, acho que 70% do volume que a gente adquire de mercadoria de produtos agrícolas é de grandes produtores, mas em número a gente tem quase 55% de número de produtores que são pequenos produtores que a cooperativa tem na jurídica, ela é composta pela maioria de pequenos produtores. Os grandes que fazem mais volume, né?

A: Claro, sim, sim. E, por exemplo, o que leva um grande produtor a se associar à cooperativa e não negociar ou conduzir por conta com uma trading ou alguma coisa assim?

C: Olha aqui na, na nossa região é que hoje as tradings elas tiraram um pouco o time de campo, então elas preferem comprar da cooperativa do que comprar de produtores. O produtor vende para a cooperativa, e a cooperativa vende para a trader. Hoje, por questões de custo e risco, as tradings a maioria não está mais comprando direto da produtora aqui no interior.

A: E aí a área central de atuação da cooperativa tem um setor principal e setores secundários?

C: Hoje os 70% é grãos e 18% é insumos agrícolas. E o restante depois é fábrica de ração agropecuária, posto de combustível.

A: E dos grãos, a maioria é?

C: É soja. Depois é trigo, depois milho.

A: Ham, em relação à compra desses grãos com os cooperativados, são só cooperativados que conseguem negociar com a cooperativa, ou também é aberto para outros produtores que queiram esporadicamente negociar?

C: A gente compra a terceiros também, além dos sócios, compra de terceiros.

A: E aí essas negociações, elas acontecem no momento da entrega ou tem contrato futuro?

C: Tem contrato antecipado, contrato futuro de spot, do jeito que for, o que o pessoal precisar.

A: Como é que se dá a relação da cooperativa com outras cooperativas? É uma relação de troca de informação, se é uma ideia mais de competição...

C: Não tem. Tem os 2 tipos, né? Tem algumas cooperativas que a gente tem mais afinidade. Então uma troca de informação e tem outras cooperativas que é puramente competitividade, né? Depende do perfil de cada um.

A: .E aí a próxima pergunta é em relação a sementes, fertilizantes, defensivos. Enfim, essas são negociações com parceiros fixos já, sempre a mesma empresa, ou se varia de acordo com as condições mais vantajosas para cooperativa e a fim.

C: Não, a cooperativa tem vários fornecedores, né? Todo o mercado fornecedor tem relação com a cooperativa, então a gente procura hoje em qualidade e preço né, tem ano que a empresa A fornece mais, tem anos que a empresa B então não tem nada fechado.

A: E aí, em relação específica ao mercado de soja, é, se tu puder me descrever como acontece a atuação da cooperativa de forma ampla...

C: Olha, a gente acompanha desde a formação da lavoura. Até a colheita, então a gente tem um time de assistência técnica que faz todo o planejamento, plantio, o acompanhamento e a colheita, né? Então, todo o ciclo está dentro da cooperativa, que tem o acompanhamento da área técnica.

A: E aí esse acompanhamento, o associado, ele escolhe, é uma parte do contrato?

C: Isso a cooperativa disponibiliza para ele, né? Grande maioria tem interesse. Alguns dos maiores, praticamente todos eles, têm assistência própria. Os maiores têm agrônomo próprio.

A: E aí para uma grande lavoura, por exemplo, a vantagem principal delas se associar a cooperativa é exatamente acessar o canal de comercialização?

C: Isto é, de compra de insumos e comercialização.

A: O próximo aqui é como é que acontece a definição do preço a ser pago?

C: A gente pega preço, principalmente porto ou indústria, né, tira os custos e despesas e coloca a margem. E sai o preço final a ser pago.

A: E aí com essa soja comprada e já dentro da cooperativa, qual é o principal canal de escoamento dela? Para onde que ela, principal canal de comercialização?

C: Hoje, basicamente, a nossa cooperativa é 90% exportadora, né? Então, 90% vai para o Porto de Rio Grande. E o maior destino é a China. É o maior destino, é a China.

A: Mas a cooperativa ela exporta de forma direta ou via trading?

C: Via trading.

A: E a trading varia conforme o ano?

C: Sim, mas nosso maior parceiro de compra é Cargill.

A: E é mais por uma questão de preço ou mais por um mais, tem mais relações, mais proximidade?

C: É que se for olhar nos últimos cinco anos no estado ela foi a trading que mais exportou. Eu acho que 80% foi pra China. Alguma coisinha foi para a Europa. Um pouquinho da Cingapura

A: E aí, agora é uma parte mais final, já que é qual a importância da relação para o crescimento do mercado de soja, com políticas públicas ou com outras ferramentas que estejam além do produtor? E além da da trader ou da cooperativa, por exemplo?

C: É hoje o sistema agro, depende muito da questão de financiamentos bancários, então nesse período, a gente está tendo uma incerteza quanto à questão de juros e ao tamanho do plano agrícola que deve sair agora nos próximos dias, né? Então, isso é uma política pública que tem muita relevância hoje no sistema.

A: E a nível mais local, por exemplo, a reforma de rodovia ou coisas assim, tu acha que tem uma influência também?

C: Sim, aqui as estradas né... estradas em condições, aí facilita o escoamento da safra, então tem que sempre ter estrada tanto de chão tanto urbanos.

A: E o principal escoamento é via caminhão?

C: Hoje já está conseguindo 30% via ferrovia. Julho de Castilho, né?

A: Se tem espaço para o crescimento do mercado de soja ainda, o que que seria um fator que estimula isso, mas também o que poderia ser um fator de barrar esse crescimento?

C: Olha, se nós for ver localmente aqui a área para ampliar, não tem mais muito, né? Que ser um crescimento vertical tem que aumentar a produtividade. A tecnologia vai fazer com que se aumente a produtividade de forma vertical aqui na região. Negativamente, eu acredito que essa nova Fronteira agrícola que está se abrindo na África e de pode, pode ter alguma influência, principalmente em questões de preço nos próximos 5 anos.

A: E dentro do quadro dos associados tem uns que são quadros mais históricos. Assim que a família já é cooperativada um tempo?

C: Uma das famílias aqui desde o início da cooperativa faz parte há 72 anos.

A: Tem mais alguma coisa que gostaria de adicionar?

C: Não, é isso.

A: Bom, te agradeço muito pelo tempo e pela disponibilidade.

APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A COOPERATIVA 2

A: Boa tarde, _____, tudo bem? A primeira pergunta, aqui é a trajetória de formação da cooperativa?

E: A _____ está completando 67 anos agora no final de agosto. Ela se fundiu, se formou de pequenos agricultores no município perto de Santa Rosa. Mas se tu quiser essa parte aí, tu encontra no site bem certinho

A: Quantos associados a cooperativa possui hoje?

E: A última atualização que foi passado para nós já estava ultrapassando 4000 associados. Ela tem hoje 28 unidades de atendimento, 28 pontos. Isso fora mercado, fora postos, fora fábricas, cada ponto desse que eu digo que é um escritório, com comercialização de insumos e tem recebimento de grãos. Se recebe esses produtos das moegas né, e a capacidade estática nossa é em torno de quatro milhões de sacadas

A: ...uma moega é?

E: É o ponto onde tu vai ter um tombador, e um buraco e um carregador pra que tu carrega na logística para te mandar pro graneleiro, que é onde você recebe e seca.

A: É um pré-armazenamento?

E: Não não, uma moega é simplesmente a gente tem em locais estratégicos no interior, é perto de lavouras, não é? É aonde o produtor chega e deposita o produto. Ai nós vamos pegar esse produto e vamos levar no graneleiro pra ele beneficiar. E ai ele vira padrão para exportar ou para indústria..

A: Perfeito, entendi. Ainda no tópico dos cooperativados, como é que esses produtores se associam, é um movimento mais deles? É um movimento da cooperativa de buscar mais gente?

E: A associação ela se dá através de livre espontânea vontade do produtor, né? A cooperativa, com certeza ela é tem vontade de buscar quanto mais associado, melhor. Mas o objetivo do associado, ele não é quotas partes, o que quer dizer quotas, partes não ser responsável pro o futuro se alguém tiver com muita dificuldade ele se responsabilizar pela dívida... Não, a gente não trabalha assim. Primeiro que pra se associar o produtor tem que pagar uma cota. É a cota, ela é única, ela é 500 reais para se associar. E para se associar ele vai ter que ter escrito de terra tem que provar que é um produtor rural. Provando que ele é um produtor, ele faz essa solicitação para o gerente da unidade. O gerente de unidade, ele traz essa solicitação da associação pro Conselho de administração, né? Aonde que envolve o conselho administração é um grupo de associados eleito em assembleia e tem a diretoria lá, daí tem diretor presidente, diretor executivo e lá se o conselho não aprovar ele não é efetivado sócio, se o conselho aprovar depois da avaliação, então ele passa a ser apto como associado. Ai ele tem cinco anos para pagar esses 500 reais. Essa cota, teoricamente, se acontecesse algo com a cooperativa seria a única perda da parte. Por que a cooperativa ela visa benefícios para sócio né? Tem uma diferenciação do sócio, não sócio em todos os aspectos, né? Dentro da assistência técnica com técnicos agrônomos e área experimental, pagamento de retorno. Já o não associado ele é um cliente na verdade né. Ele tem um ponto e comercializa, acabou.

A: Ambos associado e não associado conseguem negociar com a cooperativa, a questão é em que termos?

E: Isso, consegue negociar normalmente. Geralmente, o associado tem os benefícios. Ele vai ter benefícios que já estabelecida que aqui dentro, né? Por mais tempo, para um planejamento estratégico, ela é bem complexo.

A: E em relação ao preço. Por exemplo, o associado, ele tem recebe preços diferentes para a compra e venda em grãos? E em insumos?

E: Na verdade, é diferenciação hoje do associado e não associado na parte de preço não existe. Ele vai ter benefícios, mas destinado ao pré plantio e a colheita com acompanhamento técnico com especializado e diversos programas de né, de de participação. E a _____ distribui... no exercício anterior pouco mais de quatro milhões de reais... Isso é disponibilizado ao associado conforme sua participação na cooperativa. Não adianta ser associado, tem que participar.

A: E aí a área central de atuação da cooperativa tem um setor que seja o principal motor econômico?

E: Assim hoje nossa cooperativa ela é dividida em sete negócios. Seria a parte de grãos, que eu cuido, a parte da fábrica de ração, a de mercado, a de pecuária que envolve leite, a de agropecuária, tem o sementeiro, postos de combustível... Então é bem variado, né? Então a gente tem que distribuído hoje dentro da cooperativa, em diversas áreas, mas a maior parte de entorno de 40 a 50%, representa o grão na cooperativa... É o maior retorno na parte financeira. Foram entre 40 e 50%. O bom resultado da cooperativa se dá em cima do grão. Quer dizer o que: bom recebimento de grão e boa petição de grão.

A: E desses grãos, a maior parte...

E: Soja. Ela se dá praticamente 2/3.

A: Aí em relação a essas negociações com o grão, elas normalmente se dão em contato futuro e entrega direta em acordos fixos?

E: Já assim, o grão hoje ele trabalha no mercado, as oportunidades, não é? Tu vai muito, é o que o mercado trabalha, então... em futuro, a gente trabalha também, tudo fixado. A gente não faz tipo... a diretoria elea é bem rígida... nós temos uma auditoria interna, auditoria externa e o nosso conselho de conselho fiscal também. Ele fiscaliza todas as áreas. Então, o que acontece? Nós não vendemos nada na frente dos casados do que o produtor comercializa por nós, por exemplo, você entregou para _____ 1000 sacas de soja, né? Mil sacas de soja, eu tenho a depósito. Parado lá no depósito. A gente que tem a responsabilidade de manter aquele grão de qualidade. E quando você fixar esse produto, recém que eu vou fixar para frente, entende? Eu não, não, não, não trabalho, não corro risco porque o mercado é muito volátil. Se tu pouco está acompanhando, hoje está efetivando 60 pontos de baixa na bolsa, então é, e daí se eu fizer uma venda hoje na frente.. Que possa ganhar dinheiro, mas amanhã posso estar perdendo dinheiro. Aí eu dei o que fazer a minha margem em cima do fixado, né? Eu digo, eu chega lá. A gente tem um prazo, a gente abre o mercado umas 8 e 30 da manhã às 11 da manhã a gente tira o mercado fora de cenário ai é só amanhã de novo amanhã de novo, e eu pego o volume que a gente comercializou e vou pra cada e a gente trabalha com a indústria, trading, né? Diversos mercados, oportunidades que vem, é claro todo ele é com aval do financeiro. A gente não pode efetivar o negócio sem aval do financeiro por risco também. Hoje, qualquer pouquinho é milhões que tu mexe, não é? A gente deu um faturamento faturamento anual em torno de 1.2 bi, não é? E se tu pegar 40% é grão né... Então você tem um produtor, vem é quiser fazer um futuro com a _____ eu faço futuro, eu vou fazer futuro pra frente e fixo. Agora tem agricultor perante um contrato também. O contrato é bem organizado, com a parte jurídica, né? Pra não não ocorrer prejuízo que tu sabes se o produtor não cumprir com nós, vamos ter que entrar via judicial. Só que eu vou ter que cumprir. Sim, é. Eu não tem choro, não tem, não é? É uma coisa que é bem traçada, bem amarada para os dois lados.

A: Em relação a relação entre as cooperativas? É, é uma relação mais de competição direta. É uma relação que varia de cooperativa para cooperativa...

E: Assim, ó, dentro da área da atuação da _____, aqui existem outras cooperativas, não é com Cerealistas bastante, né? A gente chama aqui, chama de comerciante. Eles se enquadra, é do que é uma cooperativa, é era a relação entre as cooperativas elas são assim cada um no seu, no seu quadrado, como se fala, não é? A gente não busca atrito com ninguém. A gente trabalha

política da _____. Claro que está atento ao mercado, né? Isso é normal, isso é padrão, né? Tu vê se tu acompanha o mercado, está fazendo ou se tu não consegue acompanhar tu faz a tua política. Até porque também o sol nasceu pra todos. Então tu tem que ser bom no que tu faz, buscar o teu associado e cliente da tua maneira. Fidelizar é da tua maneira. Então, por isso que a gente tenta hoje, diferenciar de trazer o cliente para dentro como associado é e ofertando os benefícios, porque hoje é geralmente tá mudando bastante a parte é de conhecimento do produtor rural, né? E como nosso, que nossa atuação é com bastante produtor, é de médio e pequeno porte, né? Aqui é bastante produtor do pequeno produtor de cultura familiar, né? E então é um o foco talvez seja o mesmo, talvez a maneira trabalha-se diferente. Mas nós aqui buscamos tentar fidelizar e buscar o produtor ofertando uma assistência técnica de qualidade. A cooperativo a tenta buscar um profissional de qualidade é aperfeiçoar a ele para deixar ele disponível para atender a sua carteira dia, cê sabe, Claro, né? Então tu vai, tu vai atender esse produtor associado. Claro, mediante tem que participar, tem um custo para isso.

A: Agora em relação ao porte dos produtores, tu tens uma ideia da porcentagem de quantos que são pequenos, médios, grandes e como é que isso é que vai na produção total da coopeativa?

E: Eu vou ter dizer que produtor hoje, ele sendo dapiano, tendo a carta do biodiesel que a gente fala, a aptidão do PRONAF, ele tá enquadrado em dentro de 65% dos seus associados. Entendeu? O número bem significativo para nossa região aqui é, então a gente consegue estar hoje dizendo assim dos 4000 associados, praticamente 65% da seleção produtores é cultura familiar, né? Então eu tenho uma renda inferior, né? Teoricamente... mas que a R\$ 500.000 anual.

A: E aí, em relação à produção total, a proporção se mantém, se altera...

E: Hoje o produtor que não conseguir conseguir acompanhar o produtor grande, quero dizer, grande, quer dizer, o que, que o produtor que tem mais de 1000 ha... Ele vai ter que acompanhar esse produtor na produtividade. Se não não se sustenta, entende? Então assim, ó, se eu tenho 10 ha, eu vou buscar o maior ciclo produtivo? Se não, não sobrevivo. Hoje sucessão familiar quer dizer, o que segurar o filho do associado no campo, tendo trabalho com jovens aprendizes do campo, é o é o cultivo que a diretoria está cultivando a semente para tentar não perder que hoje seja mais fácil. Por agora, no interior, ainda mais um pequeno, né? Então tá amadurecendo bastante, está bastante filho de produtor. Hoje morando com o pai ai trabalhando, vivendo agricultura familiar, né? Claro, é. Esse trabalho também é feito, é então. Está mudando bastante o conhecimento de hoje. Tu vai numa propriedade, um produtor, eu tem filho agrônomo estudando, se não tem um técnico

A: E chega a ter quadros agora que tu comentou sobre sucessão familiar, quadros históricos da cooperativa, assim, tipo o produtor que está 40 anos cooperativado ou algo nesse sentido?

E: Sim, sim, tem. Tem produtores aí com 30, 40 anos, associado mais que são ainda produtores. Estamos trabalhando junto. É nesse sentido que nós buscamos fidelizar o associado.

A: É aí passando para uma outra pergunta aqui, tu me comentou sobre a relação com as cooperativas, aí agora, voltando nesse tópico mas pensando na relação com empresas de insumos, sementes, fertilizantes, defensivos, maquinário, se tem fornecedores pré estabelecidos e varia de acordo com o mercado...

E: Assim, ó, essa parte que tu me pergunta seria com a área de agropecuária? Eu só eu, para ver se consigo te dar um parecer, mas 100%, teoricamente, deveria conversar com o responsável da área comercial. Mas assim eu tento da cooperativa existem parceiros, não é? É um exemplo assim é plantadeira. Nós temos parceria com a PlantCenter do Paraná, então vai vender só plantadeira Plant Center, porque já tem uma parceria dentro da cooperativa de longa data. Semente, tem a parceria com uma sementeira também por sementes. Tu tenta ter dentro tenta ter dentro da cooperativa o que vai atender a demanda da do quadro social. Se tu não

tem, está fora, né? Então é, vai trabalhar com um número alto de marca de fertilizantes. É, às vezes, se dentro dessa parceria não existe o que o produtor procura, cê busca por outro, então é outro fornecedor.

A: Agora a gente entra no bloco final, que é mais relacionado ao mercado de soja em si. É em a pergunta é em relação ao mercado de soja, como ocorre a atuação da cooperativa? Tu me comentou ali que ao grão vai para a moenga e aí depois a cooperativa só negocia o fixo. E aí, a partir desse momento, que que acontece em relação a como a cooperativa intermedia...

E: Assim... nós tinha uma indústria, a _____ tinha uma indústria até 2018. Ai achou por não, não mais trabalhar com com indústria e se desfez. Então, a partir de então tu busca o mercado, né? Depois que eu tenho para fixar, eu vou ao mercado. Você é um corretor, é, sabe que é um corretor, tipo corretor que trabalha com grão é um cara que intermediam negócio... Então a gente trabalha com corretor direto, então tu busca, eu estava dizendo lá, eu tenho cem mil saco pra vender hoje, eu vou pro mercado buscar a melhor oportunidade de negócio pra cooperativa, né? Então eu vou ao mercado. Eu não tenho necessidade de fixar o corretor, porque ele tem um custo, tem que pagar, não é o direto que não tem esse custo. Tipo assim, ó, tem que ser viável para mim mesmo pagando corretor. Se eu tenho um exemplo a 180 BRL, o saco de soja para vender, e o coletor me dá 180 BRL, não tem lógica, fazendo com o corretor. Agora se o corretor me me trouxe ali 182 BRL, com 0,2% de comissão pra ele, então é lucro pra mim. Então é viável fazer o corretor. Eu classifico dessa maneira. A _____ aquina nossa região de atuação existe, é bastante indústria, sabe? Essas indústrias vão atrás de grão. E junto com elas vem as trading, e ai é exportar. Tirando a algumas que tem indústria, pega a Bunge, a Cargill. Depois que saiu da _____, eu vendi os contratos dentro do do aprovado do financeiro. Tem que ter atenção especial com indústrias e fábricas menores. Geralmente 99,9% do soja da _____ FOB. Quer dizer o que: peso, paridade e logística é por conta do comprador. Claro, minha balança vai estar aferida pelo INMETRO. É, então existe a qualidade, existe o que que o que que é minha responsabilidade? Fornecer equipamentos de qualidade aferida, né? Que é balança, e do pessoal e o produto dentro do padrão então saiu dele do padrão do daqui. Depois que emitiu a nota, assinou lá a nota, emitiu o conhecimento, eu deu. Ai não é mais parte da _____. Não sei onde vai parar, se eles vão largar numa lavoura ou se vai para exportação, dai pra frente é problema do comprador.

A: Ó, mas aí, por exemplo, tu me comentou que tem um corretor e tenha a trading... às vezes o corretor ele também pode vender para trading?

E: Não, esse não é assim, é o corretor é um intermediário, tá? Teoricamente que não teria que ter um corretor, porque vai resolver comigo problema igual. Então, mas assim existem hoje no mercado corretor, com lotes na mão, certo? Isso é normal no mercado.

A: E aí tem corretores que são de confiança já?

E: Assim, poucos corretores a gente conhece, assim pessoalmente. Geralmente eu tenho acesso a outras cooperativa, tenho acesso a outros cerealistas que a gente troca a informação. Assim ó o fulano tem uma corretora sei lá o que, é um cara bom? Ai é um cara bom, vai te ajudar. Uma informação no off né. E tu também é existe hoje corretores de longa data né? Tem uma carteira, já que tu conhece que tu negocia isso, que eu comento contigo ou sobre a informação é para novos, porque hoje tem muito. Que acha que saiu novo ai e vai sair matando a pau... Tem bastante coisa ai pra pegar confiança numa empresa... Tem análise do teu cadastro, do teu financeiro. Não é qualquer um. Isso é normal.

A: Tu comentou que saiu da empresa saiu... e da percentagem total, tem uma ideia pra onde que mais sai, se sai mais via corretora e tanto faz se sai mais para uma trading específica, mais para outro...

E: Assim, ó, o corretor não vai mudar nada na informação poruqe ele vai na fonte que eu vou também. No soja, esse ano quebrou muito. Mas no soja posso te garantir que uns 90% fica aqui na região da _____, porque não tem padrão de exportação, porque o soja da _____ é de

péssima qualidade. Então o que faz é mesclar com outras cargas pra atingir uma qualidade mínima.

A: Há espaço para o crescimento da soja, o que que seria um fator que motivaria isso? O que que seria um fator que impediria esse processo?

E: Política pública na nossa, na nossa área, da nossa atuação, aqui ela não influencia muito. Alguém vai financiar ele entende se é banco, se é custeio, se é uma cooperativa, se é o cerealista cara, ele vai produzir. Neste ano, nós tava com dificuldade de recurso para o produtor, não perdeu. Ai eles tem que procurar outra fonte. É a maneira de viver dele, não tem. Eu não tenho outra loda. Se ele sentar a sombra, alguém vai ter que dar de comida, pagar as contas. Então assim eu quero dizer para ti que com o incentivo pouco de política pública, quero dizer, às vezes é um Banco do Brasil, está financiando o taxas melhores da caixa econômica. Com certeza vai ajudar o produtor, o PROAGRO também.

A: Obrigada, um abraço.

E: Abraço.

APÊNDICE D - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A COOPERATIVA 3

A: Opa, tudo bem? A primeira pergunta é em relação ao tamanho da cooperativa.

E: Aproximadamente 18000 associados ativos... E nós acabamos incorporando uma cooperativa em Soledade. E eles vieram como eles tinham aproximadamente 18000, mas é muitos inativos e nessa incorporação a gente já fez redução não é? É falecidos, quem não trabalhava mais com a cooperativa, mas mesmo assim ainda vieram nessa incorporação, em torno de 12000. Por isso que hoje nós temos oficialmente em torno de 18000.

A: Como é que esses produtores se associam a cooperativa? Eles procuram a cooperativa, a cooperativa procura eles...

E: Não, normalmente é a procura do produtor. Como prevê o estatuto. Então o produtor ele, se ele tem interesse de trabalhar com a cooperativa, de se associar e procura, faz uma intenção tendo todo um cadastro, uma ficha encaminha para a cooperativa. A cooperativa avalia, isso passa pelo até por uma questão estatutária, passa por uma reunião de conselho de aprovação. Feito isso, passasse a ser associado. Claro que a cooperativa na na região onde ela atua, se tem produtores que comungam da mesma ideia de cooperação, são bons produtores, os próprios associados, as lideranças na cooperativa nesses lugar acabam interagindo com esses produtores né, mas a cooperativa institucionalmente ela não vai atrás. Há uns anos atrás, embora isso não fosse estatutário, mas ela trabalhava com uma ideia de quase como um estágio, então todo o novo pretendente a ser associado ele, ele tinha que trabalhar 2 anos com a cooperativa. Aí, para que ele realmente avaliasse esse tipo de sociedade, é o que atenderia os seus interesses, não é? E a cooperativa também avaliars se era interessante para a organização, né. Porque como eu falei anteriormente, não é interessante o número não é que, ao contrário de você ter muitos sócios que não atua só acarreta custos para aqueles que atuam... é controle, é perspectiva, que não acontece. Nós hoje, oficialmente, não fizemos mais isso. É que só se quem realmente queira trabalhar na cooperativa, mas muito mais em função de que é hoje não dá para programas governamentais cooperativo de ter, precisa ter um mínimo de e aí a gente acabava fazendo muito filtro para esses produtores e dificultava a própria participação dos outros sócios e da própria cooperativa como organização, né? Então a gente acabou deixando um pouco de lado isso, mas o princípio permanece.

A: E aí vocês conseguem medir ela tipo, através de índices de produtividade ou é mais participação nos eventos e um envolvimento maior mesmo?

E: Não, hoje nós trabalhamos, nós temos do que a gente chama de unidades, é de cada município. Tem uma unidade que é na verdade, uma Mini Cooperativa lá onde o produtor realmente faz as suas operações têm os seus atendimentos, não é? E hoje cada associado, ele está ligado a uma unidade dessa que tem uma gerência, tem corpo técnico, tem todos os atendimentos, e nós atendemos, inclusive, buscamos que a cooperativa tenha eficiência e atenda bem esses associados. É inclusive nos atendimentos agrônômicos, que é a base da nossa cooperativa, e aí atendimentos veterinários, é os profissionais têm grupos de produtores para atender, então tem, nós temos técnicos que atende só os produtores maiores, consequentemente atende um número menor de produtores. Temos técnicos que atendem produtores que nós chamamos de média aqui para nossa região e temos técnicos que especificamente atendidos por todos os menores. As necessidades são diferentes, os recursos, o próprio profissional, ele é já selecionado em função do perfil e da condição que ele tenha para atender esse. Se eu tenho uma determinada condição para um determinado insumo determinada linha de crédito ou o próprio atendimento profissional ele é, é regrado pela participação do produtor produtor faz o seu crédito na cooperativa, faz a sua demanda e o próprio retorno que acho que depois vai aparecer lá e que são as obras, né? Ele é distribuído proporcional. Participação dupla na cooperativa.

A: Que tem alguns produtores que são liderança sim, né? São cargos mais, são posições mais históricas dentre os produtores, essas lideranças elas são lideranças porque toma mais tempo porque produzem mais, porque tem mais confiança?

E: Se você olhar o estatuto da cooperativa, hoje ela tem a sua a direção eleita, né? Então, o conselho de administração é que o presidente, vice, no nosso caso aqui e mais os os conselheiros que eles definem as diretrizes da cooperativa e dentro da _____, elas são separados por regiões para ter uma representatividade equilibrada é pra não ficar só conselhos de uma determinada comunidade, então esse é o conselho de administração, que é estatutário, conselho de administração, conselho fiscal, isso é estatutário. Mas além disso, a cooperativa tem nas comunidades daí também é em função do tamanho da representatividade que são os que nós chamamos de líderes que desse, são eleitos, escolhidos pela comunidade para trazer as demandas específicas das comunidades e levar também para essas comunidades a as informações e as decisões maiores da cooperativa. Então, na verdade, esses são eleitos. Nem sempre isso acontece que essas lideranças sejam realmente aquelas que realmente liderem aquelas comunidades e represente os agricultores, né? Então isso existe na cooperativa e a cooperativa usa muito esses. Eles têm reuniões formais é com o conselho de administração. É aonde a cooperativa presta contas. Então são os elos, dessas lideranças, como o restante do quadro social vai pronto no sentido de agilizar essa informação que todo mundo realmente participe.

A: Qual é a área central de atuação da Cooperativa e se tem um carro chefe, pensando economicamente em verba e se tem carro de secundário, se é tem ou se é bem dividido, como é que funciona, tá?

E: O core central da cooperativa é grãos e insumos. Então aí você pega hoje quando eu falo grãos e insumos, eu estou falando das grandes culturas, é competitiva. Ela é uma cooperativa, basicamente de de grãos, até pela característica da nossa região. Então aí é soja, milho, trigo, cevada, aveia. E todos os insumos que o produtor demanda para fazer essa produção, então esse realmente é um grande é volume de negócio, grande foco da cooperativa. Esse é o quadro principal. Os que potencializam o nosso core os negócios secundários, a área de produção animal, que também envolve muito muitos produtores, então aí, basicamente, a área mais forte, a pecuária leiteira. Temos uma grande fábrica de ração aí que prestamos serviço. Então, o que envolve produção animal a serviços e produtos. Na área de grãos, também serviços e produtos para os grandes culturas expôs sistemas de produção que nós temos a área de ação e temos um outro potencializa do core que nós chamamos de área de varejo. E daí envolve lojas basicamente voltada para as demandas do agricultor. E mercados aonde, em algum lugar comporta, não é? É, temos alguns mercados esses são os grandes negócios hoje da cooperativa?

A: E aí quando a gente pensa lá em grãos, por exemplo, soja e insumos, a gente está pensando basicamente em soja, para exportação e insumo para esse produtor?

E: Como é que eu vou ter dizer o seguinte, a lógico que a grande cultura é soja pelo sistema da produção montada, mas é todas as culturas que o produtor planta no verão. Mas aí eu o forte é soja e milho no verão. E no inverno, trigo, cevada, aveia, canola, triticale, enfim, bom. Nós atuamos para dentro daquelas programações que eu te falei lá nas unidades é para é buscar o melhor sistema de produção para o produtor. Do ponto de vista técnico e econômico, organizar sistema de plantio direto, rotação de cultura, enfim, todas o que envolve a otimização desse sistema e para isso a gente fornece assistência técnica. A gente procura mantê-los bem atualizados para ajudar o produtor a produzir mais, quando possível gastar menos, mas tudo o que ele precisa. Para produzir isso, nós queremos que e, lógico, temos que fazer por merecer, que o produtor a contrapartida dele é trabalhar com a sua cooperativa. Se você vai ver a nossa cooperativa a nossa transformação é muito baixa, o nosso grande negócio hoje é quase que uma distribuição, né? Nós não industrializamos. Como é que você faz para

prestar um serviço Agronômico de qualidade? É fazendo esse produtor produzir melhor forma possível. De preferência com menor custo de produção e de rentabilidade. É isso que ele busca. Porque a cooperativa sobrevive, basicamente é da margem do que vende, da margem, do que o produtor compra, não é?

A: Tem uma ideia de ser a maioria é produtor maior, produtor menor e a equivalência na produção disso?

E: Para hoje, nós temos produtores, na verdade, não são grandes aqui por pro Rio Grande do Sul, né? Mas eu diria que uns de 8 a 10%, tá nesse extrato? É médios mais 15%. E 75% é pequeno. E os outros é entre médios e grandes. Agora a produção é o inverso. Esses 10% entre grandes e médio, produz 70% do da produção do total. O menor número faz o maior volume. Hoje, numa economia, capitalista globalizado se tu trabalha com commodities, onde a tendência das margens cada vez menores? Se você não tem escala, tu acaba saindo fora dele, igual assim, dependendo de você, mesmo que você seja muito bom lá, então lá a reforma agrária é o contrário, né? Hoje está saindo gente da atividade, pela pressão da competição. Hoje imagina um produtor de 20 ha 30 ha em qualquer lugar desse estado se alguém vai prestar uma assistência técnica de qualidade? Não que não queira, mas o custo não não permite. No sistema cooperativo permite, deve ser trabalho num conjunto. Você, desde que você organize, não é aquela aquela ideia da cooperativa, com o entre filantrópico que dela quebra porque a cooperativa não é uma organização pública. Ela tem que ter uma rentabilidade, organização privada, só que eu dê muitos donos.

A: Aí tem um esses grãos ou esses produtos que são cultivados pelos agricultores, como é que acontece a aquisição por parte da cooperativa é uma compra direta, é contrato futuro...

E: Na verdade, é o seguinte, o produtor entrega para cooperativa a produção em depósito tá? A cooperativa tem, evidentemente, como qualquer cerealistas suas áreas que especializadas em comercialização, mas elas não comercializam nada, quem comercializa é o produtor que ele entrega aqui em depósito. A área comercial busca formas de comercialização que ela julga as melhores para e aproxima do produtor e quem toma a decisão é o produtor, então isso é muito importante, porque o produtor tem a segurança. Quem vende é o agricultor, a cooperativa não tem nenhuma autorização para faturar o seu produto independente da forma que queira. Nós operamos como o mercado de soja hoje opera. Ele busca contratos futuros, é vendas antecipada, venda em dólar, troca em grão é preço de terra. Aquilo que as modalidades que existem hoje, que aí a habilidade do comercial, em dependendo da logística da cooperativa, do momento, aproximado do produtor, a melhor opção e nessa melhor opção já está incluso ali a margem e os custos da cooperativa. Vamos pegar o exemplo de soja. Ele entrega a soja lá em março, abril. Hoje você olhar as tabelas do recebimento praticamente não tem nada desses serviços embutidos ali. Mas esses serviços você vai ser uma soja úido, você tem que tirar umidade da soja, você tem que armazenar, você tem que cuidar a praga, doença, você tem que carregar esse estoque. Então isso tudo está já cooperativa, é calcular para na hora ao mercado paga o seis, se o custo da cooperativa foi é 4% vão dizer um isso tem que sair, e aí tem que ter uma margem para administrar esse negócio. Então já está a líquido ali. É disse que saia. A remunerar toda esse serviço é essa estrutura para colocar o grão em condição.

APÊNDICE E - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A COOPERATIVA 4

A: Qual a trajetória de formação da cooperativa?

E: Começou em 21/04/1957, a questão da crise para o trigo, o pessoal não tinha para onde entregar, e aí chegava a ter que jogar no Guaíba, que jogava um trigo lá no Guaíba. Por que o cara não tinha como trazer de volta para fazer o que, né? Então, isso aconteceu também... Tu vê como é... Então, daí que surgiu nas cooperativas tritícolas, né que o governo federal incentivou a criação, né? Para ter um depósito, para vender depois, não precisar sair vendendo. A gente teve a mesma história da bolsa de Chicago, né? Também não é porque os caras também chegavam no Chicago, lá em cima, na iniciada com o Lago Michigan, né? E que também que não tinha, daí tinha que descarregar lá e vim embora. Não tinha para quem vender, não é? Não tinha comprador. É porque é geralmente até o mercado de bolsas fazendo uma introdução, né? Ele veio para que você pudesse não precisasse vender tudo agora, porque o pessoal colhia e aí já queria vender. E se há uma concentração de oferta, aí o comprador não por culpa dele mas o próprio mercado não tem como adquirir toda uma safra num mês, 2 meses, não é? É a não tem lógica, não é? Tu não tem nem capital e nem espaço físico para fazer isso é depósito, né? Então, foi a mesma coisa. Tem mais ou menos com as cooperativas também, não é?

A: Claro, perfeito, perfeito. E aí a segunda pergunta seria exatamente qual a área de atuação da cooperativa hoje? Se pudesse introduzir um pouquinho isso.

E: Então nós começamos em Panambi e Condor né que são as 2 cidades que começaram a cooperativa, depois fomos para Ipê Juçara, Santa Bárbara. Ajuricaba Bosano, Augusto Pestana, Nova Ramada, Ijuí, Catuípe, e Eugênio de Castro e Coronel Barros. Tá certo?

A: E aí, nessas diferentes áreas é o foco de atuação foi passando de ser trigo para outros grãos, é isso?

E: Então, no início era trigo e hoje nosso carro chefe é soja, milho é muito incipiente que muito poucos o pessoal não planta planta mais soja, então um carro chefe hoje para dizer que responde por 70% aqui da cooperativa é só já aí tem uns 20% de trigo. Está, mas nessa arredondando assim, né?

A: Tem uma participação de trigo,

E: É 65 de soja, está eu botei um pouquinho a mais. É 65 de soja. De trigo... Pedido é 21. É, é, então o dá, 23 de trigo. E 11, 12 de outros produtos. É 11 de milho e 1% de outros produtos. É, é aí é cevada, é é praração, né? Cevada triticale. Aveia.

A: Aí a cooperativa também intermedia esses comércios de de de outros grãos?

E: Sim, também trabalha. É muito pouco né? Então, a gente hoje está até aumentando isso. Até temos fazer um trabalho aí para fomentar para a própria razão ter um instituto que milho não tem, que chega aí, dá quando dá uma crise de milho, aí o preço vai lá para cima. Então a gente tá trabalhando agora um fomento, né? Em cima de cevada e aveia.

A: Claro, perfeito. Como é que os produtores é... Eu vi ali no site que tem cerca de 5000 produtores associados hoje, né?

E: É 5300 já... Já passando um pouco.

A: E aí, a pergunta é exatamente como é que eles se associam ou como é que eles se vinculam a cooperativa, como é que acontece esse processo?

E: Tem duas maneiras, uma que ele vem na nossa, na cooperativa, nos escritórios, nos armazéns, onde nós estamos e pede para ser associar, né? Eu quero me associar. Acho interessante. É o que que a gente faz, né? Então, nas regiões novas a gente vai pra um lugar novo a gente faz uma apresentação da cooperativa, né? Mostrando toda a estrutura, mostrando um balanço do último ano, mostrando toda a infraestrutura do que trabalha. Qual é o seus valores, sua visão? Comissão dos últimos anos, tudo isso a gente faz uma apresentação para

os produtores dele, convida todos..Daí com isso aí é naquele dia já tem gente que vem se associar e outros que já vem vindo e também fizemos visitas, né? As propriedades né para conhecer os novos, os produtores e convidando ele para ser associar, porque né é quando tu começou numa região aqui que é conhecido é uma maneira. Geralmente em Panambi, Condor, que são início nós não vamos porque já temos praticamente 100% dos produtores são associados, então geralmente é alguém da família que se associa da onde já sabe. Ele veio, o pai dele veio aqui ou a mãe, ele vem aqui, trazem, vem aqui trazer o próprio filho, né, para ser associar. Mas nas regiões novas, seu trabalho é diferente de você. Tem que ir lá se apresentar como eu falei que a gente faz uma reunião apresentando e depois mais a visita da nosso pessoal daquela unidade onde tá inserida, né? É, é pra pra buscar ele pra nós é e conversar mais, não tête-à-tête. E para para trazer ele para se associar com a cooperativa e tem dado certo para o pessoal, acaba se associando. Muitos também vem de sem precisar ir lá, né? Por causa da reunião, né? É já na reunião, já disse, tá, eu posso ir lá e tal, né ou não? Nós perguntamos, senhor quer que nós vimos lá na sua propriedade? Nós vamos lá. São as 2 maneiras que nós temos hoje, ou ele vem aqui, na nossa região, é que a gente estabelece. Então é assim que nós procedemos, não é com a associação, né? Explicando, né, tem toda uma documentação que se precisa para se associar né e tudo mais tá bem tranquilo e bem assim que sim, ele a ele é livre para entrar e livre para sair, né?

A: Sim, sim. Daí eu te puxo dois ganchos desse mesmo tópico que o primeiro é tu, comentou sobre como tem sucessão rural assim, né, o pai leva o filho e é bastante comum isso é bastante frequente que isso aconteça?

E: Sim, é bastante frequente, principalmente o pessoal que os fundadores já hoje, muitos, não estão mais. Mas aquelas segunda leva de geração de 40 anos, 50 anos de cooperativa. Tem muita sucessão, não é? Então os filhos, né que vão, vão tocando por ele ter por fazer por falecimento e até por vezes “olha, deu para mim, não é? Chega agora. Me aposentei agora”, o que toca maçãs e ainda assim ele fica associado, ele não sai, né? Porque ele recebe alguma coisa lá. Então tem isso assim é, é, bem, é bem tranquila, está a questão da sucessão. É uma preocupação que nós temos, né? No campo, tanto que nós, que os filhos de associados, nós pagamos uma bolsa né de estudo para técnico agropecuário. Para ele ter uma formação e poder levar para a propriedade e ter uma qualificação. Então uma cooperativa participa pagando bolsa de estudos aí para o pessoal, né? É ajuda de custo, não é uma bolsa de estudo, vamos dizer ajuda de custo tá? Que é corporativa faz.

A: E aí no ponto que tu falou das dos locais novos, tu comentou que vocês vão lá e fazem uma apresentação, né? Essa apresentação, normalmente ela acontece num lugar específico?:

E: Sim, a gente teve, até porque tem que ter um lugar onde é que a gente tem. Coloca, por exemplo, lá em Catuípe foi um que nós fizemos aí 300 pessoas, né? Então, tem que ser um lugar grande, não é? E depois a gente faz um a janta, né? Também tem todo o seu processo, né?

A: Tem uma outra pergunta que eu acho que ela é bem ampla, e aí tu faz o recorte que tu achar melhor que é em relação à aquisição dos produtos cultivados pelos agricultores, ou seja, os insumos, o pré, o pré porteira, né? É, é como é que isso acontece? Isso acontece, algum contrato feito com a cooperativa direta, como é que? Como é que funciona essa parte?

E: Nós temos um grupo técnico que dá assistência técnica, essa assistência técnica, ela é gratuita. Não tem custo, mas tem que ter uma contrapartida. O produtor tem que trabalhar conosco. Se ele não trabalha, assistência técnica ou reduz muito, entrega só 10% da produção e nós não vamos te dar assistência técnica e já aconteceu, já que nós suspendemos, desmarcou. E o cara te dá uma, voltou a trabalhar conosco ó “preciso da assistência técnica, né?” Então nosso principal ponto forte que nós temos é a assistência técnica, onde nossa orientação, a nossa venda, ela é, a gente não chama de venda, né? Cooperativa não vende, cooperativa fornece, então nosso fornecimento para o produtor é uma venda técnica. Nossos

técnicos não são comissionados, nossas atendentes não são comissionados para não ver uma é o empurra, não é venda empurrada, não é forçada. Então, nossa, ele tem que ganhar. Ele ganha esse valor para ser já pago bem para ele fazer essa venda. Se ele não fazer, ele está fora, né? Então é, é nesse sentido. É, então nossa técnica é a venda técnica, onde o nosso técnico ele pode efetuar a venda aqui dentro da cooperativa ou lá na propriedade, né? Já pode ir tabular projeto e em cima disso, nós temos um campo experimental onde todos os produtos lançados pelo mercado de químicos, ou fertilização é validado no nosso campo, então nós não colocamos um produto para venda ao nosso associado sem passar pelo campo e ser realmente esse produto é eficiente... Esse insumo no caso... Se ele realmente entrega aquilo que se fala e acaba que hoje as empresas já quando vão lançar um produto, já acabam entregando na COTRIPAL né, já que já sabe que é assim que funciona, então o nosso produtor, nessa nossa, no nosso trabalho aqui é é feito em cima de 3 pilar né? É a união, a confiabilidade e a ética que são os nossos valores. A confiabilidade é que nós temos a credibilidade junto ao produtor. Então nossa assistência técnica que ela vai recomendar o que, o que é melhor para aquela tecnologia que o produto é de alta, baixa ou média produtividade? A tecnologia na propriedade em cima disso, que nós toda a nossa orientação com os dados do campo, qual é que é o melhor produto? Qual é a semente melhor para aquela aquela propriedade pela, pela, pela condição do solo da terra lá, então é nesse sentido que a cooperativa faz é fazer uma venda técnica que a gente fala, né? Que aquilo que é o melhor para o produtor em não o que é, por quê? Se fosse comissionado, eu tenho 2 produtos, são iguais, um só que o preço de um é maior que eu botar comissão para ganhar mais, não é? Então não, nós é em cima do que é o melhor produto para ele. Nós queremos que ele tenha produtividade, nós ganhar, crescer junto, não adianta eu só querer ganhar, vender o meu o produto mais caro, ou fazer como é que o pessoal, se um pacote é fechado, né? Eu até sempre, brinco, eu chamo de embrulho..

A: Às vezes é uma bomba, né?

E: É uma bomba que está naquele naquele embrulha porque tu tem que ver assim, porque tem muitas empresas, nós aqui é o pacote ele é flexível, produtor junto com o seu técnico... Foi um engenheiro agrônomo define o que que é que querem fazer e melhores pólio. Bem, um produto da empresa, a da Pfizer, da Syngenta, da Corteva e vai, né? Então tu escolhe, qual deles é? Foi o que se é o melhor. Não interessa, porque eu pego um daqui, outro daqui, faço um mix, é esse aqui que eu para aplicar um fungicida. Pelas nossas experimentos no campo, a gente trabalha o melhor manejo, É então em cima disso é que a gente faz então a nossa venda ela é técnica, mas pode ser na propriedade. Aqui a maior parte, acontece dentro da cooperativa os negócios.

A: Claro, perfeito e aí essa, essa, esse fornecimento ou essa venda? Ela é casada com a entrega depois?

E: Tem vários tipos, corporativa também tem uma assistência de creditícia, né? Tem cerca de crédito que for também, nós temos a dele, pode ser do banco, né? Valor que eu, que eu te dou no custo do produto. Ele peita financiar pelo banco ou pela cooperativa em reais, no caso esses 2, ou venderam. Então nós temos que chama o barter, não é? É fazer a troca de grão. Nós temos essas 3 opções, né? Que de negócio ou ele financia pela cooperativa, ou no banco ou em grão, né? Então temos as opções aqui, então aí depende do produtor e ele é aqui, é bem flexível, né? Quando se ele quiser fazer em reais e numa altura o grão é não tem feito grão, não, não tem mais como mudar no meio do caminho. Esse não tem como fazer, mas em reais ele pode lá numa altura “Olha, eu quero a mudar de a dívida de grão. O preço ficou bom, a relação de troca da excelente eu vou já travar”. Mas geralmente o pessoal como faz a troca, eles já fazem lá no início. Então, mas ele é bem flexível, não é? As condições de pagamento e de de até de relação de de grão ou não...

A: Acaba que o trocar por grama ou não é quase uma opção financeira, já, né?

E: Claro. É só que para ele fica devendo em físico, para nós é uma operação é financeira.

A: Em relação aos a compra desses grãos, só você só adquirem de quem é associado ou de vez em quando tem uma safra diferenciada e quem é de fora também comercializa?

E: Olha, praticamente vamos dizer assim, que trabalhamos com 92%, 8% seria de terceiros. Mas nós trabalhamos com terceiros, né? Até no nosso estatuto está lá constando que podemos complementar, mas sempre tenha. Quando a gente se nós tiver condições, né, de receber, de um espaço ou não temos, né? É trabalhado em cima disso. Então a preferência a gente quer que tem produtor que se associa. Geralmente acaba se associando. Claro que nós temos um problema que as cooperativas têm um sobrenome, o cooperativo quando tu vai para uma cerealista, ninguém fala que a cerealista A quebrou lá, então nós tivemos aqui, sabe que o sistema cooperativo eu teve muitos cooperativa e que acabaram quebrando, né? Fechando aqui na nossa região, a COTRIJUÍ, que era uma das maiores, acabou quebrando. “Eu já perdi dinheiro com o cooperativa, eu não quero”, então tem tudo isso com você quando vai para uma região nova conquistar, né? Então não é tão simples assim, né? Então, por isso que eu digo assim, sempre falo pro produtor e digo assim, olha quantas cerealista já já já quebrou, também deixou na mão. Tá daí ele disse que não ia entregar mais um comparativo. Produtor, eu falei com ele, eu disse que ele não, não é numa reunião dessa daí eu disse, uma das seguintes, Senhor, é quantas cooperativa já quebrou na região? Mas não tem um sobrenome né! Daí eu até dei, eu falei seguinte, se for assim, isso vai ter que parar de plantar porque vai entregar pra quem? Tem que confiar em alguém, vai ver que tem cooperativa, tem cooperativa, tem indústria e tem indústria, tem exportador e tem exportador. Então é as empresas e todas a qualquer organização empresarial tem um bom, e o ruim,

A: Em relação a esses produtores, tu tem ideia se a maioria deles é produtor com menor quantidade de terra, maior quantidade de terra.

E: Olha, vou dizer assim que nós temos, aí é, é bem diversificado, né? E número de produtores, com certeza nós vamos ter. Um bom volume aí de de, de, de estar em torno de mais de 55% do que estão pequenos, não é? Aí médios tem um bom volume, dos grandes acho que dá 5% assim quem tem áreas maiores. É em número de produtores, a maioria é de pequenos e médios, mas em produção aí a situação é inversa, porque os maiores né que tem, tem os médios também. Que tem áreas maiores, e isso tem um peso grande na entrega de produção, não é? É um pouco pela pouca ou na compra do insumos, né? Então esses maiores é aquela aquela teoria de paretto, né? Que os 20 e 80 que fazem os negócios. Então eles são, se tu pegar os maiores, os médios maiores e 20% que fazem os 80% da cooperativa... tem essa lógica.

A: Essas negociações, elas acontecem normalmente como contratos futuros ou a entrega direta que o produtor decide lá no final?

E: Nós temos tanto a produtor, ele entrega com um depósito para cooperativa. Um então ele só depois, quando ele quiser fixar, ele tem que fazer o fornecimento, né? Para nós ou a venda. Nós temos que fazer a compra dele. Então é assim que funciona, mas tem uns lotes ou preço futuro que a gente terá. Eu nem plantei e já estou fazendo um preço futuro para mim. Receber lá na é na safra e receber lá a fim de abril, que geralmente no pagamento de fim de abril tem aí também que estão. Tem. Então ele é bem flexível, tem compra antecipada que tu paga depois do entrega, mas isso é muito pouco, o principal é lote futuro, a compra antecipada quando está perto de colher né, falta 30 dias, então tu vende eu pego para tu me entrega o produto depois é perfeito. E a maior parte do negócio é no dia a dia, é o mercado spot né, à vista, eu vou negociando, vou comprando o produtor vem vendendo aqui, então isto faz 1 o volume aí, olhando assim quero ver. É, você tem que ter para ver aqui para ver 10%, 15, às vezes chega de de negócios futuros. E últimos anos o negócio futuro não foi tão bom como produtor, porque por esse tá, subiram aí o cara fica sempre as últimas, né? Tanto que se o ano passado já caiu o volume de venda futura antecipar não é que tu faz antes de plantar o antes de escolher, não é? E agora esse ano ninguém quer saber de nada, né? Eu vou deixar porque já é

2 anos, primeiro eu aí quando ele fez o até 120, agora já está 140, 150 agora tá 190. Aí o cara vai, não dá. Eu estou perdendo dinheiro, então o pessoal acaba de ter tudo é assim, né? Ele tem períodos que ele que é vantajoso em outras vezes não, mas é não é que não é vantajoso, um produtor se ele faz um preço futuro, é porque ele achou que era interessante. Só que depois que o preço sobre depois da porteira arrombada, aí o cara vai dizer “Que isso aí? Tá ruim, que o preço que eu vendi foi muito ruim”. Mas na época ele achou que era na época do bom

A; Agora a gente vai para a terceira parte, é a parte final já também, para não te tomar muito tempo, que é mais relacionado a essa parte do mercado de uma forma mais mais amplo, mais abrangente. E aí a primeira é em relação ao mercado de soja. Como é que acontece a atuação da cooperativa, a cooperativa procura canais específicos...

E: Nós trabalhamos hoje é só com o mercado interno. Nós não trabalhamos com externo. Por que a gente não trabalha pelo pelo tamanho da cooperativa? Tu não consegue fechar um navio, né? Então não tem como. E já nós já trabalhamos uns anos atrás em pool de empresas, cooperativas, não cooperativas. E aí, deu problema de qualidade? Aí você está junto nesse processo e aí eu estou, faço tudo certinho, outro não faz e aí tem demora... não consegue embarcar porque não está na qualidade. O navio está demorando. Na época era 25000 USD por dia. Não é de demores né, que de atraso, e aí? Então o que que a gente? Bão vou mais trabalhar em pool, porque tu entra no problema se o outro nós fazer um negócio lá, né? Geralmente, era algum corretor que fazia esse negócio de fazer, então por que nós trabalhamos hoje? A maior parte vai para o mercado externo, mas é através das trading, né? Desses player Internacional. Aí que a gente trabalha... Vai para lá. E também tem indústria local, né? Também são os 2. Os mercados que nós fizemos é local, não é o no caso, então, soja e o trigo também... O cara até perguntam, mas nós temos que importar 50% e mandando para fora, mas eu é aquilo que eu falei dentro, tem um concentração de venda que por tudo o que é vender o mercado interno, não vai absorver. Daí que tem uma lá fora, depois vão vender lá.

A: E o mercado interno é mais pra processamento daí?

E: É mais pra processamento. Pras empresas de esmagamento, farelo, óleo ou biodiesel.

A: Aí o externo é via trading né?

E: É. Via trading.

A: O preço da definição do preço desse grão de soja que vocês vão pagar para o produtor, ele acontece como?

E: O mercado ele é definido assim, o preço da bolsa de Chicago. O que que é, como é que a gente trabalha pelo preço das trading ou é do mercado externo ou do Mercado interno. Nós temos o preço base Rio Grande, que é o preço da bolsa de Chicago, com prêmio positivo negativo, depende do período que contém, quebra é para as e me conta. Quando ele diminuiu, então é o preço. Eu pago o preço, Chicago menos tanto ou Chicago mais, tanto um, aí você tem as despesas de porto, despesas portuárias. Depois, mais o frete interno para chegar até aqui. Este ano, por exemplo, a indústria tá pagando mais hoje está em torno de 10 BRL a mais do que o exportador paga por saca. Então hoje tu não exporta. A maior parte das nossas vendas é FOB. Então hoje, então a gente faz esse trabalho agora nesse momento, então é mais da indústria que está forte, não é? Então, hoje, então, você depende, vai vender com o mercado e quando tem muito grão, quem comanda o preço é um mercado exportador. Quando tem um pouco de grão, com uma quebra grande que deu aqui no estado. Quem dá as cartas é a indústria local. Safra normal, no geral, é o mercado externo, mercado, mercado externo. Aqui dá então o mercado interno. geralmente ele entra mais forte no segundo semestre, agosto, setembro. Porque aí a exportação já ta diminuindo porque aí os EUA já tão entrando, aí o mercado internacional já tem um outro player grande.

A: Essas tradings escoam via Rio Grande a maioria né?

E: Isso, via Rio Grande, 99%, muito difícil ter alguma coisa em Paranaguá e outras coisas assim.

A: E em relação ao mercado externo, então tendo produto tem escoamento?

E: Claro, preço vai variar, mas tendo o produto, tem escoamento. O soja cresceu muito pela liquidez que ele tem. A questão sempre é preço, né? Seu preço é baixo, você compra mais, se é muito alto, comprar menos, mas depende do crescimento de um país hoje que a China é o maior? Sim, player de importação de soja, não é? É ele, praticamente, em torno de 70% do mercado Internacional de soja, de exportação. É a China que comanda. Então ela tem uma força muito grande, um peso muito grande. Quando ela tira o pé, dá uma, dá uma paradinha, né? Mas isso tem haver estratégia dela na própria China, né? Ó, eu não quero comprar. Agora é o mercado fica sem assim, cancele algumas compras, não é? Eles cancelam também não é, mas Claro que tem que pagar a diferença fica muito alto. Então o nosso mercado é exportador, né? É ele que dita os preços, então é o preço do Rio Grande, menos um crédito. Pode dar o preço no interior, tira a margem da cooperativa. Porque quando tem uma safra grande, a indústria também não vai poder pagar mais aqui dentro do que o exportador, porque ela vai ter que exportar o farelo e às vezes o óleo, então o preço também é internacional.

A: E o que acontece depois de comercializado com a trading é paciência é com a trading?

E: Isso, ai é com eles já.

A: Qual a visão da cooperativa sobre a importância de políticas públicas ou políticas específicas para apoiar o setor de produção da soja?

E: Eu digo assim que a soja, no caso da soja, ela se auto financia com ele, que eu te falei, não é? Que é a questão do troca... ele é um mercado. Claro que o pequeno que trabalha precisa ainda de algum recurso para tocar, né? Pra fazer financiamento é uma coisa que a gente já constatou que cada vez mais o recurso público que a gente sempre diz, a gente sabe, que o recurso público, ele tem um custo para a sociedade com o geral. Então, quando você faz um juro subsidiado, não é você. Agora, o governo só está nos últimos anos pro PRONAF, né? Para que é um pequeno produtor agricultura familiar. Para os demais, tá cada vez mais caro, principalmente para o grande. O médio ainda tem alguma coisa, não é o médio já, mas já é uma taxa maior, é hoje para a soja em si. Não é preponderante, né, pra, pra, pra, pra um negócio. Mas o financiamento, realmente uma taxa de juros de 3%... como não pegar, não é não. Ainda com o seguro, Claro, um seguro mais cheio que eles chamam para PROAGRO+. Mas a grande gargalo nosso é a questão do seguro. Dá uma quebra de safra dessa aqui, não para pequeno. Ele sente mais, não é do que o do que o grande produtor é. Então a questão dos recursos. Eu acho que ele tem que continuar ainda tendo o mas. É preciso igual que eu num ano como esse, precisa ter um recurso. O que o governo consiga lá, principalmente pela agricultura familiar, que os menores ou maiores, sempre se dá um... ele dá um jeito, sim, não é? Tem até a questão de crédito, é um pequeno, vai lá, vai garantir que ele vai dar pro banco emprestar, tem que tá vinculado ao crédito rural? Mas a gente sabe que cada vez está e diminui mais nisso aí que que o recurso, na verdade, é cada um tem sua opinião.

A: Bom é isto _____, muito obrigado pelo teu tempo!

APÊNDICE F - DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE SOJA POR MUNICÍPIO NO RIO GRANDE DO SUL, 2020

